



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXVII Nº 17, QUINTA-FEIRA, 5 DE MAIO DE 2022



BRASÍLIA - DF



## COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

**Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)**

Presidente

**Deputado Marcelo Ramos (PSD-AM)**

1º Vice-Presidente

**Senador Romário (PL-RJ)**

2º Vice-Presidente

**Deputado Luciano Bivar (UNIÃO-PE)**

1º Secretário

**Senador Elmano Férrer (PP-PI)**

2º Secretário

**Deputada Rose Modesto (PSDB-MS)**

3ª Secretária

**Senador Weverton (PDT-MA)**

4º Secretário

### COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

**Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)**

Presidente

**Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)**

1º Vice-Presidente

**Senador Romário (PL-RJ)**

2º Vice-Presidente

**Senador Irajá (PSD-TO)**

1º Secretário

**Senador Elmano Férrer (PP-PI)**

2º Secretário

**Senador Rogério Carvalho (PT-SE)**

3º Secretário

**Senador Weverton (PDT-MA)**

4º Secretário

#### SUPLENTE DE SECRETÁRIO

- 1º - Senador Jorginho Mello (PL-SC)
- 2º - Senador Luiz Carlos do Carmo (PSC-GO)
- 3º - Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)
- 4º - Senador Zequinha Marinho (PL-PA)

### COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Deputado Arthur Lira (PP-AL)**

Presidente

**Deputado Marcelo Ramos (PSD-AM)**

1º Vice-Presidente

**Deputado André de Paula (PSD-PE)**

2º Vice-Presidente

**Deputado Luciano Bivar (UNIÃO-PE)**

1º Secretário

**Deputada Marília Arraes (PT-PE)**

2ª Secretária

**Deputada Rose Modesto (PSDB-MS)**

3ª Secretária

**Deputada Rosângela Gomes (REPUBLICANOS-RJ)**

4ª Secretária

#### SUPLENTE DE SECRETÁRIO

- 1º - Deputado Eduardo Bismarck (PDT-CE)
- 2º - Deputado Gilberto Nascimento (PSC-SP)
- 3º - Deputado Alexandre Leite (UNIÃO-SP)
- 4º - Deputado Cássio Andrade (PSB-PA)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

**Gustavo Afonso Sabóia Vieira**

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

**Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro**

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

**Paulo Max Cavalcante da Silva**

Coordenador de Elaboração de Diários

**Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho**

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

**Ilana Trombka**

Diretora-Geral do Senado Federal

**Quesia de Farias Cunha**

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

**Alessandro Pereira de Albuquerque**

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen





ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

# CONGRESSO NACIONAL

## SUMÁRIO

### PARTE I

#### 1 – ATA DA 13ª SESSÃO, CONJUNTA SEMIPRESENCIAL, EM 28 DE ABRIL DE 2022

1.1 – ABERTURA .....	10
1.2 – ORDEM DO DIA	
1.2.1 – Discussão em globo dos Vetos nºs 25, 33, 36, 46, 48, 58, 60, 62, 63, 65, 66, 67 e 71/2021; e 5, 9, 11, 12, 13, 14 e 15/2022 .....	10
1.2.2 – Questão de Ordem	
Suscitada pelo Deputado Arlindo Chinaglia, a ser respondida oportunamente. ....	20
1.2.3 – Votação em globo dos Vetos nºs 63 e 67/2021 (dispositivo 67.21.038) e 12 a 15/2022	25
1.2.4 – Oradores	
Deputado Fábio Trad, como Líder – Defesa da reestruturação da carreira da Polícia Rodoviária Federal, com destaque para o trabalho dessa categoria no Estado do Mato Grosso do Sul. ....	32
Deputado Dr. Zacharias Calil – Celebração do Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho, comemorado no dia 28 de abril. ....	34
Deputado Claudio Cajado – Pedido para que o Ministério da Economia anule a resolução que reduziu a zero o Imposto de Importação sobre o queijo muçarela, o que pode prejudicar a competitividade dos fornecedores no mercado brasileiro. ....	34
1.2.5 – Votação em globo dos Vetos nºs 63 e 67/2021 (dispositivo 67.21.038) e 12 a 15/2022 (continuação) .....	36

#### Item 9

Veto Parcial nº 63/2021, aposto ao Projeto de Lei nº 1605/2019, que *institui o Estatuto da Pessoa com Câncer; e dá outras providências*. **Mantido.**

#### Item 12



Veto Parcial nº 67/2021, aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 261/2018 (nº 3754/2021, na Câmara dos Deputados), que *estabelece a Lei das Ferrovias; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e as Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.636, de 15 de maio de 1998, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.257, de 10 de julho de 2001, 10.636, de 30 de dezembro de 2002, 12.815, de 5 de junho de 2013, 12.379, de 6 de janeiro de 2011, e 13.448, de 5 de junho de 2017; e revoga a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973.* **Mantido o dispositivo 67.21.038.**

#### Item 17

Veto Parcial nº 12/2022, aposto ao Projeto de Lei nº 130/2020, que *veda a divulgação, a publicação ou a disseminação, em redes sociais ou em quaisquer outros meios de divulgação digitais, eletrônicos ou impressos, do registro visual da prática de infração que coloque em risco a segurança no trânsito; e altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro).* **Mantido.**

#### Item 18

Veto Parcial nº 13/2022, aposto ao Projeto de Lei nº 1208/2021, que *cria o Programa Prioritário Pró-Pesquisa Covid-19 enquanto perdurar a emergência de saúde pública decorrente da pandemia da Covid-19.* **Mantido.**

#### Item 19

Veto Parcial nº 14/2022, aposto ao Projeto de Lei nº 3921/2020, que *institui a Política Nacional de Atenção à Oncologia Pediátrica.* **Mantido.**

#### Item 20

Veto Parcial nº 15/2022, aposto ao Projeto de Lei nº 2058/2021, que *altera a Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021, para disciplinar o afastamento da empregada gestante, inclusive a doméstica, não imunizada contra o coronavírus SARS-Cov-2 das atividades de trabalho presencial quando a atividade laboral por ela exercida for incompatível com a sua realização em seu domicílio, por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância, nos termos em que especifica.* **Mantido.**

#### 1.2.6 – Oradores (continuação)

Deputado Leônidas Cristino – Destaque para o Dia Nacional da Caatinga, celebrado em 28 de abril. Defesa da conscientização em se preservar e revitalizar esse bioma de grande importância para o País. 36

Senador Esperidião Amin – Apoio ao fim da isenção do Imposto de Importação sobre o queijo muçarela. Apelo ao Governo Federal para que cumpra o acordo de prosseguir com as obras de estradas rodoviárias no Estado de Santa Catarina. 36

1.2.7 – Leitura dos Requerimentos nºs 51 a 87/2022-CN, de destaque. 38

#### 1.2.8 – Item 16

Veto Parcial nº 11/2022, aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 19/2021, que *estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022.* **Rejeitados os dispositivos**



## 11.22.194 e 11.22.199 na Câmara dos Deputados (votação nominal). . . . . 38

### 1.2.9 – Oradores (continuação)

Deputado Paulo Teixeira – Considerações sobre a decisão do Comitê de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) que concluiu que o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva teve violados os direitos políticos, a garantia a um julgamento imparcial e a privacidade na Operação Lava Jato. . . . . 46

Deputado Heitor Schuch – Agradecimentos ao Presidente da sessão, Deputado Marcelo Ramos, pelo apoio em incluir na pauta o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1/2022, que abre ao Orçamento Fiscal da União para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Registro do anúncio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de que não tem mais recursos de custeio. Preocupação com a agricultura familiar em todo o País. . . . . 47

### 1.2.10 – Item 16 (continuação)

Veto Parcial nº 11/2022, aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 19/2021, que *estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022*. **Mantido; ressalvados os dispositivos 11.22.194 e 11.22.199, rejeitados** (votações nominais). . . . . 49

### 1.2.11 – Questão de Ordem

Suscitada pelo Deputado Afonso Florence e respondida pela Presidência. . . . . 53

### 1.2.12 – Item 3

Veto Parcial nº 36/2021, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 7/2021 (proveniente da Medida Provisória nº 1031/2021), que *dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras); altera as Leis nºs 5.899, de 5 de julho de 1973, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.848, de 15 de março de 2004, 13.182, de 3 de novembro de 2015, 13.203, de 8 de dezembro de 2015, 14.118, de 13 de janeiro de 2021, 9.648, de 27 de maio de 1998, e 9.074, de 7 de julho de 1995; e revoga dispositivos da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961*. **Mantidos os dispositivos 36.21.009 e 36.21.010** (votação nominal). . . . . 54

### 1.2.13 – Item 1

Veto Parcial nº 25/2021, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 146/2019, que *institui o marco legal das "startups" e do empreendedorismo inovador; e altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006*. . . . . 58

### 1.2.14 – Oradores (continuação)

Senador Paulo Paim – Pedido pela rejeição do Veto nº 33/2021 aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 293/2009, que inclui lúpus e epilepsia na lista de doenças com benefícios da Previdência Social. Esclarecimentos sobre o posicionamento de S. Exa. favorável à rejeição do Veto nº 48/2022 aposto ao Projeto de Lei nº 12/2021, que dispõe sobre a licença compulsória de patentes. . . . . 65

### 1.2.15 – Item 1 (continuação)

Veto Parcial nº 25/2021, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 146/2019, que *institui o marco legal das "startups" e do empreendedorismo inovador; e altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006*. **Mantidos os dispositivos 25.21.001 a 25.21.005** (votação nominal). . . . . 67



<b>1.2.16 – Discussão em globo dos Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs 1, 2 e 3/2022.</b>	<b>73</b>
<b>1.2.17 – Item 22</b>	
Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2/2022, do Presidente da República, que <i>altera a Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2022</i> . Proferido <b>Adendo de Plenário</b> , pelo Senador Carlos Fávaro. ....	<b>73</b>
<b>1.2.18 – Item extrapauta</b>	
Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3/2022, do Presidente da República, que <i>abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito especial no valor de R\$ 7.676.200.000,00, para o fim que especifica</i> . Proferido o <b>Parecer nº 1/2022-PLEN-CN</b> pelo Deputado Cláudio Cajado. ....	<b>74</b>
<b>1.2.19 – Item 21</b>	
Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1/2022, do Presidente da República, que <i>abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 1.703.662.957,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente</i> . <b>Aprovado o Substitutivo</b> . ....	<b>76</b>
Redação final do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1/2022 ( <b>Parecer nº 2/2022-PLEN-CN</b> ). <b>Aprovada</b> . À sanção .....	<b>81</b>
<b>1.2.20 – Item extrapauta (continuação)</b>	
Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3/2022, do Presidente da República, que <i>abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito especial no valor de R\$ 7.676.200.000,00, para o fim que especifica</i> . <b>Aprovado</b> . À sanção .....	<b>81</b>
<b>1.2.21 – Item 22</b>	
Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2/2022, do Presidente da República, que <i>altera a Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2022</i> . <b>Aprovado o Substitutivo</b> , com adendo de Plenário. ....	<b>82</b>
Redação final do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2/2022 ( <b>Parecer nº 3/2022-PLEN-SF</b> ). <b>Aprovada</b> . À sanção .....	<b>87</b>
<b>1.3 – ENCERRAMENTO</b> .....	<b>87</b>
<b>1.4 – REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO</b> .....	<b>88</b>

## PARTE II

### 2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 13ª SESSÃO

#### 2.1 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

##### 2.1.1 – Vetos nºs 25, 33, 36, 46, 48, 58, 60, 62, 63, 65, 66, 67 e 71/2021; e 5, 9, 11, 12, 13, 14 e 15/2022

Declaração de voto .....	<b>103</b>
--------------------------	------------



Justificativas de ausência .....	104
Requerimentos nºs 51 a 87/2022-CN .....	107
Resultado das votações .....	183
<b>2.1.2 – Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2/2022</b>	
Adendo de Plenário .....	280
Redação final (Parecer nº 3/2022-PLN-CN) .....	282
<b>2.1.3 – Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3/2022</b>	
Parecer nº 1/2022-PLN-CN .....	290
<b>2.1.4 – Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1/2022</b>	
Redação final (Parecer nº 2/2022-PLN-CN) .....	296
<b>3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS</b>	
<b>3.1 – EXPEDIENTE</b>	
<b>3.1.1 – Comunicação</b>	
Da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados ( <b>Ofício nº 46/2022</b> ). ....	365
<b>3.1.2 – Emendas</b>	
Nºs 1 a 26, apresentadas à Medida Provisória nº 1114/2022. ....	367
Nºs 1 a 8, apresentadas à Medida Provisória nº 1115/2022. ....	423
<b>3.1.3 – Término de Prazos</b>	
Término do prazo, em 2 de maio de 2022, sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da adoção da Medida Provisória nº 1067/2021. ....	448
Término do prazo, em 1º de maio de 2022, sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da adoção da Medida Provisória nº 1071/2021. ....	449

## PARTE III

### 4 – DECRETOS LEGISLATIVOS

Nº 17/2022 (proveniente do Projeto de Decreto Legislativo nº 373/2019), que <i>aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultura e Lazer do Bairro Asteca para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais</i> . ....	451
Nº 18/2022 (proveniente do Projeto de Decreto Legislativo nº 168/2021), que <i>aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universidade Federal de Sergipe para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Estância, Estado de Sergipe</i> . ....	452



Nº 19/2022 (proveniente do Projeto de Decreto Legislativo nº 161/2021), que <i>aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária para o Desenvolvimento da Educação, Cultura e Desporto de Pereiro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pereiro, Estado do Ceará.</i> .....	453
Nº 20/2022 (proveniente do Projeto de Decreto Legislativo nº 435/2009), que <i>aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária do P Sul (Adicops) para executar serviço de radiodifusão comunitária na região administrativa de Ceilândia, Distrito Federal.</i> .....	454
<b>5 – COMISSÕES MISTAS</b> .....	455
<b>6 – COMISSÕES MISTAS DE MEDIDAS PROVISÓRIAS</b> .....	468
<b>7 – COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS</b> .....	469
<b>8 – COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO</b> .....	470
<b>9 – COMPOSIÇÃO DA MESA</b> .....	475
<b>10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS</b> .....	476
<b>11 – LIDERANÇAS E VICE-LIDERANÇAS</b> .....	480



Ata da 13ª Sessão, Conjunta Semipresencial,  
em 28 de abril de 2022

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Marcelo Ramos e Marcel Van Hattem.*

*(Inicia-se a sessão às 12 horas e 37 minutos e encerra-se às 17 horas e 27 minutos.)*





**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Sessão conjunta do Congresso Nacional.

O sistema acusa a participação de 387 Sras. e Srs. Deputados e de 25 Sras. e Srs. Senadores nesta sessão.

Há número regimental, declaro aberta a sessão.

Nos termos do art. 7º, ato da Comissão Diretora do Senado Federal, que institui o Sistema de Deliberação Remota, informo que a sessão será iniciada diretamente na Ordem do Dia. Portanto, declaro aberta a Ordem do Dia.

Início da Ordem do Dia.

Constam na pauta os Vetos nºs 25, 33, 36, 46, 48, 58, 60, 62, 63, 65, 66, 67 e 71, de 2021, e 5, 9, 11, 12, 13, 14 e 15, de 2022, e os PLNs 1 e 2, de 2022.

Os dispositivos 9 e 10 do Veto 36, de 2021, já foram apreciados pela Câmara dos Deputados, na sessão de 17 de dezembro de 2021, tendo sido rejeitados por aquela Casa. Esses dois dispositivos ainda não foram analisados pelo Senado e, embora constem da cédula de votação, não serão apurados juntamente com os outros dispositivos do Veto 36, pois serão deliberados no painel eletrônico pelo Senado Federal.

Nós vamos passar à discussão.

Eu vou abrir a discussão dos vetos.

Vamos ouvir todos os inscritos, ao tempo em que tentaremos construir aqui o que está previsto como acordo para a votação desta sessão.

Lembro e reafirmo, como já disse ao Líder do Governo, que a votação de PLN sem enfrentamento de veto depende de acordo construído neste Plenário com os partidos do Governo e da Oposição.

Passo a palavra ao Líder Senador Eduardo Gomes, desde já aproveitando para desejar-lhe os parabéns, feliz aniversário, saúde e paz ao Senador e à sua família.

**O SR. EDUARDO GOMES** (Bloco/PL - TO. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Marcelo, que conduz mais esta sessão do Congresso Nacional, Líderes do Governo e da Oposição, estava pesquisando no Regimento Comum se havia alguma prerrogativa que aliviasse a tarefa difícil da condução conjunta da sessão hoje, pelo fato de ter sido cumprimentado por V. Exa. como aniversariante. Descobri que a vida é dura, é difícil, e vamos ter que tocar a sessão com as nossas convicções.

Sr. Presidente, eu queria muito agradecer aos Líderes da Oposição, com quem eu tive já a oportunidade de conversar, sabendo das dificuldades de condução desta reunião de hoje, mas cumprindo aqui a minha missão de tentar encaminhar as propostas do Governo e as propostas de procedimentos que sustentam esta sessão do Congresso no dia de hoje.

Sr. Presidente, nós, durante o período da pandemia, estabelecemos um modelo de votação que, por conta das dificuldades inerentes ao sistema, ainda telepresencial, e da dificuldade de sustentação dos temas por parte dos Parlamentares, pressupunha uma reunião conjunta virtual com a aprovação de pautas pela derrubada de vetos, pela manutenção e ainda de alguma coisa que remanescesse como disputa no voto. Pois bem, Sr. Presidente, esse modelo funcionou. Desse modelo surgiram pautas importantes de votação, com consequências inclusive permanentes nesta Casa, como é o caso da federação partidária, da discussão da Lei Aldir Blanc, de uma série de outras discussões que caminharam em acordo com o que o Governo queria, com o que a Oposição queria e com o que o Parlamento podia fazer. Logo em seguida, Srs. Parlamentares, nós retornamos ao sistema puro de cédula, o que, dado ainda o tempo recente, não foi suficiente para vencer o estoque de vetos e a dinâmica de votação de PLNs e de outras propostas que estão tramitando na Casa.

Diante desse fato, Sr. Presidente, Srs. Líderes, Srs. Deputados, Deputadas, Senadores, Senadoras,



nós estamos trazendo no dia de hoje, pela circunstância evidente de algumas matérias inadiáveis, que precisam ser votadas, uma proposta de acordo para a manutenção do Veto 11, o veto da LOA, e a consequente liberação de três importantes PLNs para a sociedade brasileira.

O mais importante e urgente desses três itens é o PLN 1, que libera recursos efetivos do Plano Safra, não só deste ano, mas também na preparação de regime da anualidade para o plano do ano que vem, com a seguinte negociação: na manutenção do Veto 11, há o compromisso do Governo de recomposição, num acordo fechado com a Frente Parlamentar da Agropecuária, com lideranças do setor, para a manutenção, o retorno dos recursos de Embrapa, de investimentos setoriais que garantam à agricultura brasileira o bom funcionamento. Então, isso está absorvido nessas consequências por esse acordo.

Entendamos, Sr. Presidente – e estive falando agora há pouco com a nossa querida ex-Ministra Tereza Cristina –, que isso foi uma negociação extensa, importante, mas que precisa desta Casa de uma resposta imediata, sob pena de perdemos e termos prejuízo irreparável na agricultura do país em todos os seus níveis, desde a familiar até a agricultura extensiva e de maior volume. Então, a solicitação de aprovação do PLN 1 se sustenta nisso, que também tem consequências com o PLN 2.

E o PLN 3...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. EDUARDO GOMES** (Bloco/PL - TO) – Sr. Presidente, peço só mais um pouco de tempo para explicar a proposta de acordo.

O PLN 3, com o recurso específico de R\$7,6 bilhões, dedicados a todos – todos, repito –, a todos os municípios brasileiros que, nesta semana, realizam, em Brasília, a XXIII Marcha em Defesa dos Municípios brasileiros e todos os 26 estados e o Distrito Federal, recursos oriundos da segunda parcela da cessão onerosa disponíveis, mas que ainda não foram pagos e transferidos por conta de legislação orçamentária.

Então, Sr. Presidente, eu queria dizer que essa proposta, longe de ser uma proposta que atenda só ao Governo, também se encaixa com a proposta efetiva feita agora aos Líderes da Oposição para que nós consigamos fazer, ainda nesta semana – consultei o Presidente Marcelo, o Presidente Rodrigo Pacheco –, na quarta-feira, uma reunião não daquele modelo que fizemos durante a pandemia, porque não é mais possível, nem também com o isolamento da votação pura das cédulas.

A proposta seria a seguinte: faremos uma reunião, na quarta-feira, dos partidos da base aliada do Governo para discutirmos e filtrarmos ali as matérias de proposta de manutenção, de abertura para negociação da derrubada dos vetos e as matérias que remanesceram, que irão sobrar para a disputa no voto. Também faço o compromisso público de uma segunda reunião com os partidos da Oposição da Câmara e do Senado e com os partidos da chamada corrente independente para discutirmos, da mesma forma, o que é possível: selar o acordo pela manutenção, selar o acordo pela derrubada ou até definir o número de vetos que vão ao puro voto aqui no Congresso Nacional.

Eu sei que é mais um compromisso que não agrada a todos, mas eu sempre disse que, numa reunião do Congresso Nacional em que todos saem satisfeitos, alguém está errado. A gente precisa aqui do embate e também do entendimento dos espaços democráticos que são sustentados através dos debates que aqui acontecem, muitas vezes tendo a Oposição até colaborando com a manutenção de alguns vetos e o Governo certamente colaborando com algumas derrubadas.

Então, eu queria dizer que nós estamos depurando um modelo que vem se transformando obrigatoriamente, porque descobrimos que o modelo da pandemia não servia mais e descobrimos, agora, de repente, que não vai mais funcionar o modelo antigo, que era aquele modelo em que nos encontrávamos no Plenário e fazíamos os acordos aqui naquele calor do momento. A gente vai ter que buscar uma transformação, uma transmutação, uma fase de adaptação ao novo modelo de discussão de votação no Congresso.



Eu só queria resgatar aqui, no estoque de compromissos que nós fizemos durante esses dois anos e meio, a capacidade de termos avançado juntos em temas importantes para o Governo, para a Oposição e para o Parlamento como um todo. Eu não preciso nem dizer aqui que venho conversando com o Líder Paulo Rocha, venho conversando com o Líder Arlindo Chinaglia e com vários Líderes sobre a necessidade do amadurecimento de debates de matérias de veto que ainda não venceram, mas que precisam de análise, como a Lei Paulo Gustavo e como tantos outros itens que nós estamos rediscutindo, para chegarmos, no momento do acordo dessas reuniões dessa próxima semana, a uma reunião do Congresso Nacional já sob esse novo ritmo, colocando aqui a produção do Congresso Nacional em dia, num ano que eu sei que é um ano absolutamente difícil para todos, porque é um ano em que nós teremos a renovação completa da Câmara dos Deputados e de um terço da composição do Senado.

Diante disso, eu agradeço ao Presidente Marcelo pela oportunidade e encaminho essa primeira fase do acordo com essa solicitação. Entendo as posições contrárias, mas tenho tentado conversar com os partidos da Oposição e também com os do Governo que mantêm posições divergentes, para que a gente saia hoje pelo menos com esta sinalização à sociedade brasileira: a liberação do Plano Safra, a liberação da cessão onerosa e o nosso compromisso de encaminhamento dos vetos e de outros PLNs que já estão disponíveis, que não serão apreciados, como é o caso do PLN 4 e de outros PLNs que estão chegando para análise, também aguardando regimentalmente aquilo que reza a estrutura das duas Casas, que é a composição da Comissão Mista de Orçamento, que ainda não foi instalada para este ano.

Então, compreendendo essa circunstância, Sr. Presidente, eu faço esse apelo a todos os Parlamentares, entendendo que essa avaliação restrita dos vetos e de todo o conjunto de matérias do Congresso Nacional obedece a essa circunstância, mas a ela precede uma necessidade de debate maior sobre o novo modelo de análise, abrindo de novo o diálogo direto entre a Oposição e o Governo quanto àquilo que é possível votar e àquilo que não é possível votar e àquilo que vai para o voto direto, na disputa das ideias aqui, que é o normal, é o que prevê o nosso Regimento e o funcionamento do Parlamento.

Agradeço a todos os Líderes por essa oportunidade e me coloco à disposição para o esclarecimento e o debate pontual de cada matéria, também lembrando que estão na memória da Liderança do Governo os acordos recentes de matérias pendentes que dependem de posição do Governo. Todos serão cobrados durante a semana e rigorosamente todos serão discutidos nas reuniões de quarta-feira.

Também deixo claro que essa dinâmica de discussão está sendo conversada com o Líder da Maioria no Congresso Nacional, Deputado Aguinaldo, com os Líderes partidários, e também falei hoje cedo com o...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. EDUARDO GOMES** (Bloco/PL - TO) – ... Senador Jean Paul Prates, que está ausente, mas com quem pude conversar, e com vários Líderes, para que a gente tenha um alinhamento, ressaltando aqui também a nova dinâmica de funcionamento da Secretaria de Governo da Presidência da República, com o Sr. Ministro Célio. Então são vários ministérios, vários vetos, várias opiniões, e o que eu estou tentando aqui – e pedindo apoio para os senhores e para as senhoras – é que a gente consiga reafinar, realinhar a estratégia de procedimento de votações do Congresso Nacional – e deixo o registro público da colaboração, da compreensão de todos a partir da condução do Presidente Marcelo.

Entendo que temos muita coisa para ajustar, muita coisa para acertar, é essa a nossa função e é por isso que nós estamos aqui.

Muito obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Antes de passar ao Deputado Antonio Brito, Deputado Arlindo Chinaglia, Deputado Aguinaldo, Deputado Afonso Florence, Deputado Cajado,



todos que estão solicitando aqui...

**O SR. TIAGO MITRAUD** (NOVO - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador. *Por videoconferência.*) – Inscrevo-me também, Sr. Presidente, remotamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – O.k.

... eu só quero fazer uma ponderação em relação à fala do Líder do Governo.

No exercício desta Presidência, eu sou refém de duas coisas: primeiro, eu sou refém da Constituição, que estabelece uma regra que veda a possibilidade de votação de PLNs com vetos trancando a pauta pendente; segundo, eu sou refém da minha palavra dada aos Líderes quando da condução das Casas. E eu tenho minha palavra dada ao conjunto de Líderes de que não votaria mais PLN sem enfrentamento dos vetos e sem passagem pela CMO. Entendo que há urgência na votação do PLN 1, em especial por conta dos efeitos sobre o Plano Safra, o que é fundamental para o setor primário do país; entendo que há urgência no PLN 3, que diz respeito à outorga onerosa e pode distribuir mais de R\$7 bilhões para estados e municípios, mas, como já disse ao Líder do Governo, antes de iniciar a sessão, não poderei passar sobre a Constituição e sobre a minha palavra se não houver acordo do conjunto dos Líderes partidários.

Então, enquanto nós estamos nesse momento de debate, eu peço que seja feito um esforço de construção desse acordo para que consigamos votar essas matérias que são mais urgentes, algumas delas quase que inadiáveis para o país.

Meu Líder Antonio Brito; depois, Deputado Arlindo.

**O SR. ANTONIO BRITO** (PSD - BA. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Srs. Deputados, Sr. Presidente Marcelo Ramos, inicialmente eu queria parabenizar o Líder do Governo Eduardo Gomes pelo aniversário de hoje, dizendo a V. Exa. que a cada aniversário a gente vai fazendo uma reflexão maior. Depois, quero parabenizar o Presidente Marcelo Ramos pela condução que tem feito a cada momento no Congresso Nacional.

Presidente Marcelo Ramos, como Líder do PSD, eu quero dizer a V. Exa., que é do nosso partido, e ao Presidente Rodrigo Pacheco que o PSD é um partido independente com referência ao Governo Federal. Mas o PSD, em nenhum momento, tem se furtado a cooperar com todas as decisões tomadas nesta Casa que beneficiem a população brasileira, com a independência que nós temos no nosso partido. Mas, sem sombra de dúvida, com a liderança que nós temos no Congresso Nacional do Presidente Rodrigo Pacheco e com a liderança delegada a ele, a V. Exa. e por nós que queremos sempre vê-lo nessa cadeira tocando essa compreensão e articulação de forma dura e do diálogo, Presidente e Líder Eduardo Gomes, é que o PSD, acreditando exatamente na capacidade do diálogo, referenda o acordo proposto pelo Líder do Governo, deixando claro ao Governo que gestos se fazem com gestos. E V. Exa., estando aí representando não só o Congresso Nacional, mas o PSD, sabe dos gestos que nós estamos fazendo agora e esperamos gestos, da mesma forma que o PSD tem feito ao país.

Portanto, Líder Eduardo Gomes, parabéns pelo seu aniversário. O gesto do PSD é pelo acordo de V. Exa.

Muito obrigado e parabéns ao Presidente Marcelo Ramos. Conte sempre com este Líder que lhe tem respeito e admiração.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Não tenho dúvidas disso, meu Líder.

Com a palavra o Deputado Arlindo Chinaglia, pela Liderança da Minoria.

**O SR. ARLINDO CHINAGLIA** (Bloco/PT - SP. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, além de cumprimentá-lo, eu quero aproveitar parte das suas palavras, que foram essenciais. É que todos somos reféns – foi esse seu termo – da Constituição e do Regimento. Portanto, eu o cumprimento por reafirmar aquilo que já disse em sessões passadas.



Eu tenho uma questão de ordem pronta exatamente em cima daquilo que V. Exa. observou: não é autorizado pela Constituição brasileira votar PLNs com vetos que estão trancando a pauta.

Eu quero agora cumprimentar o Líder Eduardo Gomes, porque ele consegue ser tão simpático que eu quase o imagino na Oposição, eu diria, digamos, com essa capacidade de articulação. Eu estou, evidentemente, fazendo uma brincadeira, mas eu quero também cumprimentá-lo pelo aniversário – e o elogio que eu fiz é à sua gentileza.

Mas eu também sou refém de quem eu represento; se não, não estaria representando. Portanto, eu sou Líder da Minoria no Congresso.

Eu postei a sua proposta, de forma absolutamente idêntica, no grupo. E quem se manifestou agora? Todos se manifestaram contrários ao acordo, inclusive o próprio Líder da Minoria na Câmara, Deputado Alencar Santana, que o Deputado Florence, que, provavelmente, vai falar logo após, está aqui, representando, também na condição de Vice-Líder, que é, da Minoria, e vai falar em nome da Liderança.

A Liderança do PT falou contra. Eu vou, então, explicar o porquê. Veja: primeiro, se a gente analisar isoladamente, por exemplo, o PLN 3, não há o que obstar, porque, de fato, está fazendo uma arrecadação a partir da concessão onerosa para a Petrobras e, a partir daí, distribui dinheiro para os municípios. Mas eu acho isso necessário e possível de ser feito, cumprindo-se a Constituição. Não é necessário atropelar a Constituição nem o Regimento.

E, com referência ao PLN 1, veja, se esse PLN fosse a voto na sessão passada do Congresso, o veto cairia. O que ocorreu em março? Houve uma proposta de emenda modificativa ao PLN 1. O que ocorre? Com o Veto 11, que tem íntima relação com o PLN 1, foram tirados 3,1 bilhões de áreas como educação, previdência, saúde, meio ambiente, ciência e tecnologia, entre outras.

Olha a situação, então, em que nós, da Oposição, ficamos. Retirar dinheiro do INSS vai atrasar a concessão de benefícios, vai atrasar os processos de pessoas que ficam esperando meses, até anos a fio, pelo menos um ano.

Então, o que nós queremos debater, no que diz referência ao PLN 1, é a recuperação desses recursos que foram tirados de áreas centrais, de áreas absolutamente nevrálgicas. Nada contra colocar recursos, obviamente, na agricultura. Na bancada, por exemplo, a que eu pertença, que é a do PT, há pessoas muito próximas ou, diria, militantes da agricultura familiar.

Entretanto, nós queremos votar primeiro o Veto 11, para depois votarmos o PLN 1. Se depender da nossa orientação, nós vamos tentar derrubar – não estou dizendo que vamos conseguir, mas vamos tentar.

Então, Líder Eduardo Gomes e demais Líderes, Sras. e Srs. Parlamentares, nós estamos dispostos ao diálogo, mas começar a sessão atropelando...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ARLINDO CHINAGLIA** (Bloco/PT - SP) – Já termino, Presidente.

... o Regimento e a Constituição, veja, para quem é Minoria, frente, às vezes, a uma Maioria com muito apetite, nós não temos outra alternativa de fazer a defesa dos nossos pontos de vista a partir daquilo que a lei garante, a Lei Maior inclusive.

Então, nesse sentido – eu agradeço pelo tempo, Presidente –, nós queremos, claro, dialogar, porém, nesse momento não...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Deputado Arlindo, antes de passar ao Deputado Afonso Florence, eu vou repetir o que disse: sou refém da Constituição e da palavra que dou aos meus colegas Deputados e Deputadas no exercício da Presidência. Portanto, para que a gente avance



nessa matéria, eu preciso que seja construído um acordo entre as Lideranças.

Faço um apelo ao Senador Eduardo e ao Deputado Arlindo, um apelo no sentido de que a gente consiga avançar em algo mais, porque também me parece que o acordo, como construído – e, aí, obviamente não me cabe adentrar o mérito aqui –, pede alguma coisa e não dá nada. E esses são acordos que geralmente a gente tem dificuldade de construir.

Então, o que eu queria pedir é para ver se tem algum tema que seja caro à Oposição e cuja apreciação a gente possa adiantar nesta sessão, algo que não seja daqueles temas também fundamentais e inegociáveis do Governo, para que a gente possa também fazer um gesto até que justifique o aceite das condições do acordo.

Então, eu quero só deixar esse apelo aqui ao Plenário.

Deputado Afonso.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Presidente Marcelo Ramos, quero trazer aqui a posição da Liderança da Minoria, com o mandato que exerce de Vice-Líder com a delegação do Líder Alencar.

Primeiro me permita fazer uma saudação à condução de V. Exa. como Presidente da sessão, como Vice-Presidente do Congresso Nacional. O Brasil sabe que V. Exa. foi eleito com voto dos Parlamentares para exercer um mandato de Vice-Presidente, e a condução, inúmeras vezes não correspondendo aos interesses políticos, regimentais, da Oposição – possivelmente, eventualmente, também não ao Governo –, pode ser caracterizada como reta, em respeito à Constituição, ao Regimento, e uma conduta imparcial, o que se repete nesse caso, nesse momento que é um momento nevrálgico, porque tem marcha dos Prefeitos, tem crise econômica, carestia e aumento da fome, mas, como V. Exa. diz, é escravo da Constituição e do Regimento.

Então, antes de tentar contribuir com a busca do acordo, eu tenho que fazer este registro: um mandato atribuído, delegado pelo Congresso Nacional, muito bem cumprido.

Quero saudar V. Exa. por tudo que tem feito, mesmo que, porventura, nesta sessão, mais uma vez tenhamos posições diferentes. É da democracia.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Obrigado.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA) – Bom, Presidente, o Líder Eduardo traz uma proposta de acordo, na qual um dos 20 vetos que trancam a pauta seria votado. É uma proposta de acordo que na política seria votado para ser mantido. É uma proposta de acordo que na política todo mundo sabe – eu estou aprendendo ainda, mas: fez-se uma proposta, tem-se uma contraproposta e tem que se ceder em alguma coisa. Então, não é uma proposta de acordo; é um atropelamento.

Então, há 20 vetos trancando a pauta. Há uma enormidade de vetos que ainda não trancam a pauta e são do interesse da Oposição. Entre os que trancam a pauta, a privatização da Eletrobras; a Lei de Segurança Nacional, que é do interesse de todo mundo que é candidato no ano eleitoral, que vai incidir na legislação eleitoral; e a Paulo Gustavo, que não tranca a pauta. Citei essas três, porque já houve momentos em que o Governo aceitou incluir num acordo, pela derrubada, por exemplo, a Lei de Segurança Nacional e a Paulo Gustavo – uma, que tranca a pauta, e outra, que não tranca a pauta.

Quero citar, por exemplo, aqui, um documento das Bancadas Femininas pedindo a derrubada do Veto 11, documento assinado por – não tenho mandado para falar em nome das bancadas, mas é um documento público que me foi entregue pela assessoria das bancadas: Deputada Celina Leão, como Coordenadora da Bancada Feminina na Câmara; Deputada Tereza Nelma, Procuradora da Mulher na Câmara; Senadora Eliziane Gama, Líder da Bancada Feminina no Senado; e Senadora Leila Barros, Procuradora da Mulher no Senado, solicitando a imediata derrubada de um veto que tranca a pauta.

E essa proposta de acordo apareceu hoje. Eu não tenho condições pela Minoria de anuir a um acordo



em que eu não tive tempo hábil sequer de consultar a Bancada Feminina se ela concorda que do veto que tranca a pauta...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA) – ... seja preterida a apreciação para ser mantido um único veto, que tranca a pauta, para serem aprovados PLNs em que nós não temos divergência no mérito.

Entretanto, temos que reconhecer: o Governo errou de não pôr na pauta o PLN 3. A responsabilidade é do Governo, porque é um PLN com que todos nós concordamos e que queríamos aprovar, mas não está na pauta.

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campanha.)*

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA) – Para concluir, Presidente, são muitas e gravíssimas concessões que a Oposição tem que fazer para o intento do Governo ser realizado. Nós não temos condição de aqui e agora anuir com o preterimento de 19 vetos que estão trancando a pauta.

Por isso, nós temos duas soluções: ou suspendemos a sessão e temos aí quatro, cinco horas para negociação, para consulta à bancada...

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campanha.)*

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA) – ... consulta aos partidos da Oposição na Câmara e no Senado; ou nós jogamos essa pauta, respeitando a Constituição e o Regimento, para o início da próxima semana.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Só um ponto. Deixe-me só fazer um registro.

Nós precisamos votar PLNs, porque o PLN tem impacto na vida real das pessoas – dois em especial: um relacionado ao Plano Safra, e o da outorga onerosa, relacionado a estados e municípios.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA) – Permita-me um aparte, Presidente.

Eu não sei se é do conhecimento de V. Exa. e do Congresso: o PLN dos Planos Safras só equaliza os créditos já contratados.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Sim, sim.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA) – Então, ele é muito insuficiente tanto no setor empresarial como na agricultura familiar.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Sim, mas o que eu queria dizer, por outro lado, para concluir, é que nós não podemos, diante da incapacidade de ter segurança de manutenção de veto, não terminar esses vetos pendentes nunca! Nós já estamos aqui há quatro, cinco sessões adiando os mesmos vetos! Esses vetos que estão adiando hoje são os mesmos que adiaram na sessão passada e os mesmos que adiaram na sessão retrasada! Então...

Eu vou seguir aqui. Eu vou ouvir o Deputado Ottaci e, depois, o Líder do Governo novamente.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Tá, o Senador Marcelo Castro. Deputado Ottaci, V. Exa. tem a palavra.

**O SR. OTTACI NASCIMENTO** (Bloco/SOLIDARIEDADE - RR) – Agradeço, Presidente...





**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco/PSDB - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente Marcelo, é só para dizer que estou inscrito como Senador. Eu gostaria que V. Exa. me desse a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Está bom. Passo, logo depois, para V. Exa.

**O SR. OTTACI NASCIMENTO** (Bloco/SOLIDARIEDADE - RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Como falei agora há pouco, agradeço a condução dos trabalhos do nosso Presidente do Congresso, que assume, o Deputado Marcelo Ramos.

Nós entendemos que, neste momento, entre a direita e a esquerda, existe um centro. Como bem o senhor falou agora, existe um centro que podemos dizer que são os estados e os municípios. E por quê? Quero agradecer, principalmente, a condução dos trabalhos aqui do Líder Eduardo, que está aqui, na Casa, para fazer com que nós possamos hoje destravar essas pautas, mas também quero aproveitar o ensejo, nesta semana, da Macha dos Prefeitos, na nossa capital do país, para dizer que é preciso, também, de certa forma, que seja conduzida esta mensagem para todos os municípios de que aqui nós estamos prontos para votar, mas, acima de tudo, para cuidar da nossa população.

Estão presentes aqui, na Casa, o Vereador Lobão e o Vereador Ribamar do Município do Uiramutã, onde 90% da população são indígenas, que precisam hoje sair daqui, Presidente, levar essas boas novas para o município e dizer que aqui tem homens e mulheres comprometidos com a nação, com o estado e, principalmente, com a pauta municipalista.

Obrigado, Presidente.

**O SR. EDUARDO GOMES** (Bloco/PL - TO) – Sr. Presidente, pela ordem...

**O SR. MARCELO CASTRO** (Bloco/MDB - PI) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Só um minutinho.

Senador Marcelo Castro, Senador Izalci, e ouço V. Exa.

**O SR. MARCELO CASTRO** (Bloco/MDB - PI. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero esclarecer aqui sobre a questão do Plano Safra, porque está havendo uma confusão.

Na verdade, o veto presidencial foi de R\$3,2 bilhões, incluindo RP 8, emenda de Comissão; RP 2, emenda de bancada; e também um corte que foi dado no INSS de aproximadamente R\$1 bilhão. O PLN veio com R\$1,7 bilhão originalmente.

Então, de 1,7 para 3,2, nós ainda temos um espaço de R\$1,5 bilhão. Em seguida veio uma mensagem modificativa tratando do Plano Safra, no valor de R\$868 milhões. Só que se está fazendo uma confusão aqui neste Plenário, não sei se de propósito, quando se diz que o Plano Safra vem dos vetos que foram dados. Isso não é verdade. O Plano Safra... Os 868 milhões do Plano Safra vêm do superávit, eles não consomem o recurso dos vetos.

Então esse argumento de que nós não podemos destacar e derrubar vetos porque não teria recursos para o Plano Safra não é um raciocínio correto, porque o recurso do Plano Safra tem como fonte o superávit. Então se nós, por acaso, derrubássemos recursos... Com os vetos da Comissão de Educação do Senado, que foram R\$314 milhões, somados a R\$1,7 bilhão, que é o PLN 1 original, nós iríamos para R\$2 bilhões, e ainda sobraria R\$1,2 bilhão dos vetos que foram feitos.

Eu queria dizer isso a V. Exa. ...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. MARCELO CASTRO** (Bloco/MDB - PI) – ... e aproveitar para dizer ao Governo que o Governo tem dois caminhos no Congresso: não negocia com ninguém, liga o trator e passa por cima de todo mundo, ou então negocia. Para negociar, tem que ceder, tem que dialogar, não pode negociar partindo do princípio de que não vai ceder nada para ninguém.



Então, nessa posição que está hoje aqui, nós do MDB vamos votar para...

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campainha.)*

**O SR. MARCELO CASTRO** (Bloco/MDB - PI) – ... de todos os vetos e romper qualquer acordo que possa existir.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Senador Izalci.

Deputado Welinton, deixe só eu ouvir o Senador Izalci. Daqui a pouco eu vou passar a V. Exa. É só para dar um equilíbrio. Eu ouvi dois Deputados e vou ouvir dois Senadores, agora.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco/PSDB - DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Deputados e Deputadas, nós temos já...

Primeiro quero parabenizar o aniversariante do dia, o Líder do Congresso Eduardo Gomes, muito competente por sinal.

Quero dizer, Presidente, que a informação que recebi é que tinha um acordo, mas estou vendo aqui que realmente não se tem esse acordo ainda construído. Nós temos já alguns vetos, que inclusive destacamos, que precisamos resolver também.

Nós temos aí, General Peternelli, centenas – centenas! – de contadores que são escravos do Governo, porque trabalham de graça para o Governo, com a lei que foi aprovada, com a redação da Receita Federal, com a participação do Governo de 100%... A redação foi feita lá. Fizemos dez reuniões com a Receita Federal no Ministério da Economia e depois fizemos aqui – Paulo Paim foi Relator. Tem gente se suicidando por causa do valor de 500 mil – um pequeno escritório de contabilidade –, e a coisa vai... Isso é coisa de 2013, 2009 a 2013. Então nós temos que fechar essa questão.

Nós temos aqui a questão também – como foi já praticamente de consenso, eu tenho certeza de que, se for votar, será derrubada – da energia, dos microempreendimentos da energia solar, que também está aqui destacada por nós.

Quero lembrar que nós temos questões do marco da ferrovia, que é um projeto do Serra. O Senador Serra é o autor. Então, essas coisas têm que ser discutidas.

A proposta de fato que está acontecendo hoje é o seguinte: "Olha, vamos votar os PLNs, vamos votar a LOA sem derrubar nenhum veto e, na terça e quarta, a gente vai fazer uma reunião para discutir e, na quinta, vota". Ora, como foi dito pelo Presidente Marcelo, porque aqui ele disse isso, ele está respeitando a Constituição.

Durante essa pandemia toda, nós tentamos diversas vezes fechar um acordo: o que o Governo concordava em derrubar, o que a Oposição gostaria de derrubar e que vai ter, evidentemente, o apoio de muitos Parlamentares, e a gente fecharia o acordo. O que acontece agora? Não tem mais reunião. Já foram suspensas aqui não sei quantas reuniões porque não tem acordo. Então, eu também proponho isso. Nós temos que sentar... O Governo precisa se sentar à mesa e dizer quais são esses vetos em que é possível a gente fazer o acordo. Porque esse acordo de fato, em que você diz... O que nós estamos recebendo, Senador Fávaro, é a perspectiva de, numa terça e quarta-feira, fazer uma reunião. E se nessa reunião não acontecer nada? Então, é um instrumento que a gente tem.

O Senador Marcelo Castro, que é especialista na Comissão Mista do Orçamento, deixou muito claro. Eu faço parte da Frente Parlamentar de Agricultura. Está aí a explicação. Então, nós temos que sentar. Eu sugiro: se vamos fechar terça e quarta, podemos fazer hoje. Eu estou aí sábado o dia todo aí para discutir. Agora, precisamos ter realmente um bom senso. Naquilo que é bom para o país, o PSDB nunca foi oposição radical; quanto pior, melhor. O PSDB sempre votou o que é bom para o Brasil. Se o marco ferroviário é do Senador Serra; saneamento básico, projeto do Tasso Jereissati, então a gente precisa...



Ninguém tem interesse aqui em prejudicar, muito pelo contrário, nós é que queremos isso, mas temos que discutir os vetos.

Então, Presidente, eu estou aqui à disposição, como vários Líderes, para a gente sentar e conversar aí, como foi sugerido, três, quatro, cinco horas, vamos votar de madrugada, mas não dá realmente para votar tudo sem sequer conversar, não é?

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. EDUARDO GOMES** (Bloco/PL - TO) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Eu só quero dizer que eu tenho um voo às 20h. Amanhã tenho um voo cedo para o interior do Estado do Amazonas, mas, se houver um acordo construído aqui, eu fico para que a gente faça as votações que forem necessárias, mas, repito, existe uma condição para isso.

**O SR. EDUARDO GOMES** (Bloco/PL - TO. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente. Sr. Presidente, me permite uma palavra aqui só para tentar, primeiro, com todo respeito e principalmente com o desejo de acordo, falar sobre aquilo que foi dito aqui pelo Líder da Oposição, o Líder da Minoria e os Deputados e o que ainda será dito pelos nossos colegas Deputados e Senadores e Senadoras e Deputadas da Oposição.

Primeiro, Sr. Presidente, restabelecendo uma coisa simples, primária com relação à jurisprudência, à Constituição e a qualquer questão de ordem advinda da proposta de tramitação de vetos.

Nós temos, hoje, no dia de hoje, sem condição de mudar até a hora da votação, 204 vetos e mais de três mil dispositivos sem a análise da Casa, no limbo legislativo, dos últimos governos. Nós fizemos um trabalho de votação desses dispositivos ainda no começo deste Governo, mas ainda remanescem três mil dispositivos e 204 vetos integrais. Da atual legislatura e do Governo, sempre com a observância de V. Exa. na cobrança da análise dos vetos, em que pense a análise de vetos nas últimas quatro sessões, nós temos, historicamente, 20 vetos trancando a pauta. Eu não me lembro, nos 20 anos de mandato, de ocasião onde só tivéssemos 20 vetos presidenciais trancando a pauta.

Mesmo assim, Sr. Presidente, eu queria conclamar aqui todos os Parlamentares, de todas as correntes políticas, para que nós insistíssemos na construção de um modelo, que não está pronto, que não obedece àquilo em que a gente avançou e regrediu durante a pandemia, na análise conjunta de vetos para manutenção, para derrubada e para votação. Disso remanesceu uma série de acordos para o Governo, para a Oposição e para o Parlamento. Quando foi possível avançar e antecipar a análise, nós o fizemos.

Quando a gente discute aqui... Eu falei ao Senador Paulo Rocha – e tenho conversado com todos – sobre a nossa boa vontade de discutir o possível na análise da Lei Paulo Gustavo, e eu o faço como Parlamentar que foi o Relator da lei também.

Então, a gente está construindo um acordo, o acordo em torno do Veto 63, o acordo em torno da Lei de Segurança Nacional, o acordo em torno de outros dispositivos. A nossa proposta é que a gente faça essa reunião na quarta-feira e que, na sessão de quinta-feira, a gente coloque a seguinte dinâmica: o que tem acordo para manter será mantido, o que tem acordo para derrubar será derrubado, e o que não tem acordo será votado.

Então, o Governo está abrindo mão... Como a Oposição está abrindo mão dos preceitos regimentais para fazer qualquer tipo de protelação, que é legítima, que é democrática, o Governo também está abrindo mão de confeccionar cédula e botar para o voto, porque a gente entendeu que a dinâmica das sessões passadas também não funcionou e ficou ruim para o Governo, ficou ruim para a Oposição.

Então, a minha proposta é que hoje essa pauta não seja considerada uma pauta de governo. A cessão onerosa libera, efetivamente, recursos para 100% dos municípios brasileiros e para todos os estados brasileiros. Pela primeira vez na história – e já é a segunda parcela –, o Governo Federal abre mão



diretamente de recursos para estados e municípios de todo o Brasil.

O Plano Safra... É evidente que as consequências da protelação da aprovação dos recursos do Plano Safra atingem o país não só na agricultura intensa, mas também na agricultura familiar.

Então, são assuntos... É como se a gente pensasse que as bancadas, aqui, em determinados temas, estivessem só com o Governo ou só com a Oposição; elas são compostas de Parlamentares de todos os partidos.

Então, eu queria, Presidente, dizer a V. Exa. que, primeiro, é preciso restabelecer a importância da atualidade da pauta. Mas quero dizer que, pela primeira vez na história, nós temos apenas 20 vetos trancando a pauta e que temos, dos governos passados, 204 vetos e três mil dispositivos.

Então, eu queria só restabelecer isso, Presidente...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. EDUARDO GOMES** (Bloco/PL - TO) – ... e pedir o acordo aos nossos Líderes.

**O SR. ARLINDO CHINAGLIA** (Bloco/PT - SP) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem, baseada no parágrafo...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Deputado Arlindo, antes da questão de ordem, deixe-me só fazer um esclarecimento ao Líder do Governo.

**O SR. ARLINDO CHINAGLIA** (Bloco/PT - SP) – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Primeiro, desde o início, eu tenho manifestado a minha disposição de que nós devemos fazer um esforço de tentar votar o PLN 1 e, se possível for, o PLN 3. No entanto, Senador Eduardo Gomes, eu quero lembrar que o Supremo Tribunal Federal, quando decidiu sobre essa questão dos vetos, modulou a decisão de que a fila só começaria a contar a partir daquela decisão. Portanto, os vetos anteriores a 2013 não trancam a pauta. O.k.? Os 3 mil vetos não trancam a pauta.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Está ligado. Hoje o microfone está...

**O SR. EDUARDO GOMES** (Bloco/PL - TO. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu entendo. Vi essa interpretação e esse esclarecimento do Deputado Arlindo Chinaglia na sessão passada e em outras sessões. Ele tem colaborado muito e o Governo também para que esses 20 não virem 3 mil. Eu acho que o bom senso diz o seguinte: os vetos estão na pauta, o adiamento de análise de veto eventualmente na pauta na rigidez da cronologia de uma sessão para a outra é um exercício do Parlamento que a gente pode buscar um pouquinho mais próximo do que eu estou falando. Esses 20 não virarão 3 mil, com certeza, por causa do rigor do Deputado Arlindo e também do esforço do Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Senador Eduardo, V. Exa. deve lembrar que nós passamos a pandemia inteira fazendo esse esforço, flexibilizando essa regra; mesmo após a pandemia, nós flexibilizamos essa regra em alguns momentos. E V. Exa. deve lembrar também que eu daqui disse que, daquele ponto em diante, nós só faríamos havendo acordo. Então, eu não estou mudando nada do que foi estabelecido entre nós, inclusive com V. Exa. Se depender de mim, eu quero fazer todo o esforço aqui para que a gente enfrente.

Deputado Arlindo.

**O SR. ARLINDO CHINAGLIA** (Bloco/PT - SP. Para questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente.

Eu quero agradecer ao Líder Eduardo Gomes ao me atribuir o rigor no cumprimento da Constituição. Eu agradeço.



A propósito, eu faço a presente questão de ordem com suporte do §6º do art. 66 da Constituição Federal, de modo a assegurar que o Projeto de Lei 1/2022 seja apreciado por este Plenário apenas após concluída a votação do Veto 11, de 2022.

A primeira razão decorre do comando contido no §6º do art. 66 da Constituição Federal, segundo o qual vetos não deliberados em 30 dias sobrestam a pauta de todas as deliberações do Congresso Nacional. A pauta de hoje é composta de 20 vetos, todos eles trancando as votações.

A segunda razão advém do fato de a votação do PLN 1/2022 depender da votação prévia do Veto 11, de 2022, LOA 2022. Isso porque o PLN 1/2022 trata de suplementação de créditos relativos ao atendimento do Plano Safra 2021/2022. Assim, não é possível atender à inteireza dessa suplementação sem a resolução do referido veto.

Note, Sr. Presidente, que a votação do PLN 1/2022 está travada, constitucionalmente, pelos 20 vetos que estão a sobrestar a pauta e, material e logicamente, pelo Veto 11, do Ploa 2022.

É preciso, ainda, registrar que a regra de trancamento da pauta decorre de um comando constitucional, de obediência obrigatória. Não se trata, por exemplo, de regra exclusivamente regimental, cuja inobservância poderia ser negociada a partir das manifestações de Líderes.

Por essa razão, solicito que se consigne a impossibilidade de se votar o PLN 11 antes dos 20 vetos que trancam a pauta, sobretudo o Veto 11.

Essa é a questão de ordem.

E registro, fora da questão de ordem, Presidente, que V. Exa. tem razão, porque em 2011, quando houve a decisão do Supremo Tribunal Federal, isso foi decorrência da Emenda Constitucional nº 32. Portanto, de fato, aqueles milhares de vetos não trancam a pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Eu vou recolher a questão de ordem – já respondo a V. Exa. –, deixando desde já claro que a possibilidade de votação do PLN 1 sem a votação do Veto 11 inexistente, o que foi uma ressalva feita por V. Exa. Em momento nenhum se cogita votar o PLN 1 sem votar o Veto 11.

Eu vou insistir numa tentativa de negociação entre vocês, ou sobrar para esta Presidência duas alternativas, e na minha opinião as duas alternativas não são boas para ninguém: uma é cancelar a sessão e não fazer votação nenhuma; e a outra é enfrentar todos os vetos e os PLNs. As duas me contemplam. Eu prefiro que siga o esforço de um acordo. Eu sei que tem vetos que a oposição quer tirar da apreciação de hoje; eu sei que tem vetos que o Governo quer tirar da apreciação de hoje. Se eu tomar a decisão de enfrentar todos os vetos, nós vamos enfrentar todos os vetos até chegar ao PLN.

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** (Bloco/PP - PB) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Deputado Aguinaldo, Líder da Maioria.

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** (Bloco/PP - PB) – ... só para tentar colaborar...

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL - SP) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Só um pouquinho...

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** (Bloco/PP - PB) – Só para tentar...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Desculpa... Desculpa, Deputado Ivan...

Deixe-me só ouvir o Ivan aqui, para eu seguir a ordem.

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** (Bloco/PP - PB) – Concedo, com muito prazer.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu estou na inscrição aí, sou o próximo inscrito. Ou, então, vou pedir o tempo de Líder do PSOL para falar. Peço a V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – O.k. Vou ouvir o Deputado Aguinaldo. Deputado Aguinaldo, e depois passo ao tempo de Líder.



Deputado Aguinaldo.

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** (Bloco/PP - PB) – Presidente, eu estava tentando aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Vejam uma coisa. Olha lá. Eu, para não me afastar da Constituição e do que foi estabelecido aqui em sessões passadas, eu ou faço a sessão inteira e aprecio os vetos inteiros ou cancelo a sessão. Para apreciar parte dos vetos, só se houver acordo. Porque a Oposição não pode também me dizer que não concorda em apreciar um veto só, mas quer apreciar três! Não; para apreciar um ou para apreciar cinco tem que ter acordo. A única possibilidade de apreciar sem os acordos é apreciar todos.

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** (Bloco/PP - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Marcelo, eu queria primeiro felicitar V. Exa...

**O SR. RICARDO BARROS** (Bloco/PP - PR) – Peço tempo de Líder, Presidente.

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** (Bloco/PP - PB) – ... pela condução sempre equilibrada e fiel àquilo que V. Exa. acredita e respeita, que é a nossa Constituição sobretudo.

Quero dizer que, de fato, concordo com V. Exa. Nós só temos duas opções, duas alternativas: ou construímos aqui um acordo...

Eu quero sugerir que ainda nós possamos, não vou dizer gastar, mas investir algum tempo nessa construção de acordo, sobretudo quando a gente vê, por parte de todos os Líderes, a disposição de uma construção de acordo, que é o que me parece que está ocorrendo na Casa.

Então, eu queria só contribuir para que nós pudéssemos investir mais algum tempo. E, se de fato não houver a possibilidade de acordo, V. Exa. define por um caminho ou por outro, que é seguir no enfrentamento de todos os temas, como preceitua nosso Regimento e a nossa Constituição, ou cancelar a sessão para que seja construída, aí sim, com mais tempo, a possibilidade de novo acordo.

Eu só quero ressaltar que nós temos temas que são importantíssimos, mais uma vez como V. Exa. ressaltou, como o Plano Safra e outros temas que são urgentes. Então, é importante que todos os Líderes tenham essa ciência.

Mas eu queria pedir a V. Exa. que pudesse dispor ao Plenário mais um tempo para que fosse construído ou, pelo menos, que se tentasse a construção desse acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Nós temos alguns Líderes inscritos. Vamos ouvindo os Líderes, e eu peço que esse esforço seja feito.

No tempo de Líder do PSOL, Deputado Ivan Valente, V. Exa. vai falar daí?

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL - SP) – Eu também estou com tempo para falar e inscrito. Posso assomar à tribuna?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Pode.

Enquanto ele vai à tribuna, eu passo a palavra ao Líder do Governo na Câmara.

**O SR. RICARDO BARROS** (Bloco/PP - PR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente.

Peço também o esforço de todos para construirmos um entendimento para esta sessão, votarmos o que é possível e avançarmos.

O Plano Safra precisa da votação do PLN 1, nós estamos já muito adiantados no período de plantio, e os produtores rurais do agronegócio são a grande alavanca econômica do nosso país e precisam de recursos para o Plano Safra. Então, Sr. Presidente, peço a todos que se dediquem a esse acordo. O Líder Eduardo Gomes já tem feito um esforço de diálogo sobre essas matérias.

Quanto à questão de ordem do Deputado Arlindo Chinaglia, ele fala que questões regimentais são superadas por acordo de Líderes. Não é verdade, questões regimentais são superadas pela unanimidade dos Parlamentares. Se um Parlamentar fizer objeção, uma questão regimental não pode ser superada.



Apenas para que não se encaminhe uma coisa que depois não se verifique.

Eu aqui peço a todos bom senso e que façamos um acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Tempo de Líder do PSOL, depois eu vou passar a palavra ao Deputado Tiago Mitraud, ao Deputado General Peternelli e ao tempo de Líder do PROS, com o Deputado Weliton Prado.

Deputado Bira, o.k., está inscrito.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL - SP) – Presidente, eu peço que acrescente o tempo da minha inscrição também.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – O.k.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL - SP. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero primeiro demarcar aqui a seguinte questão: o Líder do Governo acabou de dizer que, se não tiver acordo com um Parlamentar, nós não podemos seguir esta sessão. Eu já quero dizer de cara que não há acordo com o PSOL, com o partido, e a Minoria já expressou também a sua posição. Nós não vamos mudar de posição. Então, eu acho que o que está em voga aqui é o cancelamento da sessão por uma razão muito simples: nós temos que cumprir o Regimento e cumprir a Constituição Federal, como disse o próprio Deputado que preside a sessão, o Deputado Marcelo Ramos.

Nós não podemos seguir o atropelo de votar questões que são práticas, pragmáticas, e depois deixar isso para adiante segundo o interesse do Governo. Não há acordo. Já vou deixar isso claro aqui, a não ser que sigam o outro rumo proposto pelo Deputado Marcelo Ramos, que é votar todos os vetos, aí chegar aos PLNs. Então já quero deixar clara essa posição. E digo que isso é respeitar a Constituição da República. Além do que, o Governo não propõe nada em troca. O Governo quer tirar dinheiro da saúde, da educação, do INSS, da assistência social, do meio ambiente, alegando que ele quer dar mais dinheiro para o crédito agrícola. Como assim? Você tira de áreas sociais para tentar vender outra ideia? Não, isso é inaceitável, nós não vamos aceitar isso.

Mas quero me dirigir a este Plenário: nós estamos reunidos no Congresso Nacional. Isso aqui é o Congresso Nacional reunido. E ontem, escancaradamente, o Presidente da República do Brasil, o delinquente Jair Bolsonaro – entende? –, ameaçando mais uma vez a democracia, as eleições e convocando a insubordinação, falou mais diatribes, que na verdade já não são levadas a sério pela base dele aqui no Governo, o centrão. Nós não vamos aceitar isso, que seja ameaçada todo dia a democracia, o fechamento do Supremo Tribunal Federal, a intervenção no TSE, agora com forças militares. Ou seja, ele quer um duto dos computadores para o Exército Brasileiro.

O Exército Brasileiro ainda não fez a autocrítica, Deputado Márcio Macêdo, do golpe de 1964 – sangrento! O golpe de 1964 continua tendo vida na palavra e nos atos dos generais, cinquenta e tantos anos depois. E foi um momento em que o Brasil viveu as piores histórias de mortes, de assassinatos, de tortura como aparato de Estado programado, ou seja, como política de Estado; censura, fechamento deste Congresso várias vezes, fechamento e cassações do Supremo Tribunal Federal e de Parlamentares. Isso é a ditadura, com o AI-5 e tudo! E aquele inominável que ocupa o Planalto vem defender o Ato Institucional nº 5, o maior torturador da história, chamado Brilhante Ustra, que virou herói para esses energúmenos, entende?

Nós ontem assistimos a um espetáculo pior. Como é que o Congresso Nacional pode passivamente assistir àquele espetáculo da bancada da bala e de uma parte da bancada da Bíblia para bater palma para o Bolsonaro quando ele fala que ele quer eleições limpas, quando ele já perdeu aqui? Ele perdeu nesta Câmara dos Deputados, aqui mesmo ele perdeu o voto secreto... o voto impresso, porque mais de quatrocentos deputados votaram nisso.





E ele, com os tanques esfumaçados, passeando pela Esplanada dos Ministérios ameaçando a vontade dos Deputados. O Centrão não tem nada para dizer sobre isso, não? É um escárnio, é uma vergonha – entende? – ao que nós estamos assistindo aqui.

Ontem ele voltou a dizer que ele quer eleições monitoradas, que ele não aceitará o resultado eleitoral. Ele ameaça os Ministros do Supremo Tribunal Federal, ele ameaça os Ministros do TSE. Toda a imprensa falando: "Vai ter golpe!". E nós aqui discutindo uma emenda, nós vamos discutir o Plano Safra, nós vamos discutir se vai votar um PLN. Não, nós temos que discutir é se vai ter *impeachment* de um Presidente que ameaça a democracia. E mais, ele teve a ousadia de simplesmente dar indulto para um criminoso – criminoso! Um Deputado que desacata o Supremo Tribunal Federal, que quer fechar esta instituição, que quer fechar o Supremo Tribunal Federal. O Deputado Daniel Silveira ontem foi tido como herói, com diploma e tudo. Daniel Silveira, criminoso. É só ouvir os áudios do Daniel Silveira. Ele foi condenado no Conselho de Ética já há oito meses de suspensão e o Sr. Arthur Lira ainda não botou para suspender, para votar a suspensão dele aqui. E ontem ele foi recebido como herói, ele não usa a tornozeleira determinada como cautelar pelo Poder Judiciário. Ele desafia, sabe por quê? Porque ele acha o seguinte: se vocês piarem, nós temos o Exército conosco. Está ali, ministro do Supremo Tribunal Federal falando que não mexeu na Páscoa dele. Dizer que ministros togados, Deputado Edinho, ministros togados, colegas dele de farda, falaram: tem um aparato de tortura montado, é preciso desarmar. Não, não tirou o sono deles, pelo contrário, tem nota do Ministro da Defesa criticando o TSE, porque ele falou algo justo. Os militares foram convidados a participar do aperfeiçoamento da urna eletrônica e eles apresentaram de oitenta a cem questões. Quem quer oitenta a cem questões não quer colaborar. Está aí que o Bolsonaro ontem falou que ele quer um duto só para os militares acompanharem. Ou seja, eu quero uma resposta que diga: eu não perdi a eleição. O Bolsonaro falou: eu vou ganhar de qualquer jeito, só Deus me tira dessa cadeira. Nós vamos ficar impassíveis quanto a isso?

E eu queria dizer o seguinte, quando foi dado o golpe de 1964, aí, nessa mesa, estava Auro de Moura Andrade, que declarou a cadeira vaga do Presidente João Goulart. Tancredo Neves, dessa tribuna aí embaixo, gritou: "Canalha! Canalha!". Nós não podemos nos acanhar, é preciso dar uma resposta a esse genocida, a esse golpista que tem nome, o nome é Jair Bolsonaro. Esse que tentou botar a bomba, que protegeu os do Riocentro, que o tempo todo pregou ódio, intolerância, racismo, homofobia, misoginia.

Não vamos aceitar isso. Isto aqui é uma reunião do Congresso Nacional.

É isto que nós temos que fazer hoje aqui: demonstrar a esse golpista, a esse homem que pratica crimes continuados, e quem pratica crimes continuados – está escrito lá no *Dicionário Aurélio* – é facínora. Um facínora que assume a Presidência da República para macular a democracia, para...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL - SP) – ... acanhar a PGR, a Polícia Federal, a CGU, o TCU e assim por diante.

Está sendo produzido um golpe de estado no nosso país. Nós não vamos ficar quietos. Não passarão ditadores sanguinários, torturadores da ditadura militar. Eu estou aqui para falar: fora Bolsonaro genocida! Vai perder a eleição, e vai ter...

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campanha.)*

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL - SP) – Só para concluir, agradeço...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Senhores Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, diante da impossibilidade de uma construção de um acordo, eu vou iniciar a



votação dos vetos, seguindo a ordem, para que a gente chegue a um esforço. Se conseguirmos votar todos os vetos, chegaremos aos PLNs. Se tivermos um acordo durante essa tramitação, votaremos os PLNs. Se não concluirmos e o quórum cair, a gente suspende, mas, pelo menos, já enfrentamos parte dos vetos.

A Presidência esclarece que dará início ao processo...

Vou iniciar os vetos pelos vetos que não têm destaque. São apenas três vetos que estão na cédula. A Presidência esclarece que dará início ao processo de votação durante a discussão, a fim de que os Deputados e Senadores tenham tempo para enviar as cédulas eletrônicas. No decorrer do processo, a Presidência concederá a palavra aos oradores, na ordem da lista de inscrição.

A Presidência esclarece que a cédula eletrônica de votação dos vetos foi disponibilizada na página da sessão conjunta do portal do Congresso Nacional. O Parlamentar deve enviar a cédula por meio eletrônico, identificando-a, ao inseri-la no sistema, com seu usuário e senha pessoal. Somente após o encerramento da votação os dados serão apurados.

Atenção: serão apreciados, por meio de cédula, o Veto 63, de 2021, o Dispositivo 38 do Veto 67, de 2021, e os Vetos 12 a 15 de 2022.

Se houver retirada de algum requerimento de destaque após iniciado o processo de votação, os dispositivos a que ele se refere serão apurados na cédula eletrônica.

Para seguir a ordem, eu passo a palavra, pelo tempo de Liderança do PROS.

Declaro aberto o processo de votação e solicito aos Srs. e Sras. Parlamentares que iniciem o processo de envio das cédulas eletrônicas por meio eletrônico, art. 106-A, §2º do Regimento Comum.

Com a palavra, pelo tempo de Liderança do PROS, Deputado Weliton Prado.

**O SR. WELITON PRADO** (Bloco/PROS - MG. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Queria cumprimentar a todos e a todas e pedir um apoio, uma atenção especial a todos os Líderes para os itens 90 e 91, que são um veto muito importante, está destacado, é fundamental para que a gente possa garantir as cirurgias robóticas para câncer de próstata nos hospitais universitários. Infelizmente, hoje os hospitais universitários não realizam as cirurgias de próstata.

A gente sabe que para ter câncer de próstata basta ser homem, dependendo da idade. Acho que todos nós podemos ter um câncer de próstata, e a cirurgia robótica é mais precisa, ela garante uma recuperação rápida. A cirurgia convencional causa incontinência urinária, muitas vezes depressão nos homens, que pode causar inclusive vários tipos de dificuldades de recuperação, inclusive a impotência... A gente sabe que é fundamental a gente garantir esses recursos para a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). Conversamos com o General Ferreira, ele já se comprometeu, se a gente garantir a derrubada desse veto, os itens 90 e 91, que nós vamos ter recursos suficientes para implementar as cirurgias robóticas em toda as regiões do país, beneficiando o Estado do Acre, o Distrito Federal, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Sergipe, São Paulo, Rio Grande do Norte, o Paraná, o Espírito Santo, Alagoas, o Amapá... A gente vai ter a possibilidade de realizar cirurgias robóticas em todas as regiões do país, beneficiando Goiás, Paraíba, Rio Grande do Sul, Tocantins, o Maranhão, Amazonas, Bahia, Ceará, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso... Então, é fundamental.

O câncer de próstata é o segundo tipo mais comum entre os homens, representa 65 mil novos casos todos os anos, causa a morte de 30% da população masculina, que desenvolve a neoplasia maligna, e ao todo são 16 mil mortes, 16 mil homens que falecem por ano de câncer de próstata. Os números realmente são assustadores no Brasil.

A cada sete minutos, um homem tem um diagnóstico de câncer de próstata, e a cada 38 minutos um homem morre de câncer de próstata no Brasil. Isso, segundo dados do Inca.

O câncer de próstata é um dos maiores problemas de saúde pública masculina, e nós temos que garantir, porque é uma doença silenciosa.



Infelizmente, a gente não tem uma política no nosso país para fazer o diagnóstico precoce, a gente não tem aí os tratamentos modernos no SUS, como a cirurgia robótica, que, com certeza, salva, e salva muitas e muitas vidas. Então, é fundamental que a gente possa derrubar o veto destacado, 90 e 91, ou Veto 11, os itens 90 e 91, para que a gente possa implementar a cirurgia robótica em todos os hospitais universitários do país. Ao todo, são 40 hospitais universitários. Inclusive, vai beneficiar todas regiões do nosso país. Nós vamos salvar muitas, muitas e muitas vidas.

Então, esse recurso é fundamental para que a Ebserh possa começar a implementar cirurgias robóticas, porque hoje não há cirurgia robótica de câncer de próstata nos hospitais universitários. O General Ferreira assumiu esse compromisso, com a possibilidade de colocar na grade, inclusive, de disciplina docente em todas as universidades do país também, a disciplina em relação à cirurgia robótica. Vai aí formar médicos profissionais, especialistas nessa área, e a possibilidade de os hospitais universitários de todas as regiões do país estarem realizando a cirurgia robótica, que hoje só está disponível na rede privada. É uma cirurgia muito cara. Setenta por cento dos pacientes de câncer tratam no SUS, são pessoas que tratam no SUS. Por isso é importante a gente garantir que esses pacientes tenham direito de ter suas vidas salvas. É uma cirurgia, como eu coloquei, precisa, menos invasiva, garante uma recuperação rápida, é muito importante.

Ao todo, são 16 mil homens que morrem por ano de câncer de próstata, e a cada sete minutos é feito um novo diagnóstico, e a cada 38 minutos...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. WELITON PRADO** (Bloco/PROS - MG) – ... um homem morre de câncer de próstata no país.

Essa tem sido uma das nossas lutas como Presidente da Comissão Especial de Combate ao Câncer no Brasil. Então, é fundamental. Eu conclamo todas as Deputadas, a Bancada Feminina, a sair em defesa dos nossos homens. Conclamo aqui todos os Deputados, todos os Líderes, todos os Senadores e Senadoras para que a gente possa derrubar o Veto 11, os itens 90 e 91, para que a gente possa garantir a cirurgia...

*(Interrupção do som.)*

**A SRA. CHRISTIANE DE SOUZA YARED** (Bloco/PP - PR) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Antes de passar para o próximo orador inscrito, considerando que um dos vetos que estão na cédula é a um projeto da Deputada Christiane Yared, eu passo a palavra à Deputada Christiane para que possa fazer a defesa e à Deputada Soraya, porque a fala delas tem relação com os vetos que estão sendo votados nesse momento na cédula.

**A SRA. CHRISTIANE DE SOUZA YARED** (Bloco/PP - PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu quero aqui pedir a todos os colegas, os nossos amigos Deputados e Senadores também, que nos permitam fazer com que vocês entendam qual é a nossa preocupação com nós não derrubarmos o Veto 12. É muito sério o que se passa neste país. Nós temos um número infinito de mortes e de tragédias de trânsito.

Esse veto vai de encontro a todos esses irresponsáveis que dirigem a mais de 200km/h nas estradas do país, às vezes alcançando 300km/h, filmando essas infrações, esses crimes de trânsito e causando a preocupação maior, porque nós infelizmente temos a cultura da casa arrombada – só se corre atrás depois que a casa foi arrombada. O que nós queremos é evitar essas tragédias, essas mortes. Essas famílias ficam completamente desoladas e perdem seus filhos por irresponsáveis.

É necessária a derrubada do Veto 12. Eu venho pedir aqui, conclamando todos vocês a colocarem a mão na consciência. E não é possível que alguém assista a um vídeo desse e não fique indignado com o



que ocorre quando uma criança de 12 anos pega um caminhão a mais de 200km/h, correndo que nem uns loucos, e vão atropelando o que estiver pela frente.

Nós já tivemos mortes com essas situações e nós precisamos punir, porque a lei não alcança esses irresponsáveis. Nós precisamos fazer com que a lei alcance-os, para que a gente possa puni-los e tirá-los de circulação. É esta a preocupação: tirar esses meliantes, esses jovens que não compreendem a responsabilidade que é estar atrás de um volante.

Eu peço a derrubada do Veto 12.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Obrigado.

Deputada Soraya.

**A SRA. SORAYA SANTOS** (PL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Presidente, eu queria primeiro me dirigir a V. Exa., queria um minuto literalmente da sua atenção. É questão regimental. V. Exa. é um regimentalista.

Ninguém destacou esse veto. Na verdade, eu imaginei até que, pela bandeira da Deputada Chris Yared, que nos representa a todos, que representa as mães e os pais que sofrem neste país por mortes de filhos, por violência de trânsito... E eu fiquei muito serena, achando que o PP tivesse feito destaque a esse Veto 12. E é por isso que eu quero primeiro me dirigir a V. Exa., porque, se houver alguma possibilidade regimental de V. Exa., por acordo de Líderes, retirar esse destaque da votação do presente momento, é o que eu gostaria de pedir a V. Exa.

Esse veto é gravíssimo, Sr. Presidente. Uma coisa é liberdade de expressão. Nós não estamos discutindo liberdade de expressão, porque nós somos a favor da liberdade de expressão; mas nós estamos falando de pessoas que usam a imagem, a divulgação de crimes, de estímulo a crimes.

Nós estamos falando de vídeos que são postados, Deputado Trad, a 300km/h de crianças de 11 anos de idade que não poderiam estar dirigindo, que estão dirigindo caminhões neste país, matando, assassinando pessoas no país, que ainda é um dos maiores em mortalidade no trânsito. Não há...

*(Soa a campanha.)*

**A SRA. SORAYA SANTOS** (PL - RJ) – ... remuneração financeira, Sr. Presidente, que possa defender a vida das pessoas. Eu desafio qualquer Senador ou Senadora, qualquer Deputado ou Deputada que não venha à luz para chamar a atenção para uma coisa que é gravíssima! Essas pessoas que postam isso, Deputado Trad, estão ganhando R\$90 mil, R\$100 mil por conta de ter muitos seguidores! Estão usando ferramentas de comunicação para se beneficiarem com dinheiro mensal. Tenham seguidores por boas ações.

Deputado Marcelo, V. Exa., neste momento, tem a decisão da Presidência. Eu conclamo V. Exa. a tirar este veto para que a gente possa ter calma para discutir. Nós estamos falando de salvar vidas! É por isso que eu agradeço a V. Exa. por ter dado voz a esta Deputada, porque isto envolvia um assunto muito grave. Eu também sou mãe que perdi filho no trânsito, eu sei o que significa o dom da vida, como qualquer um dos senhores e das senhoras, mas este veto não trata de liberdade de expressão. Este veto trata de usar...

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campanha.)*

**A SRA. SORAYA SANTOS** (PL - RJ) – Este veto trata de usar liberdade de expressão para gerar lucro financeiro a irresponsáveis à custa da vida das pessoas! E este Congresso não pode se calar diante de um assunto tão grave!

Muito obrigada, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Deputada Soraya, Deputada Christiane, eu não tenho como tirar um veto que já está em votação. O que eu faria é um apelo às Lideranças partidárias, porque também não significa que o veto vai ser mantido, a votação em cédula permite que cada Deputado vote pela manutenção ou pela derrubada. Sugiro até que o PL, que é o partido do Presidente da República, que é quem veta, faça um apelo ao Governo para que o Governo mude a orientação nesta matéria. E aí a gente segura um pouco mais a votação.

Deputado Trad, eu vou ser ferozmente reprimido pelos Deputados Márcio Macêdo e Bira do Pindaré. Apesar do quanto ser duro ser deselegante com V. Exa., que já estava aí na tribuna, serão o Deputado Márcio Macêdo, pelo PT, e Deputado Bira do Pindaré, pelo PSB, e depois o Deputado Fábio Trad, pelo PSD. Desculpe...

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) – E o Deputado Cajado, Presidente. Não se esqueça de mim.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Desculpe, Deputado. É que eu estou passando só os tempos de Líderes aqui.

V. Exa. tem a palavra.

**O SR. MÁRCIO MACÊDO** (Bloco/PT - SE. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Marcelo Ramos, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Senadores e Senadoras, eu utilizo o tempo da Liderança do meu partido, o PT, cedido pela Líder Reginaldo Lopes, para falar que estou voltando à Câmara dos Deputados depois de sete anos, com o mesmo entusiasmo, com a mesma alegria, com a mesma determinação e com a mesma honra com que tomei posse em 2011.

A votação que tive na eleição de 2018 me permitiu estar entre os oito mais votados nas oito vagas destinadas ao Estado de Sergipe. A regra da sobra eleitoral utilizada naquela eleição me tirou a vaga que o povo legitimamente me outorgou. Hoje, pelas razões conhecidas, aqui estou. Mesmo que tardiamente, faço justiça ao voto soberano do povo e à democracia representativa.

Convivi nesta Casa por 4 anos respeitando democraticamente todas as matizes ideológicas. Aqui fiz muitos amigos, de diferentes partidos, que guardo e carrego comigo até hoje. Aqui sempre defendi as minhas convicções, as teses do meu partido, o PT, os anseios da classe trabalhadora e a prioridade de atender as necessidades do nosso povo.

Nós não escolhemos o tempo em que nascemos e vivemos, mas podemos e devemos escolher como reagir a ele, e a minha escolha é clara: lutar ao lado dos trabalhadores, dos menos favorecidos, dos excluídos, dos desvalidos, em busca da justiça social. Mudar a vida das pessoas para melhor, essa é a nossa luta; esse, Deputado Bira, é o meu lado na história.

Estava com saudade desta tribuna, do púlpito da Casa do Povo do Brasil.

Eu sou de um tempo aqui nesta Casa em que se subia na tribuna para falar ao Brasil do pleno emprego, da inflação controlada, do dólar em cotação compatível com um país livre e soberano, do Brasil que Luiz Inácio Lula da Silva tinha construído e legado ao povo brasileiro. Naquele momento, o desemprego era de 6,2%, hoje corresponde ao dobro, 11,2%; o dólar custava R\$1,72, hoje custa R\$5; a inflação era de 4% e hoje bate, no acumulado, nos 12%. O ano de 2021 trouxe de volta uma das maiores inflações de todos os tempos e, infelizmente, não será diferente em 2022.

Daqui desta tribuna falava de um país com economia aquecida, gerando desenvolvimento e renda para o Brasil e para os brasileiros, falava de cadeias produtivas do petróleo, do gás e da construção civil fortalecidas, gerando empregos e divisas para uma nação que crescia e era respeitada no cenário internacional. A gasolina era R\$2,5, hoje custa R\$7,5; o etanol era R\$1,55, hoje custa R\$6; o gás de cozinha custava de R\$35 a R\$38, hoje custa ao bolso do trabalhador R\$120.

Aqui nesta tribuna eu subia para falar que o Brasil não estava mais no Mapa da Fome, que o Bolsa



Família atendia a população mais pobre e levava consigo as crianças para a escola, além de promover o acesso a atendimento digno à saúde; dizia que o salário mínimo tinha poder de compra e a carestia não assolava as famílias brasileiras como nos tempos atuais. Esse era o tempo do Lula, quando o Minha Casa, Minha Vida estava em pleno funcionamento, tornando realidade o sonho da casa própria para a população mais carente. O Brasil do Presidente Lula estava sorridente, a juventude estava nas universidades através do Prouni, do Fies, do Ciência sem Fronteiras e da criação de centenas de universidades e de institutos de ensino superior públicos pelo país afora.

Do alto desta tribuna, Sr. Presidente, com muito orgulho, afirmei várias vezes...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. MÁRCIO MACÊDO** (Bloco/PT - SE) – ... que o desmatamento na Amazônia era o menor da história, que a legislação de mudanças climáticas do Brasil era exemplo para o mundo e que promovíamos a participação popular na proteção dos biomas brasileiros.

Daqui desta tribuna discutimos o sucesso da diplomacia brasileira e o respeito que o mundo demonstrava ao Brasil, que ajudou a criar o Brics, fortalecer o Mercosul e tinha participação ativa nas decisões da América Latina e no planeta como um todo.

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campanha.)*

**O SR. MÁRCIO MACÊDO** (Bloco/PT - SE) – Sr. Presidente, dessa tribuna falei desse Brasil que fez uma revolução democrática, lastreado na paz, na distribuição de renda, na geração de oportunidades e no compromisso com o desenvolvimento do seu povo, um Brasil liderado por Luiz Inácio Lula da Silva. Hoje, Esperidião Amin, meu querido amigo, nós vivemos tempos difíceis. Um Presidente instalado no Palácio do Planalto que trabalha para destruir as...

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campanha.)*

**O SR. MÁRCIO MACÊDO** (Bloco/PT - SE) – Estou caminhando para o fim.

Um Presidente instalado no Palácio do Planalto que trabalha para destruir as conquistas da Constituição Federal de 88, afronta os outros Poderes da República, fere a democracia, leva o país ao empobrecimento e foi responsável por um verdadeiro genocídio, com a morte de mais de 660 mil brasileiros durante a pandemia da covid-19.

Eu retorno a essa tribuna para dizer que aquela era vai voltar, que o tempo de Lula vai voltar...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. MÁRCIO MACÊDO** (Bloco/PT - SE) – ... pela vontade soberana do povo, com os mesmos ideais e sintonizado com os desafios do presente.

Quem me ouve e tiver compromisso com a democracia, com a defesa da Constituição Cidadã, com a erradicação da fome e com o desenvolvimento sustentável do Brasil é convidado a vir conosco.

Hoje eu tomo posse com um presente, Sr. Presidente – e peço a tolerância para eu caminhar para o fim. Hoje eu tomo posse com um presente que o ex-Presidente Lula me deu...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. MÁRCIO MACÊDO** (Bloco/PT - SE) – ... essa gravata que ele usava nas suas viagens internacionais.

Eu quero agradecer a ele esse gesto, a deferência, a confiança e o apreço e dizer ao Presidente Lula



que nesta batalha que será travada em 2022 para mudar a vida da nossa gente eu estarei ao lado dele, ao lado do povo brasileiro, ao lado da nossa pátria, de um projeto justo, digno e confiável, que já mostrou sua força e suas realizações.

Como diz a letra do nosso Hino Nacional...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. MÁRCIO MACÊDO** (Bloco/PT - SE) – "Verás que um filho seu não foge à luta".

Hoje a ONU disse para o mundo que o Lula foi perseguido politicamente, foi preso injustamente, foi retirado da disputa eleitoral de 2018 e que o ex-Juiz Sergio Moro é parcial e rasgou a Constituição brasileira.

Finalizo, agradecendo a generosidade do povo sergipano, que me fez Deputado Federal, reafirmando todos os meus compromissos com o Brasil e com Sergipe, firmados na campanha eleitoral e ao longo da minha trajetória política.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. MÁRCIO MACÊDO** (Bloco/PT - SE) – Agradeço do fundo do meu coração, Sr. Presidente, aos meus amigos, companheiros; à minha família; à minha mãe, D. Neném, com 89 anos de lucidez e sabedoria; à memória de honestidade e ética de meu pai; aos meus filhos, Ana, Lucca e Mariana; e à minha mulher, Karina Marx, que sempre estão ao meu lado, nas dores da derrota e nas alegrias da vitória.

Sigamos em frente, com a força do povo e com fé em Deus.

Muito obrigado, companheiros e companheiras.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Obrigado.

Deputado Bira do Pindaré, pela Liderança do PSB.

Enquanto V. Exa. vai à tribuna, eu passo a palavra ao Deputado Tiago Mitraud, por um minuto, já que era para tratar de um acordo que não existe mais. *(Risos.)*

Está sem áudio.

**O SR. TIAGO MITRAUD** (NOVO - MG. *Por videoconferência.*) – Está aberto, Presidente. Acho que é no Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Agora sim. Agora sim.

**O SR. TIAGO MITRAUD** (NOVO - MG. Para discutir. Sem revisão do orador. *Por videoconferência.*) – Perfeito. Obrigado, Presidente.

Sei que o acordo já caiu, mas apenas, como eu tinha me inscrito aqui, ainda para colocar a posição do Partido Novo em relação a esse ponto, queria deixar claro aqui, parabenizar a sua decisão de não ferir novamente o que prega a Constituição e o nosso Regimento do Congresso, de se votarem os vetos...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. TIAGO MITRAUD** (NOVO - MG. *Por videoconferência.*) – ... antes de que se vote qualquer PLN. Isso foi objeto de uma questão de ordem minha na última reunião do Congresso, muito parecida com essa questão de ordem do Deputado Arlindo Chinaglia, e o senhor havia se comprometido, como disse hoje, em não mais votar os PLNs antes dos vetos.

Fico feliz com que tenha sido esse o caminho aqui. É o adequado. Nós vemos muitos problemas em, reiteradamente, ferirmos o rito constitucional. Se nós não estamos de acordo com o rito constitucional...

*(Soa a campanha.)*





**O SR. TIAGO MITRAUD** (NOVO - MG. *Por videoconferência.*) – ... que proponhamos uma PEC para se refazer a Constituição. Mas, dado que é isso que ela prega hoje, achamos que é de suma importância seguirmos aquilo que ela prega.

Há só um ponto em relação ao PLN 3: ele não foi sequer despachado para a CMO. Então, se há este interesse – tenho certeza de que, assim como é o do Partido Novo, é o de todos os partidos – em se apressar a tramitação do PLN 3, que ele seja rapidamente despachado e apreciado pela CMO, para que possamos apreciá-lo aqui também, em Plenário.

Então, é só para corroborar: o Partido Novo não dá esse acordo para quebrarmos o rito constitucional. E gostaríamos de pedir ao Líder do Governo que, na próxima semana, nos convide a participar dessas reuniões de acordo, já que este ano ainda não participamos dessas reuniões, para que possamos contribuir com a construção das próximas sessões.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Pela Liderança do PSB, fala o Deputado Bira do Pindaré.

**O SR. BIRA DO PINDARÉ** (Bloco/PSB - MA. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu queria registrar, nesta sessão conjunta do Congresso Nacional, que o nosso partido, o PSB, o Partido Socialista Brasileiro, que completará neste ano 75 anos de história, está realizando, a partir de hoje, o seu Congresso Nacional, o Congresso da Autorreforma do nosso partido, que vai iniciar hoje, à noite, no dia 28 do mês de abril, e que vai até o dia 30

Nesses dias, nós vamos discutir toda uma pauta voltada para a compreensão do papel histórico que esse partido sempre cumpriu no Brasil, mas, sobretudo, vamos pensar também o presente e o futuro desta nação. Durante esses dias, Sr. Presidente, nós vamos discutir sobre a reforma do Estado, vamos debater e decidir sobre o nosso programa para o Brasil em relação à economia, prosperidade, igualdade e sustentabilidade. Vamos discutir e deliberar sobre a nossa pauta em relação ao desenvolvimento sustentável e também em relação à economia verde. Vamos discutir e deliberar sobre propostas e programas para políticas sociais e cidades criativas e vamos debater sobre o socialismo criativo, a democracia e o partido que nós queremos. É o PSB olhando para a sua história, reconhecendo os seus erros, mas também os seus acertos, fazendo um balanço, pensando o mundo contemporâneo, com tudo que isso representa, inclusive em razão da revolução tecnológica, que acontece exatamente neste tempo histórico.

É pensando dessa forma e compreendendo os desafios que estão colocados que o PSB está fazendo o seu Congresso da Autorreforma e está muito consciente de que tem grandes desafios colocados no curto, no médio e no longo prazo.

A curtíssimo prazo, o nosso maior desafio é devolver o Brasil ao povo brasileiro, porque, infelizmente, o Brasil foi tomado de assalto por aqueles que pregam o ódio, que pregam a violência, que pregam o preconceito, que pregam a destruição. É isso que governa o Brasil neste momento.

E, para fazer esse enfrentamento a tudo que vem acontecendo em nosso país, o PSB está pronto para colaborar num grande projeto nacional de união do nosso país, sob a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva. Para isso, nós acolhemos a filiação daquele que já foi Governador de São Paulo por quatro mandatos, Geraldo Alckmin, para ser o nosso vice na chapa com o nosso Presidente Lula. E nós conclamamos as forças democráticas deste país para que elas não se acovardem, para que elas não se curvem a todo tipo de tentação contra a democracia, como acontece no presente momento.

Ontem mesmo o Presidente Bolsonaro mais uma vez colocava as suas ameaças contra a democracia; sem falar do indulto que não é indulto, é um insulto contra o povo brasileiro e contra a democracia.

Por tudo isso, Sr. Presidente, não poderia deixar aqui de registrar a importância deste momento.

Vamos eleger também a nossa direção do PSB, que deverá continuar sob a condução de Carlos



Siqueira, que vem fazendo um mandato extraordinário à frente do nosso partido, construindo um partido realmente...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. BIRA DO PINDARÉ** (Bloco/PSB - MA. *Por videoconferência.*) – ... vinculado ao seu tempo histórico.

Por fim, quero dizer que hoje, na abertura, nós teremos a presença de Lula, Luiz Inácio Lula da Silva, de Geraldo Alckmin, de todas as lideranças do PSB do Brasil e de nossos partidos aliados. Vamos caminhar rumo à democracia para derrotar este Governo da destruição.

Muito obrigado, Presidente.

**A SRA. SORAYA SANTOS** (PL - RJ) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Tempo de Liderança do PSD, Deputado Fábio Trad.

Enquanto vai à tribuna, por 30 segundos, Deputada Soraya.

**A SRA. SORAYA SANTOS** (PL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, é apenas para fazer um esclarecimento. Estava conversando agora com os técnicos do Governo em relação ao Veto 12. Ele não fala só de divulgação, ele tem um erro técnico de dosimetria da pena. Foi feito agora um diálogo, e nós vamos juntos construir um texto para que a gente não deixe passar esse tipo de crime de divulgação de imagens criminosas, mas dentro de uma dosimetria e com todos os ajustes técnicos.

Então, eu quero aqui anunciar que, sobre essa fala que V. Exa...

*(Soa a campanha.)*

**A SRA. SORAYA SANTOS** (PL - RJ) – ... concedeu, isso está sendo construído, virá por medida provisória ou por um projeto que será votado.

Então, é apenas para dar uma satisfação, agradecendo mais uma vez a V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Obrigado, Deputada Soraya.

Após a fala do Deputado Fábio Trad, eu vou encerrar a votação...

**A SRA. ERIKA KOKAY** (Bloco/PT - DF. *Fora do microfone.*) – Espera um pouquinho, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – ... já que há a construção de um acordo nessa questão.

**O SR. FÁBIO TRAD** (PSD - MS. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, venho à tribuna para defender a Polícia Rodoviária Federal. Quando se fala da Polícia Rodoviária Federal do ponto de vista brasileiro, ela é grande; mas, quando se trata da Polícia Rodoviária Federal do ponto de vista do Mato Grosso do Sul, que é um estado que tem quase 600km de fronteira seca, ela se torna gigante.

Recentemente o Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, decretou o fim da emergência sanitária causada pela pandemia da covid-19. Um estudo realizado pelo próprio Governo Federal apontou um aumento de 90% nas apreensões de drogas durante esse período nas rodovias brasileiras. E o meu Estado, o Mato Grosso do Sul, é um dos estados que mais apreende drogas no Brasil e no mundo, por ter cerca de quase 600km de fronteira seca com o Paraguai e a Bolívia, conhecidos por serem fornecedores de maconha e cocaína para os grandes centros.

Uma pesquisa do Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas, publicada em dezembro de 2021, aponta esse crescimento das apreensões de maconha e cocaína em todo o Brasil. Em Mato Grosso do Sul, mais que dobrou o número de apreensões de maconha, que saltou de 363 para 739



toneladas em um ano, fora as mais de 5 toneladas em apreensões de cocaína.

Isso significa que a Polícia Rodoviária Federal não parou. Apesar dos riscos e dificuldades que já fazem parte da rotina dos policiais, a pandemia da covid-19 levou cerca de 30 PRFs de todo o Brasil, para um contingente de cerca de 12 mil PRFs, o que representa um óbito para cada 400 policiais rodoviários federais na ativa. Em Mato Grosso do Sul, são cerca de 500 na ativa.

E a reestruturação de carreira da Polícia Rodoviária Federal, prometida e pactuada publicamente pelo Presidente da República, era muito aguardada pela categoria, juntamente com outras polícias da União. E o que seria apenas uma reposição inflacionária foi um verdadeiro balde de água fria para todos, que não deixaram de fazer o seu dever um dia sequer. Os policiais rodoviários federais cobram apenas o cumprimento da palavra, o cumprimento do compromisso assumido pelo Presidente da República de corrigir as distorções salariais das forças policiais da União em relação aos demais servidores federais. Por isso, a fundamental importância da reestruturação de carreira.

Aliás, é bom que se diga, o recurso já está assegurado no Orçamento da União. E é inverídica a alegação do Ministro Paulo Guedes, no dia 21 de abril, de que a reestruturação das polícias da União seria vedada pela legislação eleitoral.

Não, Ministro. Não! Falta-lhe conhecimento jurídico para dizer que a lei eleitoral veda apenas reajuste linear superior à inflação nos 180 dias que antecedem as eleições. Portanto, a reestruturação de carreiras específicas é permitida pela legislação até 180 dias antes do final do mandato, conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, em entendimento pacificado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Afinal, Sr. Presidente, a Polícia Rodoviária Federal é composta de homens e mulheres altamente qualificados, preparados para arrostar situações extremas, de alta periculosidade. Não é justo, não é correto, não é ético, não é adequado, não é salutar que esses profissionais, que lutam nas estradas pela salvaguarda de nossos direitos, sejam tratados...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. FÁBIO TRAD** (PSD - MS) – ... como mero detalhe burocrático da tecnocracia orçamentária.

São almas, são espíritos, são corpos, são pais, são mães, são cidadãos e cidadãs, são servidores públicos do Brasil e, como tal, merecem o respeito da Presidência da República.

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** (Bloco/PP - PB) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Obrigado, Deputado Fábio Trad.

Antes de passar ao Deputado Aguinaldo, eu só quero registrar a presença aqui no Plenário, entre nós, do ex-Deputado do Parlamento alemão Sr. Burkhard Balz, atual Diretor do Banco Central. É uma alegria para esta Casa, em representação ao povo brasileiro, recebê-lo.

Deputado Aguinaldo.

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** (Bloco/PP - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É só para fazer um registro, Sr. Presidente.

Eu tentei votar agora, no *site* do Congresso Nacional, e tive problema com a minha senha. Então, não consegui entregar... Registrei a cédula, mas não consegui fazer a entrega.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Um dia de desconto no salário.

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** (Bloco/PP - PB) – Estou aqui e queria fazer o registro de que estou abrindo um procedimento com relação à senha. Agora está funcionando a senha para o Infoleg na Câmara, mas, no Congresso Nacional, não está funcionando. É uma questão de ajuste. Eu já requisitei aqui o suporte da Casa para que isso seja sanado. Por essa razão, ainda não foi entregue a minha cédula,



Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Fique tranquilo, apenas um dia de desconto de salário. Fora isso, nenhum outro efeito. (*Risos.*)

Deputado Zacharias Calil, V. Exa. tem a palavra.

**O SR. DR. ZACHARIAS CALIL** (UNIÃO - GO. Para discursar. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Marcelo.

Hoje, dia 28 de abril, nós comemoramos o Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho. Por isso é que o Congresso Nacional está iluminado de verde.

Sr. Presidente, é muito importante a gente falar sobre essa data, porque nós temos que ver o ambiente em que nós trabalhamos, em que o brasileiro trabalha e temos que ter esse ambiente livre de riscos de doenças, de morte e de alienação.

No mundo, um trabalhador morre por acidente de trabalho ou doença laboral a cada 15 segundos. Segundo os dados do Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, elaborado pelo Ministério do Trabalho e pela Organização Internacional do Trabalho, entre 2012 e 2020, foram 21.467 profissionais brasileiros que morreram nessas condições. Isso representa uma taxa de seis óbitos a cada 100 mil empregos formais nesse período. Entre os países do G20, o Brasil ocupa a segunda colocação em mortalidade no trabalho, apenas atrás do México. Entre os países, nós temos os piores casos de problemas de saúde adquiridos no trabalho, em que estão aqueles trabalhadores expostos ao amianto, à sílica, às radiações ionizantes, às intoxicações pelo mercúrio e também pelos pesticidas.

Não podemos nos esquecer dos profissionais de saúde, principalmente no período da pandemia. Dados da Organização Mundial de Saúde mostram que 115,5 mil trabalhadores da área da saúde morreram de covid-19 nos primeiros 18 meses de pandemia.

Entre as indicações está a implementação de um programa de saúde e de segurança no trabalho em centros de saúde, em que nós tenhamos uma cartilha para que possamos prevenir. Então, eu vejo isso aí com muita importância, que o próprio Governo e as empresas promovam atividades que protejam esses profissionais, tanto da área de saúde quanto da construção civil e desses empregos formais em que nós tanto temos visto no Brasil lesões esqueléticas, musculares, o que a gente chama de síndrome de repetição, em que você fica o tempo todo no computador, a LER. Tudo isso causa vários problemas de saúde mental, depressões, problemas psicológicos. Nós temos mesmo que ver, pós-pandemia de covid-19, a quantidade de trabalhadores que evoluíram com esses problemas de depressão.

Então, nada mais justo do que comemorar hoje o dia 28 de abril e com a iluminação do Congresso Nacional dessa cor verde, para chamar a atenção da sociedade em geral. E é um projeto também do Deputado Vicentinho, sempre atento aos profissionais da área de saúde e outros trabalhadores.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Obrigado. Está encerrada a discussão. Está encerrada a votação.

Determino a apuração dos votos. (*Pausa.*)

(*Soa a campanha.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Deputado Cajado, V. Exa. tem a palavra.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA. Para discursar. Sem revisão do orador.) – Presidente Marcelo Ramos, demais Congressistas presentes no Plenário ou virtualmente, de forma remota, eu quero trazer ao conhecimento da Casa um problema que está ocorrendo com o segmento de indústria de laticínios, principalmente com toda a cadeia de produção do leite, em especial aquelas que fabricam o



queijo muçarela.

Nós sabemos que o Ministério da Economia tem por finalidade precípua controlar a inflação, manter o crescimento econômico, geração de empregos, mas, acima de tudo, tem que ter uma visão, além de macroeconômica, social das consequências de medidas que são tomadas de forma meritória – eu não tenho a menor dúvida disso, da intenção –, porém, trazendo consequências muitas vezes que vão de encontro ao objetivo que se propõe, que é do controle inflacionário, haja vista que nesse caso específico do queijo muçarela foi incluída a taxa zero, em função da cesta escolhida pela Camex, no intuito de manter aqueles itens que mais impactam no processo inflacionário. No caso do queijo muçarela, é insignificante, é zero vírgula alguma coisa. E, se comparado com outros itens, como o combustível, o álcool etanol, gasolina, alguns alimentos que de fato impactaram, penso que o benefício de em tese ou teoricamente incluir o queijo muçarela nessa cesta que estaria impactando a inflação não é justo nem crível seja do ponto de vista técnico, seja do ponto de vista do efeito social que isso causa. A cadeia do leite é formada, além dos laticínios, que normalmente são de empresas familiares, de pequenos produtores. Um produtor da agricultura familiar que tem duas, três, quatro, cinco vaquinhas e que produz o seu leite para a subsistência e vende para aquele cooperativismo que entrega no laticínio ou mesmo ele vai entregar ou o laticínio busca, com milhares de pessoas vivendo da produção do leite, principalmente o pequeno agricultor.

Então, colocar o queijo muçarela nessa cesta, com impacto tão pequeno diante do que se pretende, que é controlar a inflação, o prejuízo social e principalmente o impacto disso na economia de muitas cidades e estados, como, por exemplo, Minas Gerais, é enorme, é muito maior; ou seja, Presidente, o que que nós queremos? Que a Camex exclua a taxa zero no queijo muçarela, permitindo que países como os Estados Unidos possam encher o mercado nacional de queijo e de produto importado. Já existe a taxa zero para os países da Argentina e do Uruguai, porque fazem parte do Mercosul, mas trazer produtos oriundos, por exemplo, dos Estados Unidos ou de outros países, isso vai prejudicar muito, enormemente, já porque lá, nos Estados Unidos, existe o subsídio a quem produz. E não é justo que um país da grandiosidade, da economia pujante, como a norte-americana, subsidiando os produtores, possa vir competir com os laticínios brasileiros.

Portanto, eu queria fazer aqui um apelo ao Ministro da Economia Paulo Guedes e ao Secretário Guarany. Eu estive pessoalmente em contato com os membros, através do Ministério da Agricultura, Relações Exteriores, Defesa e da Economia, tratando dessa questão. O Sindileite e principalmente a CNA abraçaram essa causa da Bahia e de outros Estados. E eu trago neste momento, Presidente Marcelo Ramos, essa questão, porque é gravíssima.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) – E pediria que na próxima sessão da Camex o queijo muçarela voltasse a ter as mesmas condições e requisitos que havia anteriormente, com a taxa de 28% para os países que não fazem parte do Mercosul. Os que já fazem geram uma competição que já traz prejuízos, mas é uma questão que envolve países que estão integrados diante do Mercosul. Mas estender isso para outros países...

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campanha.)*

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) – Para concluir, Presidente.

Traz, além de consequências econômicas danosas e drásticas para os atuais laticínios brasileiros, um efeito social, repito, que é muito pior do que o presumível controle inflacionário.

Por isso, eu faço apelo ao Ministro Paulo Guedes e tenho certeza de que os ministérios que fazem



parte da Camex, através de seus membros, irmão...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Peço que abram o painel.

Só um pouquinho, Deputado Leônidas. Já passo a V. Exa.

Todos os vetos apurados por meio da cédula eletrônica foram mantidos. São eles: **(Listas de votações - Vide Item 2.1.1 do Sumário)**

- Veto 63, de 2021;
- Dispositivo 38 do Veto 67, de 2021;
- Dispositivos 1 a 25 do Veto 12, de 2022;
- Dispositivos 1 a 23 do Veto 13, de 2022;
- Dispositivos 1 a 11 do Veto 14, de 2022;
- Dispositivos 1 a 4 do Veto 15, de 2022.

Os demais vetos estão destacados para votação no painel eletrônico.

A Presidência informa que o resultado nominal e pormenorizado das votações das cédulas está disponibilizado no portal do Congresso Nacional.

Será feita comunicação à Presidência da República.

Os vetos rejeitados vão à promulgação.

Destaques.

Eu vou abrir a votação do primeiro destaque e passar a palavra ao Senador Esperidião Amin, Deputado Leônidas e Deputado Valtenir.

Estão destacados os seguintes vetos...

Deputado Leônidas, V. Exa. tem a palavra.

**O SR. LEÔNIDAS CRISTINO** (Bloco/PDT - CE. Para discursar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Dia Nacional da Caatinga, que é hoje, dia 28 de abril, é o dia de luta e conscientização da importância da preservação desse bioma. Sua vegetação, clima e fauna compreendem um sistema único no mundo, que cobre 11% do território nacional.

A Caatinga fica no Nordeste, representa 70% de sua área, uma das regiões semiáridas mais habitadas do mundo. O adensamento populacional e o desmatamento, no contexto de desigualdade social e práticas agrícolas que não incorporam novas tecnologias, pressiona o bioma. Um processo de desertificação já foi identificado há muito tempo, Sr. Presidente.

O desmatamento é uma realidade no bioma Caatinga. O desmatamento leva à erosão, ao assoreamento das barragens, à perda da produtividade do solo e à desertificação.

Eu queria fazer, Sr. Presidente, um apelo aos Congressistas: precisamos defender a revitalização do bioma Caatinga, que é muito importante para o Brasil e, principalmente, para o nosso Nordeste, Sr. Presidente.

Queria que V. Exa. registrasse nos *Anais* este dia tão importante, de reflexão com relação à Caatinga, e que também divulgasse nos meios de comunicação da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Obrigado.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco/PP - SC. Para discursar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras, eu gostaria de, em primeiro lugar, iniciar minhas palavras secundando o pronunciamento do Deputado Claudio Cajado.

Esta resolução da Secretaria do Ministério da Economia que praticamente isentou, Senador...



Deputado Lafayette – Senador é apenas previsão, por merecimento –, praticamente isentou o queijo importado deveria ser execrada. Já que hoje Minas não falou, a Bahia falou por Minas, e eu quero complementar: isto não faz sentido!

Considerando que a imensa maioria do queijo é o muçarela e, portanto, de uso muito popular, penalizar o produtor nacional, Senador Eduardo Gomes, é realmente um disparate sem nenhuma lógica, e eu desafiei o representante do Ministério da Economia: eu quero saber quem é que pediu isso do senhor, porque quem pediu não fala português; ou seja: não foi ninguém do Brasil que pediu isso. Deve ter sido algum interesse externo.

Mas, já que falei no seu nome, Senador Eduardo Gomes, vou falar muito a seu respeito; quero congratular V. Exa. publicamente aqui pelo seu aniversário, pedir que daqui a pouco o senhor divulgue o local da celebração, para que o Congresso em peso possa prestigiá-la com o maior afeto e sem nenhum interesse.

Mas eu estou aqui para falar sobre uma questão muito séria, que envolve o meu estado e o Governo Federal e envolve também a confiança que eu deposito na palavra do Senador Eduardo Gomes. Viu, Senador? Apesar de haver uma obstrução estadual aí, compreensível, apesar de haver uma obstrução estadual, no caso, eu quero dizer a V. Exa. que é a segunda vez que eu expresse a minha confiança na sua palavra e faço isso com a convicção de que V. Exa. a honrará. Quer dizer, não estou fazendo um decreto de graça, mas estou lhe concedendo, sim, amigavelmente, a graça da minha confiança nessa questão que persegue Santa Catarina.

Sr. Presidente, no ano passado, o Governo do Estado de Santa Catarina se comprometeu a transferir para o Governo Federal R\$465 milhões, Senador Aguinaldo... Deputado Aguinaldo – também eu estou profeta hoje, não é? –, oriundo das suas poupanças – não é de empréstimo –, para agilizar as obras rodoviárias que estrangulam, pela lentidão das obras e pelos gargalos que estão lá obstruindo a nossa economia na BR-163, que é considerada a pior rodovia federal do Brasil hoje em utilização, que faz divisa com a Argentina, que começa no nosso Porto Seco de Dionísio Cerqueira, divisa com Argentina. É a pior situação de rodovia federal do Brasil. Para a 285, 1,2 mil metros faltantes para terminar a obra – 1,2 mil metros, 1,2km. Para a 282 faltam os projetos das terceiras faixas, que, devidamente executadas, darão fluidez e segurança para o trânsito.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco/PP - SC) – Para a 470, que é a rodovia por onde trafegam manufaturas, produtos com valor agregado, tecnologia do nosso Vale do Itajaí, e a 280, do Planalto Norte, que chega a São Francisco, Itapoá, passando por Joinville, Jaraguá do Sul, esses gargalos são tão acintosos que o Governo do estado disponibilizou 465...

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco/PP - SC) – ... para que o Governo Federal desse velocidade adequada para as obras sob responsabilidade do Dnit. E, lamentavelmente, na aprovação da Lei Orçamentária deste ano, mais uma vez fomos vítimas de um veto, como aconteceu no ano passado.

Eu não quero atropelar a votação apenas por causa da questão de Santa Catarina. Quero falar em nome do Fórum Parlamentar – vislumbro daqui a Deputada Carmen Zanotto...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco/PP - SC) – ... que tem lutado por isso, como a Deputada



Angela Amin, como a Deputada Caroline de Toni, como a Deputada Geovania de Sá, assim como toda a bancada federal – e dizer ao senhor o seguinte: nós vamos lhe dar a graça – a graça, não o decreto da graça – a graça da nossa confiança no dia do seu aniversário, mas isto, esta injustiça tem que ser reparada. E eu confio...

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campainha.)*

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco/PP - SC) – ... proverá esse ato de justiça com o Estado de Santa Catarina.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Eu vou só abrir a próxima votação e depois passar a palavra ao Deputado Nelho Bezerra pela Liderança do União Brasil.

Estão destacados os seguintes vetos: **(Requerimentos nºs 51 a 87/2022-CN - Vide Item 2.1.1 do Sumário)**

- Veto 25, de 2021, 1 a 5;
- Veto 33, de 2021;
- Veto 36, de 2021, 1 a 8 e 11 a 14;
- Veto 46, de 2021, 1 a 8;
- Veto 48, de 2021, 1 a 6;
- Veto 58, de 2021;
- Veto 60, de 2021;
- Veto 62, de 2021, 1 a 3;
- Veto 65, de 2021, 1 a 25;
- Veto 66, de 2021, 3 e 5 a 15;
- Veto 67, de 2021, 1 a 37;
- Veto 71, de 2021;
- Veto 5, de 2022, 1 a 3;
- Veto 9, de 2022, 1 a 2;
- Veto 11, de 2022.

Passa-se à votação dos vetos destacados.

Veto nº 11, de 2022, dispositivo 194 e 199. Lei Orçamentária Anual 2022.

Passa-se agora à apreciação dos dispositivos 194 e 199 do Veto 11, de 2022, parcial, aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 19, de 2021.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Para encaminhar a votação Deputado Weliton Prado.

**O SR. WELITON PRADO** (Bloco/PROS - MG. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Quero saudar a todos e a todas.

Este veto é muito importante para que a gente possa garantir recursos para a realização de cirurgia robótica para câncer de próstata em todos os hospitais universitários do país. Isso é muito importante e vai beneficiar todos os estados, os Estados de São Paulo, de Roraima, de Rondônia, de Minas Gerais, de Pernambuco, do Pará. Hoje, não tem cirurgia robótica no SUS, e 70% dos pacientes que tratam câncer são no SUS. Essa metodologia é mais moderna e, inclusive, dá uma dignidade para o homem.





O câncer de próstata é o segundo mais comum entre os homens no Brasil. Ao todo, são 65 mil novos casos todos os anos; 16 mil homens morrem todos os anos por câncer de próstata; a cada 7 minutos, tem um homem com diagnóstico de câncer de próstata; e, a cada 38 minutos, um homem falece no país com câncer de próstata.

E é fundamental essa metodologia moderna. É invasiva a cirurgia convencional, que causa, na maioria das vezes, incontinência urinária; o homem tem, inclusive, problema de depressão, pois ela pode causar impotência sexual. Então, é muito importante a gente garantir essa metodologia moderna que é a cirurgia robótica de câncer de próstata nos hospitais universitários do país.

A gente já tem o compromisso do General Ferreira, que é o Presidente da Ebserh, para poder implementar e poder colocar, inclusive, na grade curricular esse ensino para a gente formar os médicos e garantir também essa cirurgia, que, infelizmente, só está disponível na rede particular. Ela é muita cara, e 70% das pessoas se tratam no SUS, e os homens não têm condição de pagar.

Com certeza, o câncer de próstata é o maior problema de saúde pública masculino, é um câncer silencioso. Todos nós homens podemos ser acometidos pelo câncer de próstata, pois, se Deus possibilitar que a gente tenha uma vida longa, com certeza, a possibilidade é de quase 100% de termos um câncer de próstata.

É fundamental a gente garantir que a gente possa realizar cirurgias robóticas, garantindo uma recuperação rápida, uma forma realmente de a gente garantir dignidade.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. WELITON PRADO** (Bloco/PROS - MG) – Isso vai favorecer todas as regiões do nosso país que hoje não têm cirurgia robótica.

Por isso, eu peço o apoio para a derrubada do Veto 11, os itens 90 e 91, para que a gente possa garantir a cirurgia robótica para câncer de próstata gratuita no SUS. Esses recursos são fundamentais. É uma emenda da Comissão de Educação do Senado.

Então, eu peço o apoio de todas as bancadas para derrubada do veto...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Em votação, na Câmara dos Deputados, os Dispositivos 194 e 199 do Veto 11, de 2022.

As Sras. e Srs. Deputados já podem votar pelo Infoleg no Plenário da Câmara dos Deputados.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) – Para encaminhar pelo Governo, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Pois não.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Presidente, este Veto 11 é fundamental para o Governo, porque nós temos uma premissa, que é uma moeda de dois lados: o primeiro lado é a Lei de Responsabilidade Fiscal; o segundo lado é o teto de gastos. O Governo não pode se afastar dessas duas premissas da gestão pública federal.

A Lei de Responsabilidade Fiscal é uma lei que está, ano após ano, demonstrando a sua eficácia e eficiência diante dos gastos públicos, e o teto de gastos, que mantém o país com credibilidade interna e externa. Claro que existem muitas questões que são absolutamente meritórias, mas esse Veto 11 tem também dois fatores fundamentais: o Plano Safra e a recomposição salarial daqueles setores que estão já acordados.

Por isso, o Governo orienta "sim", pela manutenção do veto.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Eu vou já passar para o Líder do União Brasil, mas, antes, eu vou ouvir só o Senador Marcelo Castro, porque é importante a fala dele.



**O SR. TIAGO MITRAUD** (NOVO - MG. Sem revisão do orador. *Por videoconferência.*) – Presidente, só uma questão de ordem por gentileza.

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** (Bloco/CIDADANIA - SC. Sem revisão da oradora.) – Pelo Cidadania...

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA. Sem revisão do orador.) – Presidente, esse é o veto, não é? É o destaque?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – É o destaque.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) – É o destaque, pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Senador Marcelo Castro.

**O SR. TIAGO MITRAUD** (NOVO - MG. Sem revisão do orador. *Por videoconferência.*) – Presidente, me ouve? É para uma questão de ordem.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) – É o veto, eu me referi...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Só um pouquinho Deputado Tiago Mitraud, já lhe passo a palavra.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) – Eu me referi ao Veto 11, estava pensando que era o Veto 11, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – É o Veto 11, é o destaque do Veto 11.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) – É o destaque, é diferente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – É o destaque do Veto 11. (*Pausa.*)

**O SR. MARCELO CASTRO** (Bloco/MDB - PI. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero esclarecer aqui aos Líderes partidários... Eu sei que estão votando na Câmara, não chegou a vez do Senado ainda, mas há um acordo que foi feito para derrubar esse item aí, 192 e 199, esse item que foi destacado. Então seria bom que o Líder do Governo aqui...

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – A orientação é "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – A orientação é "não". Governo, base, Maioria...

**A SRA. SORAYA SANTOS** (PL - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) – PL, "não"; PL, "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – O.k.

Governo, base, Maioria, "não".

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** (Bloco/PP - PB. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Maioria também "não", Sr. Presidente, vamos cumprir o acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – O.k. Governo, base e Maioria, "não".

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** (Bloco/CIDADANIA - SC. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o Cidadania...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Deixe só eu passar as orientações aqui. Como orienta o Cidadania?

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** (Bloco/CIDADANIA - SC. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) – O Cidadania orienta o voto "não".

Quero destacar o papel do nosso Coordenador da Comissão de Acompanhamento ao Enfrentamento ao Câncer, Deputado Weliton, por ter destacado esse veto, porque dar aos hospitais universitários a possibilidade de incluir novas tecnologias para a população do SUS, em especial as cirurgias robóticas para os cânceres de próstata, é fundamental.

Presidente, só queria registrar o que já falei com V. Exa.: o sistema não está recebendo todas as



cédulas; tentei passar minha cédula na votação anterior e não aceitou.

Mais uma vez quero dizer que o Cidadania defende os pacientes com câncer, defende tecnologias no SUS e defende, então, a derrubada desse veto.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Como orienta o PT?

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – O PT orienta "não", porque esse veto do Presidente da República objetivamente retira recursos da saúde, retira recursos da assistência social, retira recursos do meio ambiente, retira recursos da educação. Esse veto é um absurdo! Nós temos que derrubá-lo, e isso é uma tarefa do conjunto deste Plenário, quero fazer este apelo. E nós temos que trabalhar a recomposição da dotação orçamentária, porque no Governo Bolsonaro está aí tramitando uma proposta para aumentar o dinheiro pra propaganda. Para políticas sociais tem teto; para a política eleitoral de Bolsonaro, não. Por isso, a orientação do PT é "não".

Obrigado, Presidente.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Não pode ser por acordo, porque, para derrubar o veto, tem que ter maioria absoluta.

Como orienta o Novo, Deputado Tiago Mitraud?

**O SR. TIAGO MITRAUD** (NOVO - MG. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador. *Por videoconferência.*) – Presidente, antes da orientação, eu queria só esclarecer uma questão. No nosso entendimento, os vetos deveriam ser votados de acordo com a sua antiguidade, mas, por algum motivo, a gente foi direto para esses dispositivos do Veto 11.

Então, eu queria solicitar um esclarecimento, primeiro, por que dessa preferência e, depois, se há uma ordem já estabelecida pela qual os vetos vão ser votados, para que nós possamos aqui preparar as nossas orientações.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – O entendimento da Mesa é que dentro da sessão não é...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – O entendimento da assessoria da Mesa é que dentro da sessão não é obrigatório seguir a ordem dos vetos.

**O SR. TIAGO MITRAUD** (NOVO - MG. *Por videoconferência.*) – E há uma previsão já da...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Nós vamos votar o 11 e depois vamos seguir a ordem dos vetos.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) – Até porque, Presidente, nós temos uma expectativa, com o que está acontecendo nesse primeiro veto, de impingir outras derrotas ao Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – O.k. Vamos lá.

**O SR. WELITON PRADO** (Bloco/PROS - MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PROS...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Deixe-me só perguntar se todos os partidos orientam "não". O Novo é "não" também, Deputado Tiago?

**O SR. TIAGO MITRAUD** (NOVO - MG. Sem revisão do orador. *Por videoconferência.*) – Vou pedir só um minuto, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Pois não.

**O SR. TIAGO MITRAUD** (NOVO - MG. Sem revisão do orador. *Por videoconferência.*) –



Como o veto entrou de surpresa, nós estamos terminando aqui de fechar a orientação.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Tudo bem. Tudo bem.

**O SR. VALTENIR PEREIRA** (Bloco/MDB - MT. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – “Não”, MDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – MDB “não”.

PSB?

**O SR. BIRA DO PINDARÉ** (Bloco/PSB - MA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – PSB “não”, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – PSDB?

PDT?

PSOL?

PCdoB?

Tempo de liderança do União Brasil, depois eu passo para a orientação do Novo.

PROS?

**O SR. WELITON PRADO** (Bloco/PROS - MG. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – PROS pode ir? Presidente o PROS encaminha “não” e, mais uma vez, eu gostaria de contar com o apoio de todos os Parlamentares desta Casa em relação ao Veto 11, itens 90 e 91. É fundamental a gente derrubar esses dispositivos, que estão destacados. Para quê? Para garantir recursos para a realização de cirurgias de próstata, cirurgia robótica, em todos os hospitais universitários do país.

Hoje não tem cirurgia robótica, esse recurso vai ser necessário e suficiente para a gente começar a implementar.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. WELITON PRADO** (Bloco/PROS - MG) – O câncer de próstata é o que mais atinge, um dos que mais atinge os homens no país. Mais de 16 mil homens morrem todos os anos por câncer de próstata; então, é muito importante a derrubada desse veto. Essa é uma cirurgia menos invasiva, a recuperação é muito rápida, e a cirurgia convencional traz uma série de complicações. Por isso, é muito importante a derrubada dos dispositivos 90 e 91, para a gente garantir em todas as regiões do país a cirurgia robótica.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Tempo de liderança do União Brasil, Deputado Nelho Bezerra.

**O SR. NELHO BEZERRA** (UNIÃO - CE. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Meu querido Presidente, Deputados, irmãos Senadores, em nome do Eduardo Gomes aqui, aniversariante, quero registrar o aniversário dele. Tive a felicidade de estar ontem com ele. Gostaria de fazer um pedido, Eduardo: a minha cidade hoje está quase ilhada e pilhada, e preciso muito do seu apoio para que a gente consiga uma nova ponte que ligue a Vila Neuma ao nosso Alto do Jucá. Com certeza, o nosso centro-sul, nosso Ceará vai te agradecer e agradecer muito. É um sonho antigo da minha cidade de 110 mil habitantes e da minha região com mais de 1,1 milhão de habitantes.

E nesse momento aqui queria registrar o aniversário da Vila Centenário, 48 anos. O Sr. Adil Mendonça, o Prefeito da nossa cidade, durante a maior enchente de todos os tempos, em 1974, levou aquelas pessoas que estavam sem assistência na Vila Neuma e as abrigou na Vila Centenária. Quarenta e oito anos! Meus parabéns, Vila Centenária.

Mas aqui eu queria pedir, ante a presença dos Senadores e de todos: o nosso povo cearense está sendo assaltado todo dia! Nós estamos sendo roubados, furtados! Ninguém aguenta mais a papeleta da Enel, nenhum cearense suporta mais! Eu queria pedir o apoio de todos. Um aumento de 25% tira da



carteira de quem já está passando necessidade! Eu sou de um estado de 9,2 milhões de habitantes, e cinco milhões, mais da metade, estão abaixo da linha de pobreza.

Meus irmãos da Enel, vocês tiveram um lucro de quase R\$1 bilhão no ano passado e querem tirar mais do nosso povo sofrido! Ninguém aguenta! Então, nós recebemos um abaixo-assinado com mais de dez mil assinaturas da região centro-sul, porque ninguém aceita pagar.

Aí meu querido Presidente...

Eu queria dizer a cada um de vocês do centro-sul que tivemos uma nova audiência com o Ministro do MEC, o Godoy, e que, no dia 5, se Deus quiser, com o Moses e com o Capitão Wagner, nós vamos conseguir a Faculdade de Medicina, tão sonhada, para o nosso Iguatu. E o Porto Seco tem avançado. Ele tem avançado, e avançado muito!

Estamos aqui também pedindo e reclamando, Gaguim, companheiro, Deputado, amigo e irmão, que nos tem dado a mão e nos ajudado muito aqui. Quero dizer, Gaguim, que o nosso estado não aceitou que fosse funcionar a Escola Cívico-Militar, e nós estamos aqui pedindo que o Ceará aceite essa escola. Quem é formado nessa escola vira cidadão! Quem é formado nessa escola vai gostar da Bíblia! Quem estuda nessa escola vai gostar da bandeira verde e amarela! Quem estuda nessa escola é contra o aborto! Quem estuda nessa escola não quer que se banque o filme do Porta dos Fundos! Quem aceita essa escola é a favor de Deus! Quem aceita a Escola Cívico-Militar é a favor da família! E o Evangelho diz que Jesus é bem duro: "Aqueles que não aceitarem meu nome como salvador, meu Pai terá ira sobre eles!".

Então, eu queria pedir, neste momento, ao meu querido Presidente e ao meu Senador Eduardo Gomes, que aqui está, que a gente possa juntar forças.

Quero dizer a vocês da Serra da Ibiapaba: nove cidades estão abandonadas pelo Governo do estado. Só há coisas para Sobral, só para o primo rico! E nove primos estão abandonados!

Para encerrar, meu Presidente, eu queria fazer um pedido a V. Exa., meu Presidente da Mesa. Eu queria toda a atenção do senhor! Meu Presidente, o nome deste Plenário leva o nome de um dos homens que mais marcou a nossa história: Ulysses Guimarães. Um poeta da minha terra fez um verso, e eu queria que aqui ele fosse exposto. O poeta disse:

Com Ulysses ninguém se corresponde  
Nem o sábio ou o vidente, nem profetas.  
Quem criou a campanha das Diretas  
Foi direto daqui não sei para onde.  
Se a água tem culpa e o esconde?  
Se o vento o levou e não quis trazer?  
Ou o ar o segurou e não quis descer?  
Ou Jesus ordenou que ele subisse?  
Perguntei para saber.  
Ninguém me disse.  
Vou ficar perguntando até saber.

Encerrando, Presidente, só para concluir, quero dizer aos produtores de leite da nossa região que foram cortados, ao pessoal da agricultura familiar, que vamos ao ministério na terça-feira e que estamos aqui para trabalhar. Ninguém veio para brincar!

Um abraço! Fiquem com Deus!

E viva a família!

**O SR. VINICIUS CARVALHO** (REPUBLICANOS - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

– Presidente Marcelo, aqui é o Vinicius Carvalho, pela Liderança do Republicanos.



**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Espere só um pouco, porque ainda tem a Liderança da Minoria.

**O SR. VINICIUS CARVALHO** (REPUBLICANOS - SP) – Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Deputado Paulo...

**O SR. PAULO TEIXEIRA** (Bloco/PT - SP) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Antes da Liderança da Minoria, como todos os partidos estão orientando "não", eu vou encerrar esta votação. A gente passa para a votação do Senado. E aí eu abro o tempo de Liderança...

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, só...

**O SR. PAULO TEIXEIRA** (Bloco/PT - SP) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Pois não, deixem só o Novo orientar.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA) – É só para orientar pela oposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Deixa só o Novo orientar.

**O SR. TIAGO MITRAUD** (NOVO - MG. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, se puder dar uns dois ou três minutinhos também para, após a orientação, os nossos Deputados poderem votar...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Tudo bem.

**O SR. TIAGO MITRAUD** (NOVO - MG. *Por videoconferência.*) – ... porque nós ainda estávamos aqui debatendo esse ponto.

A gente tem uma questão, Presidente, em relação à constitucionalidade desses dispositivos, sem entrar aqui no mérito dos dispositivos em si, mas, a nosso ver, uma vez que eles se utilizam dos meios das emendas RP 8 e RP 2, que são emendas previstas para ajustes de Parlamentar, nós não acreditamos que, constitucionalmente...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. TIAGO MITRAUD** (NOVO - MG. *Por videoconferência.*) – ... esses dispositivos deveriam sido feitos dessa forma. No nosso entendimento, a inclusão desses itens nessas emendas extrapola os limites da resolução do Congresso Nacional, por isso a gente acredita que foi um dispositivo inadequado. Por isso, o veto está correto e deve ser mantido.

Então, o Novo orienta "sim".

Peço dois minutinhos para que a gente possa ter aqui os votos da bancada efetivados.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Tudo bem.

Orientação da Oposição.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Presidente, a orientação da Oposição é "não".

E nós temos que aqui insistir que este Governo tira dinheiro, tira orçamento da educação, da saúde, da assistência social, é o que ele queria fazer com esse veto, de que nós estamos ganhando no Plenário a votação. Aqui na Casa foi votada uma complementação para o auxílio emergencial para chegar aos R\$400, lembrando que o Governo Bolsonaro não fez a proposta de auxílio emergencial durante a pandemia.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA) – Foi projeto de lei dentro desta Casa. E a proposta da Oposição era de R\$600. E o Governo Bolsonaro aprovou, nesta semana, medida provisória de somente R\$400. Por isso, além de reduzir o número de pessoas beneficiadas, ele diminuiu o valor do



auxílio emergencial.

Por isso, a orientação da Oposição é "não".

Obrigado, Presidente.

**O SR. SAMUEL MOREIRA** (Bloco/PSDB - SP. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, o PSDB orienta...

**O SR. PAULO TEIXEIRA** (Bloco/PT - SP) – Minoria, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Só um pouquinho.

PSDB.

**O SR. SAMUEL MOREIRA** (Bloco/PSDB - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador. *Por videoconferência.*) – O PSDB orienta "não", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – O PSDB orienta "não".

Deputado Paulo, Minoria.

**O SR. PAULO TEIXEIRA** (Bloco/PT - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Presidente, nós ontem, como disse tão bem aqui o Deputado Afonso Florence, aprovamos um auxílio emergencial de R\$400, mas esse auxílio emergencial de R\$400 está sendo comido pela inflação. É o gás mais caro da história do Brasil, é a gasolina mais cara da história do Brasil. Por isso, nós votamos R\$600 no dia de ontem – R\$600 para o auxílio emergencial.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. PAULO TEIXEIRA** (Bloco/PT - SP) – Falta dipirona nos postos de saúde e nos hospitais brasileiros; faltam recursos para a permanência dos estudantes no ensino médio e no ensino superior público. Por essa razão, o orçamento deveria ser suplementado. Foi assim que votamos. E o Presidente vetou a suplementação. E é por isso que a gente vota "não". Queremos mais recursos para a educação, para a saúde e para o ...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Vou encerrar a votação. Está encerrada a votação.

*(Procede-se à apuração.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Houve 26 votos SIM; e 330 votos NÃO. **(Lista de votação - Vide Item 2.1.1 do Sumário)**

Rejeitado na Câmara, passa-se à deliberação no Senado.

Em votação no Senado o Dispositivo 194 e 199 do Veto 11, de 2022.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores já podem votar, pelo aplicativo Senado Digital, lembrando os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que nesse item há o acordo pela derrubada do veto.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Para orientar, MDB. *(Pausa.)* PSD.

Posso botar "não" para todos do Senado?

**O SR. MARCELO CASTRO** (Bloco/MDB - PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Seria o que eu ia sugerir a V. Exa.: que colocasse "não" para todos os partidos. Quem discordar, então, pede para retirar.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – O.k. "Não" para todos. Se houver alguma



discordância, eu peço que orientem aqui, ou por mensagem ou pelo sistema.

Tempo de Liderança da Minoria, Deputado Paulo Teixeira.

**O SR. PAULO TEIXEIRA** (Bloco/PT - SP. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Deputado Marcelo, Srs. Deputados, Sras. Deputadas e povo brasileiro, no dia de ontem, a Corte de Direitos Humanos, a Corte de Justiça da ONU declarou que o Presidente Lula teve um processo irregular; que o Presidente Lula teve um processo parcial. Portanto, depois que o Supremo Tribunal Federal anulou todos os processos contra o Presidente Lula, no dia de ontem a Organização das Nações Unidas igualmente declarou irregulares os processos contra o Presidente Lula e disse que o julgamento do Presidente Lula foi um julgamento parcial, feito por uma Justiça parcial. E, igualmente, a ONU disse que isso prejudicou tanto os direitos civis quanto os direitos políticos do Presidente Lula, na medida em que ele foi retirado das eleições de 2018. Coincidentemente, o mesmo juiz que o condenou se transformou em ministro do atual Presidente da República, que ganhou com a ausência do Presidente Lula no pleito.

Senhores e senhoras, o que aconteceu naquele julgamento? As mais escabrosas violações ao devido processo legal. Vejam o que aconteceu.

Primeiro, fizeram uma condução coercitiva, quando a própria legislação dizia que as pessoas deveriam ir, ao serem intimadas, depor. O Presidente Lula não foi intimado e sofreu uma condução coercitiva.

O escritório dos advogados foi grampeado. O Presidente Lula teve, assim, o seu escritório grampeado.

Depois disso, houve uma combinação entre os procuradores e o Juiz Sergio Moro na produção de provas, na oitiva de testemunhas. Inclusive, o Juiz Sergio Moro escalou os procuradores que deveriam e disse daqueles que não deveriam participar das oitivas do Presidente Lula.

Esses fatos foram revelados pela chamada Vaza Jato. Foi um *hacker* de Araraquara que revelou o conteúdo das conversas havidas entre o Juiz Sergio Moro e os procuradores, o que demonstrou a existência de crimes praticados nessas conversas.

E aí o que a ONU disse? O Brasil precisa aperfeiçoar o seu sistema jurídico para não mais cometer esse tipo de violação do processo legal, de violação praticada pelo seu próprio sistema de Justiça. E uma das medidas que o Brasil se comprometeu a adotar para o aperfeiçoamento do seu sistema de Justiça foi o instituto do juiz de garantias, fato esse que foi aprovado neste Congresso Nacional. O Congresso Nacional aprovou a criação do juiz de garantias para garantir maior imparcialidade dos juízes, mas o que ocorreu? Ocorreu que o Ministro Luiz Fux suspendeu a implementação do juiz de garantias no Brasil, que tem que ser implementado.

Eu quero aqui parabenizar o Presidente Lula, tendo em vista que, depois do Supremo Tribunal Federal, a Organização das Nações Unidas reconheceu que ele foi julgado por um juiz parcial.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PAULO TEIXEIRA** (Bloco/PT - SP) – Quero parabenizar os seus advogados Zanin e Valeska, porque fizeram um belo trabalho de defesa do Presidente Lula. E o Presidente Lula tem, diante deste país, o reconhecimento de que sofreu a maior injustiça que a Justiça brasileira possa ter praticado.

A nossa solidariedade e parabéns!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Tempo de Liderança do Republicanos, Deputado Vinicius Carvalho.

**O SR. VINICIUS CARVALHO** (REPUBLICANOS - SP. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Marcelo.

Deixe-me só buscar aqui...

Presidente e demais Parlamentares, tanto os Deputados Federais quanto os Senadores, eu quero aqui





aproveitar este momento para agradecer ao Líder do Governo no Congresso Nacional, Senador Eduardo Braga, pela sensibilidade na construção desse acordo, dessa emenda que nós apresentamos.

Na Câmara, houve, por parte dos Líderes e também por parte dos Parlamentares, o entendimento de que a infraestrutura esportiva é importante para o desenvolvimento social, o desenvolvimento da cidadania de toda a população. Quando apresentamos esse projeto, apresentamos logicamente essa emenda e levamos ao conhecimento do Governo, o nosso foco era o Brasil, eram os 5.670 municípios.

Então, deixo aqui registrado este apoio, inclusive com o apoio na condução do Senador Marcelo Castro, que nos ajudou muito no Senado, nessa construção com os Senadores inclusive, para que nós possamos deixar bem claro que o fato de estarmos derrubando este veto não quer dizer derrota do Governo. Pelo contrário, passamos para o Governo uma percepção de algo que não estava apontado no seu radar. E, logicamente, com a maestria da condução desse trabalho por parte do Líder do Governo no Congresso, nós conseguimos ter o apoio do Governo para poder derrubar o veto. Ressaltando: não é derrota do Governo; é um trabalho em conjunto entre o Legislativo, Senadores e Deputados, e o Governo Federal, o Executivo, e nós aqui só temos a agradecer.

Obrigado pelo apoio de todos. Eu não tenho dúvida de que os Senadores, da mesma forma, seguirão esse entendimento e o que nós chamamos nesta Casa Legislativa de acordo, porque este recurso atende a todos os municípios do nosso Brasil.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Obrigado.

Deputado Heitor Schuch.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Heitor Schuch.

**O SR. HEITOR SCHUCH** (Bloco/PSB - RS. Para discursar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, eu queria fazer um registro aqui. Primeiro, Presidente, quero dizer-lhe parabéns pela sua dedicação e pelo seu compromisso quando nós da agricultura familiar falamos em PLN 1. Não é de hoje que falamos disso. Mas tivemos pandemia, seca no Sul, enchente em outros estados e agora vivemos os reflexos da guerra. Os insumos estão subindo cada vez mais rápido nos preços, nas cotações, e os nossos agricultores estão vendo que o crédito rural acabou.

Inclusive, é importante registrar que o BNDES anunciou que não tem mais recurso de custeio. No investimento, isso já é uma notícia de 50 dias atrás. Esta semana recebemos uma comunicação da Abimaq, da indústria de máquinas, pedindo recursos para poder atender às demandas que tem, e existem. E recebemos também uma comunicação das cooperativas do Rio Grande do Sul dizendo o seguinte: a ausência total de crédito e frequente aumento de custos. Precisamos de recursos.

Portanto, Sr. Presidente, eu registro aqui a preocupação enorme da agricultura familiar no país inteiro. Como coordenador dessa frente nesta Casa, tenho ouvido a Contag, as federações, a OCB, entre outros tantos, clamando pela votação desse PLN 1.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. HEITOR SCHUCH** (Bloco/PSB - RS) – Eu sei que tem um regimento que diz que primeiro a gente tem que votar os vetos para depois chegar ao PLN. Eu queria fazer um apelo aqui a todos os Líderes, de Governo, de oposição, da Casa Legislativa do país, do Congresso Nacional, da possibilidade de a gente pautar primeiro esse PLN, para que a gente possa dar um oxigênio a esse setor tão importante.

E termino dizendo mais uma vez, Presidente Marcelo: parabéns pelo seu esforço e pela sua dedicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Obrigado, Deputado Heitor.



Só lembro que, no início da sessão, nós fizemos todos os esforços para tentar construir um acordo que permitisse a votação do PLN, mas, como não chegamos a um acordo e a determinação de que o PLN não pode ser votado antes de veto que tranca a pauta é uma determinação constitucional, nós resolvemos ir enfrentando os vetos para tentar chegar ao PLN.

Deputado Afonso Florence, depois eu vou encerrar a votação.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA) – Pedido de esclarecimento...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Desculpa. Quem pediu a palavra? Alguém pediu a palavra, eu não consegui...

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA) – Eu.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Senador Izalci, V. Exa. vai usar da palavra?

Só... Está na votação do Senado, deixe-me só ouvir o Senador Izalci, depois eu passo a V. Exa.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco/PSDB - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu já votei nessa matéria. Nós temos alguns destaques, nós vamos...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – O.k. Tudo bem.

Deputado Afonso Florence, depois vou encerrar a votação.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, um pedido de esclarecimento à Mesa: qual será o procedimento em relação aos dispositivos do Veto 11 que não estão sendo apreciados neste momento? O Veto 11 foi retirado da cédula e apenas os dispositivos 194 e 199 estão sendo apreciados. E um pedido de esclarecimento ao Plenário...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Os destaques que tinham acordo de todos os partidos pela derrubada nós colocamos num bloco e os destaques que não tinham acordo em outro bloco.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA) – Entendi.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Agora nós vamos ter a votação...

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA) – Então, a minha suposição é de que o Governo, por seu interesse... que não é acordo, nós não tivemos nenhum acordo com o Governo...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Não, acordo não. O Governo encaminhar... Vamos lá.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA) – O Governo está passando o trator de qualquer forma.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – O Governo encaminhava... O Governo e a oposição encaminhavam da mesma forma.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA) – Os dispositivos serão submetidos à apreciação em seguida.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Exatamente.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA) – Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – O.k.

Encerrada a votação.

*(Procede-se à apuração.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Houve 52 votos NÃO; nenhum voto SIM.  
(Lista de votação - Vide Item 2.1.1 do Sumário)

Rejeitado no Senado.

O veto vai à promulgação. (*Palmas.*)



Veto nº 11, de 2022, e demais dispositivos.

Passa-se agora à apreciação do Veto nº 11, de 2022, com exceção dos dispositivos 194 e 199, que já foram apreciados anteriormente, aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 19, de 2021.

Para encaminhar, Deputado Weliton Prado.

**O SR. WELITON PRADO** (Bloco/PROS - MG. Para encaminhar. Sem revisão do orador.)

– Mais uma vez, eu gostaria de destacar os itens 90 e 91 do Destaque 11, que garante recurso para a Ebserh, a Empresa Brasileira de saúde, que é responsável por administrar e gerir os mais de 40 hospitais universitários em todas as regiões do nosso país. O objetivo com a derrubada desse veto é garantir recursos para que a Ebserh possa começar a realizar as cirurgias robóticas de câncer de próstata. Hoje é só feita a cirurgia convencional, é a cirurgia que é muito sofrida, tem vários problemas colaterais: incontinência urinária, dificuldade de recuperação, depressão nos homens, porque a cirurgia convencional, grande parte das vezes, causa, inclusive, a impotência sexual e é muito importante garantir a cirurgia robótica, a cirurgia precisa, menos invasiva, que garante uma recuperação mais rápida do paciente.

A gente sabe que o câncer de próstata é o segundo tipo mais comum entre os homens, ao todo são 65 mil novos casos no Brasil por ano, ao todo, 16 mil homens morrem de câncer de próstata no Brasil todos os anos e os dados realmente são alarmantes. A cada sete minutos se tem um diagnóstico novo de câncer de próstata, um homem está sendo diagnosticado com câncer de próstata; a cada 38 minutos, no Brasil, um homem morre de câncer de próstata e a gente sabe que não poderia ser assim, há a possibilidade de ser diferente se a gente tiver uma política de prevenção, com diagnóstico precoce e com esses homens tendo acesso ao tratamento moderno mais adequado, que, nesse caso, são as cirurgias robóticas, que são fundamentais para salvar vidas.

Por isso, eu peço o apoio pela derrubada do veto para a gente garantir esses recursos para a Ebserh ter a possibilidade de iniciar em todos os hospitais universitários as cirurgias robóticas de câncer de próstata. Com certeza, o câncer de próstata é um câncer que tem cura. Qualquer homem pode ter em alguma fase da vida, a gente pode ter. Se Deus der a possibilidade de a gente ter uma vida mais longa, a possibilidade de ter um câncer de próstata é muito grande.

É fundamental a gente utilizar esses recursos, essas metodologias modernas que garantem a vida, uma recuperação rápida dos homens.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. WELITON PRADO** (Bloco/PROS - MG) – O câncer de próstata é o maior problema de saúde pública masculina e é um câncer silencioso – silencioso.

Então, eu faço aqui um apelo a todos os Deputados e Deputadas e aos Senadores e Senadoras para que a gente possa derrubar o veto e garantir os recursos no Orçamento para que a Ebserh possa estabelecer a cirurgia robótica de câncer de próstata em todos os hospitais universitários, beneficiando o nosso país de norte a sul, de leste a oeste.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Para encaminhar, Deputado Afonso Florence.

Depois eu vou abrir a votação e dou a palavra para os Deputados enquanto a votação...

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Presidente, nós, da Oposição, estamos defendendo a derrubada desse veto, porque esse veto do Presidente da República retira da Lei Orçamentária de 2022 recursos postos por este Parlamento para a educação, para a saúde, para a assistência social, para a agricultura, para o meio ambiente, para a ciência, como foi citado pelo Parlamentar que me antecedeu.

Portanto, é impressionante que a regra do teto de gastos seja parâmetro para um governo vetar



recursos nesses setores, mas o Governo, a todo momento, manda uma PEC para esta Casa para furar o teto para as suas ações eleitoreiras. E a população brasileira está sendo submetida, cada vez mais, à perda da qualidade dos serviços públicos, porque o Governo Bolsonaro desmonta a administração pública, desmonta o Estado brasileiro.

A população, por um lado, sofre o impacto da redução dos serviços públicos; por outro lado, sofre o impacto da carestia, da perda de poder aquisitivo dos salários, do aumento do gasto familiar com o botijão de gás, com a gasolina. A política econômica e a gestão orçamentária desse Governo são um escândalo, são um ataque aos direitos mais elementares da população brasileira, principalmente das pessoas que mais precisam.

A dona de casa chefe de família, o trabalhador chefe de família sabe que está difícil manter a mesa com os alimentos básicos para os seus filhos e suas filhas, para sua família.

Por isso, nós temos que garantir esses recursos orçamentários. Para isso, nós temos que derrubar o veto do Presidente da República...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA) – ... para que a administração pública tenha os recursos necessários para prover na saúde, como eu disse, na ciência, na educação e em outras rubricas orçamentárias.

A responsabilidade pelo sofrimento do povo brasileiro tem só um responsável, um nome, Jair Bolsonaro.

Obrigado, Presidente.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) – Para orientar pelo Governo, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Eu vou só abrir a votação e passo a palavra.

Em votação, na Câmara dos Deputados, o Veto 11, de 2022.

As Sras. e os Srs. Deputados já podem votar pelo Infoleg ou no Plenário da Câmara dos Deputados.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Para orientar pelo PL.

**A SRA. SORAYA SANTOS** (PL - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria até de aumentar um pouquinho, se V. Exa. concordar, a nossa fala, porque eu queria fazer uma ressalva em relação ao encaminhamento da Deputada Celina Leão, que é a nossa Coordenadora da Bancada Feminina.

A partir do momento em que todos os vetos destacados estão sendo votados juntos, fica impossível podermos votar em separado em projetos com o da robótica, que é absolutamente necessária para combater o câncer de próstata de forma mais eficaz, assim como o orçamento que foi cortado em relação ao Ministério da Mulher, de Direitos Humanos.

*(Soa a campainha.)*

**A SRA. SORAYA SANTOS** (PL - RJ) – Portanto, Sr. Presidente, nós vamos encaminhar pela manutenção da forma como foi feita, com o compromisso de depois trabalharmos tecnicamente para o remanejamento do orçamento nesta pasta. Não adianta falar de idoso, de criança, de mulher, de direitos humanos, se não houver recursos para essa finalidade.

Então, fica aqui o nosso encaminhamento pela manutenção com o acordo de votação em separado e



remanejamento desses dois...

*(Interrupção do som.) (Pausa.)*

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Presidente, nós temos, com eu disse, duas premissas no Governo Bolsonaro: a Lei de Responsabilidade Fiscal e o cumprimento do teto de gastos. Duas leis que nós votamos nesta Casa e que são parâmetros, principalmente no momento em que o Brasil está entrando na OCDE. Nós não podemos nos desviar do caminho que sempre mostra a melhor opção.

Diante disso, governar é fazer escolhas e prioridades...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) – ... e a peça orçamentária foi votada pelo Congresso Nacional, escolhendo as suas prioridades, e este veto, mantido, dará duas condições. Primeiro, de liberar os recursos do crédito Safra, através do qual o agronegócio tem sustentado basicamente um dos pilares da economia brasileira. E, segundo, a recomposição do reajuste dos servidores.

Por isso, a orientação do Governo é "sim". *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Vamos lá, orientar pelo PROS.

O Governo pode orientar por todo o bloco, Maioria e Governo.

**O SR. GENERAL PETERNELLI** (UNIÃO - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Pode orientar, Presidente.

Só comentar do União e juntar à fala da Soraya, que o Senador Eduardo Gomes comentou da reposição dos recursos na Ebserh e na política das mulheres, e, dessa forma, também orientar favoravelmente a manutenção do veto.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – PROS.

**O SR. WELITON PRADO** (Bloco/PROS - MG. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – O PROS, diante do compromisso do Governo de recompor esses recursos para garantir recursos na Ebserh para a realização de cirurgias robóticas dos 40 hospitais universitários do país, o PROS orienta "sim". Estamos aqui acreditando na palavra do Governo.

Eu queria parabenizar o Senador Eduardo Gomes pelo aniversário. Ele sabe que ele tem um compromisso com o Hospital do Amor no seu estado, um trabalho muito importante de prevenção na área do câncer. Ele assumindo aqui esse compromisso com o Governo de garantir, no próximo PLN, esses recursos para a Ebserh...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. WELITON PRADO** (Bloco/PROS - MG) – ... realizar cirurgias robóticas...

A gente colocou, é uma questão muito séria. O maior problema de saúde pública dos homens é o câncer de próstata. Mais de 16 mil homens morrem todos os anos de câncer de próstata, um homem morre a cada 38 minutos. Então, é fundamental a gente garantir essa cirurgia robótica, que é precisa e garante uma recuperação rápida do paciente.

Como Presidente da Comissão do Câncer, eu queria agradecer, esperando...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – PT.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Presidente, a orientação do PT é "não", porque nós consideramos que existe espaço no teto. E, se não houvesse, seria possível, com uma das inúmeras PECs, inclusive a PEC do calote, o PLN 2, que



estava na pauta e o Governo retirou da pauta... Porque Prefeitas e Prefeitos têm que saber: o PLN 3 entrou na pauta hoje, o Governo não tinha botado na pauta, mas o PLN 2...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA) – ... é para pagar dívida transitada e julgada com o cidadão, a dona de casa, a microempresa, a grande empresa – os precatórios. E o Governo está dando calote, está empurrando – estava na pauta –, jogou para depois.

Por isso, nós queremos derrubar esse veto. A nossa orientação é "não".

Estou com uma questão de ordem, Presidente. Quando convier, por gentileza...

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – MDB.

**O SR. VALTENIR PEREIRA** (Bloco/MDB - MT. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o MDB orienta "sim", pela manutenção do veto, uma vez que houve um acordo com relação ao Veto 11, em que, na primeira parte, o acordo foi "não", pela sua derrubada; e, nesses outros itens, pela sua manutenção. Por isso, então, a orientação do MDB é "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – PSB.

PSDB, Deputado Samuel.

PDT.

PSOL, Deputada Vivi.

**O SR. SAMUEL MOREIRA** (Bloco/PSDB - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador. *Por videoconferência.*) – Presidente, o PSDB é "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – PSDB, "sim".

PSOL, Deputada Vivi.

**A SRA. VIVI REIS** (PSOL - PA. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora. *Por videoconferência.*) – O PSOL é "não". Nós orientamos "não" aos vetos do Presidente.

O Governo vetou R\$3,1 bilhões em 235 ações orçamentárias. E é um absurdo ver que o orçamento secreto não é tocado. Eu concordo quando os Deputados do Governo afirmam que orçamento é questão de prioridade – e é questão de prioridade. E o que a gente percebe aí por parte do Governo Bolsonaro é que a prioridade do Governo não é trabalho, não é previdência...

*(Soa a campanha.)*

**A SRA. VIVI REIS** (PSOL - PA. *Por videoconferência.*) – ... não é educação, não é ciência, nem tecnologia. A prioridade desse Governo são os interesses dos seus; é passar a mão na cabeça de Deputado que destila discurso de ódio, de autoritarismo, de violência, de não garantia de recursos para as áreas sociais, básicas, fundamentais para o povo brasileiro.

Então, nós somos "não" aos vetos por todos esses motivos.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Novo.

**O SR. BIRA DO PINDARÉ** (Bloco/PSB - MA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – PSB, "não", Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – PSB, "não".

Novo.

**O SR. TIAGO MITRAUD** (NOVO - MG. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador. *Por videoconferência.*) – Presidente, o Novo orienta "sim" pelos motivos que eu já expus na votação passada.

Agora me surpreende a clareza com que o Deputado que orientou pelo Governo disse que esses vetos todos estão sendo feitos para abrir espaço para se fazer populismo em ano eleitoral com aumento



para classes específicas de servidores. Se eu bem entendi o que a pessoa que orientou pelo Governo falou, disse que, sem fazer esses cortes, não conseguiria fazer o reajuste para servidores, sendo que, sabidamente, sabemos que o Presidente Bolsonaro não quer fazer ajuste para todos os servidores.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. TIAGO MITRAUD** (NOVO - MG. *Por videoconferência.*) – Ele quer especificamente aumentar os salários da sua base eleitoral, das forças de segurança. Então, ainda que nós concordemos com a maior parte dos vetos que estão nesse bloco, não há como concordar com a justificativa dada pelo Governo para isso.

E também, Presidente, gostaria aqui só de reforçar o seu compromisso de, uma vez que este veto foi priorizado, nós votarmos todos os outros antes de passarmos pelo PLN, de não votarmos o PLN, só porque o Veto 11 já foi votado.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Deputado Tiago, para algumas flexões eu tenho um defeito, eu sou refém da minha palavra: nós só votaremos o PLN 1 se enfrentarmos todos os vetos.

**O SR. TIAGO MITRAUD** (NOVO - MG. *Por videoconferência.*) – Perfeito. Muito obrigado, Presidente. Estamos de acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – O PSB é "não"? O PSB, "não".

PV, Cidadania, PV, Rede, Minoria, Oposição...

Vou encerrar a votação.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Pela Minoria e pela Oposição, Presidente.

Não é verdade que o Governo esteja abrindo espaço para revisão de carreira, para reajuste salarial. O Governo, inclusive, tinha feito uma promessa – aí, sim, eleitoral e irresponsável, como é regra na conduta do Presidente da República – de fazer um reajuste diferenciado para policiais federais. Nós não somos contra o reajuste dos policiais federais. Queremos um reajuste robusto para eles e para todas...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA) – ... as outras categorias do serviço público! Nos governos do PT, houve o fortalecimento das carreiras da administração pública federal. Portanto, o objetivo do Governo aqui, mantendo este veto, é desmontar a administração pública. Por isso, a perda de qualidade da escola pública e da saúde pública, hoje, no Brasil, é culpa do Governo Bolsonaro.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Encerrada a votação.

*(Procede-se à apuração.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Houve 220 votos SIM; 107 votos NÃO.  
(Lista de votação - Vide Item 2.1.1 do Sumário)

Mantido o veto.

Mantido o veto na Câmara, o veto deixa de ser submetido ao Senado.

Será feita a comunicação ao Senhor Presidente da República.

Questão de ordem do Deputado Afonso Florence.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA. Para questão de ordem. Sem revisão do orador.)  
– Obrigado, Presidente.



O art. 106-D do Regimento Comum diz que: "Até o início da Ordem do Dia, poderá ser apresentado destaque de dispositivos individuais ou conexos para apreciação no painel eletrônico, a requerimento de líderes, que independerá de aprovação pelo Plenário, observada a seguinte proporcionalidade [...]". Não vou avançar.

Qual é o assunto? Nós fomos surpreendidos, e a Deputada Soraya manifestou, no Plenário, a contrariedade de um dispositivo que era do seu interesse estar em separado dos que agora o Governo conseguiu manter o veto. O Governo fez uma divisão de dispositivos naquilo que lhe convinha que estavam destacados, no nosso entendimento. Então, a questão de ordem aqui vai no sentido de que não haja nenhuma divisão... Se o Governo quiser ainda derrubar algum destaque, agora não é mais o momento para destacar dispositivos que tenham sido destacados anteriormente enquanto conjunto, não sendo eles conexos.

Obrigado, Presidente. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM. Para responder questão de ordem.) – Deputado Afonso Florence, o art. 48, inciso XIV, resolve essa questão ao dispor que compete ao Presidente, utilizando subsidiariamente do Regimento do Senado, que é o primeiro utilizado subsidiariamente, que "competem à Presidência orientar as discussões e fixar os pontos que devam ser debatidos, podendo, quando conveniente, dividir as proposições para fins de votação".

De qualquer forma, sempre que houver alguma divisão, eu antes comunicarei para a gente fazer algum ajuste se necessário.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA) – Até para a gente, na defesa, na orientação...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Claro, claro.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA) – ... sair correndo para saber o que foi destacado na última hora quando já está...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Claro, fique...

Veto nº 36, de 2021.

Privatização da Eletrobras.

Passa-se agora à apreciação dos Dispositivos 9 e 10 do Veto nº 36, de 2021, parcial, apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2021, oriundo da Medida Provisória nº 1.031, de 2021, que ficaram pendentes de deliberação pelo Senado Federal após derrubada do dispositivo pela Câmara dos Deputados em sessão anterior.

Após a votação desse dispositivo será feita uma nova votação dos dispositivos de remanescentes.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA) – Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Em votação no Senado Federal os dispositivos 9 e 10 do Veto nº 36, de 2021.

As Sras. Senadoras e Srs. Senadores já podem votar pelo aplicativo Senado Digital.

(*Procede-se à votação.*)

**O SR. EDUARDO GOMES** (Bloco/PL - TO) – Para orientação, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Votação só no Senado.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, quero fazer um apelo aqui. Esse Veto nº 36 é o do lúpus.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Não, é o da Eletrobras.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA) – Da Eletrobras. Presidente, com a licença.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – O do lúpus, como corre o risco de a gente não enfrentar todos, eu vou passá-lo um pouco mais para frente.





**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA) – Não, não, eu estou aqui me baseando na memória do veto, mas focado em outro procedimento.

Considerando que o Governo foi intransigente e não aceitou incluir...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA) – ... pelo menos um dos vetos que nós temos a pretensão de derrubar e que trancam a pauta e que nós achamos que pode dar acordo; considerando que agora o veto da privatização da Eletrobras, que é o veto que, ao vetar o dispositivo, impede procedimentos em relação a servidores, ações na Eletrobras, nós...

**O SR. EDUARDO GOMES** (Bloco/PL - TO) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA) – Eu estou avocando aqui junto aos Líderes porque...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. GENERAL PETERNELLI** (UNIÃO - SP) – Vamos votar, Presidente. Ou, pelo menos, orientar....

**O SR. EDUARDO GOMES** (Bloco/PL - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA) – Por gentileza, nós sempre tratado...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Então, conclua.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA) – Eu estou tentando...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Conclua.

**O SR. EDUARDO GOMES** (Bloco/PL - TO) – Está em curso a votação, Sr. Presidente, e é sobre a orientação.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Conclua.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA) – Eu estou querendo fazer um apelo ao Líder Eduardo para que suspendamos a sessão, eu estou avocando a responsabilidade junto aos Líderes da Oposição naquilo que não é acordo, mas é a força política da maioria do Governo...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA) – ... de – aí teríamos de ajustar, se eu estiver correto –, suspender e fazermos uma reunião, com o compromisso do Governo, para apreciarmos a possibilidade de alguns dispositivos que estão vetados, inclusive os da Bancada Feminina, de poderem ser acatados.

Aí há a Lei Paulo Gustavo, a Lei de Segurança Nacional e há os procedimentos regimentais.

**O SR. EDUARDO GOMES** (Bloco/PL - TO) – Presidente, pela ordem.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA) – A gente votaria os PLNs, e aí eu faço um apelo...

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campanha.)*

**O SR. EDUARDO GOMES** (Bloco/PL - TO) – Presidente...

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA) – Aí eu faço um apelo ao Presidente. Peço que vocês compreendam, estou avocando uma prerrogativa... Eu não tenho mandato dos líderes dos partidos de oposição, nós faríamos um acordo, não vou me estender, com o compromisso do Líder Eduardo de nós



chegarmos a alguma derrubada de veto na semana que vem.

Obrigado, Presidente.

**O SR. EDUARDO GOMES** (Bloco/PL - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

Como estava em curso a votação desse dispositivo, é preciso deixar um esclarecimento importante ajustado com a Câmara dos Deputados, em respeito aos Deputados e Deputadas, com relação a este item especificamente.

Os itens 9 e 10, o veto da privatização da Eletrobras, por sinal, teve destaque aprovado, em acordo, pela derrubada na Liderança do PSDB, Deputado Rodrigo de Castro, depois do entendimento técnico entre Governo, autores e o Senado, na solicitação aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras que votem pela manutenção do veto, entendendo que o veto tinha uma instrução inexequível com relação à dimensão dos efeitos do veto.

Então, o Governo orienta, nesse caso, aos partidos da base, aos partidos da oposição, esclarecendo sobre a origem desse veto, que há uma solicitação pela manutenção do veto nos itens 9 e 10. É para deixar bem claro que não faz parte de um conjunto de tratativas com a oposição que não tivesse a palavra mantida, até porque esse veto foi derrubado na Câmara em conjunto com o Governo, com o Governo votando junto.

Então, nós estamos corrigindo uma distorção num tema importantíssimo votado no Senado e na Câmara, relatado aqui pelo Deputado Elmar, a quem eu faço uma homenagem; e, no Senado, também aprovado, para a manutenção desse item.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. EDUARDO GOMES** (Bloco/PL - TO) – E com relação ao acordo, Sr. Presidente, é evidente que eu não podia deixar de dar essa oportunidade, para que nós conversássemos nesse sentido, para que a gente mantenha a nossa capacidade de diálogo, principalmente firmado na capacidade de V. Exa. de condução dessa sessão nesses parâmetros. Mas deixo público também que a construção inicial do pedido desse acordo é em respeito ao Líder....

*(Soa a campanha.)*

**O SR. EDUARDO GOMES** (Bloco/PL - TO) – ... e a todos os Líderes que acompanharam, como o Líder Arlindo Chinaglia também, para que a gente entenda que a construção de votações posteriores e a nova dinâmica que juntos vamos implementar de abertura de diálogo entre Oposição, Governo e disputa no voto, que ela se dê naquela nossa proposta original da reunião da quarta-feira e da sessão da quinta-feira dos itens remanescentes. Não quer dizer que a gente não possa entrar...

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campanha.)*

**O SR. EDUARDO GOMES** (Bloco/PL - TO) – Não quer dizer que a gente não possa entrar em acordo de itens ainda constantes dessa pauta de hoje. Afinal de contas, tanto nos vetos da ferrovia como em outros vetos constantes, como no do lúpulo e outros, existe diálogo ainda em curso da Oposição com o Governo.

Então, assim, mantendo aquilo que V. Exa. disse na condução dos trabalhos, mantendo a capacidade de diálogo e também mantendo que essa sessão...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. EDUARDO GOMES** (Bloco/PL - TO) – ... é o primeiro passo para um procedimento de



sessão que a gente quer instalar aqui, se Deus quiser em breve, com uma pauta absolutamente atual.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, permita-me, antes do seu pronunciamento.

Como na proposta de acordo que eu estou me dispondo a acatar há, digamos assim, procedimentos sendo flexibilizados, eu estou fazendo um apelo ao Líder Eduardo Gomes que esteja flexibilizado também esse encaminhamento que foi iniciado em votação. Acho até que são muito mais graves as outras flexibilizações do que essa. É muito nítido: nós queremos trabalhar o tema da Eletrobras.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Fora o Regimento e a Constituição, o que vocês resolverem aí embaixo, por acordo, eu acato. Se não, segue-se o Regimento.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu concluiria esta votação e, a partir da próxima, nós faríamos...

Presidente, eu peço a V. Exa. para registrar a presença de três Prefeitos que estão aqui no Plenário. Vieram da Bahia para a Marcha dos Prefeitos com uma pauta importantíssima.

Registro a presença do Prefeito Bebeto, de Belmonte; do Prefeito Calixto, de Ibirapuã; e do Prefeito Peris, de São José do Jacuípe.

Se V. Exa. permitir que eles subam aí para tirar uma foto com V. Exa...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Claro. Será uma honra para mim...

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) – ... para fechar com chave de ouro.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – ... tirar uma foto com eles, mais ainda, ao seu lado, Deputado Cajado.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) – Mas isso, sempre!

Agradeço a V. Exa.

Vou convidá-los para tirar, aqui no Plenário, representando os Prefeitos brasileiros, as Prefeitas brasileiras e o Movimento Municipalista. Todos conhecem. Eu estou no sétimo mandato e, desde o primeiro, eu defendo o municipalismo, porque é lá onde reside a célula que move o nosso país.

Portanto, em nome dos Prefeitos Calixto, Bebeto e Peris, aqui presentes, quero saudar todos os Prefeitos brasileiros.

**O SR. MARCELO CASTRO** (Bloco/MDB - PI) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Pois não, Senador Marcelo Castro.

**O SR. MARCELO CASTRO** (Bloco/MDB - PI. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – O MDB quer orientar o voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – MDB, "sim".

**O SR. ANTONIO BRITO** (PSD - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSD encaminha o voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – PSD, "sim".

PSDB, Senador Izalci Lucas.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco/PSDB - DF. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu entendo que, quando foi apresentada pelo PSDB a derrubada do veto, foi um acordo que foi feito. E, tecnicamente, ficou provado realmente que não era para ter derrubado.

Então, eu, como não discuti, eu entendi já que é questão técnica e vou votar pela manutenção, mas eu vou liberar a bancada, já que o PSDB participou disso. Mas eu vou votar pela manutenção e, particularmente, entendi que houve um erro realmente na decisão de derrubar o veto naquele momento.

Então, liberação, com o meu voto pela manutenção. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Senador Portinho, pelo PL.

Depois, vou encerrar a votação.



Senador Portinho.

**O SR. CARLOS PORTINHO** (Bloco/PL - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Presidente Marcelo, meus colegas.

O PL orienta pela manutenção dos vetos.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – PL, "sim".

Encerrada a votação.

Só um pouquinho. Ainda não. Não encerrem ainda, por favor.

Senador Esperidião Amin.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) – Presidente, só há 47 votantes.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – O quórum não está dando mais do que isso, ainda agora deu 50.

Não estão votando muito mais do que isso não.

Eu abri a outra com 50.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) – Esse é pela derrubada, a gente acha que pode conseguir o quórum, Presidente. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – São 36 votos SIM; 14 votos NÃO. (**Lista de votação - Vide Item 2.1.1 do Sumário**)

Mantido no Senado.

Será feita a comunicação ao Senhor Presidente da República.

Veto nº 25, de 2021.

Marco Legal das *Startups*.

Passa-se agora à apreciação dos dispositivos 1 a 5 do Veto nº 25, de...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco/PP - SC) – Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – ... 2021.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco/PP - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu queria agradecer pela deferência, mas acabou não sendo computado o meu voto, então, o senhor me considere presente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Mas, perdoe, eu só encerrei quando o senhor deu o.k.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco/PP - SC) – Eu sei que V. Exa. teve a deferência devida, a incompetência foi da máquina. (*Risos.*)

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, a proposta de acordo vai poder ser implementada?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Eu vou... Acordo é acordo.

Acordo depende de vocês.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA) – Eu anuí com a proposta dele.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Eu aprendi na faculdade que acordo é sinalagmático, tem que ser bilateral.

Então, se vocês chegaram a um acordo, a hora que vocês chegarem, eu suspendo.

Já chegaram? (*Pausa.*)

**O SR. EDUARDO GOMES** (Bloco/PL - TO. *Fora do microfone.*) – Já chegamos? Agora?



**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Um acordo para o quê?

Quais os termos?

**O SR. EDUARDO GOMES** (Bloco/PL - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, o acordo é no sentido de conversarmos agora alguns minutos para definir a pauta remanescente, o que pode ser votado hoje ainda, com a flexibilização da votação dos PLNs e o que ficará para a reunião de quarta-feira com o compromisso, que havia consultado à V. Exa. e ao Presidente Rodrigo Pacheco também, de realização de sessão do Congresso Nacional na próxima quinta-feira.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Eu peço duas ajudas de V. Exa.

Claro que você tem aqui os dois blocos que representam a maioria da Casa, mas esta Casa é plural e representa também minorias.

Então, eu peço que o Deputado Afonso Florence converse com o PSOL e que o Senador converse com o Novo.

**O SR. EDUARDO GOMES** (Bloco/PL - TO) – Claro, claro.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Enquanto isso a gente pode ir tocando o das *startups*?

**O SR. EDUARDO GOMES** (Bloco/PL - TO) – Podemos votar *startups*?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Tem algum aqui, algum veto mais...

**O SR. EDUARDO GOMES** (Bloco/PL - TO) – Esse das *startups*, basicamente, vai para o voto.

Eu acho que é um dos que...

**O SR. CARLOS PORTINHO** (Bloco/PL - RJ) – Presidente.

**O SR. EDUARDO GOMES** (Bloco/PL - TO) – ... é destaque do Partido Novo.

Nessa questão...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Vocês querem fazer eu não viajar mesmo hoje, vocês estão decididos.

**O SR. EDUARDO GOMES** (Bloco/PL - TO) – Presidente, mas com toda sinceridade...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Se eu perder a eleição pelos votos que eu não vou ter por não viajar para o interior do Amazonas amanhã, eu vou ter que ir lá para o Tocantins.

**O SR. EDUARDO GOMES** (Bloco/PL - TO) – Mas, Presidente, parabéns pela condução.

Acho que hoje nós vamos chegar a um novo modelo, plural, democrático e importante para as nossas votações.

No caso das *startups*, enquanto há votação, a gente pode prosseguir o entendimento, porque o entendimento seria na pauta restante. O fruto do entendimento é a votação do PLN. Então, é o tempo necessário para a gente conversar, conversar com o Partido Novo que, por sinal, é autor desse destaque. O Governo está orientando pela manutenção, mas a gente entende que há uma corrente de Parlamentares que votam contra. Então, essa votação é tipicamente plural. O destaque, inclusive, se não me engano, é do Partido dos Trabalhadores e do Novo.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA) – Não, não.

**O SR. EDUARDO GOMES** (Bloco/PL - TO) – Novo e PSDB. Desculpe.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA) – Não.

**O SR. EDUARDO GOMES** (Bloco/PL - TO) – Novo e PSDB. Então, é suficientemente plural para a gente prosseguir a votação. Essa é a minha proposta.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Para ser mais plural ainda é do PL também.

**O SR. EDUARDO GOMES** (Bloco/PL - TO) – Também, exatamente. E a gente faria a conversa



aqui.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, só para anuir aqui, já que há um acordo com muita concessão, agradeço o cuidado de V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Obrigado.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA) – Vou procurar todos os Líderes. Já estou procurando...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Obrigado.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA) – ... há algumas horas e acho que o acordo poderia incluir, digamos assim, a suspensão da votação das *startups*, mas para termos tempo para conversar. E porque nós também queremos derrubar o destaque, eu considero que colhi uma informação importante. Então, por mim, vota esse daí e a gente vai negociando.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Eu quero aqui, pessoalmente, eu sei dos esforços que V. Exas. vão fazer, mas eu quero aqui, pessoalmente, e em meu nome também, pela relação que sempre estabeleci com todos os Líderes e pelo conteúdo do que está em jogo, fazer um apelo também pessoal à Liderança do Novo e à Liderança do PSOL. Mas peço que V. Exa. ajude com o PSOL e o Senador Eduardo Gomes ajude com o Novo.

Enquanto isso, vamos na votação do Marco Legal das *Startups*.

Passa-se à apreciação...

Toda sessão devia ser no dia do seu aniversário, Senador. Seria tudo mais fácil.

Passa-se agora à apreciação dos dispositivos 1 a 5 do Veto 25, de 2021, parcial, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 146, de 2019.

Para encaminhar a votação, Deputada Adriana Ventura, Deputado Thiago Mitraud.

V. Exa. tem a palavra, Deputado.

**O SR. TIAGO MITRAUD** (NOVO - MG. Para encaminhar. Sem revisão do orador. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Presidente.

Só em relação à questão do acordo, solicito que, de fato, o Líder Eduardo Gomes entre em contato, porque, a princípio, não temos acordo para votar os PLNs antes dos vetos.

Sobre esse veto em si, Presidente, o Marco das *Startups* foi um projeto que teve inúmeros autores, liderados pela Frente Digital. Eu sou coautor desse projeto com outros Deputados do Novo e de outros partidos também. Nós tivemos o Deputado Vinicius Poit relatando esse projeto aqui na Câmara dos Deputados e é um projeto que veio, como o próprio nome diz, trazer um novo marco para a melhoria do ambiente e a criação de novos negócios no Brasil. E um dos fatores fundamentais do desenvolvimento desses novos negócios é o seu financiamento. Nós sabemos hoje que o país hostil a inúmeras formas de financiamento, não só de *startups*, mas de empresas em geral, e os dois dispositivos vetados são dispositivos que buscam melhorar a qualidade do financiamento das *startups* e dando segurança jurídica também aos investidores e ampliando o acesso a capital, principalmente de pequenas empresas.

Por isso, Presidente, nós acreditamos que é fundamental que esses dois dispositivos vetados pelo Presidente da República sejam derrubados aqui no dia de hoje. Fico feliz em ver que outros partidos já também buscaram destacar esse dispositivo que mencionaram agora há pouco, que querem também derrubar esse veto, o que mostra, até como foi falado pelo próprio Líder do Governo, que não é um tema cuja manutenção encontra amplo respaldo aqui neste Congresso.

Então, por isso, eu peço o apoio de todos os Congressistas que nos ouvem e de todos os Líderes que estão aqui para que possam apreciar, de fato, o teor desse veto e nos ajudar a derrubá-lo.

Foram dois dispositivos, principalmente dois pontos que foram vetados.

O primeiro é a questão da implementação de mecanismo de correção dos valores auferidos a título de



ganhos de capital. Nós acreditamos que o entendimento do Governo tem um equívoco, porque o Governo acredita que se estava falando de benefício fiscal. Nós, do Partido Novo, somos contrários a benefícios fiscais, mas o dispositivo está tratando do regime jurídico relacionado à renda e à forma como essa renda oriunda ali de um investimento...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. TIAGO MITRAUD** (NOVO - MG. *Por videoconferência.*) – ... em uma *startup* pode ser feito.

Então, portanto, nós acreditamos que houve um entendimento errado do Governo, e, por isso, esse dispositivo precisa ser vetado – precisa ser derrubado, desculpa.

E o segundo ponto é em relação ao acesso de pequenas e médias empresas, na verdade, aquelas com aporte inferior a R\$500 milhões de receita anual, que precisam, ao nosso ver, ter a derrubada desse dispositivo para a CVM poder regulamentar o acesso dessas companhias ao mercado de capitais.

Então, por isso, eu peço aqui a todos o voto "não" pela derrubada desses dois dispositivos, para que nós possamos dar amplas condições às *startups* brasileiras de receberem investimentos na sua criação e no seu desenvolvimento.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Obrigado, Deputado Tiago.

Em votação, na Câmara dos Deputados, o Veto nº 25, de 2021.

As Sras. e os Srs. Deputados já podem pelo Infoleg no Plenário da Câmara dos Deputados.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Para orientar, pelo Governo.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Presidente, o empreendedorismo é sempre uma ação meritória, e o Governo Federal o aprova. Porém, nessa questão específica das *startups*, o texto não é o melhor texto, e o Governo Federal se compromete a discutir um melhor texto. Por quê? Primeiro, esse texto cria despesas para as quais o Brasil ainda não está preparado para tê-las como renúncia fiscal. A renúncia fiscal, por sua vez, não tem prazo de vigência, então, nós não podemos aqui fazer com que, em benefício das *startups*, haja uma renúncia fiscal indefinidamente.

Por outro lado, nós temos...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA. Sem revisão do orador.) – ... que, ao adotarmos uma renúncia fiscal, estabelecermos a compensação dessa receita para que as despesas alocadas a elas possam ser redirecionadas. Repito: com o teto de gastos, isso cria um fosso que o Governo não tem como corrigir neste momento.

E, por último, não existe um órgão gestor para poder acompanhar não apenas os objetivos dessas novas *startups* a serem criadas e implementadas no Brasil...

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campainha.)*

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) – Para concluir, Presidente.

... como também as metas do atingimento dessas *startups* com essas renúncias fiscais.

Por isso, o Governo mantém o voto "sim" para a manutenção do veto, sem prejuízo de que nós



continuemos avançando na discussão e elaborando um melhor texto, e o compromisso do Governo de poder discutir essa matéria para avançarmos num melhor posicionamento, já que, como dito inicialmente, o empreendedorismo é importante, a geração de emprego é importante...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) – ... os acessos a novas tecnologias e o aperfeiçoamento dessas tecnologias são fundamentais para o Brasil, mas não com esses entraves de um texto que cria despesas que serão renúncias dentro do ordenamento jurídico que hoje, no Brasil, não existem, uma renúncia fiscal indefinida e sem um órgão gestor de acompanhamento das metas e dos objetivos. Portanto, o Governo orienta o voto "sim", pela manutenção do veto.

**O SR. GENERAL PETERNELLI** (UNIÃO - SP) – União, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – União.

**O SR. GENERAL PETERNELLI** (UNIÃO - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – União orienta "sim", pela manutenção do veto.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Como orienta o PL?

**A SRA. SORAYA SANTOS** (PL - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o PL vai liberar a sua bancada. Há um entendimento e uma luta muito grande do Senador Portinho pela derrubada desse veto. Como há divergência na bancada, o PL vai liberar sua bancada e, particularmente, Sr. Presidente, eu quero dizer que, assim como esta Parlamentar defende que os impostos deveriam ser cobrados não na produção e sim na saída, a *startup*, que é uma ferramenta muito nova, precisava, sim, ter um investimento e uma cobrança a partir do seu resultado, para que a gente possa estimular as pequenas empresas...

*(Soa a campanha.)*

**A SRA. SORAYA SANTOS** (PL - RJ) – ... em inovações tão necessárias, essas pequenas empresas que poderiam ser empresas de ponta neste país, que atendem a esse mercado.

Então, o PL encaminha de forma a liberar a sua bancada, ressaltando o trabalho e a liderança do Senador Portinho, lá na outra Casa, em relação a esse tema.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Obrigado.

PT.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – O PT orienta "sim", ou seja, pela manutenção do veto, por motivos totalmente diferentes, opostos aos dos partidos da direita e do Governo. A derrubada do veto tem como objetivo botar fatura em exoneração tributária do insucesso empresarial. Esse é o liberalismo que a gente conhece aqui, brasileiro, dos liberais aqui deste Plenário...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA) – ... e o Governo, por uma orientação da Receita é contra, mas diz que, lá adiante, vai procurar uma solução. Não dá para um Governo que não fez a revisão da tabela de imposto de renda – a senhora e o senhor que está fazendo sua declaração, agora, vai pagar muito imposto de renda por culpa de Bolsonaro – agora, vai aprovar aqui que empresário malsucedido vai para a conta do senhor e da senhora? Não!

A orientação é "sim".

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA. Para orientar a bancada.) – O PP, Presidente, orienta o voto "sim", acompanhando o Governo.





**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – União Brasil.

**O SR. VALTENIR PEREIRA** (Bloco/MDB - MT. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – O MDB, Sr. Presidente, orienta "sim", pela manutenção do veto.

**O SR. ANTONIO BRITO** (PSD - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – O PSD, Sr. Presidente, orienta "sim".

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Só um pouquinho.

Senador Portinho.

**O SR. CARLOS PORTINHO** (Bloco/PL - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Como Relator do Marco Legal das *Startups*, eu não posso me posicionar de maneira diversa. O PL libera, sim, a bancada, mas eu quero manifestar que eu vou me posicionar pela derrubada como Relator do projeto das *startups* e por entender que o fracasso não pode ser ainda mais onerado. O que a gente está tratando é de compensações. O que a gente está tratando é de... Não há renúncia fiscal nisso. O Governo... Em cima do fracasso?

Então, assim, é uma opinião pessoal, é um voto, uma convicção pessoal de que é preciso incentivar o setor porque ele vai trazer muito mais retorno para o nosso país. A gente tem que olhar para o futuro. A tecnologia, as *startups* são o futuro. A inovação é o futuro do nosso país. Quem não acreditar na tecnologia e no seu potencial será atropelado pela história.

Então, embora o PL libere a bancada – libera, sim, a bancada –, eu, pessoalmente, coloco-me pela derrubada do veto do Marco Legal das *startups* como seu Relator no Senado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Senador Paim, V. Exa. tem a palavra. (*Pausa.*)

Deixa só eu seguir a orientação aqui.

PSB. (*Pausa.*)

PSDB.

Deputado Samuel.

**O SR. SAMUEL MOREIRA** (Bloco/PSDB - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, o PSDB orienta pela derrubada desse veto. Orienta "não"

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – PSDB, "não".

PDT. (*Pausa.*)

PSC. (*Pausa.*)

Podemos. (*Pausa.*)

PSOL.

Deputada Vivi.

**A SRA. VIVI REIS** (PSOL - PA. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora. *Por videoconferência.*) – O PSOL orienta "sim", Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – PSOL, "sim"

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA) – Eu peço à Deputada Vivi para fazer um contato comigo, porque eu estou ligando e não estou conseguindo falar. Por favor.

**O SR. BIRA DO PINDARÉ** (Bloco/PSB - MA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Presidente, PSB "não".

**A SRA. VIVI REIS** (PSOL - PA. *Por videoconferência.*) – Certo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – PSB, "não"?



**O SR. BIRA DO PINDARÉ** (Bloco/PSB - MA. Sem revisão do orador.) – "Não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – PSB, "não".

Novo.

Deputado Tiago.

**O SR. TIAGO MITRAUD** (NOVO - MG. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador. *Por videoconferência.*) – Presidente, o Novo orienta "não". Vimos vários partidos aqui acompanhando esta nossa orientação. O Senador Portinho foi Relator do Marco das *Startups* no Senado Federal e colocou muito bem aqui a importância da derrubada desse veto. O Governo tem feito pedidos aqui de flexibilização do nosso lado pela importância de votar PLNs e tudo mais. É momento agora, então, de o Governo flexibilizar e apoiar a derrubada desse veto, uma vez que não se trata aqui de benefício fiscal, como foi colocada a orientação do Governo...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. TIAGO MITRAUD** (NOVO - MG) – ..., mas, sim, da questão do regime de tributação, o regime jurídico da tributação desses ganhos de capital nos investimentos. Então, o Governo poderia, já que ele é, hoje, aqui, dado como a ponta fraca do acordo, flexibilizar e nos ajudar a derrubar esse veto, já que o interesse em votar o PLNs hoje é tão grande assim. Então, conto com o apoio do Governo para poder rever essa posição e votar "não", assim como o Novo, nesse veto.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – PCdoB. *(Pausa.)*

Solidariedade. *(Pausa.)*

**O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA** (REPUBLICANOS - MG. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Republicanos encaminha "não", acompanha o Governo. Aliás, é "sim". Acompanha o Governo, "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – "Sim".

Cidadania. *(Pausa.)*

PROS.

Patriota.

PV.

PTB.

Rede.

Maioria.

Minoria.

Oposição. *(Pausa.)*

PL.

**A SRA. SORAYA SANTOS** (PL - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) – O PL muda a orientação e acompanha o voto "sim".

*(Soa a campanha.)*

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Presidente, pela Minoria e pela Oposição, não se trata de uma simples desoneração tributária, trata-se de um texto que permite, inclusive, que acionistas majoritários consigam um tratamento distinto na hora da distribuição do prejuízo de um empreendimento *startup*. É nisso que o texto, na prática, objetivamente, ganhará efetividade, se virar lei.

*(Soa a campanha.)*



**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA) – Por isso, nós não podemos anuir com um texto que tem, intencionalmente ou não, uma direção para, digamos assim, securitizar o prejuízo. É uma novidade. Se der errado, tem compensação tributária.

Por isso, a Minoria e a Oposição orientam "sim", pela manutenção do texto, com a lógica diferente da do Governo, que está apenas preocupado com sua responsabilidade fiscal.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Eu vou segurar mais um pouco a votação desse veto. Vamos ver se o quórum sobe um pouco.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Posso falar, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Senador Paulo Paim, V. Exa. tem a palavra.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT - RS. Para discursar. Sem revisão do orador. *Por videoconferência.*) – Isso. Estou como orador inscrito.

Boa tarde, Presidente Marcelo Ramos, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas.

Cumprimento pelo aniversário o Líder Eduardo Gomes.

Presidente, na minha exposição, neste espaço, eu quero fazer um apelo pela derrubada do Veto 33, do lúpus. Seis milhões de pessoas serão prejudicadas se esse veto for mantido.

E, naturalmente também, todos sabem da minha luta em relação à licença compulsória de vacinas e medicamentos. Aproveito este momento para falar também do Veto 48.

O Veto 48 trata da licença compulsória de vacinas e medicamentos. O Senado aprovou a matéria, de relatoria do Senador Nelsinho Trad, com 55 votos a favor e apenas 19 contra.

Na Câmara dos Deputados, foram 425 votos favoráveis ao relatório do Deputado Aécio Neves, e somente 15 contra. Por coerência, o resultado da apreciação do veto deveria também representar essa vontade da maioria dos parlamentares. A nossa escolha se fará, claro, no momento da votação, entre uma visão de que mais vacina e mais remédio, num preço acessível, salvam vidas, ou o outro lado, que, infelizmente, levou a tantos milhões de mortos no mundo.

Pela vida, que é assegurar a vacina e medicamentos para todos. Caso contrário, dificultando o acesso a remédios e à vacina, infelizmente, no mundo, eu mostrarei aqui, que aumentará o número de mortes. A decisão está nas mãos, democraticamente - aqui todos sabem que eu sou um democrata – dos senhores e senhoras.

Essa, na verdade, é uma guerra silenciosa. De um lado, temos o interesse econômico dos laboratórios, um *lobby* bilionário e, do outro lado, a saúde da população, que, em silêncio, chora já, só no Brasil, 700 mil mortos.

Presidente, conforme dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), em todo o continente africano 83% das pessoas ainda não tiveram uma vacina. Não tiveram acesso a uma vacina 83% do continente africano. É triste isso, Sr. Presidente. E tem mais. Em 21 países, também eles conseguiram chegar somente a 10% da população com a vacina.

O fim da emergência de saúde pública contraria as normas da OMS, que mantém a emergência internacional em vigor, porque muitos países, como eu já disse, não atingiram o mínimo da taxa segura de vacinação. O Diretor-Geral da OMS, Tedros Adhanom, tem criticado a desigualdade na distribuição e na aplicação das vacinas.

Não vejo motivo nenhum de preocupação com a derrubada do Veto 48, pois ele possibilitará a emissão de licença compulsória, e esse detalhe é importante, apenas em casos de emergência nacional sob a decisão do Presidente da República, de emergência nacional de saúde pública em situações excepcionais.

(*Soa a campanha.*)



**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Há um movimento muito grande no mundo dos Médicos sem Fronteiras, a OMS. A Diretora-Geral da OMC continua em busca do apoio dos 164 membros para que a licença compulsória das vacinas para a covid-19 esteja assegurada, diante principalmente do apoio que ela está tendo agora dos Estados Unidos, da União Europeia, da Índia e da África do Sul, que ocorreu no mês que passou.

O Brasil, a partir desta votação aqui no Congresso, tornar-se-á também uma referência mundial nessa luta contra as pandemias, não somente esta, numa demonstração de que as pandemias preocupam todo o planeta. As farmacêuticas desenvolveram um medicamento de uso hospitalar para tratamento da covid, que diminui o tempo de internação dos pacientes com risco de doença grave. Os grandes laboratórios possuem o monopólio desse medicamento e somente a licença compulsória poderá facilitar o acesso e reduzir os custos. Nada é de graça, eles serão pagos.

O direito à propriedade intelectual permite ainda que os detentores da patente tenham o poder de decidir quais países receberão os medicamentos e quais ficarão excluídos. É quase um poder da vida e da morte. O Congresso brasileiro poderá dar uma resposta a isso tudo derrubando o Veto 48, da quebra de patentes de vacinas e medicamentos. Essa é, sem dúvida, Sr. Presidente, uma, não somente ela, uma das mais importantes deliberações do nosso Congresso.

Ao derrubar o veto, votaremos pela vida e pelo tratamento de milhões de pessoas no mundo. E votaremos por todos aqueles que ainda não tiveram o acesso à vacina; com todos que poderão necessitar de medicamentos para evitar a internação por covid-19. Votaremos pelo SUS, pois os medicamentos poderão reduzir o número de internações, zerar os óbitos e a um custo muito, muito barato. Votaremos pelas crianças. Votaremos para que os pais, as mães, os avós, os bisavós não chorem mais pela morte dos seus entes queridos, ou a sua própria morte, aqueles que vão e os que ficam, entre avós e bisavós.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT - RS. *Por videoconferência.*) – A vida é uma só. A saúde é o bem maior que podemos proteger. Vamos fazer história. Nós somos sujeitos dessa história, nós somos agentes, nós vamos decidir se teremos vacina para todos ou não. Votaremos então pelas pessoas, repito, votaremos pela vida, e vida, vida não tem preço. Votaremos pela causa maior da humanidade: a vida.

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Senador, eu peço que V. Exa. reabra o seu microfone, por favor, Senador Paim. Reabra o seu microfone agora.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Ok, Presidente. Eu estava já terminando, só agradecendo a V. Exa. pela grandeza de permitir que todos, embora com posições diferentes, possam expor o seu ponto de vista, e eu o fiz agora em relação à quebra de patentes.

Por isso, votaremos pela causa maior da humanidade, que é a vida...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT - RS. *Por videoconferência.*) – ... para derrubar o veto. Salvaremos milhões de vidas e assim votaremos.

Obrigado, Presidente. Parabéns, mais uma vez, a V. Exa.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco/PSDB - DF) – Presidente, só...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Muito obrigado, Senador Paim. Senador Izalci, V. Exa. tem a palavra.



**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco/PSDB - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu sei que a luta pela ciência, a tecnologia, a inovação é muito difícil. Eu sei, eu sou Presidente da frente e sei o quanto é difícil explicar para os Parlamentares essa questão.

Essa questão das *startups*, eu ouvi aqui algumas coisas, Presidente, e não é isso. É o investidor anjo, porque 90% dos empreendimentos das *startups* não dão certo. Agora, tem um que dá certo, é o milionário do mundo.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco/PSDB - DF) – Os milionários do mundo foram *startups*.

Agora, o que é que diz aqui? O investidor anjo que aplicar – aquele que não deu certo – pode compensar do investimento que deu certo. Não é do lucro normal da empresa ou do rendimento normal, não, ele vai poder deduzir das *startups* que deram certo. Se ele investiu em dez e uma deu certo, ele vai poder compensar isso.

Então, gente, não é possível que ninguém esteja enxergando o mundo real. Nós temos hoje...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco/PSDB - DF) – ... milhares de jovens (*Fora do microfone.*)

... que estão aí sem formação profissional, não têm emprego, não é? E a gente, o brasileiro é supercriativo, tem que ter oportunidade.

Agora, quem vai investir numa ideia de um garoto sabendo que pode dar certo ou não? O mundo todo está fazendo isso; o mundo todo! Agora, aqui, não. Dizem aí que há um impacto de não sei quantos bilhões. Não tem impacto nenhum, muito pelo contrário. Nós vamos, já, já, ter um retorno milionário...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco/PSDB - DF) – ... de arrecadação.

Então, eu não poderia deixar de explicar, porque eu ouvi aqui que a empresa vai deduzir do lucro e não sei o quê. Não é nada disso. Só pode deduzir dos lucros obtidos por *startups*. Simples assim.

É isso, Presidente. Eu sei que está na Câmara. Então, se derrubarem, vamos votar no Senado.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Eu vou encerrar a votação.

Encerrada a votação.

*(Procede-se à apuração.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Houve 285 votos SIM; 84 votos NÃO.  
**(Lista de votação - Vide Item 2.1.1 do Sumário)**

Veto mantido.

O veto deixa de ser submetido ao Senado.

Será feita a comunicação ao Senhor Presidente da República.

Eu peço que algum Líder possa me comunicar o que foi acordado pelas lideranças em Plenário. Ou nós seguimos a ordem dos vetos? Seguimos? Vamos lá, vamos seguir.

**O SR. GENERAL PETERNELLI** (UNIÃO - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Enquanto não há acordo, vamos votando, Presidente. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Veto nº 36, de 2021.

Privatização da Eletrobras.

Passa-se agora à apreciação dos dispositivos de 1 a 8, de 11 a 14 do Veto nº 36, de 2021, parcial,



aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2021 (oriundo da Medida Provisória nº 1.031/2021).

Para encaminhar a votação o Deputado Afonso Florence. (*Pausa.*)

**A SRA. VIVI REIS** (PSOL - PA. Pela ordem. Sem revisão da oradora. *Por videoconferência.*) – Presidente, o PSOL apoia o acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Obrigado, Deputada Vivi.

**A SRA. VIVI REIS** (PSOL - PA. *Por videoconferência.*) – Não sei se os outros partidos já têm consenso. Pelo que eu entendi, faltavam só o PSOL e o NOVO.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Obrigado, Deputada Vivi. Agradeço muito o gesto de V. Exa.

**O SR. GENERAL PETERNELLI** (UNIÃO - SP) – Vamos votar, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Não, fazemos outra; fazemos outra. Vamos esperar.

**O SR. GENERAL PETERNELLI** (UNIÃO - SP) – Vamos votar, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Vamos esperar.

**O SR. EDUARDO GOMES** (Bloco/PL - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Presidente. Falta agora a palavra do Líder do Novo. Está se encaminhando bem o acordo. Acho que, nessa votação, nos concluímos o acordo, essa é a expectativa. Estou conversando com o Deputado Florence para a gente concluir.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Nós temos clareza – e eu preciso ser absolutamente correto – da postura do Novo. O Novo é um partido que não se afasta dos seus princípios. Isso é absolutamente louvável, tanto é que quando eu liguei para o Deputado Tiago Mitraud, quando tomei a liberdade de ligar para ele, deixei claro que entenderia o protesto dele, o registro dele. Mas, considerando que nós temos um acordo de todos os outros partidos, afora o Novo, o nosso objetivo é ir, agora, ao acordo.

Eu só faço questão de, antes de qualquer coisa, passar a palavra, se quiser falar agora, Deputado Tiago. Se não...

Eu não sei se V. Exa. está consultando a bancada ainda...

**O SR. TIAGO MITRAUD** (NOVO - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador. *Por videoconferência.*) – Estou consultando a bancada.

Se puder votar mais esse veto enquanto aqui termino de fazer a consulta, porque eu não posso falar sozinho...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Não, tudo bem, Deputado. Tudo bem, Deputado Tiago.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente.

Presidente, Líder Senador Eduardo, pela ordem estabelecida, o próximo veto seria o do lúpus e eu quero aqui agradecer, de público, e saudar o Senador Paulo Paim e todas as famílias vitimadas por essa doença tão dolorosa, mas quero fazer um apelo para que não se inclua o da Eletrobras no lugar do lúpus. Vamos fazer um acordo de qual outro veto...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Não...

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) – É porque o da Eletrobras para nós é uma prioridade.

Então...

**O SR. EDUARDO GOMES** (Bloco/PL - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, só para fazer mais um apelo ao Deputado Florence. O lúpus e a Lei de Segurança Nacional são pontos



centrais no debate de quarta-feira, sendo que esse veto da Eletrobras é complementar ao veto amplamente mantido, recentemente, agora, no Senado.

Então, veja só, eu também louvo a atitude do Partido Novo, que acabou de perder a votação do destaque das *startups*.

Então, assim, neste momento agora, o importante é darmos conclusão ao acordo com todos os partidos e entendermos que a pauta remanescente, qualquer que seja o item, vai suscitar preferência.

Então, queria, Presidente, que se mantivesse, já se abrisse a votação do veto da Eletrobras e a gente ganhasse tempo no restante do acordo, para que faça sentido.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) – Eu tenho uma proposta.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Eu até faço uma mea-culpa minha, porque eu deveria, após a confirmação do veto do Senado, ter voltado com a outra parte do veto da Eletrobras e eu acabei, após a confirmação do veto do Senado, passando para a *startup*.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) – Eu tenho uma proposta, Presidente.

**O SR. GENERAL PETERNELLI** (UNIÃO - SP. Sem revisão do orador.) – Vamos votar, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Calma.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu tenho uma proposta, Presidente. No Veto 71, o destaque é do PSDB e eu acho que pode... É anistia a infrações e multas anuladas por atraso na entrega da guia.

Então, é um item que eu acho que pode ser por acordo, contempla o PSDB... Eu nem sabia que era...

**O SR. EDUARDO GOMES** (Bloco/PL - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, veja como a gente está caminhando bem. O Senador Izalci, esse veto sendo encaminhado com o Ministério da Economia...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. EDUARDO GOMES** (Bloco/PL - TO) – ... num caminhar, assim, absolutamente favorável à sua derrubada. Também é um item da nossa pauta remanescente.

Então...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Se se botar agora vai acabar correndo o risco de manter...

**O SR. EDUARDO GOMES** (Bloco/PL - TO) – É, pode complicar o que já está bem negociado.

Então, eu queria... Está aí um fruto da nossa negociação.

Então, eu queria, realmente, que houvesse o voto complementar da Eletrobras e a gente encerrasse com a posição do Novo para uma decisão ou outra, Presidente.

**A SRA. VIVI REIS** (PSOL - PA. Pela ordem. Sem revisão da oradora. *Por videoconferência.*) – Presidente, nós do PSOL julgamos que o veto da Eletrobras é prioridade para nós e é necessário ainda ter mais um tempo em relação às negociações quanto à derrubada de veto.

Então, nós não... Inclusive, o Deputado Afonso me convenceu e convenceu a nossa bancada através do argumento sobre o veto da Eletrobras justamente.

*(Soa a campanha.)*



**A SRA. VIVI REIS** (PSOL - PA. *Por videoconferência.*) – Então, para nós, não é muito vantajoso fazer a votação do veto da Eletrobras neste momento e depois se fazer o acordo, porque para nós o veto da Eletrobras entra nesse combo do acordo.

Então, não queremos iniciar essa votação agora.

**O SR. EDUARDO GOMES** (Bloco/PL - TO) – Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Só um pouco... Deputada Vivi, eu até já fiz um apelo aqui ao Líder do Governo. Deputado Afonso, eu peço que V. Exa. ouça... Eu fiz um apelo ao Líder do Governo, acho que nós avançamos mais do que a gente esperava.

Conseguimos enfrentar o Veto 11, conseguimos enfrentar a parte mais sensível do veto da Eletrobras, que era a que dependia da confirmação no Senado. Vamos conseguir avançar nos PLNs, que é algo que não tem a ver com os nossos interesses internos, tem a ver com os interesses do país – tem um país do lado de fora – e, por isso, a gente, mesmo na divergência, consegue encontrar caminhos.

Fiz um apelo aqui, uma sugestão – acho que o Governo vai acatar – de que a gente não faz agora a Eletrobras, mas se compromete desde já para que o da Eletrobras seja o primeiro item da pauta da próxima sessão.

**O SR. EDUARDO GOMES** (Bloco/PL - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu queria, em primeiro lugar, atender o Deputado Florence, principalmente a solicitação agora do PSOL, que foi bem específica nesse ponto. Aguardamos a posição do Novo, e queria só fazer um apelo, Presidente, para condução no fechamento desse nosso acordo: solicitar de V. Exa. aquilo que eu sei que não haveria prejuízo, pelo menos contextual, com relação a destaque, para que a gente votasse em globo os PLNs.

Então, essa é a minha...

**O SR. CARLOS FÁVARO** (Bloco/PSD - MT) – Sr. Presidente.

**O SR. EDUARDO GOMES** (Bloco/PL - TO) – ... a minha proposta de encaminhamento ao acatamento do acordo.

**O SR. CARLOS FÁVARO** (Bloco/PSD - MT) – Um aparte, eu gostaria de fazer um complemento de voto no PLN 2.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Tem o complemento de voto do Senador Fávoro, do PLN 2.

**O SR. ANTONIO BRITO** (PSD - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PSD está de acordo, Sr. Presidente, com o Líder do Governo.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O PT está de acordo com esse encaminhamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Só registrando que o PLN 3, o parecer de Plenário, porque foi incluído na pauta hoje, nós vamos indicar o...

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, só registrar que esse acordo da votação em globo dos PLNs é um acordo especificamente deste caso, para não constar como precedente...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Ah, não. Claro.

**O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA** (REPUBLICANOS - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Cada acordo é um acordo, cada sessão é uma sessão. O Republicanos também segue o acordo sugerido pelo Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Acho que está claro qual tem sido a minha conduta aqui na Mesa. Acordo não gera precedente, acordo é acordo.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco/PSDB - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, só para dizer que o PSDB também concorda com esse acordo que está sendo construído hoje. O Governo





tem realmente o compromisso de sentar e avaliar esses vetos.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Senador... Senador Eduardo, eu vou fazer uma ponderação aqui antes de passar a palavra ao Deputado Tiago Mitraud. Parece que eu fico querendo acomodar todo mundo, mas eu fico mesmo. Acho que é o papel desta Presidência.

Eu sei que o Novo tem restrição ao PLN 2. Portanto, se nós votarmos em globo, nós vamos criar – desculpem, o PLN 1... Se nós votarmos em globo, nós vamos criar um problema para o Novo, porque ele não vai ter como votar num e noutro. As votações são muito rápidas, são simbólicas. Está bom?

**O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA** (REPUBLICANOS - MG. Sem revisão do orador.) – Vota individualmente e simbólico e registra o voto contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Deputado Tiago Mitraud, eu passo a palavra a V. Exa. antes de iniciar aqui o seguinte...

**O SR. TIAGO MITRAUD** (NOVO - MG. *Por videoconferência.*) – Perfeito, Presidente.

**O SR. EDUARDO GOMES** (Bloco/PL - TO. Sem revisão do orador.) – Correto, Presidente.

**O SR. TIAGO MITRAUD** (NOVO - MG. *Por videoconferência.*) – Agradeço o tempo para que eu tivesse... Está me ouvindo, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Ouço perfeitamente, Deputado.

**O SR. TIAGO MITRAUD** (NOVO - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador. *Por videoconferência.*) – Agradeço o tempo para que pudesse conversar aqui com a bancada.

Primeiro, Presidente, eu queria relembrar que, há dois anos – ainda não era essa atual posição da Mesa –, a primeira vez que nós tivemos uma sessão remota do Congresso para votação de vetos, sugeriu-se fazer a votação em globo de vetos para derrubada e vetos para manutenção, e foi dito explicitamente por inúmeros Líderes naquela sessão, há mais de dois anos, que aquela votação em bloco de veto para derrubada e veto para manutenção não abriria precedente para que se fizesse novamente daquela forma.

E o que aconteceu foi que, por dois anos, nós tivemos sessões do Congresso com votações em globo para a derrubada e manutenção de vetos, o que fez com que um partido como o nosso, que faz questão de se manifestar em relação a cada uma das votações neste Congresso, tivesse os seus votos, as suas posições prejudicadas, uma vez que éramos inúmeras vezes favoráveis a alguns itens da votação em globo e desfavoráveis a outros itens da votação em globo.

Então, por isso, Presidente, que nós fazemos questão de que o Regimento e a Constituição – que é o que está em jogo aqui, não é só o Regimento Interno; é também a Constituição Federal – sejam seguidos à risca, tanto que nas votações da Câmara votamos sempre contra as quebras de interstício em votações de PECs, por exemplo.

E o que está sendo pedido hoje é que exclusivamente desta vez, sem abrir precedentes, seja feita esta votação de PLNs antes do término das votações de veto que trancam a pauta.

Eu questionei durante duas vezes, no dia de hoje, se a votação dos vetos, especialmente do Veto 11, não estava sendo feita primeiramente para que não se buscassem votar os PLNs no dia de hoje. Foi garantido que só votaríamos os PLNs depois da votação de todos os vetos. Entendo que tiveram evoluções em alguns acordos, mas o que eu gostaria aqui é de reiterar que esta é a última vez, pelo menos enquanto eu for Líder do Novo, o que vai acontecer até 31 de janeiro do ano que vem, em que o Novo vai ser favorável a uma quebra de uma regra constitucional para acomodar interesses do Governo ou da Oposição ou de quem quer que seja, especialmente quando nós ficamos sabendo o que está sendo planejado pelo Governo e pelos partidos do bloco somente quando se inicia a sessão.

O Líder Eduardo Gomes já garantiu que nós nos sentaremos na próxima semana para conversar



sobre as votações daqui em diante e agradeço, porque inúmeras vezes nós não somos nem mesmo chamados para as reuniões de Líderes que acontecem, tanto do Congresso quanto da Câmara. E pelo menos tive o compromisso do Líder Eduardo Gomes de que as próximas votações serão todas feitas com ciência prévia, ao menos do Novo, do que vai ser votado.

E eu já gostaria de saber qual é a complementação de voto em relação ao PLN 2, e que possa ser disponibilizada com antecedência, para que a gente possa fazer a devida avaliação de qual é essa alteração que está sendo feita em relação ao PLN 2.

Então, o esforço que foi feito pelo Líder do Governo e também pela sua Presidência de se sentarem com o Novo para que o Novo passe a participar das decisões da Casa e saiba aquilo que está acontecendo nas sessões do Congresso antes que elas sejam iniciadas e o fato de sermos favoráveis a parte do PLN 1 e também ao PLN 3, estamos abrindo pela última vez esta exceção de votarmos os PLNs antes de votarmos vetos que trancam a pauta, em busca da harmonia na Casa e da nossa inclusão efetiva nas discussões que são feitas previamente às sessões daqui para a frente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Deputado Tiago Mitraud, eu quero agradecer o gesto de confiança de V. Exa. comigo, com o Líder do Governo e com os Líderes da Oposição que aqui se encontram.

V. Exa. é testemunha de todo o esforço que a gente tem feito para, cada vez mais, nos afastar de qualquer medida necessária ao descumprimento do que determina a Constituição ou o Regimento Interno. Então, agradeço o gesto de V. Exa.

E V. Exa. tem o meu compromisso também de, antes das sessões, passar a ter a prática das reuniões prévias não só convocadas pelo Líder do Governo, mas pela própria Mesa Diretora do Congresso Nacional, para a gente sempre ter a clareza de qual vai ser a pauta com antecedência, tenha a clareza da posição de partidos.

No que houver acordo, ótimo; no que não houver, que democraticamente a gente dispute o voto em Plenário.

Mas eu quero aqui manifestar o mais sincero agradecimento pelo gesto de V. Exa.

**A SRA. VIVI REIS** (PSOL - PA. *Por videoconferência.*) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Pois não, Deputada Vivi.

Da mesma forma, V. Exa., Deputada Vivi.

**A SRA. VIVI REIS** (PSOL - PA. Pela ordem. Sem revisão da oradora. *Por videoconferência.*) – Só para negritar que nós também não somos de fazer acordo, mas apoiamos este acordo de votar os PLNs antes dos vetos. Mas nós não temos acordo em fazer votação global. Nós queremos votar. Mesmo que não haja nominal, mas que nós possamos registrar o nosso posicionamento contra o PLN 1 e o 2. O.k.?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Nós vamos votar item a item, Deputada Vivi.

**A SRA. VIVI REIS** (PSOL - PA. *Por videoconferência.*) – Perfeito. Era só para reiterar essa importância.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Eu já havia comunicado.

**A SRA. VIVI REIS** (PSOL - PA. *Por videoconferência.*) – Muito obrigada, Presidente.

**O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA** (REPUBLICANOS - MG) – Vamos abrir o painel, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Vamos à votação do PLN.

O complemento de voto do PLN 2 já está no sistema. Se houver alguma dúvida em relação ao complemento de voto, a gente faz o 1, o 3 e o 2. Senão, a gente segue a ordem e vamos começar pelo 1.

Passemos, então, à discussão. A discussão é em globo, só para ficar claro. A discussão é em globo e



a votação é individual.

Passemos, então, à discussão em globo dos PNS 1, 2 e 3, de 2022, e à orientação, PLN por PLN.

Passo a palavra ao Senador Carlos Fávaro, Relator dos PLNs 1 e 2, de 2022, para ler a complementação de voto.

**O SR. CARLOS FÁVARO** (Bloco/PSD - MT. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero, rapidamente, trazer um adendo de Plenário ao Projeto de Lei do Congresso Nacional, PLN 2, de 2022.

O relatório.

Em complemento ao parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2022, de que fui Relator *ad hoc*, apresento a seguinte complementação de Plenário, que se justifica pelo que segue.

A alteração proposta no art. 29 do Substitutivo ao PLN 02/2022 atualiza dispositivo que trata do índice de correção monetária, alterado pelo art. 3º da Emenda Constitucional nº 113, de 8 de dezembro de 2021.

Convém esclarecer que o texto apresentado se alinha ao entendimento constante da Resolução nº 303 do Conselho Nacional de Justiça, também atualizada, em 25 de março de 2022, de forma a confluir para as inovações introduzidas pelas Emendas Constitucionais nºs 113 e 114/2021, quanto à não incidência da mora em relação ao período de graça – período de que trata o §5º do art. 100 da Constituição Federal.

Adicionalmente, a mudança permite alinhar o texto do presente substitutivo para aquele também constante no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023, PLN 05, de 2022.

Ainda, o §10 do art. 73 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, estipula que:

Art. 73 [...]

§10 No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa.

Porém, essa proibição tem sido estendida para as doações onerosas, o que amplia o alcance da lei eleitoral, sem que haja o competente instrumento legal necessário para modificações de dispositivos constantes de uma lei vigente. Embora não haja dúvidas de que não estão vedadas as doações onerosas, inclusive do art. 81 da LDO, vigente, que tem por finalidade cessar a extensão que tem sido dada ao alcance do §10 supramencionado, permanecendo, entretanto, a vedação durante os três meses que antecedem o pleito, que é o mesmo prazo que a lei proíbe para as transferências voluntárias entre a União, estados e municípios.

Vamos ao voto, Sr. Presidente.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Substitutivo ao PLN 02/2022, aprovado pela CMO, acrescentado da seguinte emenda:

Emenda de Relator ao Substitutivo da CMO ao PLN 02/2022

Altere-se a redação constante do art. 29º do Substitutivo ao PLN 2/2022, e inclua-se o seguinte art. 81-A à Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, constante do art. 1º do Substitutivo ao PLN 2/2022.

“Art. 29. Nas discussões e condenações que envolvam a Fazenda Pública federal, para fins de



atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, incidirá, no exercício de 2022, uma única vez, até o efetivo pagamento, o índice da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic, acumulado mensalmente.

§1º A atualização dos precatórios não-tributários, no período a que alude o §5º do art. 100 da Constituição, será exclusivamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - Especial - IPCA-E da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§2º Na atualização monetária dos precatórios tributários, no período a que alude o §5º do art. 100 da Constituição, deverão ser observados os mesmos critérios pelos quais a fazenda pública devedora corrige os seus créditos tributários.

§3º Após o prazo a que alude o §5º do art. 100 da Constituição, não havendo o adimplemento do requisito, a atualização dos precatórios tributários e não-tributários será pelo índice da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic, acumulado mensalmente, sendo vedada a sua aplicação sobre a parcela referente à correção realizada durante o período de que trata o §5º do art. 100 da Constituição.

§4º O disposto nos §§1º, 2º e 3º deste artigo aplica-se, no que couber, aos precatórios parcelados nos termos do disposto no §20 do art. 100 da Constituição e no art. 4º da Emenda Constitucional nº 114, de 2021.

§5º Os precatórios e as requisições de pequeno valor cancelados nos termos do disposto na Lei nº 13.463, de 6 de julho de 2017, que eventualmente venham a ser objeto de novo ofício requisito, inclusive os tributários, conservarão a remuneração correspondente a todo período em que estiveram depositados na instituição financeira.

§6º Os precatórios e as requisições de pequeno valor expedidos nos termos do disposto no §5º deste artigo serão atualizados da data da transferência dos valores cancelados para a Conta Única do Tesouro Nacional até o novo depósito, índice da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic, acumulada mensalmente..”

”Art. 81-A. A doação de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública a entidades privadas, desde que com encargo para o donatário, anterior a três meses que antecedem o pleito eleitoral, não se configura em descumprimento do §10, do art. 73, da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.”

Sala das sessões, 28 de abril de 2022.

Senador Carlos Fávaro.

Era isso como complemento de voto, Sr. Presidente. **(Adendo de Plenário - Vide Item 2.1.2 do Sumário)**

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Obrigado, Senador Fávaro.

Faço a designação do Deputado Claudio Cajado como Relator do PLN 3, de 2022.

Leitura do relatório.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o parecer no Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3, de 2022 (PLN 3/2022), que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito especial no valor de R\$7.676.200.000,00, para o fim que especifica”.

O relatório diz o seguinte.

Nos termos do art. 61 e do art. 84, inciso XXIII, da Constituição Federal, o Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 179/2022, na origem, o Projeto de



Lei do Congresso Nacional nº 3, de 2022 (PLN 3/2022), que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de transferências a estados, Distrito Federal e municípios, crédito especial no valor de R\$7.676.200.000,00, proveniente de leilões vinculados à Petrobrás.

Nos termos da exposição de motivos que acompanhou o projeto, o crédito em pauta tem por objetivo viabilizar o cumprimento da Lei nº 13.885, de 17 de outubro de 2019, que estabelece critérios de distribuição dos valores arrecadados com os leilões dos volumes excedentes ao limite a que se refere o §2º do art. 1º da Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, para estados, Distrito Federal e municípios. O crédito será viabilizado à conta da incorporação de excesso de arrecadação referente a recursos de concessões e permissões.

Com relação à obtenção da meta de resultado primário previsto na Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, a LDO, a mensagem informa que as alterações decorrentes da abertura de crédito em análise são referentes às transferências obrigatórias relativas à distribuição de valores aos estados, Distrito Federal e municípios proveniente a leilões vinculados à Petrobrás, cujos recursos já se encontram se arrecadados no âmbito do Tesouro Nacional.

Ainda segundo a mensagem, em relação à vedação constante do §5º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, quanto à ampliação dos limites individualizados para as despesas primárias da União, teto de gastos, o projeto não amplia as dotações orçamentárias sujeitas a esse limite, tendo em vista o disposto no §6º, inciso I, do referido artigo, que exclui a transferência em pauta da base de cálculo e dos limites nele estabelecidos.

O quadro a seguir apresenta a aplicação e a origem dos recursos.

A discriminação é transferências a estados, Distrito Federal e municípios de recursos sob a supervisão da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a aplicação é no valor de R\$7.676.200.000,00, a origem dos recursos é a fonte 0, excesso de arrecadação de recursos de concessões e permissões.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Esse é o relatório.

Eu vou agora à análise.

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo está articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, ou seja, crédito especial, haja vista pretender alocar recursos em programação não prevista na Lei Orçamentária vigente.

Observa-se, ainda, que a proposta está formulada em conformidade com o disposto no PPA (Plano Plurianual 2020-2023), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual, também na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei nº 4.320, de 1964.

Especificamente, quanto à obtenção de meta de resultado primário e à obediência ao Novo Regime Fiscal, assiste razão a mensagem que acompanhou o projeto, pois o projeto é neutro do ponto de vista fiscal, e as transferências constantes da proposição não se incluem na base de cálculo e no limite para as despesas primárias do Poder Executivo.

O crédito em questão decorre do disposto no art. 5º da Lei nº 12.276, que determinou a partilha dos *royalties* do petróleo sobre o produto da lavra, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos em áreas não concedidas localizadas no pré-sal.

A mensagem que acompanhou o projeto informa que os recursos que suportarão o crédito especial – a incorporação de excesso de arrecadação referente a recursos de concessões e permissões – já se encontram arrecadados no âmbito do Tesouro Nacional.

Por isso, apresento aqui o voto.



Diante do exposto e considerando a constitucionalidade, juridicidade e mérito da matéria, somos pela aprovação do PLN 3, de 2022, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sr. Presidente, apenas agrego que este projeto – e, sem dúvida nenhuma, a votação de hoje – é uma demonstração carinhosa com a Marcha dos Prefeitos. Esses recursos serão utilizados para investimentos em diversos municípios brasileiros, e a Marcha dos Prefeitos – em especial aqui saudando e cumprimentando os Prefeitos e as Prefeitas da Bahia que acorreram a Brasília desde a segunda-feira e permanecerão, muitos deles, até amanhã – recebe esse grande presente do Governo Federal, especialmente do Presidente Bolsonaro.

Quero agradecer ao Líder do Senado Senador Eduardo Gomes, que me designou indicando para que eu pudesse relatar este projeto, e, Líder Eduardo Gomes, é um presente no seu aniversário no dia de hoje para os Prefeitos. Como eu, V. Exa. é um brilhante municipalista.

Quero agradecer também a cooperação das oposições – o Deputado Chinaglia e o Deputado Florence, aqui presentes no Plenário, são sempre grandes parceiros dos municípios –, que, com o acordo que fizemos nesta sessão congressual, permitimos votar este projeto, que, sem dúvida nenhuma, vem ao encontro das aspirações de milhares de Prefeitos, não apenas da Bahia, mas do Brasil como um todo.

Então, está lido o relatório e espero que seja aprovado por unanimidade no Congresso Nacional.  
**(Íntegra do Parecer nº 1/2022-PLEN-CN - Vide Item 2.1.3 do Sumário)**

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*(Durante o discurso do Sr. Claudio Cajado, o Sr. Marcelo Ramos, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcel Van Hattem.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcel Van Hattem. NOVO - RS) – Para discutir as matérias, Deputado Hildo Rocha, MDB do Maranhão; Deputado Ivan Valente, PSOL de São Paulo; Deputado Valmir Assunção, PT da Bahia; Deputado Bira do Pindaré, PSB do Maranhão; Deputado Marcel Van Hattem, do Novo do Rio Grande do Sul.

Abro mão por estar presidindo, neste momento, a sessão.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcel Van Hattem. NOVO - RS) – Eu falo mais tarde, Presidente, se for o caso. V. Exa. me dá a palavra mais tarde.

Passo, então...

Declaro encerrada a discussão em globo dos PLNs.

V. Exa. quer conduzir a votação, Deputado Marcelo? Senão, passo a... Estou aguardando o Presidente de fato... E de direito, aliás. De fato, só *ad hoc* aqui.

*(O Sr. Marcel Van Hattem deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcelo Ramos, 1º Vice-Presidente.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – PLN nº 1, de 2022.

Votação em turno único do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1, de 2022, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo e de Transferências a estados, Distrito Federal e municípios, crédito suplementar no valor de R\$2.572.154.060,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Ao projeto foram apresentadas duas emendas.

Parecer nº 1, de 2022, CMO, Relator: Senador Carlos Fávaro, concluiu pela aprovação do projeto na forma do substitutivo.



Passa-se à votação do substitutivo, que tem preferência regimental.

Em votação na Câmara.

As senhoras e os senhores que... Podemos colocar as orientações e fazer simbólico? (*Pausa.*)

**A SRA. SORAYA SANTOS** (PL - RJ) – Sim, Sr. Presidente.

**O SR. GENERAL PETERNELLI** (UNIÃO - SP) – Podemos, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Podemos ouvir todas as orientações e fazer a votação simbólica? O.k.? (*Pausa.*)

Então, vou seguir, de um por um, a orientação.

Como orienta o PL?

**A SRA. SORAYA SANTOS** (PL - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) – "Sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – PL, "sim".

Como orienta o PT?

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – O PT orienta "sim", Presidente, porque este Congresso e os movimentos sociais do campo construíram juntos a Lei Assis Carvalho. Quero fazer uma saudação especial a todo o núcleo agrário, Via Campesina, Fetraf, Contag, MPA. Entretanto, o Governo Bolsonaro vetou, nós derrubamos o veto e tem que judicializar para executar políticas...

(*Soa a campanha.*)

**O SR. AFONSO FLORENCE** (Bloco/PT - BA) – ... para a agricultura familiar. E esse PLN aloca recursos para a equalização dos contratos assinados no Pronaf e no setor empresarial da safra 2021-2022. Isso é fundamental para produzir alimentos baratos e saudáveis para a população brasileira. Nós vivemos uma carestia, a cesta básica está cara por causa da política econômica de Bolsonaro, por isso, a orientação do PT é "sim".

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Como orienta o PP? (*Pausa.*)

Como orienta o União?

**O SR. GENERAL PETERNELLI** (UNIÃO - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – O União, junto com todos os demais, orienta "sim". É uma adequação necessária ao pagamento dos salários. Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Como orienta o PSD? (*Pausa.*)

Republicanos? (*Pausa.*)

MDB?

**O SR. VALTENIR PEREIRA** (Bloco/MDB - MT. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o MDB indica "sim" pelo acordo que foi feito.

Um PLN extremamente importante para o país, mas, também, colocando aqui a importância de valorizar os auditores-fiscais da Receita Federal.

(*Soa a campanha.*)

**O SR. VALTENIR PEREIRA** (Bloco/MDB - MT) – Nós buscamos fazer uma emenda e, depois de bastante diálogo, a gente está buscando conversar com o Governo.

Inclusive, eu quero registrar aqui, Presidente, que pedimos uma agenda ao Ministro-Chefe da Casa Civil para receber os servidores, os auditores-fiscais da Receita Federal e estamos aguardando. É extremamente importante a valorização dos auditores-fiscais da...



(*Interrupção do som.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Como orienta o PSB?

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) – O PP, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – O PP, desculpa, Deputado Cajado.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.)

– O PP orienta com muita galhardia "sim", em benefício dos estados, em benefício dos municípios e do Distrito Federal.

São recursos importantíssimos que, eu não tenho dúvida, serão aplicados em benefício de todos os estados e municípios e das suas respectivas populações.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Como orienta o PSDB, Deputado Samuel.

**O SR. SAMUEL MOREIRA** (Bloco/PSDB - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador. *Por videoconferência.*) – O PSDB orienta "sim", Presidente Marcelo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – O PDT?

O PSC?

O Podemos?

O PSOL, Deputada Vivi. (*Pausa.*)

Deputada Vivi.

**A SRA. VIVI REIS** (PSOL - PA. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora. *Por videoconferência.*) – Presidente, o PSOL orienta "não" e nós também estamos aqui buscando entender a mudança no PLN 2...

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. VIVI REIS** (PSOL - PA. *Por videoconferência.*) – ... que não é o que está em votação agora, mas nós percebemos que não ficou muito nítido sobre como vai ser essa questão da doação de bens, valores e benefícios por parte da administração pública e entidades privadas.

Então, eu gostaria que, se possível, ficasse mais detalhada a explicação do que se mudou agora nesse adendo de Plenário que teve no PLN 2.

E nós orientamos "não" ao PLN 1.

Já éramos contrários ao PLN 2, mas gostaríamos de entender melhor esse adendo de Plenário do PLN 2 também para saber a gravidade do que está sendo pautado e votado aqui.

**O SR. CARLOS FÁVARO** (Bloco/PSD - MT) – Está bom.

Sr. Presidente, eu queria, então, fazer um esclarecimento à Deputada Vivi Reis.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Pois não.

**O SR. CARLOS FÁVARO** (Bloco/PSD - MT. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado pela oportunidade, Deputada, que pediu para esclarecer.

Na realidade, não estamos alterando nada mais do que já está na legislação eleitoral. A legislação eleitoral diz que não pode ser feito convênio, transferências de bens públicos a menos de três meses da eleição.

Acontece que havia alguns ministérios ainda suscitando dúvidas sobre qual era o prazo para poder fazer o convênio. Nós estamos simplesmente resguardando aqui a possibilidade de manter a legislação eleitoral vigente, esclarecendo que os convênios, por exemplo, para a entrega de máquinas, equipamentos, fruto de emenda parlamentares, possam cumprir a legislação eleitoral até que se esteja a menos de três meses antes da eleição.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Novo...

**O SR. TIAGO MITRAUD** (NOVO - MG. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador. *Por*





*videoconferência.*) – Presidente, primeiro só fazer um pedido aqui de realmente o PLN 2 ficar por último, se possível, para que a gente possa terminar de analisar.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Tudo bem.

**O SR. TIAGO MITRAUD** (NOVO - MG. *Por videoconferência.*) – Obrigado.

Em relação ao PLN 1, Presidente, primeiro fica aqui uma crítica em relação ao trâmite que foi feito. Esse foi o PLN que foi enviado pelo Governo com um objetivo, de aumento ali da rubrica relativa ao pagamento de pessoal. E, depois, foi enviada uma mensagem do Governo para que se tratasse também, no mesmo PLN, do Plano Safra, que é uma matéria completamente alheia ao objetivo inicial do PLN.

Apesar de termos críticas ao modelo do Plano Safra, entendemos aí a iminência do esgotamento dos atuais recursos, então, não teríamos problema de nesse momento votarmos por mais recursos para o Plano Safra. Agora, não temos como votar a favor de um PLN que trata de mais recurso público do cidadão pagador de impostos para salários e novos concursos públicos também do funcionalismo.

Nós imaginamos que, sim, possam ter aí algumas carreiras que estão com necessidade de abertura de concursos. Agora, quando se envia um PLN desse tratando de inúmeras carreiras com foco de 60% da abertura de crédito para o Ministério da Defesa, não há condições de votarmos a favor da abertura de tantas vagas, especialmente concentradas em um ministério só, onde há um público que o Presidente Bolsonaro busca querer agradar constantemente, o que nos leva a crer que claramente é um PLN com medidas eleitoreiras para agradar a base eleitoral...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. TIAGO MITRAUD** (NOVO - MG. *Por videoconferência.*) – ... do Presidente Bolsonaro.

Lembrando que nós estamos aqui abrindo vagas ou dando aumentos para uma classe que não perdeu recursos nos últimos anos de pandemia, enquanto a renda média do brasileiro caiu e muito nesses últimos anos. É o brasileiro médio que paga a conta.

Nós estamos aqui no Congresso defendendo o pagador de impostos, que sempre arca com aumentos aí do tamanho do Estado e, por isso, somos contrários a esse PLN.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Como orienta o PSB?

Antes de passar a palavra ao PSB, eu quero registrar a dedicação do Deputado Heitor Schuch a esse tema. Todos os dias, nos últimos dias me provocou preocupado com o impacto disso, principalmente em relação à agricultura familiar lá no Estado do Rio Grande do Sul. Fizemos uma reunião da qual eu tive a alegria de participar lá do meu Amazonas, conversando com os pequenos produtores e agricultores familiares do Rio Grande do Sul.

E eu faço questão de fazer esse registro, Deputado Heitor, por uma questão de justiça. Registrar toda a sua dedicação com essa pauta, que culmina agora com o acordo construído para votação da matéria, que vai fazer com que os recursos cheguem para esses homens e mulheres que colocam comida na mesa do povo brasileiro.

V. Exa. tem a palavra, Deputado.

**O SR. HEITOR SCHUCH** (Bloco/PSB - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Deputado Marcelo Ramos, eu não sei o nome do santo, mas eu sei o milagre. O que foi feito aqui realmente hoje é uma demonstração clara do Parlamento de que a política pública precisa chegar a quem precisa.

Os agricultores familiares... Eu quero contradizer o que foi dito aqui agora antes de mim pelo Deputado do Partido Novo. Eu respeito, mas ele disse uma coisa que não tem nenhum fundamento. Os agricultores familiares do Sul do Brasil plantaram, não choveu, não colheram, e isso não é dinheiro de fundo perdido. É dinheiro emprestado via os programas Pronaf, Pronampe e outros de política pública



instituídos por lei nesta Casa.

Não é dinheiro que se dá para o agricultor para ele gastar ao seu bel prazer. Não. É dinheiro para produzir alimentos. É dinheiro que o agricultor toma financiado, paga juro, faz a safra e, no final, ele devolve aquele recurso.

Nós não estamos pedindo nada, a não ser aquilo que está dentro da lei. O Manual de Crédito Rural é claro: no ano em que tem frustração de safra, o agricultor pode renegociar a sua dívida e pagá-la no futuro, quando as condições de clima, de tempo e de safra ajudarem.

Portanto, eu quero dar os parabéns aqui ao Líder do Governo, aos Líderes dos partidos, a todos que entenderam esse nosso apelo e abraçaram essa causa,...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. HEITOR SCHUCH** (Bloco/PSB - RS) – ... como foi abraçada pelo Sr. Presidente Marcelo.

Como o senhor bem disse aqui, é um tema que estamos trabalhando há 60 dias. Nós não queremos nada de graça. Queremos alongar essa dívida, ter recurso para poder comprar os insumos, que estão muito mais caros que na safra passada, para plantar de novo, plantar o trigo, plantar o arroz, plantar o feijão, o milho, a soja e tudo mais que a nossa agricultura neste país produz...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. HEITOR SCHUCH** (Bloco/PSB - RS) – ... para alimentar os brasileiros e ter também alimentos para serem exportados para o mundo e cumprir os contratos que temos.

Portanto, eu quero parabenizar o Congresso Nacional, que entendeu o nosso apelo e que agora coloca esse tema em pauta para votação. Eu tenho muito a agradecer, agradecer em especial ao nosso Presidente Marcelo, que preside esta sessão do Congresso Nacional, por ter colocado de lado os vetos, e a gente poder irrigar com recursos a agricultura familiar, a pecuária deste país.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. HEITOR SCHUCH** (Bloco/PSB - RS) – Os agricultores vão saber retribuir e vão certamente produzir muito mais para o bem de todos. Parabéns ao Congresso Nacional!

Obrigado, Marcelo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Obrigado, Deputado Heitor.

**O SR. TIAGO MITRAUD** (NOVO - MG. *Por videoconferência.*) – Presidente, se me permite, só quinze segundos, para um esclarecimento ao Deputado Heitor.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Pois não.

**O SR. TIAGO MITRAUD** (NOVO - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador. *Por videoconferência.*) – Eu acho que ele deve ter ouvido algum outro Parlamentar fazendo as críticas que ele colocou, porque minhas críticas não foram direcionadas à parte do Plano Safra desse PLN; foram direcionadas à parte do PLN que trata de aumento para pagamento de pessoal. Então, acho que o Deputado Heitor acabou ouvindo algum outro Parlamentar e achou que era o Parlamentar do Partido Novo, mas não foi o caso.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – O.k.

PCdoB, Solidariedade, Avante, Cidadania, PROS, Patriota, PV, PTB, Rede, Maioria, Minoria, Oposição, Governo...

Em votação.

Os Srs. Deputados e Deputadas que concordam com o projeto permaneçam como estão. *(Pausa.)*



Aprovado.

Aprovado o projeto na forma de substitutivo.

Em votação no Senado. (*Pausa.*)

O.k.

Em votação no Senado.

Para orientar, passo a palavra ao Senador Marcelo Castro. (*Pausa.*)

Se algum outro Senador quiser usar a palavra, eu peço que comunique aqui à Mesa. (*Pausa.*)

Precisa ligar o microfone, Senador Marcelo Castro.

**O SR. PAULO ROCHA** (Bloco/PT - PA. *Por videoconferência.*) – Senador Paulo Rocha. O PT vota "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – O.k.

Senador Paulo Rocha; após, o Senador Marcelo Castro.

**O SR. PAULO ROCHA** (Bloco/PT - PA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador. *Por videoconferência.*) – Não, é só registrar, o PT vota "sim", Presidente.

**O SR. CARLOS FÁVARO** (Bloco/PSD - MT. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSD encaminha voto "sim" no PLN 1.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – PSD, "sim"; PT, "sim".

**O SR. MARCELO CASTRO** (Bloco/MDB - PI. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador. *Por videoconferência.*) – MDB, "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – MDB, "sim". Foi o Senador Marcelo Castro que orientou? Ah, V. Exa. quer a palavra?

**O SR. MARCELO CASTRO** (Bloco/MDB - PI. *Por videoconferência.*) – Foi, sim. Senador Marcelo Castro orienta MDB, "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Tá, era só para orientar o "sim", não é?

**O SR. MARCELO CASTRO** (Bloco/MDB - PI. *Por videoconferência.*) – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Mais algum partido para orientar?

Podemos fazer a votação simbólica? Senador Eduardo, Senador Fávaro, podemos fazer a votação simbólica do Senado? (*Pausa.*)

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o PLN 1 permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, na forma de substitutivo.

Redação final do PLN 1. (**Parecer nº 2/2022-PLEN-CN - Vide Item 2.1.4 do Sumário**)

Em votação na Câmara.

As Sras. e os Srs. Deputados que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação no Senado.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam as matérias permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a redação final.

A matéria vai à sanção.

PLN nº 3, de 2022.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3, de 2022, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de transferências a estados, Distrito Federal e municípios, crédito especial no valor de R\$7.676.200.000,00, para o fim que especifica.

O parecer concluiu pela aprovação do projeto na forma proposta pelo Poder Executivo.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) – Sr. Presidente...



**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Deputado Claudio Cajado, Relator da matéria.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Eu penso que esse projeto tem unanimidade na Casa. Se V. Exa. permitir e ninguém for contra, vamos votar "sim" e seguir a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Sim. Podemos colocar "sim" para todos e eu abro a palavra para aqueles que quiserem orientar?

"Sim" para todos os partidos.

Alguém quer a palavra? Deputada Vivi? Deputado Tiago?

**A SRA. VIVI REIS** (PSOL - PA. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora. *Por videoconferência.*) – O PSOL é "sim", Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – O.k.

Deputado Tiago, V. Exa. quer a palavra na orientação dessa matéria?

**O SR. TIAGO MITRAUD** (NOVO - MG. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador. *Por videoconferência.*) – Presidente, brevemente.

O Novo é a favor desse PLN. A gente só faz uma crítica em relação à sua tramitação. Ele não havia sido ainda nem despachado pela Mesa e, a nosso ver, deveria ter passado pelo CMO, como requer o rito adequado. Mas, em relação ao mérito, não temos objeção. Então, votaremos "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Deputada Soraya.

**A SRA. SORAYA SANTOS** (PL - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) – Pois não, Presidente. Votamos "sim", encaminhamos junto com a base.

Só quero registrar que esse PLN é uma grande homenagem à Marcha dos Prefeitos, uma vez que ele vai atender todos os municípios.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Em votação na Câmara.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação no Senado.

Algum Senador quer orientar? (*Pausa.*)

Posso colocar "sim" para todos os partidos no Senado?

**O SR. PAULO ROCHA** (Bloco/PT - PA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador. *Por videoconferência.*) – Senador Paulo Rocha, pelo PT. Pode, Presidente, "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – PT, "sim".

**O SR. CARLOS FÁVARO** (Bloco/PSD - MT. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador. *Fora do microfone.*) – PSD, "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – PSD, "sim".

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto na forma proposta pelo Executivo.

A matéria vai à sanção.

Quero registrar que, com a votação dessa matéria, o Senador Eduardo Gomes e eu, que estivemos lá na Marcha dos Prefeitos e firmamos esse compromisso público, estamos conseguindo entregar. Parabéns pelo esforço de V. Exa., mas, acima de tudo, parabéns pela capacidade de diálogo, de entendimento do que é urgente para o Brasil, do Deputado Afonso Florence, aqui representado a Oposição nesta Casa.

PLN nº 2, de 2022...

Deputado Tiago, fique tranquilo. Nós vamos levando com tranquilidade para que o Novo...

**O SR. TIAGO MITRAUD** (NOVO - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador. *Por videoconfe-*



*rência.*) – Presidente, só uma dúvida, uma questão em relação ao PLN 2.

Eu sei que o Regimento prevê que os destaques têm que ser feitos antes do início da Ordem do Dia, mas como houve uma inclusão no PLN 2 e especialmente do art. 81-A, que, inclusive, a nosso ver, é uma matéria totalmente estranha ao objetivo do PLN 2, acredito que seja razoável que se possa destacar esse item, porque, enfim, é uma mudança de regra de doação de bens em ano eleitoral que está sendo feita há menos de cinco meses da eleição.

Então, no mínimo, poder destacar esse artigo que foi incluído acho que é algo razoável aqui que possa ser feito.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Deputado Tiago, o PLN 2 era um dos projetos que já estavam na pauta. No entanto, eu tenho que concordar que um novo dispositivo, pelo que entendi, foi incluído.

**O SR. TIAGO MITRAUD** (NOVO - MG. *Por videoconferência.*) – Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – ... que um novo dispositivo foi incluído.

Havendo discordância do Novo e considerando toda a excepcionalidade desta sessão, eu vou, excepcionalmente, permitir o destaque do Novo nesse dispositivo do adendo do voto.

**O SR. TIAGO MITRAUD** (NOVO - MG. *Por videoconferência.*) – Perfeito, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Eu voto esse dispositivo em separado. Eu vou cindir esse dispositivo e votá-lo em separado.

Tudo bem, Deputado Tiago?

**O SR. TIAGO MITRAUD** (NOVO - MG. *Por videoconferência.*) – Perfeito. O dispositivo 81-A, o art. 81-A, que foi incluído...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Isso, que foi incluído na complementação de voto, tá?

Então, nós vamos fazer o seguinte: nós vamos votar o texto sem o 81-A e, depois, votaremos o 81-A.

Tudo bem, Deputado Tiago?

**O SR. TIAGO MITRAUD** (NOVO - MG. *Por videoconferência.*) – Perfeito. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – O.k.?

Senador Fávoro... Senador Fávoro, só uma explicação a V. Exa.

**O SR. CARLOS FÁVARO** (Bloco/PSD - MT) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Como na complementação de votos de V. Exa. foi incluído um novo dispositivo e como nós temos um rito aqui especial que dependeu do aceite de todos, eu estou, excepcionalmente, atendendo uma ponderação do Novo. Eu vou votar o texto...

**O SR. CARLOS FÁVARO** (Bloco/PSD - MT) – Original.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – ... do projeto e, para o 81-A, eu vou fazer uma votação separada.

**O SR. CARLOS FÁVARO** (Bloco/PSD - MT) – O.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Tudo bem? O.k.?

**O SR. CARLOS FÁVARO** (Bloco/PSD - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Combinado, Sr. Presidente.

**A SRA. VIVI REIS** (PSOL - PA. Pela ordem. Sem revisão da oradora. *Por videoconferência.*) – Olha, bacana aí, o PSOL e o Novo concordando sobre alguma coisa. Gostei. (*Risos.*)

Obrigada, Deputado Tiago, por ter acompanhado a observação que eu já havia feito sobre a gravidade do art. 81, está bom?

Muito obrigada por ter nos apoiado aí.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Passa-se à votação do substitutivo com



o adendo de Plenário: "Ressalvado o art. 81-A, acrescido à Lei nº 14.194, de 2021, que tem preferência regimental".

Em votação na Câmara.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que o aprovam...

Espera aí.

Em votação, na Câmara, o texto sem o 81-A.

Posso colocar "sim" para todos no texto sem o 81-A?

**A SRA. SORAYA SANTOS** (PL - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) – "Sim", Presidente.

**A SRA. VIVI REIS** (PSOL - PA. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora. *Por videoconferência.*) – O PSOL é "não", Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Ah, tá.  
PSOL, "não".

**A SRA. VIVI REIS** (PSOL - PA. *Por videoconferência.*) – Com o 81, sem o 81, é "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – O.k., tudo bem.

O Novo é "sim" ou "não"?

**O SR. TIAGO MITRAUD** (NOVO - MG. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador. *Por videoconferência.*) – Em relação ao principal, somos favoráveis, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – O.k.

Então...

**A SRA. SORAYA SANTOS** (PL - RJ. Sem revisão da oradora.) – "Sim" para todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – ... "não" apenas para o PSOL – "não" apenas para o PSOL –, deixando claro que nós estamos votando agora o texto sem o art. 81-A.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Minoria e Oposição liberam por conta do posicionamento do PSOL.

Então, Minoria e Oposição liberam; PSOL, "não"; e todos os outros, "sim".

Em votação na Câmara.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação no Senado.

Registro que, no Senado, da mesma forma, votando primeiro o texto principal sem o art. 81-A.

Pergunto se posso colocar "sim" para todos os partidos.

**O SR. PAULO ROCHA** (Bloco/PT - PA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador. *Por videoconferência.*) – De acordo, Sr. Presidente, pelo PT.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – PT, "sim".

PSD, "sim".

Em votação no Senado.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto na forma do substitutivo, ressalvado o art. 81-A, acrescido à Lei nº 14.194, de 2021, constante no art. 1º do Substitutivo ao PLN nº 2, de 2022.

Passa-se à votação na Câmara do art. 81-A, acrescido à Lei nº 14.194, de 2021.

Posso colocar "sim" para todos e desde já colocar "não" ao Novo e ao PSOL, passando a palavra ao Novo e ao PSOL...



Deputado Tiago Mitraud e, depois, a Deputada Vivi.

**O SR. TIAGO MITRAUD** (NOVO - MG. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador. *Por videoconferência.*) – Presidente, a inclusão deste artigo no PLN 2 é um dos motivos pelos quais nós prezamos bastante para que em todas as vezes o Regimento e a Constituição sejam cumpridos estritamente, para que não haja, às vésperas da votação de um tema alheio, a inclusão de jabutis como esse que foi feito aqui.

Esse art. 81-A é um absurdo, Presidente. O que nós estamos fazendo aqui é uma alteração na lei eleitoral, incluindo artigo que passa a permitir a doação de bens, valores ou benefícios da administração pública...

**O SR. CARLOS FÁVARO** (Bloco/PSD - MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. TIAGO MITRAUD** (NOVO - MG. *Por videoconferência.*) – ... a entes privados com encargo a até três meses da eleição, o que é algo que a atual legislação eleitoral proíbe. É proibida a distribuição de bens, exceto em caso de calamidade, emergência e programa social autorizado em lei....

**O SR. CARLOS FÁVARO** (Bloco/PSD - MT) – Pela ordem, S.r Presidente.

**O SR. TIAGO MITRAUD** (NOVO - MG. *Por videoconferência.*) – Com a inclusão dessa permissão para doação com encargo, que pode ser, esse encargo, algo de pequeno valor, que essa entidade privada vai ali incorrer, somente para justificar que houve uma contrapartida. A gente está aqui, através de algo na LDO, fazendo uma alteração da legislação orçamentária... na legislação eleitoral completamente indevida.

Então, nós estamos veementemente contra a inclusão deste artigo, que é um completo jabuti, novamente algo que altera a legislação eleitoral às vésperas das eleições através de uma emenda totalmente descabida numa votação de projeto de lei orçamentária.

Por isso, o Novo é "não" a esse artigo.

**O SR. CARLOS FÁVARO** (Bloco/PSD - MT) – Sr. Presidente.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) – Sr. Presidente, para ...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Vamos ouvir o Relator.

**O SR. CARLOS FÁVARO** (Bloco/PSD - MT. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Presidente, Deputado, eu queria só complementar aquilo que já avisei: está existindo por parte de alguns ministérios dúvidas em relação a esse período.

O 81-A acrescido neste PLN é rigorosamente cumprindo a legislação eleitoral. Não tem alteração em hipótese alguma da legislação eleitoral, está simplesmente reforçando para que alguns ministérios, que estão na dúvida se podem fazer convênio ou a doação de equipamentos dentro do período do ano eleitoral... qual seria a data?

Exatamente como está na legislação eleitoral está mantido no PLN.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, para corroborar o entendimento do nobre Senador Carlos Fávaro, é exatamente isso. Historicamente, o defeso eleitoral começa três meses antes...

**O SR. CARLOS FÁVARO** (Bloco/PSD - MT) – Três meses.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) – ... três meses antes das eleições, e nós, eu que sou do Estado da Bahia, do Nordeste, inúmeros municípios, inúmeras associações, principalmente pós-pandemia, é impraticável colocar todo ano em que haverá eleição...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) – ... impedindo associações, entidades beneficiárias



como associações rurais de trabalhadores, agricultores familiares, sem poder receber um trator para implemento agrícola, uma retroescavadeira e um carro-pipa, que vão ajudar milhões de pessoas.

É um absurdo pensarmos o inverso.

Senador Carlos Fávaro, pode ter certeza de que V. Exa...

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campanha.)*

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) – ... V. Exa., ao incluir essa emenda no seu relatório e no voto, está fazendo um grande benefício aos pequenos agricultores rurais da agricultura familiar e principalmente ao Sertão da Bahia, a inúmeros locais onde a seca inclemente prejudica a produção rural.

Nós precisamos, sim, fazer com que a legislação possa ser efetivada dentro de uma lógica; e a lógica que sempre existiu...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) – ... é um defeso eleitoral de três meses. Colocar-se 12 meses?! Isso é inaceitável!

**O SR. CARLOS FÁVARO** (Bloco/PSD - MT) – E isso não está na legislação eleitoral.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) – E não existe esse impedimento.

Portanto, V. Exa. está correto.

E nós orientamos o voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – PSOL.

**A SRA. VIVI REIS** (PSOL - PA. Pela ordem. Sem revisão da oradora. *Por videoconferência.*) – Presidente, o que a gente está vendo aqui é que este texto viola o art. 16 da Constituição. E também está muito explícito na lei eleitoral que, no ano em que se realiza a eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores, obedecidos por parte da administração pública.

É claro que existem casos que são particulares, em exceção, como casos de calamidade pública, emergências, para programas sociais também já autorizados em lei e que foram aprovados nos anos anteriores. Mas é bem grave o que está sendo colocado aqui. Se, de fato, não vai mudar, como foi afirmado aqui, a legislação que já existe, então por que se está colocando esse dispositivo agora? O que a gente percebe é uma tentativa, sim, de fazer um adendo que vai permitir...

*(Soa a campanha.)*

**A SRA. VIVI REIS** (PSOL - PA. *Por videoconferência.*) – ... que tenha esse tipo de doação no mesmo ano de um pleito eleitoral. Então, isso altera regras eleitorais já estabelecidas e, como eu falei, viola o art. 16 da Constituição e isso cria também desigualdades na disputa eleitoral e também se torna um dispositivo estranho ao PLN que está sendo debatido.

**O SR. TIAGO MITRAUD** (NOVO - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador. *Por videoconferência.*) – Presidente, se for possível aqui apenas dialogar com o Relator e com o Deputado Cajado...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Sim, sim, sim.

**O SR. TIAGO MITRAUD** (NOVO - MG. *Por videoconferência.*) – ... que mencionaram que isso não altera a legislação eleitoral, hoje o que o art. 81-A está fazendo é alterar a interpretação de uma legislação eleitoral.

Quando ele fala que não se configura descumprimento do §10 do art. 73 da Lei 9.504, de setembro





de 1997, está justamente alterando a interpretação de uma legislação eleitoral.

Hoje, quem quiser doar para uma entidade privada recairia numa vedação da lei das eleições. E agora, ao dizer que não...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. TIAGO MITRAUD** (NOVO - MG. *Por videoconferência.*) – ... se configurará em descumprimento desse artigo, vai permitir, por exemplo, que uma Prefeitura doe um trator para uma associação de candidato a Deputado. É um absurdo a gente fazer isso!

Não tenho nada contra as entidades que corretamente ali fazem uso de bens. Agora, nós permitirmos que um Prefeito doe um bem para uma entidade de um candidato faltando três meses da eleição é, sim, interferir na interpretação da legislação eleitoral às vésperas da eleição.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PSD - AM) – Vamos lá.

Oposição e Minoria liberam.

Em votação na Câmara.

As Sras. e os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, com o voto contrário dos Deputados do PSOL e do Novo.

Em votação no Senado.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Em votação no Senado.

Posso colocar "sim" para todos? "Sim", para todos no Senado? (*Pausa.*)

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o art. 81-A, acrescido à Lei 14.194, de 2021, constante no art. 1º do Substitutivo ao PLN nº 2, de 2022.

Redação final do PLN nº 2, de 2022. (**Parecer nº 3/2022-PLEN-SF - Vide Item 2.1.2 do Sumário**)

Em votação na Câmara.

As Sras. e os Srs. Deputados que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Em votação no Senado.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a redação final, a matéria vai à sanção.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada esta sessão, e eu conseguirei voltar a Manaus hoje.

*(Levanta-se a sessão às 17 horas e 27 minutos.)*





# REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

## Senado Federal

### 56ª Legislatura

### 4ª Sessão Legislativa Ordinária

#### 13ª Sessão Conjunta do Congresso Nacional, às 10 horas

Presenças no período: 28/04/2022 08:00:00 até 28/04/2022 17:27:00

Votos no período: 28/04/2022 08:00:00 até 28/04/2022 17:27:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	X	X
PSDB	SE	Alessandro Vieira	X	
PSD	MG	Alexandre Silveira	X	
PSD	BA	Angelo Coronel	X	X
PSD	MT	Carlos Fávaro	X	X
PL	RJ	Carlos Portinho	X	X
PL	MG	Carlos Viana	X	X
UNIÃO	RR	Chico Rodrigues	X	X
MDB	RO	Confúcio Moura	X	X
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	X	X
PSB	SC	Dário Berger	X	X
UNIÃO	AP	Davi Alcolumbre	X	X
MDB	AM	Eduardo Braga	X	X
Podemos	CE	Eduardo Girão	X	X
PL	TO	Eduardo Gomes	X	X
PROGRES	PI	Eliane Nogueira	X	X
Cidadania	MA	Eliziane Gama	X	
PROGRES	PI	Elmano Férrer	X	X
PROGRES	SC	Esperidião Amin	X	X
PT	ES	Fabiano Contarato	X	X
MDB	PE	Fernando Coelho	X	X
PTB	AL	Fernando Collor	X	X
Podemos	PR	Flávio Arns	X	X
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	X	X
MDB	SP	Giordano	X	X
PT	PE	Humberto Costa	X	X
PSDB	DF	Izalci Lucas	X	X
PT	BA	Jaques Wagner	X	X
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	X	X
Podemos	GO	Jorge Kajuru	X	X
PL	SC	Jorginho Mello	X	X
PSDB	SP	José Serra	X	X
Podemos	RS	Lasier Martins	X	X
PDT	DF	Leila Barros	X	X
PSD	AP	Lucas Barreto	X	X
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	X	X
PROGRES	AC	Mailza Gomes	X	X
PSDB	SP	Mara Gabrilli	X	X
MDB	PI	Marcelo Castro	X	X
UNIÃO	AC	Marcio Bittar	X	X
Podemos	ES	Marcos do Val	X	X
PL	RO	Marcos Rogério	X	
PROGRES	SE	Maria do Carmo Alves	X	
Republica	RR	Mecias de Jesus	X	X
PSD	MS	Nelsinho Trad	X	

Emissão 28/04/2022 17:30:01





# REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

## Senado Federal 56ª Legislatura 4ª Sessão Legislativa Ordinária

### 13ª Sessão Conjunta do Congresso Nacional, às 10 horas

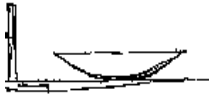
Presenças no período: 28/04/2022 08:00:00 até 28/04/2022 17:27:00

Votos no período: 28/04/2022 08:00:00 até 28/04/2022 17:27:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
MDB	PB	Nilda Gondim	X	X
PSD	AM	Omar Aziz	X	
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	X	
PSD	BA	Otto Alencar	X	
PT	RS	Paulo Paim	X	X
PT	PA	Paulo Rocha	X	X
PSDB	AM	Plínio Valério	X	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X	X
UNIÃO	DF	Reguffe	X	X
MDB	AL	Renan Calheiros	X	
PTB	MA	Roberto Rocha	X	
UNIÃO	AL	Rodrigo Cunha	X	X
PT	SE	Rogério Carvalho	X	X
PL	RJ	Romário	X	X
MDB	ES	Rose de Freitas	X	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X	X
MDB	MS	Simone Tebet	X	X
UNIÃO	MS	Soraya Thronicke	X	X
Podemos	RN	Styvenson Valentim	X	X
PROS	RR	Telmário Mota	X	X
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	X	X
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	X	X
PL	MT	Wellington Fagundes	X	X
PDT	MA	Weverton	X	X
PROS	RN	Zenaide Maia	X	X

*Compareceram 70 senadores.*





**Congresso Nacional**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Relação de Presença na Sessão (Senadores)**

Data: 06/05/2022  
 Hora: 18:23  
 Número: 17

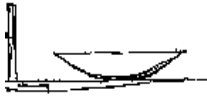
**56ª LEGISLATURA****QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA  
ORDINÁRIA****SESSÃO CONJUNTA Nº 013 - 28/04/2022****Presidente da Casa:** Rodrigo Pacheco - PSD/MG

**Presidiram a Sessão:** Marcelo Ramos - 12:37  
 General Peternelli - 12:40  
 Marcelo Ramos - 12:45  
 Marcelo Castro - 14:03  
 Marcelo Ramos - 14:04  
 Marcel van Hattem - 16:46  
 Marcelo Ramos - 16:53

**Registro Eletrônico de Presença em Plenário****Início : 28/04/2022 08:00****Fim : 28/04/2022 17:26****Total de Presentes: 10**

	<b>Partido</b>	<b>Bloco</b>
<b>PARÁ</b>		
Paulo Rocha	PT	
<b>Presentes de Pará : 1</b>		
<b>TOCANTINS</b>		
Eduardo Gomes	PL	
<b>Presentes de Tocantins : 1</b>		
<b>PIAUI</b>		
Marcelo Castro	MDB	
<b>Presentes de Piauí : 1</b>		
<b>RIO DE JANEIRO</b>		
Carlos Portinho (*)	PL	
<b>Presentes de Rio de Janeiro : 1</b>		
<b>MATO GROSSO</b>		
Carlos Fávaro (*)	PSD	
<b>Presentes de Mato Grosso : 1</b>		
<b>DISTRITO FEDERAL</b>		
Izalci Lucas	PSDB	
Leila Barros	PDT	
<b>Presentes de Distrito Federal : 2</b>		
<b>SANTA CATARINA</b>		
Esperidião Amin	PP	
<b>Presentes de Santa Catarina : 1</b>		
<b>RIO GRANDE DO SUL</b>		
Luis Carlos Heinze	PP	
Paulo Paim (*)	PT	
<b>Presentes de Rio Grande do Sul : 2</b>		





**Congresso Nacional**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Relação de Presença na Sessão (Deputados)**

Data: 06/05/2022

Hora: 18:23

Número: 17

**56ª LEGISLATURA****QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA  
ORDINÁRIA**

SESSÃO CONJUNTA Nº 013 - 28/04/2022

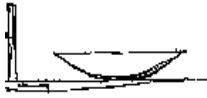
**Presidente da Casa:** Rodrigo Pacheco - PSD/MG

**Presidiram a Sessão:** Marcelo Ramos - 12:37  
 General Peterlini - 12:40  
 Marcelo Ramos - 12:45  
 Marcelo Castro - 14:03  
 Marcelo Ramos - 14:04  
 Marcel van Hattem - 16:46  
 Marcelo Ramos - 16:53

**Registro Eletrônico de Presença em Plenário****Início : 28/04/2022 08:00****Fim : 28/04/2022 17:26****Total de Presentes: 478**

	<b>Partido</b>	<b>Bloco</b>
<b>RORAIMA</b>		
Edio Lopes	PL	
Hiran Gonçalves	PP	
Jhonatan de Jesus	Republican	
Joenia Wapichana	Rede	
Nicoletti	União	
Ottaci Nascimento	Solidaried	
RRenato Queiroz	PSD	
Shéridan	PSDB	
<b>Presentes de Roraima : 8</b>		
<b>AMAPÁ</b>		
Aline Gurgel	Republican	
André Abdon	PP	
Camilo Capiberibe	PSB	
Jorielson	PL	
Luiz Carlos	PSDB	
Professora Marcivania	PCdoB	
<b>Presentes de Amapá : 6</b>		
<b>PARÁ</b>		
Airton Faleiro	PT	
Beto Faro	PT	
Cássio Andrade	PSB	
Celso Sabino	União	
Cristiano Vale	PP	
Delegado Éder Mauro	PL	
Eduardo Costa	PSD	
Elcione Barbalho	MDB	
Hélio Leite	União	
Joaquim Passarinho	PL	
José Priante	MDB	
Júnior Ferrari	PSD	
Nilson Pinto	PSDB	
Olival Marques	MDB	
Paulo Bengtson	PTB	
Vavá Martins	Republican	
Vivi Reis	PSOL	
<b>Presentes de Pará : 17</b>		





**Congresso Nacional**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Relação de Presença na Sessão (Deputados)**

Data: 06/05/2022

Hora: 18:23

Número: 17

	Partido	Bloco
<b>AMAZONAS</b>		
Átila Lins	PSD	
Bosco Saraiva	Solidaried	
Capitão Alberto Neto	PL	
José Ricardo	PT	
Marcelo Ramos	PSD	
Sidney Leite	PSD	
<b>Presentes de Amazonas : 6</b>		
<b>RONDONIA</b>		
Coronel Chrisóstomo	PL	
Exedito Netto	PSD	
Léo Moraes	Podemos	
Lucio Mosquini	MDB	
Mariana Carvalho	Republican	
Mauro Nazif	PSB	
Sílvia Cristina	PL	
<b>Presentes de Rondonia : 7</b>		
<b>ACRE</b>		
Alan Rick	União	
Flaviano Melo	MDB	
Jesus Sérgio	PDT	
Leo de Brito	PT	
Mara Rocha	MDB	
Perpétua Almeida	PCdoB	
<b>Presentes de Acre : 6</b>		
<b>TOCANTINS</b>		
Carlos Henrique Gaguim	União	
Célio Moura	PT	
Dulce Miranda	MDB	
Eli Borges	PL	
Osires Damaso	PSC	
Professora Dorinha Seabra Rezende	União	
Tiago Dimas	Podemos	
Vicentinho Júnior	PP	
<b>Presentes de Tocantins : 8</b>		
<b>MARANHÃO</b>		
Aluisio Mendes	PSC	
André Fufuca	PP	
Bira do Pindaré	PSB	
Cleber Verde	Republican	
Edilázio Júnior	PSD	
Gil Cutrim	Republican	
Hildo Rocha	MDB	
Josivaldo JP	PSD	
Junior Lourenço	PL	
Juscelino Filho	União	
Márcio Jerry	PCdoB	
Marreca Filho	Patriota	
Pastor Gil	PL	
Paulo Marinho Jr	PL	
Pedro Lucas Fernandes	União	
Rubens Pereira Júnior	PT	
Victor Mendes	MDB	
Zé Carlos	PT	
<b>Presentes de Maranhão : 18</b>		





**Congresso Nacional**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Relação de Presença na Sessão (Deputados)**

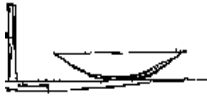
Data: 06/05/2022

Hora: 18:23

Número: 17

	Partido	Bloco
<b>CEARÁ</b>		
AJ Albuquerque	PP	
André Figueiredo	PDT	
Célio Studart	PSD	
Danilo Forte	União	
Denis Bezerra	PSB	
Domingos Neto	PSD	
Dr. Jaziel	PL	
Eduardo Bismarck	PDT	
Genecias Noronha	PL	
Heitor Freire	União	
Idilvan Alencar	PDT	
José Aírton Félix Cirilo	PT	
José Guimarães	PT	
Leônidas Cristino	PDT	
Luizianne Lins	PT	
Mauro Benevides Filho	PDT	
Moses Rodrigues	União	
Nelho Bezerra	União	
Pedro Augusto Bezerra	PDT	
Robério Monteiro	PDT	
Vaidon Oliveira	PROS	
<b>Presentes de Ceará : 21</b>		
<b>PIAUÍ</b>		
Átila Lira	PP	
Capitão Fábio Abreu	PSD	
Flávio Nogueira	PT	
Júlio Cesar	PSD	
Marcos Aurélio Sampaio	PSD	
Margarete Coelho	PP	
Marina Santos	Republican	
Merlong Solano	PT	
Paes Landim	União	
Rejane Dias	PT	
<b>Presentes de Piauí : 10</b>		
<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>		
Benes Leocádio	União	
Beto Rosado	PP	
Carla Dickson	União	
General Girão	PL	
João Maia	PL	
Natália Bonavides	PT	
Rafael Motta	PSB	
Walter Alves	MDB	
<b>Presentes de Rio Grande do Norte : 8</b>		





**Congresso Nacional**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Relação de Presença na Sessão (Deputados)**

Data: 06/05/2022

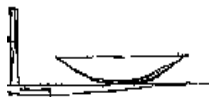
Hora: 18:23

Número: 17

	Partido	Bloco
<b>PARAÍBA</b>		
Aguinaldo Ribeiro	PP	
Damião Feliciano	União	
Edna Henrique	Republican	
Efraim Filho	União	
Frei Anastacio Ribeiro	PT	
Gervásio Maia	PSB	
Hugo Motta	Republican	
Julian Lemos	União	
Leonardo Gadelha	PSC	
Ruy Carneiro	PSC	
Wellington Roberto	PL	
Wilson Santiago	Republican	
<b>Presentes de Paraíba : 12</b>		
<b>PERNAMBUCO</b>		
André de Paula	PSD	
André Ferreira	PL	
Augusto Coutinho	Republican	
Carlos Veras	PT	
Daniel Coelho	Cidadania	
Danilo Cabral	PSB	
Eduardo da Fonte	PP	
Felipe Carreras	PSB	
Fernando Monteiro	PP	
Gonzaga Patriota	PSB	
Marília Arraes	PT	
Milton Coelho	PSB	
Ossesio Silva	Republican	
Raul Henry	MDB	
Renildo Calheiros	PCdoB	
Ricardo Teobaldo	Podemos	
Sebastião Oliveira	Avante	
Silvio Costa Filho	Republican	
Tadeu Alencar	PSB	
Túlio Gadêlha	Rede	
Wolney Queiroz	PDT	
<b>Presentes de Pernambuco : 21</b>		
<b>ALAGOAS</b>		
Marx Beltrão	PP	
Nivaldo Albuquerque	Republican	
Paulão	PT	
Pedro Vilela	PSDB	
Severino Pessoa	MDB	
Tereza Nelma	PSD	
<b>Presentes de Alagoas : 6</b>		
<b>SERGIPE</b>		
Bosco Costa	PL	
Fábio Henrique	União	
Fábio Mitidieri	PSD	
Fábio Reis	PSD	
Gustinho Ribeiro	Republican	
João Daniel	PT	
Laercio Oliveira	PP	
Márcio Macêdo	PT	
<b>Presentes de Sergipe : 8</b>		







**Congresso Nacional**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Relação de Presença na Sessão (Deputados)**

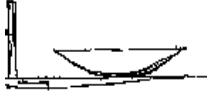
Data: 06/05/2022

Hora: 18:23

Número: 17

	Partido	Bloco
<b>BAHIA</b>		
Abílio Santana	PSC	
Adolfo Viana	PSDB	
Afonso Florence	PT	
Alex Santana	Republican	
Alice Portugal	PCdoB	
Antonio Brito	PSD	
Arthur Oliveira Maia	União	
Bacelar	PV	
Cacá Leão	PP	
Charles Fernandes	PSD	
Claudio Cajado	PP	
Daniel Almeida	PCdoB	
Elmar Nascimento	União	
Félix Mendonça Júnior	PDT	
Igor Kannário	União	
João Carlos Bacelar	PL	
João Roma	PL	
Jorge Solla	PT	
José Rocha	União	
Joseildo Ramos	PT	
Josias Gomes	PT	
Leur Lomanto Júnior	União	
Lídice da Mata	PSB	
Marcelo Nilo	Republican	
Márcio Marinho	Republican	
Mário Negromonte Jr.	PP	
Otto Alencar Filho	PSD	
Pastor Sargento Isidório	Avante	
Paulo Azi	União	
Professora Dayane Pimentel	União	
Raimundo Costa	Podemos	
Ronaldo Carletto	PP	
Sérgio Brito	PSD	
Tito	Avante	
Uldurico Junior	MDB	
Valmir Assunção	PT	
Waldenor Pereira	PT	
Zé Neto	PT	

**Presentes de Bahia : 38**



**Congresso Nacional**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Relação de Presença na Sessão (Deputados)**

Data: 06/05/2022

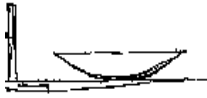
Hora: 18:23

Número: 17

	Partido	Bloco
<b>MINAS GERAIS</b>		
Aécio Neves	PSDB	
Aelton Freitas	PP	
Alê Silva	Republican	
André Janones	Avante	
Áurea Carolina	PSOL	
Charles Evangelista	PP	
Delegado Marcelo Freitas	União	
Diego Andrade	PSD	
Dimas Fabiano	PP	
Domingos Sávio	PL	
Dr. Frederico	Patriota	
Eduardo Barbosa	PSDB	
Emidinho Madeira	PL	
Eros Biondini	PL	
Euclydes Pettersen	PSC	
Fábio Ramalho	MDB	
Franco Cartafina	PP	
Fred Costa	Patriota	
Gilberto Abramo	Republican	
Greyce Elias	Avante	
Herculio Coelho Diniz	MDB	
Igor Timo	Podemos	
Júlio Delgado	PV	
Junio Amaral	PL	
Lafayette de Andrada	Republican	
Leonardo Monteiro	PT	
Lincoln Portela	PL	
Lucas Gonzalez	Novo	
Luis Tibé	Avante	
Marcelo Álvaro Antônio	PL	
Marcelo Aro	PP	
Mário Heringer	PDT	
Mauro Lopes	PP	
Misael Varella	PSD	
Newton Cardoso Jr	MDB	
Odair Cunha	PT	
Padre João	PT	
Patrus Ananias	PT	
Paulo Abi-Ackel	PSDB	
Paulo Guedes	PT	
Pinheirinho	PP	
Reginaldo Lopes	PT	
Rodrigo de Castro	União	
Rogério Correia	PT	
Stefano Aguiar	PSD	
Subtenente Gonzaga	PSD	
Tiago Mitraud	Novo	
Vilson da Fetaemg	PSB	
Weliton Prado	PROS	
Zé Silva	Solidaried	
Zé Vitor	PL	

**Presentes de Minas Gerais : 51**





**Congresso Nacional**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Relação de Presença na Sessão (Deputados)**

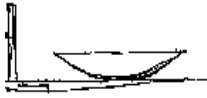
Data: 06/05/2022

Hora: 18:23

Número: 17

	Partido	Bloco
<b>ESPÍRITO SANTO</b>		
Amaro Neto	Republican	
Da Vitória	PP	
Dra. Soraya Manato	PTB	
Evair Vieira de Melo	PP	
Felipe Rigoni	União	
Helder Salomão	PT	
Lauriete	PSC	
Neucimar Fraga	PP	
Norma Ayub	PP	
Paulo Foletto	PSB	
<b>Presentes de Espírito Santo : 10</b>		
<b>RIO DE JANEIRO</b>		
Alessandro Molon	PSB	
Altineu Côrtes	PL	
Aureo Ribeiro	Solidaried	
Carlos Jordy	PL	
Chiquinho Brazão	União	
Chris Tonietto	PL	
Christino Aureo	PP	
Clarissa Garotinho	União	
Daniel Silveira	PTB	
David Miranda	PDT	
Delegado Antônio Furtado	União	
Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.	PP	
Felício Laterça	PP	
Gelson Azevedo	PL	
Glauber Braga	PSOL	
Gurgel	PL	
Gutemberg Reis	MDB	
Helio Lopes	PL	
Hugo Leal	PSD	
Jandira Feghali	PCdoB	
Jones Moura	PSD	
Jorge Braz	Republican	
Juninho do Pneu	União	
Lourival Gomes	PP	
Luiz Antônio Corrêa	PP	
Luiz Lima	PL	
Major Fabiana	PL	
Marcelo Calero	PSD	
Marcelo Freixo	PSB	
Márcio Labre	PL	
Marcos Soares	União	
Otoni de Paula	MDB	
Paulo Ganime	Novo	
Paulo Ramos	PDT	
Pedro Augusto Palareti	PP	
Pedro Paulo	PSD	
Professor Joziel	Patriota	
Ricardo da Karol	PDT	
Soraya Santos	PL	
Sóstenes Cavalcante	PL	
Talíria Petrone	PSOL	
Vinicius Farah	União	
<b>Presentes de Rio de Janeiro : 42</b>		





**Congresso Nacional**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Relação de Presença na Sessão (Deputados)**

Data: 06/05/2022

Hora: 18:23

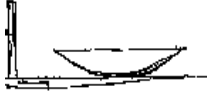
Número: 17

	Partido	Bloco
<b>SÃO PAULO</b>		
Abou Anni	União	
Adriana Ventura	Novo	
Alencar Santana	PT	
Alex Manente	Cidadania	
Alexandre Leite	União	
Alexandre Padilha	PT	
Alexis Fonteyne	Novo	
Arlindo Chinaglia	PT	
Arnaldo Jardim	Cidadania	
Baleia Rossi	MDB	
Bozzella	União	
Capitão Augusto	PL	
Capitão Derrite	PL	
Carla Zambelli	PL	
Carlos Sampaio	PSDB	
Carlos Zarattini	PT	
Celso Russomanno	Republican	
Cezinha de Madureira	PSD	
Coronel Tadeu	PL	
Eduardo Bolsonaro	PL	
Eduardo Cury	PSDB	
Eleuses Paiva	PSD	
Eli Corrêa Filho	União	
Enrico Misasi	MDB	
Fausto Pinato	PP	
General Peternelli	União	
Gilberto Nascimento	PSC	
Guiga Peixoto	PSC	
Guilherme Mussi	PP	
Herculano Passos	Republican	
Ivan Valente	PSOL	
Jefferson Campos	PL	
Joice Hasselmann	PSDB	
Kim Kataguiri	União	
Luiz Carlos Motta	PL	
Luiz Philippe de Orleans e Bragança	PL	
Marcio Alvino	PL	
Marco Bertaiolli	PSD	
Marcos Pereira	Republican	
Maria Rosas	Republican	
Miguel Lombardi	PL	
Milton Vieira	Republican	
Niito Tatto	PT	
Orlando Silva	PCdoB	
Paulo Teixeira	PT	
Policial Katia Sastre	PL	
Pr. Marco Feliciano	PL	
Renata Abreu	Podemos	
Ricardo Izar	Republican	
Ricardo Silva	PSD	
Roberto Alves	Republican	
Roberto de Lucena	Republican	
Rodrigo Agostinho	PSB	
Rosana Valle	PL	
Rui Falcão	PT	
Sâmia Bomfim	PSOL	
Samuel Moreira	PSDB	

CENIN / COSEV - Coordenação do Sistema Eletrônico de Votação

Página 8 de 11





**Congresso Nacional**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Relação de Presença na Sessão (Deputados)**

Data: 06/05/2022

Hora: 18:23

Número: 17

	Partido	Bloco
<b>SÃO PAULO</b>		
Tabata Amaral	PSB	
Vanderlei Macris	PSDB	
Vicentinho	PT	
Vinicius Carvalho	Republican	
Vinicius Poit	Novo	
Vitor Lippi	PSDB	
<b>Presentes de São Paulo : 63</b>		
<b>MATO GROSSO</b>		
Dr. Leonardo	Republican	
Emanuel Pinheiro Neto	MDB	
José Medeiros	PL	
Juarez Costa	MDB	
Nelson Barbudo	PL	
Neri Geller	PP	
Professora Rosa Neide	PT	
Valtenir Pereira	MDB	
<b>Presentes de Mato Grosso : 8</b>		
<b>DISTRITO FEDERAL</b>		
Bia Kicis	PL	
Erika Kokay	PT	
Flávia Arruda	PL	
Julio Cesar Ribeiro	Republican	
Luis Miranda	Republican	
Paula Belmonte	Cidadania	
Professor Israel Batista	PSB	
<b>Presentes de Distrito Federal : 7</b>		
<b>GOIÁS</b>		
Adriano do Baldy	PP	
Alcides Rodrigues	Patriota	
Célio Silveira	MDB	
Delegado Waldir	União	
Dr. Zacharias Calil	União	
Elias Vaz	PSB	
Flávia Moraes	PDT	
Francisco Jr.	PSD	
Glaustin da Fokus	PSC	
João Campos	Republican	
Jose Mario Schreiner	MDB	
José Nelto	PP	
Magda Mofatto	PL	
Professor Alcides	PL	
Rubens Otoni	PT	
Vitor Hugo	PL	
<b>Presentes de Goiás : 16</b>		
<b>MATO GROSSO DO SUL</b>		
Beto Pereira	PSDB	
Dr. Luiz Ovando	PP	
Fábio Trad	PSD	
Loester Trutis	PL	
Rose Modesto	PSDB	
Tereza Cristina	PP	
Vander Loubet	PT	
<b>Presentes de Mato Grosso do Sul : 7</b>		





**Congresso Nacional**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Relação de Presença na Sessão (Deputados)**

Data: 06/05/2022

Hora: 18:23

Número: 17

	Partido	Bloco
<b>PARANÁ</b>		
Aiel Machado	PV	
Aroldo Martins	Republican	
Christiane de Souza Yared	PP	
Diego Garcia	Republican	
Enio Verri	PT	
Felipe Francischini	União	
Filipe Barros	PL	
Giacobo	PL	
Gleisi Hoffmann	PT	
Gustavo Fruet	PDT	
Hermes Parcianello	MDB	
Leandre	PSD	
Luciano Ducci	PSB	
Luisa Canziani	PSD	
Luiz Nishimori	PSD	
Luizão Goulart	Solidaried	
Ney Leprevost	União	
Osmar Serraglio	PP	
Paulo Eduardo Martins	PL	
Pedro Lupion	PP	
Ricardo Barros	PP	
Rossoni	PSDB	
Rubens Bueno	Cidadania	
Sandro Alex	PSD	
Sargento Fahur	PSD	
Sergio Souza	MDB	
Toninho Wandscheer	PROS	
Vermelho	PL	
Zeca Dirceu	PT	
<b>Presentes de Paraná : 29</b>		
<b>SANTA CATARINA</b>		
Angela Amin	PP	
Carlos Chiodini	MDB	
Carmen Zanotto	Cidadania	
Caroline de Toni	PL	
Celso Maldaner	MDB	
Coronel Armando	PL	
Daniel Freitas	PL	
Darci de Matos	PSD	
Fabio Schiochet	União	
Geovania de Sá	PSDB	
Gilson Marques	Novo	
Hélio Costa	PSD	
Pedro Uczai	PT	
Ricardo Guidi	PSD	
Rodrigo Coelho	Podemos	
Rogério Peninha Mendonça	MDB	
<b>Presentes de Santa Catarina : 16</b>		





**Congresso Nacional**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Relação de Presença na Sessão (Deputados)**

Data: 06/05/2022

Hora: 18:23

Número: 17

	Partido	Bloco
<b>RIO GRANDE DO SUL</b>		
Afonso Hamm	PP	
Afonso Motta	PDT	
Alceu Moreira	MDB	
Bibo Nunes	PL	
Bohn Gass	PT	
Carlos Gomes	Republican	
Covatti Filho	PP	
Daniel Trzeciak	PSDB	
Danrlei de Deus Hinterholz	PSD	
Fernanda Melchionna	PSOL	
Giovani Cherini	PL	
Giovani Feltes	MDB	
Heitor Schuch	PSB	
Henrique Fontana	PT	
Jerônimo Goergen	PP	
Liziane Bayer	Republican	
Lucas Redecker	PSDB	
Marcel van Hattem	Novo	
Márcio Biolchi	MDB	
Marcon	PT	
Maria do Rosário	PT	
Marlon Santos	PL	
Maurício Dziedricki	Podemos	
Onyx Lorenzoni	PL	
Osmar Terra	MDB	
Paulo Pimenta	PT	
Pedro Westphalen	PP	
Pompeo de Mattos	PDT	
Sanderson	PL	
<b>Presentes de Rio Grande do Sul : 29</b>		



# **MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 13<sup>a</sup> SESSÃO**

## **DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA**

**Vetos n<sup>OS</sup> 25, 33, 36, 46, 48, 58, 60, 62, 63,  
65, 66, 67 e 71/2021; e 5, 9, 11, 12, 13, 14  
e 15/2022**





**DECLARAÇÃO ESCRITA DE VOTO****VETO PARCIAL 11/2022 (DISP. 001 a 193, 195 a 198, 200 a 235 – LOA 2022)**

Senhor do Presidente do Congresso Nacional,

Requeiro nos termos dos arts. 45 e 151 do Regimento Comum (Resolução nº 01/1970-CN) c/c arts. 293, II e 316 do Regimento Interno do Senado Federal (Resolução nº 93/1970- SF), DECLARO QUE, na votação nominal do Veto Parcial 11/2022 (DISP. 001 a 193, 195 a 198, 200 a 235 – LOA 2022), realizada na 13ª Sessão Conjunta (Semipresencial), no dia 28/04/2022, votei SIM.

Sala das Sessões, em 28 de abril 2022.

  
Deputado LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Liderança do Republicanos

---

A Sua Excelência o Senhor  
Senador **RODRIGO PACHECO**  
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Brasília, 29 de abril de 2022

Senhor Presidente,

Ao cumprimenta-lo, cordialmente, venho pelo presente solicitar que sejam abonadas as ausências nas votações de ontem, 28/04, quinta-feira, dos Deputados do Republicanos abaixo relacionados, em razão de problemas de conexão ao Sistema de Deliberação Remoto – SDR.

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA – 28/04 – às  
12:30

1. VETO Nº 11 DE 2022 - DISPOSITIVOS 194 E 199 - LOA  
2022

Alex Santana

Aline Gurgel

Diego Garcia

João Campos

Léo Motta

Marcelo Nilo

Márcio Marinho

Nivaldo Albuquerque

Roberto de Lucena

Silas Câmara

Vavá Martins



Wilson Santiago

2. VETO Nº 11 DE 2022 - DISP. 001 A 193, 195 A 198, 200  
A 235 - LOA 2022

Alê Silva

Alex Santana

Aline Gurgel

Diego Garcia

Gil Cutrim

João Campos

Léo Motta

Marcelo Nilo

Marina Santos

Milton Vieira

Nivaldo Albuquerque

Silas Câmara

Silvio Costa Filho

Vavá Martins

Wilson Santiago

3. VETO Nº 25 DE 2021 - DISPOSITIVOS 001 A 005 -  
MARCO LEGAL DAS "STARTUPS"

Alex Santana

Aline Gurgel

Aroldo Martins

Diego Garcia

Jhonatan de Jesus

Léo Motta

Liziane Bayer

Marcelo Nilo

Márcio Marinho

Milton Vieira

Ricardo Izar

Silas Câmara



Vavá Martins

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente,

Deputado **Vinicius Carvalho**

Líder do REPUBLICANOS





# CONGRESSO NACIONAL

## REQUERIMENTO (CN) Nº 51, DE 2022

Destaque para votação em separado referente ao VET nº 66/2021.

**AUTORIA:** Líder do PSD Antonio Brito (PSD/BA)



[Página da matéria](#)





CONGRESSO NACIONAL

RQN  
00051/2022REQUERIMENTO DE DESTAQUE DE VETO  
(BANCADA DO PSD NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

CD/22676.36764-00

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 106-D, I, do Regimento Comum do Congresso Nacional, **Destaque do Veto Parcial nº 66/2021**, (origem: PLP Nº 134 de 2019 - Certificação das entidades beneficentes e regulação dos procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social), **dispositivos 003 e 005 a 015**, constante na Ordem do Dia.

Sala das Sessões, 27 de abril de 2022

Deputado Antonio Brito  
Líder da Bancada do PSD na Câmara dos Deputados

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Antonio Brito  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD226763676400>

Página 2 de 2

Avulso do RQN 51/2022



\*CD226763676400\* LexEdit





# CONGRESSO NACIONAL

## REQUERIMENTO (CN) Nº 52, DE 2022

Destaque para votação em separado referente ao VET nº 11/2022.

**AUTORIA:** Líder do PSD Antonio Brito (PSD/BA)



[Página da matéria](#)





CONGRESSO NACIONAL

RQN  
00052/2022REQUERIMENTO DE DESTAQUE DE VETO  
(BANCADA DO PSD NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 106-D, I, do Regimento Comum do Congresso Nacional, **Destaque do Veto Parcial nº 11/2022**, (origem: PLN Nº 19/2021 - LOA 2022), **dispositivo 014**, constante na Ordem do Dia.

. 11.22.014 - Dotação - RP: 2/ Unidade: 40201 – INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL / Classificação funcional-programática: 09.122.0032.2000.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 153 (Volume IV) (Ocultar texto do dispositivo vetado)

ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE – NACIONAL

R\$ 709.840.000,00

Sala das Sessões, 27 de abril de 2022

Deputado Antonio Brito  
Líder da Bancada do PSD na Câmara dos Deputados



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Antonio Brito  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221858170500>



CD/22185.81705-00



\*CD221858170500\* LexEdit







# CONGRESSO NACIONAL

## REQUERIMENTO (CN) Nº 53, DE 2022

Destaque para votação em separado referente ao VET nº 11/2022.

**AUTORIA:** Deputado Federal Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS/SP)



[Página da matéria](#)



**RQN**  
**00053/2022**



CONGRESSO NACIONAL

**DESTAQUE DE BANCADA**  
**(REPUBLICANOS)**



CD/22967.80502-00

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 106-D do Regimento Comum, **destaque para votação em separado das emendas de autoria das comissões em RP: 8, constantes dos itens 11.22.194 e 11.22.199 do veto 11, de 2022, item 16 da pauta** da sessão do Congresso Nacional de 28 de abril de 2022.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 2022.

Deputado Vinícius Carvalho  
Líder do REPUBLICANOS



Página 2 de 2

Avulso do RQN 53/2022

Para verificar a assinatura, acesse <https://tribereg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229678050200>



exEdit

\*CD229678050200\*





# CONGRESSO NACIONAL

## REQUERIMENTO (CN) Nº 54, DE 2022

Destaque para votação em separado referente ao VET nº 25/2021.

**AUTORIA:** Líder do PL Carlos Portinho (PL/)



[Página da matéria](#)



**RQN**  
**00054/2022**CONGRESSO NACIONAL  
Liderança do PartidoLiberal**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 106-D do Regimento Comum do Congresso Nacional, destaque, para apreciação no painel eletrônico, dos itens 25.21.001 a 25.21.004 do VET 25/2021.

Sala das Sessões, 27 de abril de 2022.

**Senador Carlos Portinho**  
**(PL - RJ)**  
**Líder do PartidoLiberal**

SF/22770.41129-74 (LexEdit)





# CONGRESSO NACIONAL

## REQUERIMENTO (CN) Nº 55, DE 2022

Destaque para votação em separado referente ao VET nº 67/2021.

**AUTORIA:** Líder do PL Carlos Portinho (PL/)



[Página da matéria](#)



**RQN**  
**00055/2022**CONGRESSO NACIONAL  
Liderança do Partido Liberal**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 106-D do Regimento Comum do Congresso Nacional, destaque, para apreciação no painel eletrônico, dos itens 67.21.018 a 67.21.026 do VET 67/2021.

Sala das Sessões, 27 de abril de 2022.

**Senador Carlos Portinho**  
**(PL - RJ)**  
**Líder do Partido Liberal**

SF/22952.05147-83 (LexEdit)





# CONGRESSO NACIONAL

## REQUERIMENTO (CN) Nº 56, DE 2022

Destaque para votação em separado referente ao VET nº 65/2021.

**AUTORIA:** Deputado Federal Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS/SP)



[Página da matéria](#)



**RQN**  
**00056/2022**



CONGRESSO NACIONAL

**DESTAQUE DE BANCADA**  
**(REPUBLICANOS)**



CD/22592.75544-00

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 106-D do Regimento Comum, **destaque para apreciação no painel eletrônico do Veto 65/2021 (todos os dispositivos) – item 10** da pauta da sessão do Congresso Nacional de 28 de abril de 2022.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 2022.

Deputado Vinícius Carvalho  
Líder do REPUBLICANOS



Página 2 de 2

Avulso do RQN 56/2022

Para verificar a assinatura, acesse <https://imobreg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225927554400>



exEdit

\*CD225927554400\*







# CONGRESSO NACIONAL

## REQUERIMENTO (CN) Nº 57, DE 2022

Destaque para votação em separado referente ao VET nº 9/2022.

**AUTORIA:** Deputado Federal Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS/SP)



[Página da matéria](#)



**RQN**  
**00057/2022**



**CONGRESSO NACIONAL**

**DESTAQUE DE BANCADA**  
**(REPUBLICANOS)**



CD/22549.36973-00

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 106-D do Regimento Comum, **destaque para apreciação no painel eletrônico do Veto 9/2022 (dispositivos 09.22.001 e 09.22.002) – item 15** da pauta da sessão do Congresso Nacional de 28 de abril de 2022.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 2022.

Deputado Vinícius Carvalho  
Líder do REPUBLICANOS



Página 2 de 2

Avulso do RQN 57/2022

Para verificar a assinatura, acesse <https://tribunereg-autenticidade-assinatura.camara.reg.br/CD225493697300>



exEdit

\*CD225493697300\*





# CONGRESSO NACIONAL

## REQUERIMENTO (CN) Nº 58, DE 2022

Destaque para votação em separado referente ao VET nº 36/2021.

**AUTORIA:** Líder do PSOL Sâmia Bomfim (PSOL/SP)



[Página da matéria](#)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade  
Assessoria de Plenário

**RQN**  
**00058/2022**

**REQUERIMENTO DE DESTAQUE**

Sr. Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 106-D do Regimento Comum do Congresso Nacional, destaque para apreciação no Painel Eletrônico dos dispositivos nº 36.21.001; 36.21.002; 36.21.003; 36.21.004; 36.21.005; 36.21.006; 36.21.007; 36.21.008; 36.21.011; 36.21.012; 36.21.013; e 36.21.014, constantes do Veto nº 36 de 2021.

Sala das Sessões, em 27 de março de 2022

---

Deputada SÂMIA BOMFIM  
Líder do PSOL



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223636202400>





# CONGRESSO NACIONAL

## REQUERIMENTO (CN) Nº 59, DE 2022

Destaque para votação em separado referente ao VET nº 5/2022.

**AUTORIA:** Líder do PSOL Sâmia Bomfim (PSOL/SP)



[Página da matéria](#)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade  
Assessoria de Plenário

**RQN**  
**00059/2022**

**REQUERIMENTO DE DESTAQUE**

Sr. Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 106-D do Regimento Comum do Congresso Nacional, destaque para apreciação no Painel Eletrônico do Veto nº 5 de 2022 (itens 05.22.001 a 05.22.003).

Sala das Sessões, em 27 de março de 2022

---

Deputada SÂMIA BOMFIM  
Líder do PSOL



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229160668200>





# CONGRESSO NACIONAL

## REQUERIMENTO (CN) Nº 60, DE 2022

Destaque para votação em separado referente ao VET nº 71/2021.

**AUTORIA:** Líder do PSDB Izalci Lucas (PSDB/DF)



[Página da matéria](#)



**RQN**  
**00060/2022**



SENADO FEDERAL  
Gabinete da Liderança do PSDB

## REQUERIMENTO Nº

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 106-D, inciso II, alínea b, do Regimento Comum do Congresso Nacional, destaque, para votação em separado, do VETO 71/2021.

Atenciosamente,

Senador **IZALCI LUCAS**  
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor  
Senador **RODRIGO PACHECO**  
Presidente do Congresso Nacional







# CONGRESSO NACIONAL

## REQUERIMENTO (CN) Nº 61, DE 2022

Destaque para votação sem separado referente ao VET nº 9/2022.

**AUTORIA:** Líder do PSDB Izalci Lucas (PSDB/DF)



[Página da matéria](#)



**RQN**  
**00061/2022**



SENADO FEDERAL  
Gabinete da Liderança do PSDB

## REQUERIMENTO Nº

SF/22316.64300-05

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 106-D, inciso II, alínea b, do Regimento Comum do Congresso Nacional, destaque, para votação em separado dos Itens 09.22.001 e 09.22.002 do VETO 09/2022.

Atenciosamente,

Senador **IZALCI LUCAS**  
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor  
Senador **RODRIGO PACHECO**  
Presidente do Congresso Nacional





# CONGRESSO NACIONAL

## REQUERIMENTO (CN) Nº 62, DE 2022

Destaque para votação sem separado referente ao VET nº 25/2021.

**AUTORIA:** Líder do PSDB Izalci Lucas (PSDB/DF)



[Página da matéria](#)



**RQN**  
**00062/2022**



SENADO FEDERAL  
Gabinete da Liderança do PSDB

## REQUERIMENTO Nº

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 106-D, inciso II, alínea b, do Regimento Comum do Congresso Nacional, destaque para votação em separado do VETO 25/2021.

Atenciosamente,

Senador **IZALCI LUCAS**  
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor  
Senador **RODRIGO PACHECO**  
Presidente do Congresso Nacional





# CONGRESSO NACIONAL

## REQUERIMENTO (CN) Nº 63, DE 2022

Destaque para votação sem separado referente ao VET nº 67/2021.

**AUTORIA:** Líder do PSDB Izalci Lucas (PSDB/DF)



[Página da matéria](#)



**RQN**  
**00063/2022**



SENADO FEDERAL  
Gabinete da Liderança do PSDB

## REQUERIMENTO Nº

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 106-D, inciso II, alínea b, do Regimento Comum do Congresso Nacional, destaque, para votação em separado dos Itens 67.21.002 ao 67.21.12 do VETO 67/2021.

Atenciosamente,

Senador **IZALCI LUCAS**  
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor  
Senador **RODRIGO PACHECO**  
Presidente do Congresso Nacional





# CONGRESSO NACIONAL

## REQUERIMENTO (CN) Nº 64, DE 2022

Destaque para votação sem separado referente ao VET nº 46/2021.

**AUTORIA:** Líder do PT Paulo Rocha (PT/PA)



[Página da matéria](#)



**RQN**  
**00064/2022**

# CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_, de 2022-CN

## DESTAQUE DE BANCADA (PT)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional:

Requeiro a V.Exa., nos termos do Art. 106-D,II, do Regimento Comum do Congresso Nacional, destaque para votação em separado do **Veto Parcial nº 46 de 2021 - Lei de Segurança Nacional e Crimes contra o Estado Democrático de Direito.**

Sala das Sessões, 28 de abril de 2022.

**Senador PAULO ROCHA**

**Líder do PT**







# CONGRESSO NACIONAL

## REQUERIMENTO (CN) Nº 65, DE 2022

Destaque para votação sem separado referente ao VET nº 33/2021.

**AUTORIA:** Líder do PT Paulo Rocha (PT/PA)



[Página da matéria](#)



**RQN**  
**00065/2022**



# CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_, de 2022-CN

## DESTAQUE DE BANCADA (PT)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional:

Requeiro a V.Exa., nos termos do Art. 106-D,II, do Regimento Comum do Congresso Nacional, destaque para votação em separado do **Veto Total nº 33 de 2021, Inclusão do lúpus e da epilepsia na lista de doenças com benefícios da Previdência Social.**

Sala das Sessões, 28 de abril de 2022.

**Senador PAULO ROCHA**

**Líder do PT**





# CONGRESSO NACIONAL

## REQUERIMENTO (CN) Nº 66, DE 2022

Destaque para votação sem separado referente ao VET nº 48/2021.

**AUTORIA:** Líder do PT Paulo Rocha (PT/PA)



[Página da matéria](#)



**RQN**  
**00066/2022**



# CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_, de 2022-CN

## DESTAQUE DE BANCADA (PT)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional:

Requeiro a V.Exa., nos termos do Art. 106-D,II, do Regimento Comum do Congresso Nacional, destaque para votação em separado do **Veto Total nº 48 de 2021, Quebra de patentes de vacinas e remédios para combate à pandemia de Covid-19.**

Sala das Sessões, 28 de abril de 2022.

**Senador PAULO ROCHA**

**Líder do PT**



SF/22545.85659-69





# CONGRESSO NACIONAL

## REQUERIMENTO (CN) Nº 67, DE 2022

Destaque para votação sem separado referente ao VET nº 67/2021.

**AUTORIA:** Líder do PT Paulo Rocha (PT/PA)



[Página da matéria](#)



**RQN**  
**00067/2022**

# CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_, de 2022-CN

## DESTAQUE DE BANCADA (PT)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional:

Requeiro a V.Exa., nos termos do Art. 106-D,II, do Regimento Comum do Congresso Nacional, destaque para votação em separado dos **dispositivos 67.21.001 a 67.21.037 do Veto Total nº 67 de 2021 - Marco Legal das Ferrovias**.

Sala das Sessões, 28 de abril de 2022.

**Senador PAULO ROCHA**

**Líder do PT**





# CONGRESSO NACIONAL

## REQUERIMENTO (CN) Nº 68, DE 2022

Destaque para votação sem separado referente ao VET nº 36/2021.

**AUTORIA:** Líder do PT Reginaldo Lopes (PT/MG)



[Página da matéria](#)



**RQN**  
**00068/2022****C O N G R E S S O   N A C I O N A L****REQUERIMENTO DE DESTAQUE DE VETO**  
**(BANCADA DO PT NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)**

Senhor Presidente:

Requeremos, nos termos do Artigo 106-D, I, do Regimento Comum do Congresso Nacional, **destaque** do Veto 36/2021.

Sala das Sessões, 28 de abril de 2022.

Dep. REGINALDO LOPES

Líder do PT

Dep. ARLINDO CHINAGLIA

Dep. AFONSO FLORENCE



CD/22195.59173-00



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221955917300>



\*CD221955917300\*







# CONGRESSO NACIONAL

## REQUERIMENTO (CN) Nº 69, DE 2022

Destaque para votação sem separado referente ao VET nº 62/2021.

**AUTORIA:** Líder do PT Reginaldo Lopes (PT/MG)



[Página da matéria](#)



**RQN**  
**00069/2022**



**C O N G R E S S O   N A C I O N A L**

**REQUERIMENTO DE DESTAQUE DE VETO**  
**(BANCADA DO PT NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)**



CD/22234.43770-00

Senhor Presidente:

Requeremos, nos termos do Artigo 106-D, I, do Regimento Comum do Congresso Nacional, **destaque** do Veto 62/2021.

Sala das Sessões, 28 de abril de 2022.

Dep. REGINALDO LOPES

Líder do PT

Dep. ARLINDO CHINAGLIA

Dep. AFONSO FLORENCE



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222344377000>



\* C D 2 2 2 3 4 4 3 7 7 0 0 \*





# CONGRESSO NACIONAL

## REQUERIMENTO (CN) Nº 70, DE 2022

Destaque para votação sem separado referente ao VET nº 11/2022.

**AUTORIA:** Líder do PT Reginaldo Lopes (PT/MG)



[Página da matéria](#)



**RQN**  
**00070/2022**



**C O N G R E S S O   N A C I O N A L**

**REQUERIMENTO DE DESTAQUE DE VETO**  
**(BANCADA DO PT NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)**

Senhor Presidente:

Requeremos, nos termos do Artigo 106-D, I, do Regimento Comum do Congresso Nacional, **destaque** do Veto 11/2022.

Sala das Sessões, 28 de abril de 2022.

Dep. REGINALDO LOPES

Líder do PT

Dep. ARLINDO CHINAGLIA

Dep. AFONSO FLORENCE



CD/22266.30144-00



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222663014400>



\*CD222663014400\*





# CONGRESSO NACIONAL

## REQUERIMENTO (CN) Nº 71, DE 2022

Destaque para votação sem separado referente ao VET nº 9/2022.

**AUTORIA:** Líder do PT Reginaldo Lopes (PT/MG)



[Página da matéria](#)



**RQN**  
**00071/2022**



**C O N G R E S S O   N A C I O N A L**

**REQUERIMENTO DE DESTAQUE DE VETO**  
**(BANCADA DO PT NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)**

Senhor Presidente:

Requeremos, nos termos do Artigo 106-D, I, do Regimento Comum do Congresso Nacional, **destaque** do Veto 9/2022.

Sala das Sessões, 28 de abril de 2022.

Dep. REGINALDO LOPES

Líder do PT

Dep. ARLINDO CHINAGLIA

Dep. AFONSO FLORENCE



CD/22331.79928-00



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223317992800>



\* C D 2 2 3 3 1 7 9 9 2 8 0 0 \*





# CONGRESSO NACIONAL

## REQUERIMENTO (CN) Nº 72, DE 2022

Destaque para votação sem separado referente ao VET nº 66/2021.

**AUTORIA:** Líder do PT Reginaldo Lopes (PT/MG)



[Página da matéria](#)



**RQN**  
**00072/2022**



**C O N G R E S S O   N A C I O N A L**

**REQUERIMENTO DE DESTAQUE DE VETO**  
**(BANCADA DO PT NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)**

Senhor Presidente:

Requeremos, nos termos do Artigo 106-D, I, do Regimento Comum do Congresso Nacional, **destaque** do Veto 66/2021.

Sala das Sessões, 28 de abril de 2022.

Dep. REGINALDO LOPES

Líder do PT

Dep. ARLINDO CHINAGLIA

Dep. AFONSO FLORENCE



CD/22536.93081-00



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225369308100>



\*CD225369308100\*







# CONGRESSO NACIONAL

## REQUERIMENTO (CN) Nº 73, DE 2022

Destaque para votação sem separado referente ao VET nº 58/2021.

**AUTORIA:** Líder do PT Reginaldo Lopes (PT/MG)



[Página da matéria](#)



**RQN**  
**00073/2022**



**C O N G R E S S O   N A C I O N A L**

**REQUERIMENTO DE DESTAQUE DE VETO**  
**(BANCADA DO PT NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)**

Senhor Presidente:

Requeremos, nos termos do Artigo 106-D, I, do Regimento Comum do Congresso Nacional, **destaque** do Veto 58/2021.

Sala das Sessões, 28 de abril de 2022.

Dep. REGINALDO LOPES

Líder do PT

Dep. ARLINDO CHINAGLIA

Dep. AFONSO FLORENCE



CD/22559.92557-00



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225599255700>



\*CD225599255700\*





# CONGRESSO NACIONAL

## REQUERIMENTO (CN) Nº 74, DE 2022

Destaque para votação sem separado referente ao VET nº 11/2022.

**AUTORIA:** Líder do PROS Weliton Prado (PROS/MG)



[Página da matéria](#)





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Liderança do Partido Republicano da Ordem Social - PROS**

**RQN**  
**00074/2022**

**DESTAQUE DE BANCADA**  
**PROS**

*Requer Destaque para Votação em Separado (art. 50 e art. 106-D do RCCN)*

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 50 e 106-D do Regimento Comum do Congresso Nacional, **DESTAQUE PARA VOTAÇÃO EM SEPARADO** dos itens 11.22.090 e 11.22.091 do Veto Parcial nº 11, de 2022 – PLOA 2022 (**itens 11.22.090 e 11.22.091**).

**11.22.090**

*Dotação - RP: 8/ Unidade: 26443 – EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES / Classificação funcional-programática: 12.302.5013.4086.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 8/ Fonte: 186 (Volume V)*

*FUNCIONAMENTO E GESTÃO DE INSTITUIÇÕES HOSPITALARES FEDERAIS – NACIONAL R\$ 90.000.000,00*

**Emenda originária de Comissão - 60040007**

**11.22.091**

*Dotação - RP: 8/ Unidade: 26443 – EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES / Classificação funcional-programática: 12.302.5013.4086.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 8/ Fonte: 100 (Volume V)*

*FUNCIONAMENTO E GESTÃO DE INSTITUIÇÕES HOSPITALARES FEDERAIS – NACIONAL R\$ 10.000.000,00*

**Emenda originária de Comissão - 60040007**

Sala das Sessões, 28 de abril de 2022.

Deputado **WELITON PRADO**  
Líder do PROS na Câmara dos Deputados

Para encaminhar a favor do Destaque: **Dep Weliton Prado (PROS/MG)**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Weliton Prado  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222796160300>



CD/22279.61603-00



\*CD222796160300\* LexEdit





Congresso Nacional

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Lexor - Sistemas de Leis Orçamentárias

PLN 19/2021 - Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2022

**Avulso de Emendas**

TIPO AUTOR	TIPO DE EMENDA	EMENDA
Comissão	REMANEJAMENTO	60040007
EMENTA		
Emenda nº 3 - Remanejamento - 20RX		
MODALIDADE DE EMENDA		
Comissão		
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		
20 - Orçamento da Seguridade Social		
ÁREA DE GOVERNO		
15 - Educação		
MODALIDADE DE INTERVENÇÃO	TIPO DE REALIZAÇÃO	
444 - Reestruturação e Modernização	435 - Hospital Universitario	

CD/22279.61603-00

**ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO**

ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
26000 - Ministério da Educação	26443 - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

<b>FUNCIONAL PROGRAMÁTICA</b>	<b>12.302.5013.20RX.</b>
FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO
12 - Educação	302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial
PROGRAMA	
5013 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	
AÇÃO	
20RX - Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - REHUF	
SUBTÍTULO	
- Nacional	
LOCALIDADE BENEFICIADA	COMPLEMENTO DA LOCALIDADE
9000000 - Nacional	

ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	META	QTD META A ALTERAR
Instituição apoiada (unidade)	0	1.000

GND	MODALIDADE DE APLICAÇÃO	RP	em R\$ 1,00 ACRÉSCIMO
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplicações Diretas	8	100.000.000
<b>TOTAL:</b>			<b>100.000.000</b>

**CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS**

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MODALIDADE DE APLICAÇÃO	ID	RP	em R\$ 1,00 CANCELAMENTO
000003181	186	3 Outras Despesas Correntes	90 Aplicações Diretas	8	2	40.000.000
000003183	100	3 Outras Despesas Correntes	90 Aplicações Diretas	8	2	10.000.000
000003186	186	3 Outras Despesas Correntes	50 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	8	2	50.000.000
<b>TOTAL:</b>						<b>100.000.000</b>

**JUSTIFICATIVA**

A presente emenda de remanejamento se faz necessário levando em consideração o momento único de saúde vivido no país, assim, intenciona-se o reforço orçamentário para Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais

<b>A</b>	<b>EMENDA</b>	<b>TIPO AUTOR</b>
6	Educação, Cultura e Esporte	Comissão Senado Federal
	Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Weliton Prado	
	Para verificar a assinatura, acesse <a href="https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222796160300">https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222796160300</a>	

Página 3 de 4

Avulso do RQN 74/2022

\*CD222796160300\*

eXEdit



**Congresso Nacional - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**Relatoria Geral - Alterações da Proposta Orçamentária da União para 2022  
Emendas à Despesa Coletivas Aprovadas e Aprovadas Parcialmente por Autor

Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das Estatais (Valores em R\$1,00)

Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das Estados (Rubricas em R\$1,00)											
Emenda	Unidade Orçamentária	Funcional Programática	Ação + Subtítulo	E S F	F N T	G N D	M N A	R P	Relatório Setorial	Acréscimo/ Cancelamento	Relatório Geral
Autor: Com. Educação, Cultura e Esporte											
60040004	55101 - Ministério da Cidadania - Administração Direta	27.812.5026.00SL.0001	Apoio à Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer / Nacional	F	100	4	30	8	15.800	23.384.000	23.399.800
				F	100	4	40	8	34.200	50.616.000	50.650.200
									50.000	74.000.000	74.050.000
60040005	26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	12.368.5011.0E53.0001	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola / Nacional	F	100	4	40	8	10.000.000	0	10.000.000
									10.000.000	0	10.000.000
60040006	26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	12.368.5011.0509.0001	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica / Nacional	F	113	3	40	8	100.000.000	0	100.000.000
									100.000.000	0	100.000.000
60040007	26443 - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares	12.302.5013.4086.0001	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais / Nacional	S	100	3	90	8	10.000.000	0	10.000.000
				S	186	3	90	8	90.000.000	0	90.000.000
									100.000.000	0	100.000.000
60040008	55101 - Ministério da Cidadania - Administração Direta	27.812.5026.00SL.0001	Apoio à Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer / Nacional	F	100	4	40	8	5.000.000	0	5.000.000
									5.000.000	0	5.000.000
Total Autor:									235.050.000	104.000.000	339.050.000
Autor: Com. Esporte											
50060001	55101 - Ministério da Cidadania - Administração Direta	27.811.5026.20YA.0001	Preparação de Atletas e Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento / Nacional	F	100	3	30	8	50.000	0	50.000
									50.000	0	50.000
50060002	55101 - Ministério da Cidadania - Administração Direta	27.812.5026.20JP.0001	Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos e Eventos de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social / Nacional	F	100	3	90	8	50.000	20.000.000	20.050.000
									50.000	20.000.000	20.050.000
50060003	55101 - Ministério da Cidadania - Administração Direta	27.812.5026.00SL.0001	Apoio à Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer / Nacional	F	100	4	30	8	10.000	0	10.000
				F	100	4	40	8	40.000	0	40.000
									50.000	0	50.000
50060004	55101 - Ministério da Cidadania - Administração Direta	27.811.5026.20JO.0001	Promoção e Apoio ao Desenvolvimento do Futebol Masculino e Feminino e Defesa dos Direitos do Torcedor / Nacional	F	100	3	90	2	50.000	-50.000	0
				F	100	3	90	8	0	50.000	50.000
									50.000	0	50.000
50060005	55101 - Ministério da Cidadania - Administração Direta	27.812.5026.00SL.0001	Apoio à Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer / Nacional	F	118	4	30	8	2.250.000	0	2.250.000
				F	118	4	40	8	2.750.000	0	2.750.000
									5.000.000	0	5.000.000
Total Autor:									5.200.000	20.000.000	25.200.000





# CONGRESSO NACIONAL

## REQUERIMENTO (CN) Nº 75, DE 2022

Destaque para votação sem separado referente ao VET nº 60/2021.

**AUTORIA:** Líder do PCdoB Renildo Calheiros (PCdoB/PE)



[Página da matéria](#)



**RQN**  
**00075/2022**



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**LIDERANÇA DO PCdoB**

Brasília, 28 de abril de 2022

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para a votação em separado do Veto Total 60/2021.

Inscrever favorável.

Respeitosamente,

Renildo Calheiros (PCdoB - PE)  
Líder







# CONGRESSO NACIONAL

## REQUERIMENTO (CN) Nº 76, DE 2022

Destaque para votação em separado referente ao VET nº 25/2021.

**AUTORIA:** Líder do NOVO Tiago Mitraud (NOVO/MG)



[Página da matéria](#)



**RQN**  
**00076/2022**

CD/22981.21882-00

## REQUERIMENTO DE DESTAQUE

Requeiro, nos termos do art. 106-D, inciso I, alínea “a” do Regimento Comum do Congresso Nacional, **destaque de bancada para votação em separado** dos vetos parciais 25.21.001 a 25.21.005.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 2021

**DEP. TIAGO MITRAUD**  
**(NOVO/MG)**  
**Líder do Partido NOVO**

\* C D 2 2 9 8 1 2 1 8 8 2 0 0 \*



Página 2 de 2

Avulso do RQN 76/2022

Para verificar a assinatura, acesse <https://imileg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229812188200>





# CONGRESSO NACIONAL

## REQUERIMENTO (CN) Nº 77, DE 2022

Destaque para votação em separado referente ao VET nº 58/2021.

**AUTORIA:** Deputado Federal Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS/SP)



[Página da matéria](#)



**RQN**  
**00077/2022**



CONGRESSO NACIONAL

**DESTAQUE DE BANCADA**  
**(REPUBLICANOS)**



CD/22411.81719-00

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 106-D do Regimento Comum, **destaque para apreciação no painel eletrônico do Veto 58/2021 – item 6** da pauta da sessão do Congresso Nacional de 28 de abril de 2022.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 2022.

Deputado Vinícius Carvalho  
Líder do REPUBLICANOS



Página 2 de 2

Avulso do RQN 77/2022

Para verificar a assinatura, acesse <https://m10reg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CDZZ4118171900>



exEdit

\*CD224118171900\*





# CONGRESSO NACIONAL

## REQUERIMENTO (CN) Nº 78, DE 2022

Destaque para votação em separado referente ao VET nº 11/2022.

**AUTORIA:** Líder do PP Mailza Gomes (PP/)



[Página da matéria](#)



**RQN**  
**00078/2022****SENADO FEDERAL**  
**GABINETE DA SENADORA MAILZA GOMES****REQUERIMENTO Nº DE 2022 – CN**

Requeiro, em nome da bancada do Progressistas, nos termos do art. 106-D, inc. II, do Regimento Comum, destaque dos itens 11.22.121, 11.22.122, 11.22.123, 11.22.129, do **Veto Parcial nº 11, de 2022**, aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 19 de 2021, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022".

Sala das Sessões,

**Senadora MAILZA GOMES**  
**Líder do Progressistas**





# CONGRESSO NACIONAL

## REQUERIMENTO (CN) Nº 79, DE 2022

Destaque para votação em separado referente ao VET nº 36/2021.

**AUTORIA:** Líder do PSB Bira do Pindaré (PSB/MA)



[Página da matéria](#)





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
LIDERANÇA DO PSB

RQN  
00079/2022

REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº  
(BANCADA DO PSB)

Requer destaque para votação em separado  
do Veto nº 36, de 2021.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 106-D do Regimento Comum do Congresso Nacional, **destaque para votação em separado do Veto nº 36, de 2021**, constante da pauta da Sessão do Congresso Nacional convocada para o dia 28 de abril de 2022, relativo ao **Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2021**, relativo à **Medida Provisória nº 1.031, de 2021**, que “Dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras); altera as Leis nºs 5.899, de 5 de julho de 1973, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.848, de 15 de março de 2004, 13.182, de 3 de novembro de 2015, 13.203, de 8 de dezembro de 2015, 14.118, de 13 de janeiro de 2021, 9.648, de 27 de maio de 1998, e 9.074, de 7 de julho de 1995; e revoga dispositivos da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961”.

Sala das Sessões, 28 de abril de 2022.

Deputado **BIRA DO PINDARÉ**  
Líder do PSB



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Bira do Pindaré  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220584496900>



CD/22058.44969-00



\*CD220584496900\*  
LexEdit







# CONGRESSO NACIONAL

## REQUERIMENTO (CN) Nº 80, DE 2022

Destaque para votação em separado referente ao VET nº 5/2022.

**AUTORIA:** Líder do PSB Bira do Pindaré (PSB/MA)



[Página da matéria](#)





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
LIDERANÇA DO PSB

RQN  
00080/2022

REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº  
(BANCADA DO PSB)

Requer destaque para votação em separado  
do Veto nº 5, de 2022.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 106-D do Regimento Comum do Congresso Nacional, **destaque para votação em separado do Veto nº 5, de 2022**, constante da pauta da Sessão do Congresso Nacional convocada para o dia 28 de abril de 2022, relativo ao **Projeto de Lei nº 1.665, de 2020**, que "Dispõe sobre medidas de proteção asseguradas ao entregador que presta serviço por intermédio de empresa de aplicativo de entrega durante a vigência da emergência em saúde pública decorrente do coronavírus responsável pela covid-19".

Sala das Sessões, 28 de abril de 2022.

Deputado **BIRA DO PINDARÉ**  
Líder do PSB



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Bira do Pindaré  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD224388795500>



CD/22438.87955-00



\*CD224388795500\*  
LexEdit





# CONGRESSO NACIONAL

## REQUERIMENTO (CN) Nº 81, DE 2022

Destaque para votação em separado referente ao VET nº 9/2022.

**AUTORIA:** Líder do AVANTE Sebastião Oliveira (AVANTE/PE)



[Página da matéria](#)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**RQN**  
**00081/2022**

## DESTAQUE DE BANCADA

*Requer destaque para votação  
em separado.*

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 106-D, inciso I, alínea a, do Regimento Comum do Congresso Nacional, **destaque para votação em separado** do Veto nº9/2022.

Sala de Sessões, em 28 de abril de 2022.

**Deputado Sebastião Oliveira**  
**AVANTE/PE**



CD/22489.57761-00



\*CD224895776100\*



Página 2 de 2

Avulso do RQN 81/2022

Para verificar a assinatura, acesse <https://imobreg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD224895776100>





# CONGRESSO NACIONAL

## REQUERIMENTO (CN) Nº 82, DE 2022

Destaque para votação em separado referente ao VET nº 66/2021.

**AUTORIA:** Líder do PODEMOS Alvaro Dias (PODEMOS/PR)



[Página da matéria](#)



**RQN**  
**00082/2022**



CONGRESSO NACIONAL  
Liderança do Podemos

**REQUERIMENTO Nº DE**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro, em nome da Liderança do Podemos, nos termos do artigo 106-D do Regimento Comum do Congresso Nacional, destaque de bancada para votação em separado do **Veto Parcial nº 66/2021**.

Sala das Sessões, 28 de abril de 2022.

**Senador Alvaro Dias**  
**(PODEMOS - PR)**  
**Líder**



SF/22829.58894-52 (LexEdit\*)





# CONGRESSO NACIONAL

## REQUERIMENTO (CN) Nº 83, DE 2022

Destaque para votação em separado referente ao VET nº 46/2021.

**AUTORIA:** Líder do PP André Fufuca (PP/MA)



[Página da matéria](#)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**RQN**  
**00083/2022****DESTAQUE DE BANCADA**

CD/22716.81768-00

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do Art. 106-D, I e § 1º, do Regimento Comum do Congresso Nacional, destaque para votação em separado no aplicativo Infoleg dos Códigos: **46.21.001, 46.21.002, 46.21.003, 46.21.004, 46.21.005, 46.21.006, 46.21.007 e 46.21.008**, constantes do Veto Parcial nº 46, de 2021, com vistas à rejeição do veto a esses dispositivos.

Sala das Sessões, em        de        de 2022.

Atenciosamente,

**DEPUTADO ANDRE FUFUCA****Líder do Progressistas**

Encaminhamento a favor:

Deputada Margarete Coelho



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Fufuca  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227168176800>



\*CD227168176800\*







# CONGRESSO NACIONAL

## REQUERIMENTO (CN) Nº 84, DE 2022

Destaque para votação em separado referente ao VET nº 11/2022.

**AUTORIA:** Líder do MDB Eduardo Braga (MDB/AM)



[Página da matéria](#)



**RQN**  
**00084/2022**

CONGRESSO NACIONAL

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 106-D do Regimento Comum do Congresso Nacional, destaque, para apreciação no painel eletrônico, dos itens 11.22.074, 11.22.075, 11.22.091, 11.22.194 e 11.22.199 do VET 11/2022.

Sala das Sessões, 28 de abril de 2022.

**Senador Eduardo Braga**  
**Líder do MDB**

SF/22253.66969-70 (LexEdit)





# CONGRESSO NACIONAL

## REQUERIMENTO (CN) Nº 85, DE 2022

Destaque para votação em separado referente ao VET nº 11/2022.

**AUTORIA:** Líder do MDB Eduardo Braga (MDB/AM)



[Página da matéria](#)



**RQN**  
**00085/2022**

CONGRESSO NACIONAL

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 106-D do Regimento Comum do Congresso Nacional, destaque, para apreciação no painel eletrônico, do item 11.22.023 do VET 11/2022.

Sala das Sessões, 28 de abril de 2022.

**Senador Eduardo Braga**  
**Líder do MDB**

SF/22071.35082-68 (LexEdit)





# CONGRESSO NACIONAL

## REQUERIMENTO (CN) Nº 86, DE 2022

Destaque para votação em separado referente ao VET nº 11/2022.

**AUTORIA:** Líder do MDB Eduardo Braga (MDB/AM)



[Página da matéria](#)



**RQN**  
**00086/2022**

CONGRESSO NACIONAL

**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 106-D do Regimento Comum do Congresso Nacional, destaque, para apreciação no painel eletrônico, dos itens 11.22.023, 11.22.074, 11.22.075, 11.22.091, 11.22.194 e 11.22.199 do VET 11/2022.

Sala das Sessões, 28 de abril de 2022.

**Senador Eduardo Braga**  
**Líder do MDB**

SF/22413.35915-41 (LexEdit)





# CONGRESSO NACIONAL

## REQUERIMENTO (CN) Nº 87, DE 2022

Retirada do RQN nº 86/2022.

**AUTORIA:** Líder do MDB Eduardo Braga (MDB/AM)



[Página da matéria](#)



**RQN**  
**00087/2022****CONGRESSO NACIONAL**

## **REQUERIMENTO DE DESTAQUE DE VETO**

### **(Liderança do MDB no Senado Federal)**

  
SF/22634.10115-18

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do Regimento Comum do Congresso Nacional, a RETIRADA do Requerimento de Destaque ao Veto nº 11 de 2022, apresentado pela Liderança do MDB no Senado Federal, registrado no Sedol sob o nº SF/22413.35915-41.

Sala das Sessões,

**EDUARDO BRAGA**

Líder do MDB





Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

Resultado geral da apuração da cédula

**Item 25.21**  
Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 146 de 2019, que "Institui o marco legal das "startups" e do empreendedorismo inovador; e altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006".

Veto Parcial nº 25, de 2021																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
25.21.001	"caput" do art. 7º															Destacado
25.21.002	§ 1º do art. 7º															Destacado
25.21.003	§ 2º do art. 7º															Destacado
25.21.004	§ 3º do art. 7º															Destacado
25.21.005	Inciso V do "caput" do art. 294-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com a redação dada pelo art. 16 do projeto															Destacado



Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

Item 33.21

Veto Total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2009 (nº 7.797/2010, na Câmara dos Deputados), que "Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para incluir o lúpus e a epilepsia na lista de doenças que acarretam dispensa do prazo de carência para concessão dos benefícios de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez".

Veto Total nº 33, de 2021															
Descrição		Câmara dos Deputados						Senado Federal						Resultado	
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)	
33.21	Veto Total nº 33, de 2021	Destacado													



Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

**Item 36.21**

Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2021 (oriundo da MPV nº 1.031/2021), que "Dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras); altera as Leis nºs 5.899, de 5 de julho de 1973, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.848, de 15 de março de 2004, 13.182, de 3 de novembro de 2015, 13.203, de 8 de dezembro de 2015, 14.118, de 13 de janeiro de 2021, 9.648, de 27 de maio de 1998, e 9.074, de 7 de julho de 1995; e revoga dispositivos da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961".

Veto Parcial nº 36, de 2021																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
36.21.001	§ 6º do art. 1º	Destacado														
36.21.002	§ 7º do art. 1º	Destacado														
36.21.003	§ 8º do art. 1º	Destacado														
36.21.004	inciso VII do "caput" do art. 3º	Destacado														
36.21.005	inciso IV do § 1º do art. 5º	Destacado														
36.21.006	§ 8º do art. 6º	Destacado														
36.21.007	inciso VI do § 1º do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com a redação dada pelo art. 15 do projeto	Destacado														
36.21.008	art. 14-A da Lei nº 13.182, de 3 de novembro de 2015, com a redação dada pelo art. 17 do projeto	Destacado														
36.21.011	§ 3º do art. 28	Destacado														
36.21.012	§ 4º do art. 28	Destacado														
36.21.013	§ 5º do art. 28	Destacado														
36.21.014	§ 1º do art. 14 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pelo art. 29 do projeto	Destacado														



Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

Item 46.21

Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 2.108, de 2021 (nº 2.462/1991, na Câmara dos Deputados), que "Acrescenta o Título XII na Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), relativo aos crimes contra o Estado Democrático de Direito; e revoga a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983 (Lei de Segurança Nacional), e dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais)".

Veto Parcial nº 46, de 2021																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
46.21.001	art. 359-O do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, com a redação dada pelo art. 2º do projeto	Destacado														
46.21.002	art. 359-Q do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, com a redação dada pelo art. 2º do projeto	Destacado														
46.21.003	"caput" do art. 359-S do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, com a redação dada pelo art. 2º do projeto	Destacado														
46.21.004	§ 1º do art. 359-S do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, com a redação dada pelo art. 2º do projeto	Destacado														
46.21.005	§ 2º do art. 359-S do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, com a redação dada pelo art. 2º do projeto	Destacado														
46.21.006	inciso I do art. 359-U do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, com a redação dada pelo art. 2º do projeto	Destacado														
46.21.007	inciso II do art. 359-U do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, com a redação dada pelo art. 2º do projeto	Destacado														
46.21.008	inciso III do art. 359-U do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, com a redação dada pelo art. 2º do projeto	Destacado														



Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

Item 48.21

Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 12, de 2021, que "Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 (Lei de Propriedade Industrial), para dispor sobre a licença compulsória de patentes ou de pedidos de patente nos casos de declaração de emergência nacional ou internacional ou de interesse público, ou de reconhecimento de estado de calamidade pública de âmbito nacional".

Veto Parcial nº 48, de 2021																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
48.21.001	§ 8º do art. 71 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, com a redação dada pelo art. 2º do projeto	Destacado														
48.21.002	§ 9º do art. 71 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, com a redação dada pelo art. 2º do projeto	Destacado														
48.21.003	§ 10 do art. 71 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, com a redação dada pelo art. 2º do projeto	Destacado														
48.21.004	§ 17 do art. 71 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, com a redação dada pelo art. 2º do projeto	Destacado														
48.21.005	"caput" do art. 3º	Destacado														
48.21.006	parágrafo único do art. 3º	Destacado														



Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

Item 58.21

Veto Total aposto ao Projeto de Lei nº 2.110, de 2019 (nº 1.559/2015, na Câmara dos Deputados), que "Altera a Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, para conceituar o termo "praça" para os fins que especifica".

Veto Total nº 58, de 2021																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
58.21	Veto Total nº 58, de 2021	Destacado														



Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

Item 60.21

Veto Total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 503, de 2011 (nº 4.261/2012, na Câmara dos Deputados), que "Denomina Rodovia Presidente João Goulart o trecho da rodovia BR-153 compreendido entre o Município de Cachoeira do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, e o Município de Marabá, no Estado do Pará".

Veto Total nº 60, de 2021															
Descrição		Câmara dos Deputados						Senado Federal						Resultado	
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)	
60.21	Veto Total nº 60, de 2021	Destacado													



Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

**Item 62.21**  
Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2016 (nº 5.000/2016, na Câmara dos Deputados, e devolvido ao Senado como SCD nº 3/2018), que "Institui a Política Nacional de Dados e Informações relacionadas à Violência contra as Mulheres (PNAINFO)".

Veto Parcial nº 62, de 2021																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
62.21.001	parágrafo único do art. 1º	Destacado														
62.21.002	"caput" do art. 5º	Destacado														
62.21.003	parágrafo único do art. 5º	Destacado														





Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

Item 63.21

Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 1.605, de 2019, que "Institui o Estatuto da Pessoa com Câncer; e dá outras providências".

Veto Parcial nº 63, de 2021																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
63.21.001	inciso III do art. 7º	117	189	0	7	0	313	313	Não Apreciado							Mantido



Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

**Item 65.21**

Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 6.545, de 2019 (nº 7.535/2017, na Câmara dos Deputados), que "Estabelece incentivos à indústria da reciclagem; e cria o Fundo de Apoio para Ações Voltadas à Reciclagem (Favorecicle) e Fundos de Investimentos para Projetos de Reciclagem (ProRecicle)".

Veto Parcial nº 65, de 2021																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
65.21.001	inciso I do art. 2º															Destacado
65.21.002	inciso II do art. 2º															Destacado
65.21.003	"caput" do art. 3º															Destacado
65.21.004	inciso I do art. 3º															Destacado
65.21.005	inciso II do art. 3º															Destacado
65.21.006	inciso III do art. 3º															Destacado
65.21.007	inciso IV do art. 3º															Destacado
65.21.008	inciso V do art. 3º															Destacado
65.21.009	inciso VI do art. 3º															Destacado
65.21.010	inciso VII do art. 3º															Destacado
65.21.011	inciso VIII do art. 3º															Destacado
65.21.012	"caput" do art. 4º															Destacado
65.21.013	inciso I do "caput" do art. 4º															Destacado
65.21.014	inciso II do "caput" do art. 4º															Destacado
65.21.015	parágrafo único do art. 4º															Destacado
65.21.016	"caput" do art. 5º															Destacado
65.21.017	parágrafo único do art. 5º															Destacado
65.21.018	"caput" do art. 6º															Destacado
65.21.019	inciso I do art. 6º															Destacado
65.21.020	inciso II do art. 6º															Destacado
65.21.021	inciso III do art. 6º															Destacado
65.21.022	inciso IV do art. 6º															Destacado
65.21.023	art. 7º															Destacado



Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

Veto Parcial nº 65, de 2021															
Descrição		Câmara dos Deputados						Senado Federal						Resultado	
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)	
65.21.024	art. 10	Destacado													
65.21.025	art. 11	Destacado													



Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

**Item 66.21**

Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 134 de 2019, que "Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e 9.532, de 10 de dezembro de 1997; revoga a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e dispositivos das Leis nºs 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 12.249, de 11 de junho de 2010; e dá outras providências".

Veto Parcial nº 66, de 2021																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
66.21.001	inciso V do "caput" do art. 7															Destacado
66.21.002	inciso XIII do § 2º do art. 13															Destacado
66.21.003	§ 4º do art. 18															Destacado
66.21.004	§ 3º do art. 25															Destacado
66.21.005	"caput" do art. 28															Destacado
66.21.006	§ 1º do art. 28															Destacado
66.21.007	§ 2º do art. 28															Destacado
66.21.008	§ 3º do art. 28															Destacado
66.21.009	§ 4º do art. 28															Destacado
66.21.010	"caput" do § 6º do art. 31															Destacado
66.21.011	inciso I do § 6º do art. 31															Destacado
66.21.012	inciso II do § 6º do art. 31															Destacado
66.21.013	inciso III do § 6º do art. 31															Destacado
66.21.014	§ 2º do art. 40															Destacado
66.21.015	§ 4º do art. 40															Destacado
66.21.016	parágrafo único do art. 41															Destacado
66.21.017	art. 42															Destacado



Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

**Item 67.21**

Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2018 (nº 3.754/2021, na Câmara dos Deputados), que "Estabelece a Lei das Ferrovias; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e as Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.636, de 15 de maio de 1998, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.257, de 10 de julho de 2001, 10.636, de 30 de dezembro de 2002, 12.815, de 5 de junho de 2013, 12.379, de 6 de janeiro de 2011, e 13.448, de 5 de junho de 2017; e revoga a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973".

Veto Parcial nº 67, de 2021																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
67.21.001	§ 4º do art. 15															Destacado
67.21.002	alínea "e" do inciso II do § 1º do art. 25															Destacado
67.21.003	inciso V do "caput" do art. 27															Destacado
67.21.004	inciso III do "caput" do art. 29															Destacado
67.21.005	inciso IV do "caput" do art. 29															Destacado
67.21.006	§ 2º do art. 36															Destacado
67.21.007	"caput" do art. 38															Destacado
67.21.008	"caput" do § 1º do art. 38															Destacado
67.21.009	inciso I do § 1º do art. 38															Destacado
67.21.010	inciso II do § 1º do art. 38															Destacado
67.21.011	inciso III do § 1º do art. 38															Destacado
67.21.012	§ 2º do art. 38															Destacado
67.21.013	inciso IV do art. 57															Destacado
67.21.014	inciso I do § 1º do art. 58															Destacado
67.21.015	inciso II do § 1º do art. 58															Destacado
67.21.016	§ 3º do art. 58															Destacado
67.21.017	§ 4º do art. 58															Destacado
67.21.018	§ 11 do art. 64															Destacado
67.21.019	"caput" do § 12 do art. 64															Destacado
67.21.020	inciso I do § 12 do art. 64															Destacado
67.21.021	inciso II do § 12 do art. 64															Destacado



Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

Veto Parcial nº 67, de 2021																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
67.21.022	inciso III do § 12 do art. 64	Destacado														
67.21.023	inciso IV do § 12 do art. 64	Destacado														
67.21.024	"caput" do art. 66	Destacado														
67.21.025	§ 1º do art. 66	Destacado														
67.21.026	§ 2º do art. 66	Destacado														
67.21.027	"caput" do art. 67	Destacado														
67.21.028	§ 1º do art. 67	Destacado														
67.21.029	§ 2º do art. 67	Destacado														
67.21.030	§ 3º do art. 67	Destacado														
67.21.031	§ 3º do art. 176-A da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, com a redação dada pelo art. 69 do projeto	Destacado														
67.21.032	"caput" do art. 58 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com a redação dada pelo art. 72 do projeto	Destacado														
67.21.033	§ 1º do art. 58 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com a redação dada pelo art. 72 do projeto	Destacado														
67.21.034	§ 2º do art. 58 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com a redação dada pelo art. 72 do projeto	Destacado														
67.21.035	"caput" do art. 74	Destacado														
67.21.036	inciso VI do "caput" do art. 11 da Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, com a redação dada pelo art. 74 do projeto	Destacado														
67.21.037	§ 4º do art. 11 da Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, com a redação dada pelo art. 74 do projeto	Destacado														
67.21.038	art. 79	Não Apreciado						43	4	0	1	0	48	48	Mantido	



Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

Item 71.21

Veto Total aposto ao Projeto de Lei nº 4.157, de 2019 (nº 7.512/2014, na Câmara dos Deputados e PLC nº 96/2018, no Senado Federal), que "Anistia infrações e anula multas por atraso na entrega da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP)".

Veto Total nº 71, de 2021															
Descrição		Câmara dos Deputados						Senado Federal						Resultado	
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)	
71.21	Veto Total nº 71, de 2021	Destacado													



Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

**Item 05.22**

Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 1.665, de 2020, que "Dispõe sobre medidas de proteção asseguradas ao entregador que presta serviço por intermédio de empresa de aplicativo de entrega durante a vigência da emergência em saúde pública decorrente do coronavírus responsável pela covid-19".

Veto Parcial nº 5, de 2022																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
05.22.001	§ 3º do art. 5º															Destacado
05.22.002	inciso I do art. 6º															Destacado
05.22.003	parágrafo único do art. 7º															Destacado





Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

Item 09.22

Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 5.829, de 2019, que "Institui o marco legal da microgeração e minigeração distribuída, o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) e o Programa de Energia Renovável Social (PERS); altera as Leis nºs 10.848, de 15 de março de 2004, e 9.427, de 26 de dezembro de 1996; e dá outras providências".

Veto Parcial nº 9, de 2022																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
09.22.001	§ 3º do art. 11	Destacado														
09.22.002	parágrafo único do art. 28	Destacado														



Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

**Item 11.22**

Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 19 de 2021, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022".

Veto Parcial nº 11, de 2022																
Descrição		Câmara dos Deputados						Senado Federal						Resultado		
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst		Quorum	Total
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e		(a+b+c+d-e)	
11.22.001	Dotação - RP: 2/ Unidade: 26101 – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 12.122.0032.2000.0053/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 8/ Fonte: 188 (Volume V)	Destacado														
11.22.002	Dotação - RP: 2/ Unidade: 26101 – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 12.122.0032.2000.0053/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 8/ Fonte: 186 (Volume V)	Destacado														
11.22.003	Dotação - RP: 2/ Unidade: 26101 – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 12.363.5012.21B3.0029/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 8/ Fonte: 100 (Volume V)	Destacado														
11.22.004	Dotação - RP: 2/ Unidade: 26290 – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA / Classificação funcional-programática: 12.122.0032.2000.0053/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 8/ Fonte: 188 (Volume V)	Destacado														
11.22.005	Dotação - RP: 2/ Unidade: 26290 – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA / Classificação funcional-programática: 12.122.0032.2000.0053/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 8/ Fonte: 188 (Volume V)	Destacado														
11.22.006	Dotação - RP: 2/ Unidade: 26291 – FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR / Classificação funcional-programática: 12.122.0032.2000.0053/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 8/ Fonte: 188 (Volume V)	Destacado														



Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

Veto Parcial nº 11, de 2022																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal						Resultado	
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum		Total
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
11.22.007	Dotação - RP: 2/ Unidade: 26298 – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO / Classificação funcional-programática: 12.122.0032.2000.0053/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 8/ Fonte: 188 (Volume V)	Destacado														
11.22.008	Dotação - RP: 2/ Unidade: 26298 – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO / Classificação funcional-programática: 12.368.5011.0509.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 8/ Fonte: 100 (Volume V)	Destacado														
11.22.009	Dotação - RP: 2/ Unidade: 26298 – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO / Classificação funcional-programática: 12.368.5011.20RP.0052/ GND: 3/ Modalidade: 30/ ID USO: 8/ Fonte: 113 (Volume V)	Destacado														
11.22.010	Dotação - RP: 2/ Unidade: 26298 – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO / Classificação funcional-programática: 12.363.5012.21B4.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 8/ Fonte: 100 (Volume V)	Destacado														
11.22.011	Dotação - RP: 2/ Unidade: 26298 – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO / Classificação funcional-programática: 12.364.5013.0048.0029/ GND: 3/ Modalidade: 30/ ID USO: 8/ Fonte: 100 (Volume V)	Destacado														
11.22.012	Dotação - RP: 2/ Unidade: 40101 – MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 04.122.0032.2000.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 188 (Volume IV)	Destacado														



Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

Veto Parcial nº 11, de 2022															
Descrição		Câmara dos Deputados						Senado Federal						Resultado	
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)	
11.22.013	Dotação - RP: 2/ Unidade: 40101 – MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 11.126.2213.21AZ.0001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado													
11.22.014	Dotação - RP: 2/ Unidade: 40201 – INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL / Classificação funcional-programática: 09.122.0032.2000.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 153 (Volume IV)	Destacado													
11.22.015	Dotação - RP: 2/ Unidade: 40201 – INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL / Classificação funcional-programática: 09.126.2214.2292.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 153 (Volume IV)	Destacado													
11.22.016	Dotação - RP: 2/ Unidade: 40201 – INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL / Classificação funcional-programática: 09.665.2214.2563.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 153 (Volume IV)	Destacado													
11.22.017	Dotação - RP: 2/ Unidade: 40201 – INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL / Classificação funcional-programática: 09.271.2214.2591.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 153 (Volume IV)	Destacado													
11.22.018	Dotação - RP: 2/ Unidade: 41101 – MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 24.126.2205.20V8.7009/ GND: 4/ Modalidade: 91/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado													
11.22.019	Dotação - RP: 2/ Unidade: 52101 – MINISTÉRIO DA DEFESA – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 05.244.6011.1211.0166/ GND: 3/ Modalidade: 40/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado													



Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

Veto Parcial nº 11, de 2022																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
11.22.020	Dotação - RP: 2/ Unidade: 52101 – MINISTÉRIO DA DEFESA – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 05.244.6011.1211.0166/ GND: 3/ Modalidade: 40/ ID USO: 0/ Fonte: 188 (Volume IV)	Destacado														
11.22.021	Dotação - RP: 2/ Unidade: 52121 – COMANDO DO EXÉRCITO / Classificação funcional-programática: 05.153.6012.7XT4.0001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.022	Dotação - RP: 2/ Unidade: 53101 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 19.691.2217.7W59.0054/ GND: 4/ Modalidade: 30/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.023	Dotação - RP: 2/ Unidade: 53101 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 15.244.2217.00SX.7002/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.024	Dotação - RP: 2/ Unidade: 53101 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 15.244.2217.00SX.7023/ GND: 4/ Modalidade: 30/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.025	Dotação - RP: 2/ Unidade: 53101 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 15.451.2219.00T1.0981/ GND: 4/ Modalidade: 40/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														



Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

Veto Parcial nº 11, de 2022																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal						Resultado	
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum		Total
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
11.22.026	Dotação - RP: 2/ Unidade: 53201 – COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF / Classificação funcional-programática: 15.244.2217.00SX.7026/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.027	Dotação - RP: 2/ Unidade: 53201 – COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF / Classificação funcional-programática: 15.244.2217.00SX.7017/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 188 (Volume IV)	Destacado														
11.22.028	Dotação - RP: 2/ Unidade: 53201 – COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF / Classificação funcional-programática: 15.244.2217.00SX.7017/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.029	Dotação - RP: 2/ Unidade: 53201 – COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF / Classificação funcional-programática: 15.244.2217.00SX.7017/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 188 (Volume IV)	Destacado														
11.22.030	Dotação - RP: 2/ Unidade: 53201 – COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF / Classificação funcional-programática: 15.244.2217.00SX.7017/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														



Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

Veto Parcial nº 11, de 2022															
Descrição		Câmara dos Deputados						Senado Federal						Resultado	
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)	
11.22.031	Dotação - RP: 2/ Unidade: 53201 – COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF / Classificação funcional-programática: 15.244.2217.00SX.7026/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 188 (Volume IV)														Destacado
11.22.032	Dotação - RP: 2/ Unidade: 53201 – COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF / Classificação funcional-programática: 18.544.2221.109J.7001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 188 (Volume IV)														Destacado
11.22.033	Dotação - RP: 2/ Unidade: 53201 – COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF / Classificação funcional-programática: 18.544.2221.109J.7001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)														Destacado
11.22.034	Dotação - RP: 2/ Unidade: 53202 – SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA / Classificação funcional-programática: 15.451.2219.00T1.0211/ GND: 4/ Modalidade: 40/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)														Destacado
11.22.035	Dotação - RP: 2/ Unidade: 53202 – SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA / Classificação funcional-programática: 15.451.2219.00T1.0211/ GND: 4/ Modalidade: 40/ ID USO: 0/ Fonte: 188 (Volume IV)														Destacado
11.22.036	Dotação - RP: 2/ Unidade: 54101 – MINISTÉRIO DO TURISMO – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 23.695.2223.10V0.1751/ GND: 4/ Modalidade: 40/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)														Destacado



Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

Veto Parcial nº 11, de 2022																
Descrição		Câmara dos Deputados						Senado Federal						Resultado		
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst		Quorum	Total
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e		(a+b+c+d-e)	
11.22.037	Dotação - RP: 2/ Unidade: 55101 – MINISTÉRIO DA CIDADANIA – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 08.244.5032.20R9.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 153 (Volume IV)	Destacado														
11.22.038	Dotação - RP: 2/ Unidade: 55901 – FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / Classificação funcional-programática: 08.244.5031.219G.0211/ GND: 3/ Modalidade: 41/ ID USO: 0/ Fonte: 188 (Volume IV)	Destacado														
11.22.039	Dotação - RP: 2/ Unidade: 55901 – FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / Classificação funcional-programática: 08.244.5031.219G.0211/ GND: 3/ Modalidade: 41/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.040	Dotação - RP: 2/ Unidade: 55901 – FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / Classificação funcional-programática: 08.244.5031.219G.0211/ GND: 4/ Modalidade: 41/ ID USO: 0/ Fonte: 188 (Volume IV)	Destacado														
11.22.041	Dotação - RP: 2/ Unidade: 55901 – FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / Classificação funcional-programática: 08.244.5031.219G.0211/ GND: 3/ Modalidade: 40/ ID USO: 0/ Fonte: 188 (Volume IV)	Destacado														
11.22.042	Dotação - RP: 2/ Unidade: 55901 – FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / Classificação funcional-programática: 08.244.5031.219G.0211/ GND: 4/ Modalidade: 41/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.043	Dotação - RP: 8/ Unidade: 20118 – AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA – ABIN / Classificação funcional-programática: 04.183.4002.2684.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.044	Dotação - RP: 8/ Unidade: 20118 – AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA – ABIN / Classificação funcional-programática: 04.183.4002.2684.0001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														





Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

Veto Parcial nº 11, de 2022																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
11.22.045	Dotação - RP: 8/ Unidade: 22101 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 20.608.1031.210V.0001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.046	Dotação - RP: 8/ Unidade: 22101 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 20.541.1031.8593.0001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.047	Dotação - RP: 8/ Unidade: 22101 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 20.608.1031.210V.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.048	Dotação - RP: 8/ Unidade: 22101 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 20.541.1031.8593.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.049	Dotação - RP: 8/ Unidade: 22101 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 20.608.1031.20ZV.0001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.050	Dotação - RP: 8/ Unidade: 22101 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 20.127.1040.211C.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														



Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

Veto Parcial nº 11, de 2022																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
11.22.051	Dotação - RP: 8/ Unidade: 22201 – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA / Classificação funcional-programática: 21.631.1040.210Z.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.052	Dotação - RP: 8/ Unidade: 22201 – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA / Classificação funcional-programática: 21.631.1040.211A.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.053	Dotação - RP: 8/ Unidade: 22202 – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA / Classificação funcional-programática: 20.573.2203.8924.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.054	Dotação - RP: 8/ Unidade: 22202 – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA / Classificação funcional-programática: 20.573.2203.8924.0001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.055	Dotação - RP: 8/ Unidade: 22202 – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA / Classificação funcional-programática: 20.572.2203.20Y6.0001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.056	Dotação - RP: 8/ Unidade: 22202 – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA / Classificação funcional-programática: 20.572.2203.20Y6.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														



Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

Veto Parcial nº 11, de 2022																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
11.22.057	Dotação - RP: 8/ Unidade: 24101 – MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 19.571.2204.20V7.0001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.058	Dotação - RP: 8/ Unidade: 24101 – MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 19.571.2204.20V7.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.059	Dotação - RP: 8/ Unidade: 24101 – MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 19.572.2208.20UQ.0001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.060	Dotação - RP: 8/ Unidade: 24101 – MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 19.572.2208.20V6.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.061	Dotação - RP: 8/ Unidade: 24101 – MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 19.572.2208.20V6.0001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.062	Dotação - RP: 8/ Unidade: 24101 – MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 19.572.2208.20UQ.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														



Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

Veto Parcial nº 11, de 2022															
Descrição		Câmara dos Deputados						Senado Federal						Resultado	
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)	
11.22.063	Dotação - RP: 8/ Unidade: 24201 – CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO / Classificação funcional-programática: 19.571.2204.20US.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)														Destacado
11.22.064	Dotação - RP: 8/ Unidade: 24201 – CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO / Classificação funcional-programática: 19.571.2204.00LV.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)														Destacado
11.22.065	Dotação - RP: 8/ Unidade: 25103 – SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL / Classificação funcional-programática: 04.125.0032.2237.0001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)														Destacado
11.22.066	Dotação - RP: 8/ Unidade: 25103 – SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL / Classificação funcional-programática: 04.125.0032.2237.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)														Destacado
11.22.067	Dotação - RP: 8/ Unidade: 26101 – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 12.364.5013.15R3.0001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 8/ Fonte: 188 (Volume V)														Destacado
11.22.068	Dotação - RP: 8/ Unidade: 26101 – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 12.364.5013.15R3.0001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 8/ Fonte: 100 (Volume V)														Destacado
11.22.069	Dotação - RP: 8/ Unidade: 26271 – FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA / Classificação funcional-programática: 12.364.5013.20GK.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 8/ Fonte: 188 (Volume V)														Destacado



Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

Veto Parcial nº 11, de 2022																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
11.22.070	Dotação - RP: 8/ Unidade: 26298 – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO / Classificação funcional-programática: 12.368.5011.20RP.0001/ GND: 3/ Modalidade: 30/ ID USO: 8/ Fonte: 113 (Volume V)	Destacado														
11.22.071	Dotação - RP: 8/ Unidade: 26298 – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO / Classificação funcional-programática: 12.368.5011.20RP.0001/ GND: 4/ Modalidade: 40/ ID USO: 8/ Fonte: 113 (Volume V)	Destacado														
11.22.072	Dotação - RP: 8/ Unidade: 26298 – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO / Classificação funcional-programática: 12.368.5011.20RP.0001/ GND: 3/ Modalidade: 40/ ID USO: 8/ Fonte: 113 (Volume V)	Destacado														
11.22.073	Dotação - RP: 8/ Unidade: 26298 – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO / Classificação funcional-programática: 12.368.5011.20RP.0001/ GND: 4/ Modalidade: 30/ ID USO: 8/ Fonte: 113 (Volume V)	Destacado														
11.22.074	Dotação - RP: 8/ Unidade: 26298 – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO / Classificação funcional-programática: 12.368.5011.0E53.0001/ GND: 4/ Modalidade: 40/ ID USO: 8/ Fonte: 100 (Volume V)	Destacado														
11.22.075	Dotação - RP: 8/ Unidade: 26298 – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO / Classificação funcional-programática: 12.368.5011.0509.0001/ GND: 3/ Modalidade: 40/ ID USO: 8/ Fonte: 113 (Volume V)	Destacado														



Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

Veto Parcial nº 11, de 2022																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal						Resultado	
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum		Total
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
11.22.076	Dotação - RP: 8/ Unidade: 26298 – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO / Classificação funcional-programática: 12.368.5011.0509.0001/ GND: 3/ Modalidade: 30/ ID USO: 8/ Fonte: 113 (Volume V)	Destacado														
11.22.077	Dotação - RP: 8/ Unidade: 26298 – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO / Classificação funcional-programática: 12.368.5011.0509.0001/ GND: 4/ Modalidade: 30/ ID USO: 8/ Fonte: 113 (Volume V)	Destacado														
11.22.078	Dotação - RP: 8/ Unidade: 26298 – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO / Classificação funcional-programática: 12.368.5011.0509.0001/ GND: 4/ Modalidade: 40/ ID USO: 8/ Fonte: 113 (Volume V)	Destacado														
11.22.079	Dotação - RP: 8/ Unidade: 26298 – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO / Classificação funcional-programática: 12.368.5011.0509.0001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 8/ Fonte: 113 (Volume V)	Destacado														
11.22.080	Dotação - RP: 8/ Unidade: 26298 – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO / Classificação funcional-programática: 12.366.5011.214V.0001/ GND: 3/ Modalidade: 40/ ID USO: 8/ Fonte: 113 (Volume V)	Destacado														
11.22.081	Dotação - RP: 8/ Unidade: 26298 – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO / Classificação funcional-programática: 12.368.5011.0509.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 8/ Fonte: 113 (Volume V)	Destacado														



Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

Veto Parcial nº 11, de 2022																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal						Resultado	
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum		Total
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
11.22.082	Dotação - RP: 8/ Unidade: 26298 – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO / Classificação funcional-programática: 12.363.5012.21B4.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 8/ Fonte: 188 (Volume V)	Destacado														
11.22.083	Dotação - RP: 8/ Unidade: 26298 – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO / Classificação funcional-programática: 12.363.5012.21B4.0001/ GND: 4/ Modalidade: 30/ ID USO: 8/ Fonte: 100 (Volume V)	Destacado														
11.22.084	Dotação - RP: 8/ Unidade: 26298 – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO / Classificação funcional-programática: 12.363.5012.21B4.0001/ GND: 4/ Modalidade: 30/ ID USO: 8/ Fonte: 188 (Volume V)	Destacado														
11.22.085	Dotação - RP: 8/ Unidade: 26298 – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO / Classificação funcional-programática: 12.363.5012.21B4.0001/ GND: 3/ Modalidade: 30/ ID USO: 8/ Fonte: 100 (Volume V)	Destacado														
11.22.086	Dotação - RP: 8/ Unidade: 26298 – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO / Classificação funcional-programática: 12.363.5012.21B4.0001/ GND: 3/ Modalidade: 30/ ID USO: 8/ Fonte: 188 (Volume V)	Destacado														
11.22.087	Dotação - RP: 8/ Unidade: 26298 – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO / Classificação funcional-programática: 12.363.5012.21B4.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 8/ Fonte: 100 (Volume V)	Destacado														



Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

Veto Parcial nº 11, de 2022																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
11.22.088	Dotação - RP: 8/ Unidade: 26298 – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO / Classificação funcional-programática: 12.363.5012.21B4.0001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 8/ Fonte: 100 (Volume V)	Destacado														
11.22.089	Dotação - RP: 8/ Unidade: 26298 – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO / Classificação funcional-programática: 12.363.5012.21B4.0001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 8/ Fonte: 188 (Volume V)	Destacado														
11.22.090	Dotação - RP: 8/ Unidade: 26443 – EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES / Classificação funcional-programática: 12.302.5013.4086.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 8/ Fonte: 186 (Volume V)	Destacado														
11.22.091	Dotação - RP: 8/ Unidade: 26443 – EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES / Classificação funcional-programática: 12.302.5013.4086.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 8/ Fonte: 100 (Volume V)	Destacado														
11.22.092	Dotação - RP: 8/ Unidade: 30101 – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 06.122.0032.2000.7029/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.093	Dotação - RP: 8/ Unidade: 30101 – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 14.422.5015.2334.0001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.094	Dotação - RP: 8/ Unidade: 30101 – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 14.422.5015.2334.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														





Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

Veto Parcial nº 11, de 2022																
Descrição		Câmara dos Deputados						Senado Federal						Resultado		
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst		Quorum	Total
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e		(a+b+c+d-e)	
11.22.095	Dotação - RP: 8/ Unidade: 30202 – FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI / Classificação funcional-programática: 14.125.0617.20UF.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.096	Dotação - RP: 8/ Unidade: 30202 – FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI / Classificação funcional-programática: 14.125.0617.20UF.0001/ GND: 5/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.097	Dotação - RP: 8/ Unidade: 30202 – FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI / Classificação funcional-programática: 14.423.0617.21BO.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.098	Dotação - RP: 8/ Unidade: 30202 – FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI / Classificação funcional-programática: 14.423.0617.21BO.0001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.099	Dotação - RP: 8/ Unidade: 32101 – MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 25.752.3001.2E75.0001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.100	Dotação - RP: 8/ Unidade: 32101 – MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 25.754.3003.2E91.0001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.101	Dotação - RP: 8/ Unidade: 32101 – MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 25.754.3003.2E91.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														



Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

Veto Parcial nº 11, de 2022																
Descrição		Câmara dos Deputados						Senado Federal						Resultado		
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst		Quorum	Total
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e		(a+b+c+d-e)	
11.22.102	Dotação - RP: 8/ Unidade: 32202 – COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM / Classificação funcional-programática: 22.663.3002.213Y.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.103	Dotação - RP: 8/ Unidade: 32202 – COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM / Classificação funcional-programática: 22.663.3002.213Y.0001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.104	Dotação - RP: 8/ Unidade: 35101 – MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 07.691.2216.20WZ.0002/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.105	Dotação - RP: 8/ Unidade: 35101 – MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 07.211.2216.20WW.0002/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.106	Dotação - RP: 8/ Unidade: 36201 – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ / Classificação funcional-programática: 10.571.5020.21BF.0001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 6/ Fonte: 153 (Volume IV)	Destacado														
11.22.107	Dotação - RP: 8/ Unidade: 36201 – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ / Classificação funcional-programática: 10.128.5021.20YD.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 6/ Fonte: 153 (Volume IV)	Destacado														
11.22.108	Dotação - RP: 8/ Unidade: 36211 – FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE / Classificação funcional-programática: 10.511.2222.21C9.0001/ GND: 4/ Modalidade: 40/ ID USO: 6/ Fonte: 153 (Volume IV)	Destacado														



Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

Veto Parcial nº 11, de 2022																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
11.22.109	Dotação - RP: 8/ Unidade: 36901 – FUNDO NACIONAL DE SAÚDE / Classificação funcional-programática: 10.302.5018.8535.0001/ GND: 4/ Modalidade: 41/ ID USO: 6/ Fonte: 153 (Volume IV)	Destacado														
11.22.110	Dotação - RP: 8/ Unidade: 36901 – FUNDO NACIONAL DE SAÚDE / Classificação funcional-programática: 10.302.5018.2E90.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 6/ Fonte: 153 (Volume IV)	Destacado														
11.22.111	Dotação - RP: 8/ Unidade: 36901 – FUNDO NACIONAL DE SAÚDE / Classificação funcional-programática: 10.302.5018.8535.0001/ GND: 4/ Modalidade: 31/ ID USO: 6/ Fonte: 153 (Volume IV)	Destacado														
11.22.112	Dotação - RP: 8/ Unidade: 36901 – FUNDO NACIONAL DE SAÚDE / Classificação funcional-programática: 10.301.5019.8581.0001/ GND: 4/ Modalidade: 41/ ID USO: 6/ Fonte: 153 (Volume IV)	Destacado														
11.22.113	Dotação - RP: 8/ Unidade: 36901 – FUNDO NACIONAL DE SAÚDE / Classificação funcional-programática: 10.301.5019.21CE.7000/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 6/ Fonte: 153 (Volume IV)	Destacado														
11.22.114	Dotação - RP: 8/ Unidade: 36901 – FUNDO NACIONAL DE SAÚDE / Classificação funcional-programática: 10.125.5021.8708.0001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 6/ Fonte: 153 (Volume IV)	Destacado														
11.22.115	Dotação - RP: 8/ Unidade: 39252 – DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT / Classificação funcional-programática: 26.121.0032.20UC.0001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														



Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

Veto Parcial nº 11, de 2022																
Descrição		Câmara dos Deputados						Senado Federal						Resultado		
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst		Quorum	Total
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e		(a+b+c+d-e)	
11.22.116	Dotação - RP: 8/ Unidade: 39252 – DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT / Classificação funcional-programática: 26.121.0032.20UC.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.117	Dotação - RP: 8/ Unidade: 39252 – DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT / Classificação funcional-programática: 26.784.3005.219Z.6037/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.118	Dotação - RP: 8/ Unidade: 39252 – DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT / Classificação funcional-programática: 26.782.3006.219Z.0050/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.119	Dotação - RP: 8/ Unidade: 39252 – DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT / Classificação funcional-programática: 26.782.3006.219Z.0001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.120	Dotação - RP: 8/ Unidade: 39252 – DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT / Classificação funcional-programática: 26.782.3006.7L92.0548/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 111 (Volume IV)	Destacado														
11.22.121	Dotação - RP: 8/ Unidade: 39252 – DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT / Classificação funcional-programática: 26.782.3006.7XS8.0042/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														



Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

Veto Parcial nº 11, de 2022																
Descrição		Câmara dos Deputados						Senado Federal						Resultado		
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst		Quorum	Total
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e		(a+b+c+d-e)	
11.22.122	Dotação - RP: 8/ Unidade: 39252 – DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT / Classificação funcional-programática: 26.782.3006.7XS9.0042/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.123	Dotação - RP: 8/ Unidade: 39252 – DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT / Classificação funcional-programática: 26.782.3006.7XN3.0040/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.124	Dotação - RP: 8/ Unidade: 39252 – DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT / Classificação funcional-programática: 26.782.3006.7XG6.0054/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.125	Dotação - RP: 8/ Unidade: 39252 – DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT / Classificação funcional-programática: 26.782.3006.7S57.0054/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.126	Dotação - RP: 8/ Unidade: 39252 – DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT / Classificação funcional-programática: 26.782.3006.7N22.0022/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.127	Dotação - RP: 8/ Unidade: 39252 – DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT / Classificação funcional-programática: 26.782.3006.7L92.0548/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														



Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

Veto Parcial nº 11, de 2022																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
11.22.128	Dotação - RP: 8/ Unidade: 39252 – DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT / Classificação funcional-programática: 26.783.3006.14MM.0001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.129	Dotação - RP: 8/ Unidade: 39252 – DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT / Classificação funcional-programática: 26.782.3006.7530.0042/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.130	Dotação - RP: 8/ Unidade: 40101 – MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 11.126.2213.21AZ.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.131	Dotação - RP: 8/ Unidade: 40101 – MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 11.126.2213.21AZ.0001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.132	Dotação - RP: 8/ Unidade: 40101 – MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 11.125.2213.20YU.0001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.133	Dotação - RP: 8/ Unidade: 40101 – MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 11.125.2213.20YU.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														



Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

Veto Parcial nº 11, de 2022																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
11.22.134	Dotação - RP: 8/ Unidade: 40901 – FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR / Classificação funcional-programática: 11.333.2210.20Z1.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.135	Dotação - RP: 8/ Unidade: 40901 – FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR / Classificação funcional-programática: 11.571.2213.20YY.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.136	Dotação - RP: 8/ Unidade: 41101 – MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 24.126.2205.20V8.0001/ GND: 4/ Modalidade: 91/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.137	Dotação - RP: 8/ Unidade: 41101 – MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 24.126.2205.15UK.0001/ GND: 3/ Modalidade: 50/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.138	Dotação - RP: 8/ Unidade: 41101 – MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 24.126.2205.20V8.0001/ GND: 3/ Modalidade: 91/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.139	Dotação - RP: 8/ Unidade: 41260 – TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS / Classificação funcional-programática: 24.722.2205.15UI.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.140	Dotação - RP: 8/ Unidade: 41260 – TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS / Classificação funcional-programática: 24.722.2205.15UI.0001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														



Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

Veto Parcial nº 11, de 2022																
Descrição		Câmara dos Deputados						Senado Federal						Resultado		
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst		Quorum	Total
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e		(a+b+c+d-e)	
11.22.141	Dotação - RP: 8/ Unidade: 44101 – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 18.541.1041.2E87.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.142	Dotação - RP: 8/ Unidade: 44101 – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 18.541.1041.21A8.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.143	Dotação - RP: 8/ Unidade: 44101 – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 18.542.1043.21A9.0001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.144	Dotação - RP: 8/ Unidade: 44201 – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA / Classificação funcional-programática: 18.542.1041.214O.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.145	Dotação - RP: 8/ Unidade: 44201 – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA / Classificação funcional-programática: 18.542.1041.214O.0001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.146	Dotação - RP: 8/ Unidade: 44201 – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA / Classificação funcional-programática: 18.542.6014.214M.0001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.147	Dotação - RP: 8/ Unidade: 44201 – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA / Classificação funcional-programática: 18.542.6014.214M.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														





Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

Veto Parcial nº 11, de 2022																
Descrição		Câmara dos Deputados						Senado Federal						Resultado		
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst		Quorum	Total
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e		(a+b+c+d-e)	
11.22.148	Dotação - RP: 8/ Unidade: 52101 – MINISTÉRIO DA DEFESA – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 05.153.6011.219C.0001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.149	Dotação - RP: 8/ Unidade: 52101 – MINISTÉRIO DA DEFESA – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 05.153.6011.219C.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.150	Dotação - RP: 8/ Unidade: 52101 – MINISTÉRIO DA DEFESA – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 05.151.6012.151S.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.151	Dotação - RP: 8/ Unidade: 52111 – COMANDO DA AERONÁUTICA / Classificação funcional-programática: 05.183.6012.2866.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.152	Dotação - RP: 8/ Unidade: 52111 – COMANDO DA AERONÁUTICA / Classificação funcional-programática: 05.151.6012.14XJ.0001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.153	Dotação - RP: 8/ Unidade: 52111 – COMANDO DA AERONÁUTICA / Classificação funcional-programática: 05.151.6012.14T0.0001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.154	Dotação - RP: 8/ Unidade: 52121 – COMANDO DO EXÉRCITO / Classificação funcional-programática: 05.153.6012.14T5.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.155	Dotação - RP: 8/ Unidade: 52121 – COMANDO DO EXÉRCITO / Classificação funcional-programática: 05.153.6012.14T4.0001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														



Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

Veto Parcial nº 11, de 2022																
Descrição		Câmara dos Deputados						Senado Federal						Resultado		
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst		Quorum	Total
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e		(a+b+c+d-e)	
11.22.156	Dotação - RP: 8/ Unidade: 52121 – COMANDO DO EXÉRCITO / Classificação funcional-programática: 05.153.6012.20XE.0001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.157	Dotação - RP: 8/ Unidade: 52121 – COMANDO DO EXÉRCITO / Classificação funcional-programática: 05.153.6012.14T5.0001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.158	Dotação - RP: 8/ Unidade: 52121 – COMANDO DO EXÉRCITO / Classificação funcional-programática: 05.153.6012.3138.0001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.159	Dotação - RP: 8/ Unidade: 52131 – COMANDO DA MARINHA / Classificação funcional-programática: 05.152.6012.123I.0001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.160	Dotação - RP: 8/ Unidade: 52133 – SECRETARIA DA COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR / Classificação funcional-programática: 05.571.6013.2518.0001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.161	Dotação - RP: 8/ Unidade: 52133 – SECRETARIA DA COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR / Classificação funcional-programática: 05.571.6013.2518.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.162	Dotação - RP: 8/ Unidade: 52931 – FUNDO NAVAL / Classificação funcional-programática: 05.152.6012.21A0.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														



Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

Veto Parcial nº 11, de 2022																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
11.22.163	Dotação - RP: 8/ Unidade: 53101 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 15.244.2217.00SX.7006/ GND: 3/ Modalidade: 40/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.164	Dotação - RP: 8/ Unidade: 53101 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 15.451.2217.00SY.0001/ GND: 4/ Modalidade: 40/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.165	Dotação - RP: 8/ Unidade: 53101 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 15.244.2217.00SX.7011/ GND: 4/ Modalidade: 40/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.166	Dotação - RP: 8/ Unidade: 53101 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 15.451.2217.00SY.0001/ GND: 4/ Modalidade: 30/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.167	Dotação - RP: 8/ Unidade: 53101 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 15.451.2217.00SY.0001/ GND: 3/ Modalidade: 40/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.168	Dotação - RP: 8/ Unidade: 53101 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 15.244.2217.00SX.7005/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														



Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

Veto Parcial nº 11, de 2022																
Descrição		Câmara dos Deputados						Senado Federal						Resultado		
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst		Quorum	Total
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e		(a+b+c+d-e)	
11.22.169	Dotação - RP: 8/ Unidade: 53101 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 15.451.2219.00T1.0001/ GND: 4/ Modalidade: 30/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.170	Dotação - RP: 8/ Unidade: 53101 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 15.453.2219.00T3.0001/ GND: 4/ Modalidade: 40/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.171	Dotação - RP: 8/ Unidade: 53101 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 18.544.2221.20VR.0001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.172	Dotação - RP: 8/ Unidade: 53101 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 17.512.2222.00TO.0001/ GND: 4/ Modalidade: 40/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.173	Dotação - RP: 8/ Unidade: 53101 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 17.512.2222.00TM.0001/ GND: 4/ Modalidade: 40/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.174	Dotação - RP: 8/ Unidade: 53906 – FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – FNHIS / Classificação funcional-programática: 16.451.2220.00TH.0001/ GND: 4/ Modalidade: 30/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														



Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

Veto Parcial nº 11, de 2022																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
11.22.175	Dotação - RP: 8/ Unidade: 53906 – FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – FNHIS / Classificação funcional-programática: 16.451.2220.00TH.0001/ GND: 4/ Modalidade: 40/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.176	Dotação - RP: 8/ Unidade: 54101 – MINISTÉRIO DO TURISMO – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 23.695.2223.218G.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.177	Dotação - RP: 8/ Unidade: 54101 – MINISTÉRIO DO TURISMO – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 23.695.2223.20Y3.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 188 (Volume IV)	Destacado														
11.22.178	Dotação - RP: 8/ Unidade: 54101 – MINISTÉRIO DO TURISMO – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 23.695.2223.10V0.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 188 (Volume IV)	Destacado														
11.22.179	Dotação - RP: 8/ Unidade: 54101 – MINISTÉRIO DO TURISMO – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 23.695.2223.4590.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.180	Dotação - RP: 8/ Unidade: 54101 – MINISTÉRIO DO TURISMO – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 23.695.2223.10V0.0001/ GND: 4/ Modalidade: 40/ ID USO: 0/ Fonte: 188 (Volume IV)	Destacado														
11.22.181	Dotação - RP: 8/ Unidade: 54101 – MINISTÉRIO DO TURISMO – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 23.695.2223.10V0.0001/ GND: 4/ Modalidade: 30/ ID USO: 0/ Fonte: 188 (Volume IV)	Destacado														



Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

Veto Parcial nº 11, de 2022																
Descrição		Câmara dos Deputados						Senado Federal						Resultado		
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst		Quorum	Total
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e		(a+b+c+d-e)	
11.22.182	Dotação - RP: 8/ Unidade: 54101 – MINISTÉRIO DO TURISMO – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 23.695.2223.10V0.0001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.183	Dotação - RP: 8/ Unidade: 54101 – MINISTÉRIO DO TURISMO – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 13.392.5025.211F.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.184	Dotação - RP: 8/ Unidade: 54206 – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL / Classificação funcional-programática: 13.391.5025.20ZH.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 188 (Volume IV)	Destacado														
11.22.185	Dotação - RP: 8/ Unidade: 54206 – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL / Classificação funcional-programática: 13.391.5025.20ZH.0001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.186	Dotação - RP: 8/ Unidade: 54902 – FUNDO NACIONAL DE CULTURA / Classificação funcional-programática: 13.392.5025.20ZF.0001/ GND: 3/ Modalidade: 40/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.187	Dotação - RP: 8/ Unidade: 54902 – FUNDO NACIONAL DE CULTURA / Classificação funcional-programática: 13.392.5025.20ZF.0001/ GND: 3/ Modalidade: 30/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.188	Dotação - RP: 8/ Unidade: 54902 – FUNDO NACIONAL DE CULTURA / Classificação funcional-programática: 13.392.5025.14U2.0001/ GND: 3/ Modalidade: 40/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														



Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

Veto Parcial nº 11, de 2022																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
11.22.189	Dotação - RP: 8/ Unidade: 54902 – FUNDO NACIONAL DE CULTURA / Classificação funcional-programática: 13.392.5025.20ZF.0001/ GND: 4/ Modalidade: 30/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.190	Dotação - RP: 8/ Unidade: 54902 – FUNDO NACIONAL DE CULTURA / Classificação funcional-programática: 13.392.5025.14U2.0001/ GND: 4/ Modalidade: 40/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.191	Dotação - RP: 8/ Unidade: 54902 – FUNDO NACIONAL DE CULTURA / Classificação funcional-programática: 13.392.5025.14U2.0001/ GND: 4/ Modalidade: 30/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.192	Dotação - RP: 8/ Unidade: 54902 – FUNDO NACIONAL DE CULTURA / Classificação funcional-programática: 13.392.5025.20ZF.0001/ GND: 4/ Modalidade: 40/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.193	Dotação - RP: 8/ Unidade: 54902 – FUNDO NACIONAL DE CULTURA / Classificação funcional-programática: 13.392.5025.14U2.0001/ GND: 4/ Modalidade: 40/ ID USO: 0/ Fonte: 188 (Volume IV)	Destacado														
11.22.194	Dotação - RP: 8/ Unidade: 55101 – MINISTÉRIO DA CIDADANIA – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 27.812.5026.00SL.0001/ GND: 4/ Modalidade: 40/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.195	Dotação - RP: 8/ Unidade: 55101 – MINISTÉRIO DA CIDADANIA – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 27.812.5026.00SL.0001/ GND: 4/ Modalidade: 30/ ID USO: 0/ Fonte: 118 (Volume IV)	Destacado														
11.22.196	Dotação - RP: 8/ Unidade: 55101 – MINISTÉRIO DA CIDADANIA – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 27.811.5026.20JO.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														



Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

Veto Parcial nº 11, de 2022																
Descrição		Câmara dos Deputados						Senado Federal						Resultado		
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst		Quorum	Total
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e		(a+b+c+d-e)	
11.22.197	Dotação - RP: 8/ Unidade: 55101 – MINISTÉRIO DA CIDADANIA – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 27.812.5026.20JP.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.198	Dotação - RP: 8/ Unidade: 55101 – MINISTÉRIO DA CIDADANIA – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 27.811.5026.20YA.0001/ GND: 3/ Modalidade: 30/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.199	Dotação - RP: 8/ Unidade: 55101 – MINISTÉRIO DA CIDADANIA – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 27.812.5026.00SL.0001/ GND: 4/ Modalidade: 30/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.200	Dotação - RP: 8/ Unidade: 55101 – MINISTÉRIO DA CIDADANIA – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 08.244.5027.20GG.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 151 (Volume IV)	Destacado														
11.22.201	Dotação - RP: 8/ Unidade: 55101 – MINISTÉRIO DA CIDADANIA – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 11.334.5027.215F.0001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.202	Dotação - RP: 8/ Unidade: 55101 – MINISTÉRIO DA CIDADANIA – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 11.334.5027.215F.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.203	Dotação - RP: 8/ Unidade: 55101 – MINISTÉRIO DA CIDADANIA – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 08.306.5033.2798.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 151 (Volume IV)	Destacado														
11.22.204	Dotação - RP: 8/ Unidade: 55901 – FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / Classificação funcional-programática: 08.244.5031.219G.7019/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 151 (Volume IV)	Destacado														





Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

Veto Parcial nº 11, de 2022																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
11.22.205	Dotação - RP: 8/ Unidade: 55901 – FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / Classificação funcional-programática: 08.244.5031.219G.7019/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 153 (Volume IV)	Destacado														
11.22.206	Dotação - RP: 8/ Unidade: 55901 – FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / Classificação funcional-programática: 08.244.5031.219G.7019/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 153 (Volume IV)	Destacado														
11.22.207	Dotação - RP: 8/ Unidade: 55901 – FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / Classificação funcional-programática: 08.241.5031.00H5.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 151 (Volume IV)	Destacado														
11.22.208	Dotação - RP: 8/ Unidade: 55901 – FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / Classificação funcional-programática: 08.244.5031.219G.7019/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 151 (Volume IV)	Destacado														
11.22.209	Dotação - RP: 8/ Unidade: 55901 – FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / Classificação funcional-programática: 08.244.5031.219F.0001/ GND: 4/ Modalidade: 41/ ID USO: 0/ Fonte: 151 (Volume IV)	Destacado														
11.22.210	Dotação - RP: 8/ Unidade: 55901 – FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / Classificação funcional-programática: 08.244.5031.219F.0001/ GND: 3/ Modalidade: 41/ ID USO: 0/ Fonte: 151 (Volume IV)	Destacado														
11.22.211	Dotação - RP: 8/ Unidade: 55901 – FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / Classificação funcional-programática: 08.244.5031.219E.0001/ GND: 3/ Modalidade: 41/ ID USO: 0/ Fonte: 151 (Volume IV)	Destacado														
11.22.212	Dotação - RP: 8/ Unidade: 55901 – FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / Classificação funcional-programática: 08.244.5031.219G.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 188 (Volume IV)	Destacado														



Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

Veto Parcial nº 11, de 2022																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
11.22.213	Dotação - RP: 8/ Unidade: 55901 – FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / Classificação funcional-programática: 08.244.5031.219G.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 151 (Volume IV)	Destacado														
11.22.214	Dotação - RP: 8/ Unidade: 55901 – FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / Classificação funcional-programática: 08.244.5031.219G.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.215	Dotação - RP: 8/ Unidade: 74908 – RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO FUNDO GERAL DE TURISMO/FUNGETUR – MINISTÉRIO DO TURISMO / Classificação funcional-programática: 23.695.2223.0EC5.0001/ GND: 5/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.216	Dotação - RP: 8/ Unidade: 81101 – MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 14.422.5034.00SN.0001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.217	Dotação - RP: 8/ Unidade: 81101 – MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 14.422.5034.00SN.0001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 188 (Volume IV)	Destacado														
11.22.218	Dotação - RP: 8/ Unidade: 81101 – MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 14.422.5034.21AR.0001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 188 (Volume IV)	Destacado														



Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

Veto Parcial nº 11, de 2022																
Descrição		Câmara dos Deputados						Senado Federal						Resultado		
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst		Quorum	Total
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e		(a+b+c+d-e)	
11.22.219	Dotação - RP: 8/ Unidade: 81101 – MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 14.422.5034.00SN.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 188 (Volume IV)	Destacado														
11.22.220	Dotação - RP: 8/ Unidade: 81101 – MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 14.422.5034.00SO.0001/ GND: 4/ Modalidade: 30/ ID USO: 0/ Fonte: 188 (Volume IV)	Destacado														
11.22.221	Dotação - RP: 8/ Unidade: 81101 – MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 14.422.5034.00SO.0001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 188 (Volume IV)	Destacado														
11.22.222	Dotação - RP: 8/ Unidade: 81101 – MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 14.422.5034.00SO.0001/ GND: 3/ Modalidade: 30/ ID USO: 0/ Fonte: 188 (Volume IV)	Destacado														
11.22.223	Dotação - RP: 8/ Unidade: 81101 – MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 14.422.5034.00SO.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 188 (Volume IV)	Destacado														
11.22.224	Dotação - RP: 8/ Unidade: 81101 – MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 14.422.5034.21AR.0001/ GND: 4/ Modalidade: 30/ ID USO: 0/ Fonte: 188 (Volume IV)	Destacado														



Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

Veto Parcial nº 11, de 2022																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
11.22.225	Dotação - RP: 8/ Unidade: 81101 – MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 14.422.5034.218B.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 188 (Volume IV)	Destacado														
11.22.226	Dotação - RP: 8/ Unidade: 81101 – MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 14.422.5034.218B.0001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 188 (Volume IV)	Destacado														
11.22.227	Dotação - RP: 8/ Unidade: 81101 – MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 14.422.5034.218B.0001/ GND: 3/ Modalidade: 30/ ID USO: 0/ Fonte: 188 (Volume IV)	Destacado														
11.22.228	Dotação - RP: 8/ Unidade: 81101 – MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 14.422.5034.218B.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.229	Dotação - RP: 8/ Unidade: 81101 – MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 14.422.5034.21AR.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.230	Dotação - RP: 8/ Unidade: 81101 – MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 14.422.5034.21AR.0001/ GND: 4/ Modalidade: 30/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														



Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

Veto Parcial nº 11, de 2022																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
11.22.231	Dotação - RP: 8/ Unidade: 81101 – MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 14.422.5034.21AR.0001/ GND: 3/ Modalidade: 30/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.232	Dotação - RP: 8/ Unidade: 81101 – MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS – ADMINISTRAÇÃO DIRETA / Classificação funcional-programática: 14.422.5034.21AR.0001/ GND: 3/ Modalidade: 30/ ID USO: 0/ Fonte: 188 (Volume IV)	Destacado														
11.22.233	Dotação - RP: 8/ Unidade: 83201 – BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN / Classificação funcional-programática: 04.122.4003.20ZA.0001/ GND: 4/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.234	Dotação - RP: 8/ Unidade: 83201 – BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN / Classificação funcional-programática: 04.122.4003.20ZA.0001/ GND: 3/ Modalidade: 91/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														
11.22.235	Dotação - RP: 8/ Unidade: 83201 – BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN / Classificação funcional-programática: 04.122.4003.20ZA.0001/ GND: 3/ Modalidade: 90/ ID USO: 0/ Fonte: 100 (Volume IV)	Destacado														



Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

**Item 12.22**

Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 130, de 2020, que "Veda a divulgação, a publicação ou a disseminação, em redes sociais ou em quaisquer outros meios de divulgação digitais, eletrônicos ou impressos, do registro visual da prática de infração que coloque em risco a segurança no trânsito; e altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro)".

Veto Parcial nº 12, de 2022																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
12.22.001	art. 1º	172	134	1	6	0	313	313	Não Apreciado							Mantido
12.22.002	"caput" do art. 2º	172	134	1	6	0	313	313	Não Apreciado							Mantido
12.22.003	parágrafo único do art. 2º	172	134	1	6	0	313	313	Não Apreciado							Mantido
12.22.004	"caput" do art. 3º	180	126	1	6	0	313	313	Não Apreciado							Mantido
12.22.005	parágrafo único do art. 3º	180	126	1	6	0	313	313	Não Apreciado							Mantido
12.22.006	"caput" do art. 77-F da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, com a redação dada pelo art. 4º do projeto	176	130	1	6	0	313	313	Não Apreciado							Mantido
12.22.007	§ 1º do art. 77-F da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, com a redação dada pelo art. 4º do projeto	176	130	1	6	0	313	313	Não Apreciado							Mantido
12.22.008	§ 2º do art. 77-F da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, com a redação dada pelo art. 4º do projeto	199	107	1	6	0	313	313	Não Apreciado							Mantido
12.22.009	"caput" do § 3º do art. 77-F da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, com a redação dada pelo art. 4º do projeto	184	122	1	6	0	313	313	Não Apreciado							Mantido
12.22.010	inciso I do § 3º do art. 77-F da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, com a redação dada pelo art. 4º do projeto	184	122	1	6	0	313	313	Não Apreciado							Mantido
12.22.011	inciso II do § 3º do art. 77-F da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, com a redação dada pelo art. 4º do projeto	184	122	1	6	0	313	313	Não Apreciado							Mantido
12.22.012	inciso III do § 3º do art. 77-F da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, com a redação dada pelo art. 4º do projeto	184	122	1	6	0	313	313	Não Apreciado							Mantido



Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

Veto Parcial nº 12, de 2022																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
12.22.013	§ 4º do art. 77-F da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, com a redação dada pelo art. 4º do projeto	176	130	1	6	0	313	313	Não Apreciado							Mantido
12.22.014	§ 5º do art. 77-F da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, com a redação dada pelo art. 4º do projeto	184	122	1	6	0	313	313	Não Apreciado							Mantido
12.22.015	§ 6º do art. 77-F da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, com a redação dada pelo art. 4º do projeto	176	130	1	6	0	313	313	Não Apreciado							Mantido
12.22.016	§ 7º do art. 77-F da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, com a redação dada pelo art. 4º do projeto	184	122	1	6	0	313	313	Não Apreciado							Mantido
12.22.017	inciso III do "caput" do art. 261 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, com a redação dada pelo art. 4º do projeto	172	134	1	6	0	313	313	Não Apreciado							Mantido
12.22.018	inciso III do § 1º do art. 261 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, com a redação dada pelo art. 4º do projeto	172	134	1	6	0	313	313	Não Apreciado							Mantido
12.22.019	§ 12 do art. 261 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, com a redação dada pelo art. 4º do projeto	172	134	1	6	0	313	313	Não Apreciado							Mantido
12.22.020	§ 13 do art. 261 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, com a redação dada pelo art. 4º do projeto	172	134	1	6	0	313	313	Não Apreciado							Mantido
12.22.021	inciso IV do "caput" do art. 263 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, com a redação dada pelo art. 4º do projeto	172	134	1	6	0	313	313	Não Apreciado							Mantido
12.22.022	§ 3º art. 263 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, com a redação dada pelo art. 4º do projeto	172	134	1	6	0	313	313	Não Apreciado							Mantido
12.22.023	§ 2º do art. 280 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, com a redação dada pelo art. 4º do projeto	172	134	1	6	0	313	313	Não Apreciado							Mantido
12.22.024	§ 8º do art. 282 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, com a redação dada pelo art. 4º do projeto	172	134	1	6	0	313	313	Não Apreciado							Mantido



Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

Veto Parcial nº 12, de 2022																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
12.22.025	parágrafo único do art. 298 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, com a redação dada pelo art. 4º do projeto	172	134	1	6	0	313	313	Não Apreciado							Mantido





Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

**Item 13.22**

Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 1.208, de 2021, que "Cria o Programa Prioritário Pró-Pesquisa Covid-19 enquanto perdurar a emergência de saúde pública decorrente da pandemia da Covid-19".

Veto Parcial nº 13, de 2022																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
13.22.001	§ 2º do art. 2º	237	69	1	6	0	313	313	Não Apreciado							Mantido
13.22.002	"caput" do art. 3º	237	69	1	6	0	313	313	Não Apreciado							Mantido
13.22.003	"caput" do § 1º do art. 3º	237	69	1	6	0	313	313	Não Apreciado							Mantido
13.22.004	inciso I do § 1º do art. 3º	237	69	1	6	0	313	313	Não Apreciado							Mantido
13.22.005	inciso II do § 1º do art. 3º	237	69	1	6	0	313	313	Não Apreciado							Mantido
13.22.006	inciso III do § 1º do art. 3º	237	69	1	6	0	313	313	Não Apreciado							Mantido
13.22.007	§ 2º do art. 3º	241	65	1	6	0	313	313	Não Apreciado							Mantido
13.22.008	"caput" do art. 4º	237	69	1	6	0	313	313	Não Apreciado							Mantido
13.22.009	inciso I do "caput" do art. 4º	252	54	1	6	0	313	313	Não Apreciado							Mantido
13.22.010	inciso II do "caput" do art. 4º	237	69	1	6	0	313	313	Não Apreciado							Mantido
13.22.011	inciso III do "caput" do art. 4º	237	69	1	6	0	313	313	Não Apreciado							Mantido
13.22.012	§ 1º do art. 4º	237	69	1	6	0	313	313	Não Apreciado							Mantido
13.22.013	§ 2º do art. 4º	237	69	1	6	0	313	313	Não Apreciado							Mantido
13.22.014	"caput" do art. 5º	237	69	1	6	0	313	313	Não Apreciado							Mantido
13.22.015	inciso I do "caput" do art. 5º	237	69	1	6	0	313	313	Não Apreciado							Mantido
13.22.016	inciso II do "caput" do art. 5º	237	69	1	6	0	313	313	Não Apreciado							Mantido
13.22.017	§ 1º do art. 5º	237	69	1	6	0	313	313	Não Apreciado							Mantido
13.22.018	§ 2º do art. 5º	237	69	1	6	0	313	313	Não Apreciado							Mantido
13.22.019	"caput" do art. 6º	252	54	1	6	0	313	313	Não Apreciado							Mantido
13.22.020	§ 1º do art. 6º	249	57	1	6	0	313	313	Não Apreciado							Mantido
13.22.021	§ 2º do art. 6º	249	57	1	6	0	313	313	Não Apreciado							Mantido
13.22.022	art. 7º	264	42	1	6	0	313	313	Não Apreciado							Mantido
13.22.023	inciso I do art. 9º	235	71	1	6	0	313	313	Não Apreciado							Mantido



Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

**Item 14.22**  
Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 3.921, de 2020, que "Institui a Política Nacional de Atenção à Oncologia Pediátrica".

Veto Parcial nº 14, de 2022																	
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado	
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total		
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)			
14.22.001	inciso VI do "caput" do art. 4º	208	96	1	8	0	313	313	Não Apreciado							Mantido	
14.22.002	art. 10	156	148	1	8	0	313	313	Não Apreciado							Mantido	
14.22.003	parágrafo único do art. 12	240	64	1	8	0	313	313	Não Apreciado							Mantido	
14.22.004	"caput" do § 1º do art. 13	236	68	1	8	0	313	313	Não Apreciado							Mantido	
14.22.005	inciso I do § 1º do art. 13	236	68	1	8	0	313	313	Não Apreciado							Mantido	
14.22.006	inciso II do § 1º do art. 13	236	68	1	8	0	313	313	Não Apreciado							Mantido	
14.22.007	inciso III do § 1º do art. 13	236	68	1	8	0	313	313	Não Apreciado							Mantido	
14.22.008	inciso IV do § 1º do art. 13	236	68	1	8	0	313	313	Não Apreciado							Mantido	
14.22.009	inciso V do § 1º do art. 13	237	67	1	8	0	313	313	Não Apreciado							Mantido	
14.22.010	inciso VI do § 1º do art. 13	236	68	1	8	0	313	313	Não Apreciado							Mantido	
14.22.011	inciso VII do § 1º do art. 13	237	66	1	9	0	313	313	Não Apreciado							Mantido	



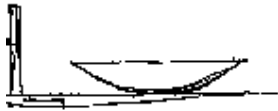
Congresso Nacional  
56ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária  
Sessão Conjunta nº 13 de 28/04/2022 às 10:00h  
Apuração em 28/04/2022 às 14:26h

**Item 15.22**

Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 2.058, de 2021, que "Altera a Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021, para disciplinar o afastamento da empregada gestante, inclusive a doméstica, não imunizada contra o coronavírus SARS-Cov-2 das atividades de trabalho presencial quando a atividade laboral por ela exercida for incompatível com a sua realização em seu domicílio, por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância, nos termos em que especifica".

Veto Parcial nº 15, de 2022																
Descrição		Câmara dos Deputados							Senado Federal							Resultado
		Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	Sim	Não	Abst	Branco	Obst	Quorum	Total	
		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		a	b	c	d	e	(a+b+c+d-e)		
15.22.001	inciso IV do § 3º do art. 1º da Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021, com a redação dada pelo art. 2º do projeto	142	158	1	12	0	313	313	Não Apreciado							Mantido
15.22.002	§ 4º do art. 1º da Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021, com a redação dada pelo art. 2º do projeto	140	160	1	12	0	313	313	Não Apreciado							Mantido
15.22.003	§ 5º do art. 1º da Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021, com a redação dada pelo art. 2º do projeto	140	160	1	12	0	313	313	Não Apreciado							Mantido
15.22.004	art. 3º	150	150	1	12	0	313	313	Não Apreciado							Mantido





**Congresso Nacional**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Lista de Votantes por UF**  
**Câmara dos Deputados**

Data : 06/05/2022  
 Hora : 18:25  
 Número: 18

**56ª LEGISLATURA**  
**QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA**

**Presidente da Casa:**  
 Rodrigo Pacheco - PSD/MG

**Sessão:**

SESSÃO CONJUNTA Nº 013 - 28/04/2022

Abertura Painei: 28/04/2022 08:00

Encerramento Painei: 28/04/2022 17:26

**Proposição:**

VETO Nº 11 DE 2022 - DISPOSITIVOS 194 E 199 -  
 LOA 2022

**Presidiram a Sessão:**

Marcelo Ramos - 12:37  
 General Peternelli - 12:40  
 Marcelo Ramos - 12:45  
 Marcelo Castro - 14:03  
 Marcelo Ramos - 14:04  
 Marcel van Hattem - 16:46  
 Marcelo Ramos - 16:53

Início Votação: 28/04/2022 14:47

Fim Votação: 28/04/2022 15:04

**Presidiram a Votação:**

Marcelo Ramos

**Resultado da Votação**

Sim 26

Não 330

Total da Votação 356

Art. 51 1

Total Quorum 357

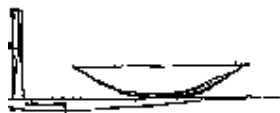
Obstrução 0

**Orientação**

PL - Não  
 PT - Não  
 PP - Não  
 União - Não  
 PSD - Não  
 Republican - Não  
 MDB - Não  
 PSB - Não  
 PSDB - Não  
 PDT -  
 PSC - Não  
 Podemos - Não  
 PSOL -  
 Novo - Sim  
 PCdoB -  
 Solidaried - Não  
 Avante - Não  
 Cidadania - Não  
 PROS - Não  
 Patriota - Não  
 PV -  
 PTB - Não  
 Rede -  
 Maioria - Não  
 Minoria -  
 Oposição - Não  
 GOV. - Não

	Partido	Bloco	Voto
<b>RORAIMA</b>			
Jhonatan de Jesus	Republican		Não
Joenia Wapichana	Rede		Não
Nicoletti	União		Não
Ottaci Nascimento	Solidaried		Não
RRenato Queiroz	PSD		Não
Shéridan	PSDB		Sim



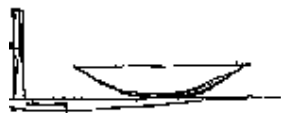


**Congresso Nacional**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Lista de Votantes por UF**  
**Câmara dos Deputados**

Data : 06/05/2022  
 Hora : 18:25  
 Número: 18

	Partido	Bloco	Voto
<b>Total Roraima : 6</b>			
<b>AMAPÁ</b>			
Camilo Capiberibe	PSB		Não
<b>Total Amapá : 1</b>			
<b>PARÁ</b>			
Airton Faleiro	PT		Não
Beto Faro	PT		Não
Cássio Andrade	PSB		Não
Cristiano Vale	PP		Não
Eduardo Costa	PSD		Não
Elcione Barbalho	MDB		Não
Joaquim Passarinho	PL		Não
Júnior Ferrari	PSD		Não
Nilson Pinto	PSDB		Sim
Olival Marques	MDB		Não
Vivi Reis	PSOL		Não
<b>Total Pará : 11</b>			
<b>AMAZONAS</b>			
Bosco Saraiva	Solidaried		Não
Capitão Alberto Neto	PL		Não
José Ricardo	PT		Não
Marcelo Ramos	PSD		Art.51
Sidney Leite	PSD		Não
<b>Total Amazonas : 5</b>			
<b>RONDONIA</b>			
Coronel Chrisóstomo	PL		Não
Léo Moraes	Podemos		Não
Lucio Mosquini	MDB		Não
Mariana Carvalho	Republican		Não
Mauro Nazif	PSB		Não
Silvia Cristina	PL		Não
<b>Total Rondonia : 6</b>			
<b>ACRE</b>			
Alan Rick	União		Não
Flaviano Melo	MDB		Não
Leo de Brito	PT		Não
Mara Rocha	MDB		Não
<b>Total Acre : 4</b>			
<b>TOCANTINS</b>			
Carlos Henrique Gaguim	União		Não
Célio Moura	PT		Não
Dulce Miranda	MDB		Não



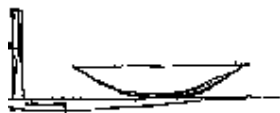


**Congresso Nacional**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Lista de Votantes por UF**  
**Câmara dos Deputados**

Data : 06/05/2022  
 Hora : 18:25  
 Número: 18

	Partido	Bloco	Voto
<b>TOCANTINS</b>			
Eli Borges	PL		Não
Osires Damaso	PSC		Não
Professora Dorinha Seabra Rezende	União		Não
Tiago Dimas	Podemos		Não
<b>Total Tocantins : 7</b>			
<b>MARANHÃO</b>			
Aluisio Mendes	PSC		Não
Bira do Pindaré	PSB		Não
Cleber Verde	Republican		Não
Gil Cutrim	Republican		Não
Hildo Rocha	MDB		Não
Josivaldo JP	PSD		Não
Márcio Jerry	PCdoB		Não
Marreca Filho	Patriota		Não
Paulo Marinho Jr	PL		Sim
Pedro Lucas Fernandes	União		Não
Rubens Pereira Júnior	PT		Não
Victor Mendes	MDB		Não
Zé Carlos	PT		Não
<b>Total Maranhão : 13</b>			
<b>CEARÁ</b>			
André Figueiredo	PDT		Não
Célio Studart	PSD		Não
Denis Bezerra	PSB		Não
Eduardo Bismarck	PDT		Não
Genecias Noronha	PL		Não
Idilvan Alencar	PDT		Não
José Airtton Félix Cirilo	PT		Não
José Guimarães	PT		Não
Leônidas Cristino	PDT		Não
Luizianne Lins	PT		Não
Mauro Benevides Filho	PDT		Não
Nelho Bezerra	União		Não
Robério Monteiro	PDT		Não
Vaidon Oliveira	PROS		Não
<b>Total Ceará : 14</b>			
<b>PIAUÍ</b>			
Capitão Fábio Abreu	PSD		Não
Flávio Nogueira	PT		Não
Júlio Cesar	PSD		Não
Marina Santos	Republican		Não
Merlong Solano	PT		Não



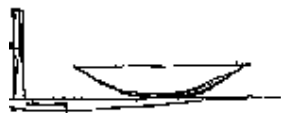


**Congresso Nacional**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Lista de Votantes por UF**  
**Câmara dos Deputados**

Data : 06/05/2022  
 Hora : 18:25  
 Número: 18

	Partido	Bloco	Voto
<b>PIAUÍ</b>			
Paes Landim	União		Não
Rejane Dias	PT		Não
<b>Total Piauí : 7</b>			
<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>			
Benes Leocádio	União		Não
Beto Rosado	PP		Não
Carla Dickson	União		Não
General Girão	PL		Não
João Maia	PL		Não
Natália Bonavides	PT		Não
Rafael Motta	PSB		Não
<b>Total Rio Grande do Norte : 7</b>			
<b>PARAÍBA</b>			
Aguinaldo Ribeiro	PP		Não
Edna Henrique	Republican		Não
Frei Anastacio Ribeiro	PT		Não
Gervásio Maia	PSB		Não
Hugo Motta	Republican		Não
Julian Lemos	União		Não
Leonardo Gadelha	PSC		Não
Wellington Roberto	PL		Não
<b>Total Paraíba : 8</b>			
<b>PERNAMBUCO</b>			
André de Paula	PSD		Não
André Ferreira	PL		Não
Augusto Coutinho	Republican		Não
Carlos Veras	PT		Não
Daniel Coelho	Cidadania		Não
Danilo Cabral	PSB		Não
Eduardo da Fonte	PP		Não
Felipe Carreras	PSB		Não
Fernando Monteiro	PP		Não
Gonzaga Patriota	PSB		Não
Marília Arraes	PT		Não
Milton Coelho	PSB		Não
Ossesio Silva	Republican		Não
Raul Henry	MDB		Não
Renildo Calheiros	PCdoB		Não
Silvio Costa Filho	Republican		Não
Tadeu Alencar	PSB		Não
Túlio Gadêlha	Rede		Não
Wolney Queiroz	PDT		Não





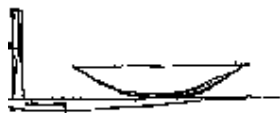
**Congresso Nacional**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Lista de Votantes por UF**  
**Câmara dos Deputados**

Data : 06/05/2022  
 Hora : 18:25  
 Número: 18

	Partido	Bloco	Voto
<b>Total Pernambuco : 19</b>			
<b>ALAGOAS</b>			
Marx Beltrão	PP		Não
Paulão	PT		Não
Pedro Vilela	PSDB		Sim
Severino Pessoa	MDB		Não
Tereza Nelma	PSD		Não
<b>Total Alagoas : 5</b>			
<b>SERGIPE</b>			
Bosco Costa	PL		Sim
Fábio Henrique	União		Não
Fábio Mitidieri	PSD		Não
Gustinho Ribeiro	Republican		Não
João Daniel	PT		Não
Laercio Oliveira	PP		Não
<b>Total Sergipe : 6</b>			
<b>BAHIA</b>			
Abílio Santana	PSC		Não
Afonso Florence	PT		Não
Alice Portugal	PCdoB		Não
Bacelar	PV		Não
Cacá Leão	PP		Não
Claudio Cajado	PP		Não
Daniel Almeida	PCdoB		Não
Félix Mendonça Júnior	PDT		Não
João Carlos Bacelar	PL		Não
João Roma	PL		Sim
Jorge Solla	PT		Não
José Rocha	União		Não
Joseildo Ramos	PT		Não
Pastor Sargento Isidório	Avante		Não
Professora Dayane Pimentel	União		Não
Raimundo Costa	Podemos		Não
Ronaldo Carletto	PP		Não
Tito	Avante		Não
Valmir Assunção	PT		Não
Waldenor Pereira	PT		Não
Zé Neto	PT		Não
<b>Total Bahia : 21</b>			
<b>MINAS GERAIS</b>			
Aécio Neves	PSDB		Sim
Aelton Freitas	PP		Não





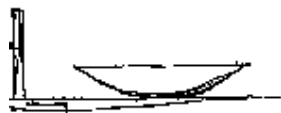


**Congresso Nacional**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Lista de Votantes por UF**  
**Câmara dos Deputados**

Data : 06/05/2022  
 Hora : 18:25  
 Número: 18

	Partido	Bloco	Voto
<b>MINAS GERAIS</b>			
Alê Silva	Republican		Não
André Janones	Avante		Não
Áurea Carolina	PSOL		Não
Charles Evangelista	PP		Não
Delegado Marcelo Freitas	União		Não
Dimas Fabiano	PP		Não
Eduardo Barbosa	PSDB		Sim
Emidinho Madeira	PL		Não
Fábio Ramalho	MDB		Sim
Franco Cartafina	PP		Não
Fred Costa	Patriota		Não
Gilberto Abramo	Republican		Não
Greyce Elias	Avante		Sim
Junio Amaral	PL		Não
Lafayette de Andrada	Republican		Não
Leonardo Monteiro	PT		Não
Lincoln Portela	PL		Não
Lucas Gonzalez	Novo		Sim
Luis Tibé	Avante		Não
Marcelo Álvaro Antônio	PL		Não
Marcelo Aro	PP		Não
Mário Heringer	PDT		Não
Mauro Lopes	PP		Não
Odair Cunha	PT		Não
Patrus Ananias	PT		Não
Paulo Abi-Ackel	PSDB		Sim
Paulo Guedes	PT		Não
Rodrigo de Castro	União		Não
Rogério Correia	PT		Não
Subtenente Gonzaga	PSD		Não
Tiago Mitraud	Novo		Sim
Vilson da Fetaemg	PSB		Não
Weliton Prado	PROS		Não
Zé Silva	Solidaried		Não
<b>Total Minas Gerais : 36</b>			
<b>ESPÍRITO SANTO</b>			
Amaro Neto	Republican		Não
Da Vitória	PP		Não
Dra. Soraya Manato	PTB		Não
Evair Vieira de Melo	PP		Não
Felipe Rigoni	União		Não
Helder Salomão	PT		Não
Lauriete	PSC		Não



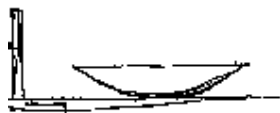


**Congresso Nacional**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Lista de Votantes por UF**  
**Câmara dos Deputados**

Data : 06/05/2022  
 Hora : 18:25  
 Número: 18

	Partido	Bloco	Voto
<b>ESPÍRITO SANTO</b>			
Norma Ayub	PP		Não
Paulo Foletto	PSB		Sim
<b>Total Espírito Santo : 9</b>			
<b>RIO DE JANEIRO</b>			
Alessandro Molon	PSB		Não
Altineu Côrtes	PL		Não
Aureo Ribeiro	Solidaried		Não
Carlos Jordy	PL		Não
Chiquinho Brazão	União		Não
Chris Tonietto	PL		Não
Christino Aureo	PP		Não
Clarissa Garotinho	União		Não
Daniel Silveira	PTB		Não
David Miranda	PDT		Não
Delegado Antônio Furtado	União		Não
Felício Laterça	PP		Não
Gelson Azevedo	PL		Não
Glauber Braga	PSOL		Não
Gurgel	PL		Não
Gutemberg Reis	MDB		Não
Helio Lopes	PL		Não
Hugo Leal	PSD		Não
Jandira Feghali	PCdoB		Não
Jones Moura	PSD		Não
Jorge Braz	Republican		Não
Juninho do Pneu	União		Não
Lourival Gomes	PP		Não
Luiz Antônio Corrêa	PP		Não
Luiz Lima	PL		Sim
Major Fabiana	PL		Sim
Marcelo Calero	PSD		Não
Marcelo Freixo	PSB		Não
Márcio Labre	PL		Sim
Paulo Ramos	PDT		Não
Pedro Augusto Palareti	PP		Não
Pedro Paulo	PSD		Não
Professor Joziel	Patriota		Não
Ricardo da Karol	PDT		Não
Soraya Santos	PL		Não
Sóstenes Cavalcante	PL		Não
Talíria Petrone	PSOL		Não
<b>Total Rio de Janeiro : 37</b>			



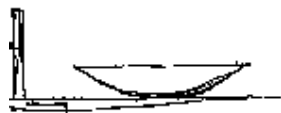


**Congresso Nacional**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Lista de Votantes por UF**  
**Câmara dos Deputados**

Data : 06/05/2022  
 Hora : 18:25  
 Número: 18

	Partido	Bloco	Voto
<b>SÃO PAULO</b>			
Adriana Ventura	Novo		Sim
Alencar Santana	PT		Não
Alexandre Leite	União		Não
Alexandre Padilha	PT		Não
Arlindo Chinaglia	PT		Não
Bozzella	União		Não
Capitão Augusto	PL		Não
Capitão Derrite	PL		Não
Carla Zambelli	PL		Não
Carlos Sampaio	PSDB		Sim
Carlos Zarattini	PT		Não
Celso Russomanno	Republican		Não
Cezinha de Madureira	PSD		Não
Coronel Tadeu	PL		Não
Eduardo Bolsonaro	PL		Sim
Eduardo Cury	PSDB		Sim
Eli Corrêa Filho	União		Não
Enrico Misasi	MDB		Não
Fausto Pinato	PP		Não
General Peternelli	União		Não
Gilberto Nascimento	PSC		Não
Guiga Peixoto	PSC		Não
Guilherme Mussi	PP		Não
Herculano Passos	Republican		Não
Ivan Valente	PSOL		Não
Jefferson Campos	PL		Não
Joice Hasselmann	PSDB		Não
Luiz Carlos Motta	PL		Não
Luiz Philippe de Orleans e Bragança	PL		Não
Marcio Alvino	PL		Não
Marco Bertaiolli	PSD		Não
Marcos Pereira	Republican		Não
Maria Rosas	Republican		Não
Milton Vieira	Republican		Não
Orlando Silva	PCdoB		Não
Paulo Teixeira	PT		Não
Policial Katia Sastre	PL		Não
Pr. Marco Feliciano	PL		Não
Renata Abreu	Podemos		Não
Ricardo Izar	Republican		Não
Ricardo Silva	PSD		Não
Roberto Alves	Republican		Não
Rodrigo Agostinho	PSB		Não



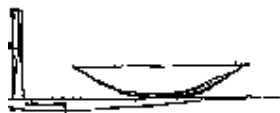


**Congresso Nacional**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Lista de Votantes por UF**  
**Câmara dos Deputados**

Data : 06/05/2022  
 Hora : 18:25  
 Número: 18

	Partido	Bloco	Voto
<b>SÃO PAULO</b>			
Rosana Valle	PL		Não
Rui Falcão	PT		Não
Sâmia Bomfim	PSOL		Não
Samuel Moreira	PSDB		Não
Tabata Amaral	PSB		Não
Vanderlei Macris	PSDB		Não
Vicentinho	PT		Não
Vinicius Carvalho	Republican		Não
Vitor Lippi	PSDB		Sim
<b>Total São Paulo : 52</b>			
<b>MATO GROSSO</b>			
Dr. Leonardo	Republican		Não
Emanuel Pinheiro Neto	MDB		Não
Juarez Costa	MDB		Não
Nelson Barbudo	PL		Não
Neri Geller	PP		Não
Professora Rosa Neide	PT		Não
Valtenir Pereira	MDB		Não
<b>Total Mato Grosso : 7</b>			
<b>DISTRITO FEDERAL</b>			
Bia Kicis	PL		Sim
Erika Kokay	PT		Não
Flávia Arruda	PL		Não
Julio Cesar Ribeiro	Republican		Não
Luis Miranda	Republican		Não
Paula Belmonte	Cidadania		Não
<b>Total Distrito Federal : 6</b>			
<b>GOIÁS</b>			
Adriano do Baldy	PP		Não
Alcides Rodrigues	Patriota		Não
Célio Silveira	MDB		Não
Dr. Zacharias Calil	União		Não
Elias Vaz	PSB		Não
Francisco Jr.	PSD		Não
Jose Mario Schreiner	MDB		Não
Magda Mofatto	PL		Não
Vitor Hugo	PL		Não
<b>Total Goiás : 9</b>			
<b>MATO GROSSO DO SUL</b>			
Beto Pereira	PSDB		Não
Dr. Luiz Ovando	PP		Não
Fábio Trad	PSD		Não



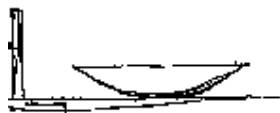


**Congresso Nacional**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Lista de Votantes por UF**  
**Câmara dos Deputados**

Data : 06/05/2022  
 Hora : 18:25  
 Número: 18

	Partido	Bloco	Voto
<b>MATO GROSSO DO SUL</b>			
Loester Trutis	PL		Não
Rose Modesto	PSDB		Não
Vander Loubet	PT		Não
<b>Total Mato Grosso do Sul : 6</b>			
<b>PARANÁ</b>			
Aroldo Martins	Republican		Não
Christiane de Souza Yared	PP		Não
Enio Verri	PT		Não
Felipe Francischini	União		Não
Filipe Barros	PL		Não
Giacobo	PL		Não
Gustavo Fruet	PDT		Não
Leandre	PSD		Não
Luciano Ducci	PSB		Não
Luizão Goulart	Solidaried		Não
Ney Leprevost	União		Não
Osmar Serraglio	PP		Não
Paulo Eduardo Martins	PL		Sim
Rubens Bueno	Cidadania		Não
Sandro Alex	PSD		Não
Sargento Fatur	PSD		Sim
Sergio Souza	MDB		Não
Toninho Wandscheer	PROS		Não
Zeca Dirceu	PT		Não
<b>Total Paraná : 19</b>			
<b>SANTA CATARINA</b>			
Angela Amin	PP		Não
Carlos Chiodini	MDB		Não
Carmen Zanotto	Cidadania		Não
Celso Maldaner	MDB		Não
Coronel Armando	PL		Não
Daniel Freitas	PL		Não
Darci de Matos	PSD		Não
Fabio Schiochet	União		Não
Hélio Costa	PSD		Não
Pedro Uczai	PT		Não
Rodrigo Coelho	Podemos		Não
Rogério Peninha Mendonça	MDB		Não
<b>Total Santa Catarina : 12</b>			
<b>RIO GRANDE DO SUL</b>			
Afonso Hamm	PP		Não
Afonso Motta	PDT		Não





**Congresso Nacional**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Lista de Votantes por UF**  
**Câmara dos Deputados**

Data : 06/05/2022  
 Hora : 18:25  
 Número: 18

	Partido	Bloco	Voto
<b>RIO GRANDE DO SUL</b>			
Alceu Moreira	MDB		Não
Bibo Nunes	PL		Não
Bohn Gass	PT		Não
Carlos Gomes	Republican		Não
Covatti Filho	PP		Não
Daniel Trzeciak	PSDB		Não
Fernanda Melchionna	PSOL		Não
Giovani Cherini	PL		Sim
Giovani Feltes	MDB		Não
Heitor Schuch	PSB		Não
Henrique Fontana	PT		Não
Jerônimo Goergen	PP		Não
Liziane Bayer	Republican		Não
Lucas Redecker	PSDB		Não
Marcon	PT		Não
Maria do Rosário	PT		Não
Onyx Lorenzoni	PL		Não
Osmar Terra	MDB		Não
Paulo Pimenta	PT		Não
Pedro Westphalen	PP		Não
Pompeo de Mattos	PDT		Não
Sanderson	PL		Não
<b>Total Rio Grande do Sul : 24</b>			





**Senado Federal**  
**56ª Legislatura**  
**4ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Aberta**  
**Quórum Qualificado**

**Veto nº 11, de 2022 (dispositivos 194 e 199)**

Veto Parcial apostado ao PLN nº 19/2021. (LOA 2022)

**Matéria VETO 11/2022**

**Início Votação 28/04/2022 15:04:19**

**Término Votação 28/04/2022 15:17:19**

**Sessão 13º Sessão Conjunta**

**Data Sessão**

**28/04/2022 10:00:00**

<b>Partido</b>	<b>Orientação</b>
MDB	NÃO
PSD	NÃO
PL	NÃO
PROGRES	NÃO
Podemos	NÃO
PT	NÃO
UNIÃO	NÃO
PSDB	NÃO
PDT	NÃO
PTB	NÃO
PROS	NÃO
Cidadania	NÃO
PSB	NÃO
PSC	NÃO
Republica	NÃO
REDE	NÃO
Maioria	NÃO
Minoria	NÃO
Governo	NÃO
Oposição	NÃO
Banc Fem	NÃO

<b>Partido</b>	<b>UF</b>	<b>Nome Senador</b>	<b>Voto</b>
PDT	RO	Acir Gurgacz	NÃO
PSD	MT	Carlos Fávaro	NÃO
PL	RJ	Carlos Portinho	NÃO
PL	MG	Carlos Viana	NÃO
MDB	RO	Confúcio Moura	NÃO
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	NÃO
PSB	SC	Dário Berger	NÃO
UNIÃO	AP	Davi Alcolumbre	NÃO
MDB	AM	Eduardo Braga	NÃO
Podemos	CE	Eduardo Girão	NÃO
PL	TO	Eduardo Gomes	NÃO

Emissão 28/04/2022 15:17:22





**Senado Federal**  
**56ª Legislatura**  
**4ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Aberta**  
**Quórum Qualificado**

**Veto nº 11, de 2022 (dispositivos 194 e 199)**

Veto Parcial aposto ao PLN nº 19/2021. (LOA 2022)

Matéria **VETO 11/2022** Início Votação **28/04/2022 15:04:19** Término Votação **28/04/2022 15:17:19**  
 Sessão **13ª Sessão Conjunta** Data Sessão **28/04/2022 10:00:00**

PROGRES	PI	Eliane Nogueira	NÃO
PROGRES	PI	Elmano Férrer	NÃO
PROGRES	SC	Esperidião Amin	NÃO
PT	ES	Fabiano Contarato	NÃO
PTB	AL	Fernando Collor	NÃO
Podemos	PR	Flávio Arns	NÃO
MDB	SP	Giordano	NÃO
PT	PE	Humberto Costa	NÃO
PSDB	DF	Izalci Lucas	NÃO
PT	BA	Jaques Wagner	NÃO
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	NÃO
Podemos	GO	Jorge Kajuru	NÃO
PL	SC	Jorginho Mello	NÃO
PSDB	SP	José Serra	NÃO
Podemos	RS	Lasier Martins	NÃO
PDT	DF	Leila Barros	NÃO
PSD	AP	Lucas Barreto	NÃO
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	NÃO
PROGRES	AC	Mailza Gomes	NÃO
PSDB	SP	Mara Gabrilli	NÃO
MDB	PI	Marcelo Castro	NÃO
UNIÃO	AC	Marcio Bittar	NÃO
Podemos	ES	Marcos do Val	NÃO
MDB	PB	Nilda Gondim	NÃO
PT	RS	Paulo Paim	NÃO
PT	PA	Paulo Rocha	NÃO
PSDB	AM	Plínio Valério	NÃO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	NÃO
UNIÃO	DF	Reguffe	NÃO
PT	SE	Rogério Carvalho	NÃO
PL	RJ	Romário	NÃO
MDB	ES	Rose de Freitas	NÃO
PSD	AC	Sérgio Petecão	NÃO
MDB	MS	Simone Tebet	NÃO
UNIÃO	MS	Soraya Thronicke	NÃO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	NÃO
PROS	RR	Telmário Mota	NÃO
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	NÃO
PL	MT	Wellington Fagundes	NÃO
PDT	MA	Weverton	NÃO
PROS	RN	Zenaide Maia	NÃO

Emissão 28/04/2022 15:17:22







**Senado Federal**  
**56ª Legislatura**  
**4ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Aberta**  
**Quórum Qualificado**

**Veto nº 11, de 2022 (dispositivos 194 e 199)**

Veto Parcial apostado ao PLN nº 19/2021. (LOA 2022)

Matéria **VETO 11/2022**

Início Votação **28/04/2022 15:04:19**

Término Votação **28/04/2022 15:17:19**

Sessão **13º Sessão Conjunta**

Data Sessão

**28/04/2022 10:00:00**

*Presidente:*

**SIM:0      NÃO:52      ABST.: 0**

**TOTAL:52**

Primeiro-Secretario

Emissão 28/04/2022 15:17:22





**Congresso Nacional**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Lista de Votantes por UF**  
**Câmara dos Deputados**

Data : 06/05/2022  
 Hora : 18:26  
 Número: 19

**56ª LEGISLATURA**  
**QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA**

**Presidente da Casa:**  
 Rodrigo Pacheco - PSD/MG

**Sessão:**

SESSÃO CONJUNTA Nº 013 - 28/04/2022

Abertura Painei: 28/04/2022 08:00

Encerramento Painei: 28/04/2022 17:26

**Proposição:**

VETO Nº 11 DE 2022 - DISP. 001 A 193, 195 A 198,  
 200 A 235 - LOA 2022

**Presidiram a Sessão:**

Marcelo Ramos - 12:37  
 General Peternelli - 12:40  
 Marcelo Ramos - 12:45  
 Marcelo Castro - 14:03  
 Marcelo Ramos - 14:04  
 Marcel van Hattem - 16:46  
 Marcelo Ramos - 16:53

Início Votação: 28/04/2022 15:24

Fim Votação: 28/04/2022 15:34

**Presidiram a Votação:**

Marcelo Ramos

**Resultado da Votação**

Sim 220

Não 107

Total da Votação 327

Art. 51 1

Total Quorum 328

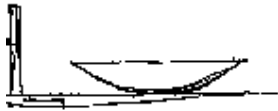
Obstrução 0

**Orientação**

PL - Sim  
 PT - Não  
 PP - Sim  
 União - Sim  
 PSD - Sim  
 Republican - Sim  
 MDB - Sim  
 PSB - Não  
 PSDB -  
 PDT -  
 PSC - Sim  
 Podemos - Sim  
 PSOL - Não  
 Novo - Sim  
 PCdoB -  
 Solidaried - Sim  
 Avante - Sim  
 Cidadania -  
 PROS - Sim  
 Patriota - Sim  
 PV -  
 PTB - Sim  
 Rede -  
 Maioria - Sim  
 Minoria - Não  
 Oposição - Não  
 GOV. - Sim

	Partido	Bloco	Voto
<b>RORAIMA</b>			
Jhonatan de Jesus	Republican		Sim
Nicoletti	União		Sim
Ottaci Nascimento	Solidaried		Sim
RRenato Queiroz	PSD		Sim
Shéridan	PSDB		Sim



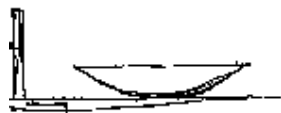


**Congresso Nacional**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Lista de Votantes por UF**  
**Câmara dos Deputados**

Data : 06/05/2022  
 Hora : 18:26  
 Número: 19

	Partido	Bloco	Voto
<b>Total Roraima : 5</b>			
<b>AMAPÁ</b>			
Camilo Capiberibe	PSB		Não
<b>Total Amapá : 1</b>			
<b>PARÁ</b>			
Airton Faleiro	PT		Não
Beto Faro	PT		Não
Cássio Andrade	PSB		Não
Cristiano Vale	PP		Sim
Elcione Barbalho	MDB		Não
Hélio Leite	União		Sim
Joaquim Passarinho	PL		Sim
José Priante	MDB		Sim
Nilson Pinto	PSDB		Sim
Olival Marques	MDB		Sim
Vivi Reis	PSOL		Não
<b>Total Pará : 11</b>			
<b>AMAZONAS</b>			
José Ricardo	PT		Não
Marcelo Ramos	PSD		Art.51
Sidney Leite	PSD		Não
<b>Total Amazonas : 3</b>			
<b>RONDONIA</b>			
Coronel Chrisóstomo	PL		Sim
Expedito Netto	PSD		Sim
Léo Moraes	Podemos		Sim
Mariana Carvalho	Republican		Sim
Mauro Nazif	PSB		Não
Silvia Cristina	PL		Sim
<b>Total Rondonia : 6</b>			
<b>ACRE</b>			
Alan Rick	União		Sim
Flaviano Melo	MDB		Sim
Mara Rocha	MDB		Sim
<b>Total Acre : 3</b>			
<b>TOCANTINS</b>			
Carlos Henrique Gaguim	União		Sim
Célio Moura	PT		Não
Dulce Miranda	MDB		Sim
Osires Damaso	PSC		Sim
Professora Dorinha Seabra Rezende	União		Não
Tiago Dimas	Podemos		Sim



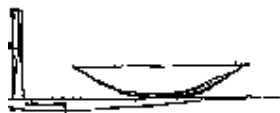


**Congresso Nacional**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Lista de Votantes por UF**  
**Câmara dos Deputados**

Data : 06/05/2022  
 Hora : 18:26  
 Número: 19

	Partido	Bloco	Voto
<b>TOCANTINS</b>			
Vicentinho Júnior	PP		Sim
<b>Total Tocantins : 7</b>			
<b>MARANHÃO</b>			
Aluisio Mendes	PSC		Sim
Bira do Pindaré	PSB		Não
Cleber Verde	Republican		Sim
Edilázio Júnior	PSD		Sim
Hildo Rocha	MDB		Não
Josivaldo JP	PSD		Sim
Márcio Jerry	PCdoB		Não
Pedro Lucas Fernandes	União		Sim
Victor Mendes	MDB		Sim
Zé Carlos	PT		Não
<b>Total Maranhão : 10</b>			
<b>CEARÁ</b>			
AJ Albuquerque	PP		Sim
André Figueiredo	PDT		Não
Denis Bezerra	PSB		Não
Domingos Neto	PSD		Sim
Dr. Jaziel	PL		Sim
Eduardo Bismarck	PDT		Não
Genecias Noronha	PL		Sim
Heitor Freire	União		Sim
Idilvan Alencar	PDT		Não
José Airton Félix Cirilo	PT		Não
José Guimarães	PT		Não
Leônidas Cristino	PDT		Não
Luizianne Lins	PT		Não
Mauro Benevides Filho	PDT		Não
Nelho Bezerra	União		Sim
Pedro Augusto Bezerra	PDT		Não
Robério Monteiro	PDT		Não
Vaidon Oliveira	PROS		Sim
<b>Total Ceará : 18</b>			
<b>PIAUI</b>			
Átila Lira	PP		Sim
Flávio Nogueira	PT		Não
Júlio Cesar	PSD		Sim
Merlong Solano	PT		Não
Rejane Dias	PT		Não
<b>Total Piauí : 5</b>			
<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>			



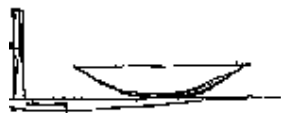


**Congresso Nacional**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Lista de Votantes por UF**  
**Câmara dos Deputados**

Data : 06/05/2022  
 Hora : 18:26  
 Número: 19

	Partido	Bloco	Voto
<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>			
Benes Leocádio	União		Sim
Carla Dickson	União		Sim
General Girão	PL		Sim
João Maia	PL		Sim
Natália Bonavides	PT		Não
Rafael Motta	PSB		Não
Walter Alves	MDB		Sim
<b>Total Rio Grande do Norte : 7</b>			
<b>PARAÍBA</b>			
Aguinaldo Ribeiro	PP		Sim
Damião Feliciano	União		Sim
Edna Henrique	Republican		Sim
Frei Anastacio Ribeiro	PT		Não
Gervásio Maia	PSB		Não
Hugo Motta	Republican		Sim
Julian Lemos	União		Sim
Ruy Carneiro	PSC		Sim
Wellington Roberto	PL		Sim
<b>Total Paraíba : 9</b>			
<b>PERNAMBUCO</b>			
Augusto Coutinho	Republican		Sim
Carlos Veras	PT		Não
Daniel Coelho	Cidadania		Não
Danilo Cabral	PSB		Não
Eduardo da Fonte	PP		Não
Felipe Carreras	PSB		Sim
Fernando Monteiro	PP		Sim
Gonzaga Patriota	PSB		Não
Marília Arraes	PT		Não
Milton Coelho	PSB		Não
Ossesio Silva	Republican		Sim
Raul Henry	MDB		Não
Renildo Calheiros	PCdoB		Não
Tadeu Alencar	PSB		Não
Túlio Gadêlha	Rede		Não
<b>Total Pernambuco : 15</b>			
<b>ALAGOAS</b>			
Marx Beltrão	PP		Sim
Paulão	PT		Não
Pedro Vilela	PSDB		Sim
Severino Pessoa	MDB		Sim
Tereza Nelma	PSD		Não



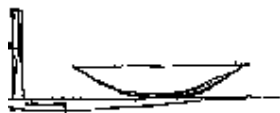


**Congresso Nacional**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Lista de Votantes por UF**  
**Câmara dos Deputados**

Data : 06/05/2022  
 Hora : 18:26  
 Número: 19

	Partido	Bloco	Voto
<b>Total Alagoas : 5</b>			
<b>SERGIPE</b>			
Bosco Costa	PL		Sim
Fábio Henrique	União		Sim
Gustinho Ribeiro	Republican		Sim
<b>Total Sergipe : 3</b>			
<b>BAHIA</b>			
Abílio Santana	PSC		Sim
Adolfo Viana	PSDB		Sim
Afonso Florence	PT		Não
Alice Portugal	PCdoB		Não
Bacelar	PV		Não
Cacá Leão	PP		Sim
Claudio Cajado	PP		Sim
Daniel Almeida	PCdoB		Não
Félix Mendonça Júnior	PDT		Não
João Carlos Bacelar	PL		Sim
João Roma	PL		Sim
Jorge Solla	PT		Não
Joseildo Ramos	PT		Não
Leur Lomanto Júnior	União		Sim
Lídice da Mata	PSB		Não
Márcio Marinho	Republican		Sim
Otto Alencar Filho	PSD		Sim
Pastor Sargento Isidório	Avante		Não
Professora Dayane Pimentel	União		Sim
Raimundo Costa	Podemos		Sim
Ronaldo Carletto	PP		Sim
Tito	Avante		Sim
Uldurico Junior	MDB		Sim
Valmir Assunção	PT		Não
Waldenor Pereira	PT		Não
Zé Neto	PT		Não
<b>Total Bahia : 26</b>			
<b>MINAS GERAIS</b>			
Áurea Carolina	PSOL		Não
Delegado Marcelo Freitas	União		Sim
Dimas Fabiano	PP		Sim
Eduardo Barbosa	PSDB		Sim
Emidinho Madeira	PL		Sim
Fred Costa	Patriota		Sim
Gilberto Abramo	Republican		Sim
Greyce Elias	Avante		Sim



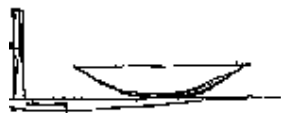


**Congresso Nacional**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Lista de Votantes por UF**  
**Câmara dos Deputados**

Data : 06/05/2022  
 Hora : 18:26  
 Número: 19

	Partido	Bloco	Voto
<b>MINAS GERAIS</b>			
Júlio Delgado	PV		Sim
Junio Amaral	PL		Sim
Lafayette de Andrada	Republican		Sim
Lincoln Portela	PL		Sim
Lucas Gonzalez	Novo		Sim
Marcelo Álvaro Antônio	PL		Sim
Mauro Lopes	PP		Sim
Misael Varella	PSD		Sim
Odair Cunha	PT		Não
Padre João	PT		Não
Patrus Ananias	PT		Não
Paulo Guedes	PT		Não
Pinheirinho	PP		Sim
Reginaldo Lopes	PT		Não
Rodrigo de Castro	União		Sim
Rogério Correia	PT		Não
Stefano Aguiar	PSD		Sim
Subtenente Gonzaga	PSD		Sim
Tiago Mitraud	Novo		Sim
Vilson da Fetaemg	PSB		Não
Weliton Prado	PROS		Sim
Zé Silva	Solidaried		Sim
<b>Total Minas Gerais : 30</b>			
<b>ESPÍRITO SANTO</b>			
Amaro Neto	Republican		Sim
Da Vitória	PP		Sim
Dra. Soraya Manato	PTB		Sim
Evair Vieira de Melo	PP		Sim
Helder Salomão	PT		Não
Lauriete	PSC		Sim
Norma Ayub	PP		Sim
Paulo Foletto	PSB		Não
<b>Total Espírito Santo : 8</b>			
<b>RIO DE JANEIRO</b>			
Alessandro Molon	PSB		Não
Altineu Côrtes	PL		Sim
Aureo Ribeiro	Solidaried		Sim
Carlos Jordy	PL		Sim
Chiquinho Brazão	União		Sim
Chris Tonietto	PL		Sim
Christino Aureo	PP		Sim
Clarissa Garotinho	União		Sim





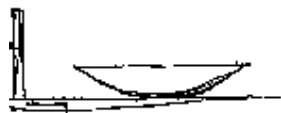
**Congresso Nacional**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Lista de Votantes por UF**  
**Câmara dos Deputados**

Data : 06/05/2022  
 Hora : 18:26  
 Número: 19

	Partido	Bloco	Voto
<b>RIO DE JANEIRO</b>			
Daniel Silveira	PTB		Sim
David Miranda	PDT		Não
Delegado Antônio Furtado	União		Sim
Felício Laterça	PP		Não
Gelson Azevedo	PL		Sim
Gurgel	PL		Sim
Gutemberg Reis	MDB		Sim
Hugo Leal	PSD		Sim
Jandira Feghali	PCdoB		Não
Jones Moura	PSD		Sim
Jorge Braz	Republican		Sim
Juninho do Pneu	União		Sim
Lourival Gomes	PP		Sim
Luiz Antônio Corrêa	PP		Sim
Luiz Lima	PL		Sim
Major Fabiana	PL		Sim
Marcelo Calero	PSD		Não
Marcelo Freixo	PSB		Não
Márcio Labre	PL		Sim
Paulo Ganime	Novo		Sim
Paulo Ramos	PDT		Não
Pedro Augusto Palareti	PP		Sim
Professor Joziel	Patriota		Sim
Ricardo da Karol	PDT		Não
Soraya Santos	PL		Sim
Talíria Petrone	PSOL		Não
<b>Total Rio de Janeiro : 34</b>			
<b>SÃO PAULO</b>			
Adriana Ventura	Novo		Sim
Alexis Fonteyne	Novo		Sim
Arlindo Chinaglia	PT		Não
Arnaldo Jardim	Cidadania		Não
Baleia Rossi	MDB		Sim
Bozzella	União		Sim
Capitão Derrite	PL		Sim
Carla Zambelli	PL		Sim
Carlos Sampaio	PSDB		Sim
Carlos Zarattini	PT		Não
Celso Russomanno	Republican		Sim
Cezinha de Madureira	PSD		Sim
Eduardo Bolsonaro	PL		Sim
Eli Corrêa Filho	União		Sim
Enrico Misasi	MDB		Sim





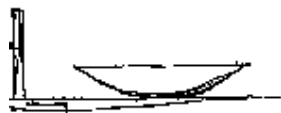


**Congresso Nacional**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Lista de Votantes por UF**  
**Câmara dos Deputados**

Data : 06/05/2022  
 Hora : 18:26  
 Número: 19

	Partido	Bloco	Voto
<b>SÃO PAULO</b>			
Fausto Pinato	PP		Sim
General Peternelli	União		Sim
Guiga Peixoto	PSC		Sim
Guilherme Mussi	PP		Sim
Herculano Passos	Republican		Sim
Ivan Valente	PSOL		Não
Joice Hasselmann	PSDB		Sim
Luiz Carlos Motta	PL		Sim
Marcio Alvino	PL		Sim
Marco Bertaiolli	PSD		Sim
Marcos Pereira	Republican		Sim
Maria Rosas	Republican		Sim
Miguel Lombardi	PL		Sim
Paulo Teixeira	PT		Não
Policial Katia Sastre	PL		Sim
Pr. Marco Feliciano	PL		Sim
Renata Abreu	Podemos		Sim
Ricardo Izar	Republican		Sim
Roberto Alves	Republican		Sim
Roberto de Lucena	Republican		Sim
Rodrigo Agostinho	PSB		Não
Rosana Valle	PL		Sim
Rui Falcão	PT		Não
Samuel Moreira	PSDB		Sim
Tabata Amaral	PSB		Não
Vicentinho	PT		Não
Vinicius Carvalho	Republican		Sim
Vinicius Poit	Novo		Sim
Vitor Lippi	PSDB		Sim
<b>Total São Paulo : 44</b>			
<b>MATO GROSSO</b>			
Dr. Leonardo	Republican		Sim
Emanuel Pinheiro Neto	MDB		Sim
Juarez Costa	MDB		Sim
Nelson Barbudo	PL		Sim
Professora Rosa Neide	PT		Não
Valtenir Pereira	MDB		Sim
<b>Total Mato Grosso : 6</b>			
<b>DISTRITO FEDERAL</b>			
Bia Kicis	PL		Sim
Erika Kokay	PT		Não
Julio Cesar Ribeiro	Republican		Sim



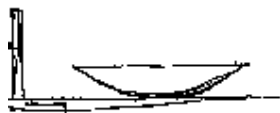


**Congresso Nacional**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Lista de Votantes por UF**  
**Câmara dos Deputados**

Data : 06/05/2022  
 Hora : 18:26  
 Número: 19

	Partido	Bloco	Voto
<b>DISTRITO FEDERAL</b>			
Luis Miranda	Republican		Sim
Professor Israel Batista	PSB		Não
<b>Total Distrito Federal : 5</b>			
<b>GOIÁS</b>			
Adriano do Baldy	PP		Sim
Alcides Rodrigues	Patriota		Sim
Célio Silveira	MDB		Sim
Dr. Zacharias Calil	União		Sim
Elias Vaz	PSB		Não
Francisco Jr.	PSD		Sim
Jose Mario Schreiner	MDB		Sim
Magda Mofatto	PL		Sim
Professor Alcides	PL		Sim
Vitor Hugo	PL		Sim
<b>Total Goiás : 10</b>			
<b>MATO GROSSO DO SUL</b>			
Beto Pereira	PSDB		Sim
Fábio Trad	PSD		Não
Loester Trutis	PL		Sim
Vander Loubet	PT		Não
<b>Total Mato Grosso do Sul : 4</b>			
<b>PARANÁ</b>			
Aroldo Martins	Republican		Sim
Christiane de Souza Yared	PP		Sim
Enio Verri	PT		Não
Felipe Francischini	União		Sim
Filipe Barros	PL		Sim
Giacobo	PL		Sim
Gleisi Hoffmann	PT		Não
Gustavo Fruet	PDT		Não
Leandre	PSD		Sim
Luciano Ducci	PSB		Não
Luiz Nishimori	PSD		Sim
Luizão Goulart	Solidaried		Sim
Ney Leprevost	União		Sim
Osmar Serraglio	PP		Sim
Ricardo Barros	PP		Sim
Rubens Bueno	Cidadania		Não
Sandro Alex	PSD		Sim
Sargento Fahur	PSD		Sim
Toninho Wandscheer	PROS		Sim
Zeca Dirceu	PT		Não





**Congresso Nacional**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Lista de Votantes por UF**  
**Câmara dos Deputados**

Data : 06/05/2022  
 Hora : 18:26  
 Número: 19

	Partido	Bloco	Voto
<b>Total Paraná : 20</b>			
<b>SANTA CATARINA</b>			
Carmen Zanotto	Cidadania		Sim
Caroline de Toni	PL		Sim
Coronel Armando	PL		Sim
Daniel Freitas	PL		Sim
Fabio Schiochet	União		Sim
Geovania de Sá	PSDB		Sim
Gilson Marques	Novo		Sim
Hélio Costa	PSD		Sim
Pedro Uczai	PT		Não
Rodrigo Coelho	Podemos		Sim
Rogério Peninha Mendonça	MDB		Sim
<b>Total Santa Catarina : 11</b>			
<b>RIO GRANDE DO SUL</b>			
Afonso Hamm	PP		Sim
Afonso Motta	PDT		Não
Alceu Moreira	MDB		Sim
Bibo Nunes	PL		Sim
Bohn Gass	PT		Não
Carlos Gomes	Republican		Sim
Daniel Trzeciak	PSDB		Sim
Danrlei de Deus Hinterholz	PSD		Sim
Fernanda Melchionna	PSOL		Não
Giovani Cherini	PL		Sim
Giovani Feltes	MDB		Sim
Heitor Schuch	PSB		Não
Henrique Fontana	PT		Não
Liziane Bayer	Republican		Sim
Lucas Redecker	PSDB		Sim
Marcel van Hattem	Novo		Sim
Maria do Rosário	PT		Não
Osmar Terra	MDB		Sim
Paulo Pimenta	PT		Não
Pedro Westphalen	PP		Sim
Pompeo de Mattos	PDT		Não
Sanderson	PL		Sim
<b>Total Rio Grande do Sul : 22</b>			





**Senado Federal**  
**56ª Legislatura**  
**4ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Aberta**  
**Quórum Qualificado**

**Veto nº 36, de 2021 (dispositivos 9 e 10)**

Veto Parcial apostado ao PLV 7/21 (oriundo da MPV 1.031/21). (Privatização Eletrobras)

Matéria **VETO 36/2021**

Início Votação **28/04/2022 15:37:54**

Término Votação **28/04/2022 15:49:31**

Sessão **13º Sessão Conjunta**

Data Sessão

**28/04/2022 10:00:00**

<b>Partido</b>	<b>Orientação</b>		
MDB	SIM		
PSD	SIM		
PL	SIM		
PSDB	LIVRE		
Governo	SIM		
<b>Partido</b>	<b>UF</b>	<b>Nome Senador</b>	<b>Voto</b>
PDT	RO	Acir Gurgacz	NÃO
PSD	BA	Angelo Coronel	SIM
PSD	MT	Carlos Fávaro	SIM
PL	MG	Carlos Viana	SIM
UNIÃO	RR	Chico Rodrigues	SIM
MDB	RO	Confúcio Moura	SIM
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	SIM
PSB	SC	Dário Berger	NÃO
PL	TO	Eduardo Gomes	SIM
PROGRES	PI	Eliane Nogueira	SIM
PROGRES	PI	Elmano Férrer	SIM
PT	ES	Fabiano Contarato	NÃO
MDB	PE	Fernando Coelho	SIM
PTB	AL	Fernando Collor	SIM
Podemos	PR	Flávio Arns	SIM
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	SIM
MDB	SP	Giordano	SIM
PT	PE	Humberto Costa	NÃO
PSDB	DF	Izalci Lucas	SIM
PT	BA	Jaques Wagner	NÃO
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	NÃO
Podemos	GO	Jorge Kajuru	SIM
PL	SC	Jorginho Mello	SIM
PSDB	SP	José Serra	SIM
Podemos	RS	Lasier Martins	SIM
PDT	DF	Leila Barros	NÃO
PSD	AP	Lucas Barreto	SIM
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	SIM
PROGRES	AC	Mailza Gomes	SIM
PSDB	SP	Mara Gabrilli	SIM
MDB	PI	Marcelo Castro	SIM
UNIÃO	AC	Marcio Bittar	SIM

Emissão 28/04/2022 15:49:34





**Senado Federal**  
**56ª Legislatura**  
**4ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Aberta**  
**Quórum Qualificado**

**Veto nº 36, de 2021 (dispositivos 9 e 10)**

Veto Parcial apostado ao PLV 7/21 (oriundo da MPV 1.031/21). (Privatização Eletrobras)

Matéria **VETO 36/2021** Início Votação **28/04/2022 15:37:54** Término Votação **28/04/2022 15:49:31**  
 Sessão **13º Sessão Conjunta** Data Sessão **28/04/2022 10:00:00**

Podemos	ES	Marcos do Val	SIM
Republica	RR	Mecias de Jesus	SIM
MDB	PB	Nilda Gondim	NÃO
PT	RS	Paulo Paim	NÃO
PT	PA	Paulo Rocha	NÃO
PSDB	AM	Plínio Valério	SIM
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	NÃO
UNIÃO	DF	Reguffe	NÃO
UNIÃO	AL	Rodrigo Cunha	SIM
PL	RJ	Romário	SIM
MDB	ES	Rose de Freitas	SIM
UNIÃO	MS	Soraya Thronicke	SIM
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SIM
PROS	RR	Telmário Mota	SIM
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SIM
PL	MT	Wellington Fagundes	SIM
PDT	MA	Weverton	NÃO
PROS	RN	Zenaide Maia	NÃO

Presidente:

**SIM:36 NÃO:14 ABST.: 0**

**TOTAL:50**

Primeiro-Secretario

Emissão 28/04/2022 15:49:34





**Congresso Nacional**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Lista de Votantes por UF**  
**Câmara dos Deputados**

Data : 06/05/2022  
 Hora : 18:26  
 Número: 20

**56ª LEGISLATURA**  
**QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA**

**Presidente da Casa:**  
 Rodrigo Pacheco - PSD/MG

**Sessão:**

SESSÃO CONJUNTA Nº 013 - 28/04/2022

Abertura Painei: 28/04/2022 08:00

Encerramento Painei: 28/04/2022 17:26

**Proposição:**

VETO Nº 25 DE 2021 - DISPOSITIVOS 001 A 005 -  
 MARCO LEGAL DAS "STARTUPS"

**Presidiram a Sessão:**

Marcelo Ramos - 12:37  
 General Peternelli - 12:40  
 Marcelo Ramos - 12:45  
 Marcelo Castro - 14:03  
 Marcelo Ramos - 14:04  
 Marcel van Hattem - 16:46  
 Marcelo Ramos - 16:53

Início Votação: 28/04/2022 15:58

Fim Votação: 28/04/2022 16:21

**Presidiram a Votação:**

Marcelo Ramos

**Resultado da Votação**

Sim 285

Não 84

Total da Votação 369

Art. 51 1

Total Quorum 370

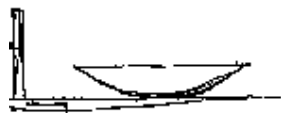
Obstrução 0

**Orientação**

PL - Sim  
 PT - Sim  
 PP - Sim  
 União - Sim  
 PSD - Sim  
 Republican - Sim  
 MDB - Sim  
 PSB - Não  
 PSDB - Não  
 PDT -  
 PSC -  
 Podemos -  
 PSOL - Sim  
 Novo - Não  
 PCdoB -  
 Solidariad -  
 Avante -  
 Cidadania -  
 PROS -  
 Patriota -  
 PV -  
 PTB -  
 Rede -  
 Maioria -  
 Minoria - Sim  
 Oposição - Sim  
 GOV. - Sim

	Partido	Bloco	Voto
<b>RORAIMA</b>			
Hiran Gonçalves	PP		Sim
Joenia Wapichana	Rede		Sim
Nicoletti	União		Sim
Ottaci Nascimento	Solidariad		Sim
Shéridan	PSDB		Não



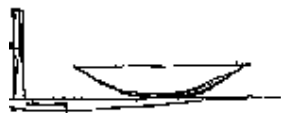


**Congresso Nacional**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Lista de Votantes por UF**  
**Câmara dos Deputados**

Data : 06/05/2022  
 Hora : 18:26  
 Número: 20

	Partido	Bloco	Voto
<b>Total Roraima : 5</b>			
<b>AMAPÁ</b>			
André Abdon	PP		Sim
Camilo Capiberibe	PSB		Sim
Jorielson	PL		Sim
Professora Marcivania	PCdoB		Sim
<b>Total Amapá : 4</b>			
<b>PARÁ</b>			
Airton Faleiro	PT		Sim
Beto Faro	PT		Sim
Cássio Andrade	PSB		Não
Cristiano Vale	PP		Sim
Eduardo Costa	PSD		Sim
Elcione Barbalho	MDB		Não
Hélio Leite	União		Sim
Júnior Ferrari	PSD		Não
Nilson Pinto	PSDB		Não
Olival Marques	MDB		Sim
Vivi Reis	PSOL		Sim
<b>Total Pará : 11</b>			
<b>AMAZONAS</b>			
José Ricardo	PT		Sim
Marcelo Ramos	PSD		Art.51
Sidney Leite	PSD		Sim
<b>Total Amazonas : 3</b>			
<b>RONDONIA</b>			
Coronel Chrisóstomo	PL		Sim
Exedito Netto	PSD		Sim
Léo Moraes	Podemos		Sim
Lucio Mosquini	MDB		Sim
Mariana Carvalho	Republican		Sim
Mauro Nazif	PSB		Não
Silvia Cristina	PL		Sim
<b>Total Rondonia : 7</b>			
<b>ACRE</b>			
Alan Rick	União		Sim
Flaviano Melo	MDB		Sim
Leo de Brito	PT		Sim
Mara Rocha	MDB		Não
<b>Total Acre : 4</b>			
<b>TOCANTINS</b>			
Carlos Henrique Gaguim	União		Sim





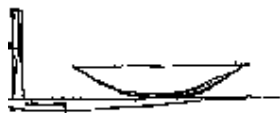
**Congresso Nacional**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Lista de Votantes por UF**  
**Câmara dos Deputados**

Data : 06/05/2022  
 Hora : 18:26  
 Número: 20

	Partido	Bloco	Voto
<b>TOCANTINS</b>			
Célio Moura	PT		Sim
Dulce Miranda	MDB		Sim
Eli Borges	PL		Sim
Osires Damaso	PSC		Sim
Tiago Dimas	Podemos		Não
Vicentinho Júnior	PP		Sim
<b>Total Tocantins : 7</b>			
<b>MARANHÃO</b>			
Aluisio Mendes	PSC		Sim
Bira do Pindaré	PSB		Não
Cleber Verde	Republican		Sim
Edilázio Júnior	PSD		Sim
Gil Cutrim	Republican		Sim
Hildo Rocha	MDB		Sim
Josivaldo JP	PSD		Sim
Márcio Jerry	PCdoB		Sim
Marreca Filho	Patriota		Sim
Pastor Gil	PL		Sim
Paulo Marinho Jr	PL		Não
Pedro Lucas Fernandes	União		Sim
Rubens Pereira Júnior	PT		Sim
Victor Mendes	MDB		Sim
Zé Carlos	PT		Sim
<b>Total Maranhão : 15</b>			
<b>CEARÁ</b>			
AJ Albuquerque	PP		Sim
André Figueiredo	PDT		Sim
Célio Studart	PSD		Sim
Danilo Forte	União		Sim
Denis Bezerra	PSB		Não
Domingos Neto	PSD		Sim
Dr. Jaziel	PL		Sim
Eduardo Bismarck	PDT		Sim
Genecias Noronha	PL		Sim
Heitor Freire	União		Sim
Idilvan Alencar	PDT		Sim
José Airton Félix Cirilo	PT		Sim
José Guimarães	PT		Sim
Leônidas Cristino	PDT		Sim
Luizianne Lins	PT		Sim
Mauro Benevides Filho	PDT		Sim
Nelho Bezerra	União		Sim





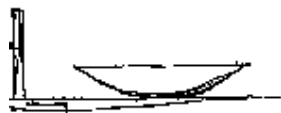


**Congresso Nacional**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Lista de Votantes por UF**  
**Câmara dos Deputados**

Data : 06/05/2022  
 Hora : 18:26  
 Número: 20

	Partido	Bloco	Voto
<b>CEARÁ</b>			
Pedro Augusto Bezerra	PDT		Sim
Robério Monteiro	PDT		Sim
<b>Total Ceará : 19</b>			
<b>PIAUI</b>			
Átila Lira	PP		Sim
Capitão Fábio Abreu	PSD		Sim
Flávio Nogueira	PT		Sim
Júlio Cesar	PSD		Sim
Margarete Coelho	PP		Sim
Marina Santos	Republican		Sim
Merlong Solano	PT		Sim
Paes Landim	União		Sim
Rejane Dias	PT		Sim
<b>Total Piauí : 9</b>			
<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>			
Benes Leocádio	União		Sim
Carla Dickson	União		Sim
General Girão	PL		Sim
João Maia	PL		Não
Natália Bonavides	PT		Sim
Rafael Motta	PSB		Não
Walter Alves	MDB		Sim
<b>Total Rio Grande do Norte : 7</b>			
<b>PARAÍBA</b>			
Aguinaldo Ribeiro	PP		Não
Edna Henrique	Republican		Sim
Efraim Filho	União		Sim
Frei Anastacio Ribeiro	PT		Sim
Gervásio Maia	PSB		Não
Hugo Motta	Republican		Sim
Julian Lemos	União		Não
Leonardo Gadelha	PSC		Não
Ruy Carneiro	PSC		Sim
Wellington Roberto	PL		Sim
Wilson Santiago	Republican		Sim
<b>Total Paraíba : 11</b>			
<b>PERNAMBUCO</b>			
André de Paula	PSD		Sim
Augusto Coutinho	Republican		Sim
Carlos Veras	PT		Sim
Daniel Coelho	Cidadania		Não
Danilo Cabral	PSB		Sim



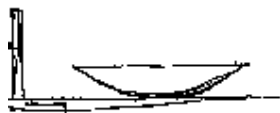


**Congresso Nacional**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Lista de Votantes por UF**  
**Câmara dos Deputados**

Data : 06/05/2022  
 Hora : 18:26  
 Número: 20

	Partido	Bloco	Voto
<b>PERNAMBUCO</b>			
Eduardo da Fonte	PP		Sim
Felipe Carreras	PSB		Não
Fernando Monteiro	PP		Sim
Gonzaga Patriota	PSB		Não
Marília Arraes	PT		Sim
Milton Coelho	PSB		Não
Ossesio Silva	Republican		Sim
Raul Henry	MDB		Não
Renildo Calheiros	PCdoB		Sim
Silvio Costa Filho	Republican		Sim
Tadeu Alencar	PSB		Não
Túlio Gadêlha	Rede		Sim
<b>Total Pernambuco : 17</b>			
<b>ALAGOAS</b>			
Marx Beltrão	PP		Sim
Nivaldo Albuquerque	Republican		Sim
Paulão	PT		Sim
Pedro Vilela	PSDB		Não
Tereza Nelma	PSD		Não
<b>Total Alagoas : 5</b>			
<b>SERGIPE</b>			
Bosco Costa	PL		Sim
Fábio Henrique	União		Sim
Fábio Mitidieri	PSD		Sim
Gustinho Ribeiro	Republican		Sim
João Daniel	PT		Sim
Laercio Oliveira	PP		Sim
<b>Total Sergipe : 6</b>			
<b>BAHIA</b>			
Abílio Santana	PSC		Sim
Afonso Florence	PT		Sim
Alice Portugal	PCdoB		Sim
Antonio Brito	PSD		Sim
Bacelar	PV		Sim
Cacá Leão	PP		Sim
Charles Fernandes	PSD		Sim
Claudio Cajado	PP		Sim
Daniel Almeida	PCdoB		Sim
Félix Mendonça Júnior	PDT		Sim
João Roma	PL		Não
Jorge Solla	PT		Sim
José Rocha	União		Sim



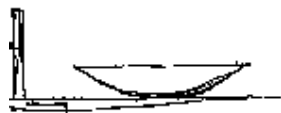


**Congresso Nacional**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Lista de Votantes por UF**  
**Câmara dos Deputados**

Data : 06/05/2022  
 Hora : 18:26  
 Número: 20

	Partido	Bloco	Voto
<b>BAHIA</b>			
Joseildo Ramos	PT		Sim
Lídice da Mata	PSB		Não
Mário Negromonte Jr.	PP		Sim
Otto Alencar Filho	PSD		Sim
Pastor Sargento Isidório	Avante		Sim
Professora Dayane Pimentel	União		Não
Raimundo Costa	Podemos		Sim
Ronaldo Carletto	PP		Sim
Tito	Avante		Não
Uldurico Junior	MDB		Sim
Valmir Assunção	PT		Sim
Zé Neto	PT		Sim
<b>Total Bahia : 25</b>			
<b>MINAS GERAIS</b>			
Aécio Neves	PSDB		Não
Alê Silva	Republican		Sim
André Janones	Avante		Não
Áurea Carolina	PSOL		Sim
Delegado Marcelo Freitas	União		Sim
Dimas Fabiano	PP		Sim
Domingos Sávio	PL		Sim
Eduardo Barbosa	PSDB		Não
Emidinho Madeira	PL		Sim
Fábio Ramalho	MDB		Sim
Franco Cartafina	PP		Sim
Fred Costa	Patriota		Sim
Gilberto Abramo	Republican		Sim
Greyce Elias	Avante		Sim
Igor Timo	Podemos		Sim
Júlio Delgado	PV		Sim
Junio Amaral	PL		Não
Lafayette de Andrada	Republican		Sim
Leonardo Monteiro	PT		Sim
Lincoln Portela	PL		Sim
Lucas Gonzalez	Novo		Não
Luis Tibé	Avante		Sim
Marcelo Álvaro Antônio	PL		Sim
Mário Heringer	PDT		Sim
Mauro Lopes	PP		Sim
Misael Varella	PSD		Sim
Newton Cardoso Jr	MDB		Sim
Odair Cunha	PT		Sim
Padre João	PT		Sim





**Congresso Nacional**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Lista de Votantes por UF**  
**Câmara dos Deputados**

Data : 06/05/2022  
 Hora : 18:26  
 Número: 20

	Partido	Bloco	Voto
<b>MINAS GERAIS</b>			
Patrus Ananias	PT		Sim
Paulo Guedes	PT		Sim
Reginaldo Lopes	PT		Sim
Rodrigo de Castro	União		Sim
Rogério Correia	PT		Sim
Stefano Aguiar	PSD		Sim
Subtenente Gonzaga	PSD		Sim
Tiago Mitraud	Novo		Não
Vilson da Fetaemg	PSB		Não
Weliton Prado	PROS		Não
<b>Total Minas Gerais : 39</b>			
<b>ESPÍRITO SANTO</b>			
Amaro Neto	Republican		Sim
Da Vitória	PP		Sim
Dra. Soraya Manato	PTB		Sim
Evair Vieira de Melo	PP		Sim
Felipe Rigoni	União		Não
Helder Salomão	PT		Sim
Lauriete	PSC		Sim
Norma Ayub	PP		Sim
Paulo Foletto	PSB		Não
<b>Total Espírito Santo : 9</b>			
<b>RIO DE JANEIRO</b>			
Alessandro Molon	PSB		Não
Altineu Côrtes	PL		Sim
Aureo Ribeiro	Solidaried		Sim
Carlos Jordy	PL		Sim
Chiquinho Brazão	União		Sim
Christino Aureo	PP		Não
Clarissa Garotinho	União		Sim
Daniel Silveira	PTB		Sim
David Miranda	PDT		Sim
Delegado Antônio Furtado	União		Sim
Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.	PP		Sim
Felício Laterça	PP		Sim
Gelson Azevedo	PL		Sim
Glauber Braga	PSOL		Sim
Gurgel	PL		Sim
Gutemberg Reis	MDB		Sim
Helio Lopes	PL		Sim
Hugo Leal	PSD		Não
Jandira Feghali	PCdoB		Sim



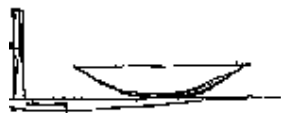


**Congresso Nacional**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Lista de Votantes por UF**  
**Câmara dos Deputados**

Data : 06/05/2022  
 Hora : 18:26  
 Número: 20

	Partido	Bloco	Voto
<b>RIO DE JANEIRO</b>			
Jones Moura	PSD		Sim
Jorge Braz	Republican		Sim
Juninho do Pneu	União		Sim
Lourival Gomes	PP		Não
Luiz Antônio Corrêa	PP		Sim
Luiz Lima	PL		Sim
Major Fabiana	PL		Sim
Marcelo Calero	PSD		Não
Marcelo Freixo	PSB		Não
Márcio Labre	PL		Sim
Paulo Ganime	Novo		Não
Paulo Ramos	PDT		Sim
Pedro Augusto Palareti	PP		Sim
Pedro Paulo	PSD		Sim
Professor Joziel	Patriota		Sim
Ricardo da Karol	PDT		Sim
Soraya Santos	PL		Não
<b>Total Rio de Janeiro : 36</b>			
<b>SÃO PAULO</b>			
Adriana Ventura	Novo		Não
Alexandre Leite	União		Sim
Alexandre Padilha	PT		Sim
Alexis Fonteyne	Novo		Não
Arlindo Chinaglia	PT		Sim
Arnaldo Jardim	Cidadania		Não
Bozzella	União		Não
Capitão Augusto	PL		Sim
Capitão Derrite	PL		Não
Carla Zambelli	PL		Sim
Carlos Sampaio	PSDB		Não
Carlos Zarattini	PT		Sim
Celso Russomanno	Republican		Sim
Cezinha de Madureira	PSD		Sim
Coronel Tadeu	PL		Sim
Eduardo Bolsonaro	PL		Sim
Eleuses Paiva	PSD		Sim
Eli Corrêa Filho	União		Sim
Enrico Misasi	MDB		Sim
General Peternelli	União		Sim
Guiga Peixoto	PSC		Não
Guilherme Mussi	PP		Sim
Herculano Passos	Republican		Sim
Joice Hasselmann	PSDB		Não



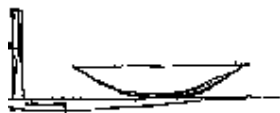


**Congresso Nacional**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Lista de Votantes por UF**  
**Câmara dos Deputados**

Data : 06/05/2022  
 Hora : 18:26  
 Número: 20

	Partido	Bloco	Voto
<b>SÃO PAULO</b>			
Kim Kataguiiri	União		Não
Luiz Philippe de Orleans e Bragança	PL		Não
Marcio Alvino	PL		Sim
Marco Bertaiolli	PSD		Sim
Maria Rosas	Republican		Sim
Miguel Lombardi	PL		Não
Nilto Tatto	PT		Sim
Orlando Silva	PCdoB		Sim
Paulo Teixeira	PT		Sim
Policial Katia Sastre	PL		Sim
Pr. Marco Feliciano	PL		Sim
Renata Abreu	Podemos		Sim
Ricardo Silva	PSD		Sim
Roberto Alves	Republican		Sim
Roberto de Lucena	Republican		Sim
Rodrigo Agostinho	PSB		Não
Rosana Valle	PL		Não
Rui Falcão	PT		Sim
Sâmia Bomfim	PSOL		Sim
Samuel Moreira	PSDB		Não
Tabata Amaral	PSB		Não
Vanderlei Macris	PSDB		Não
Vicentinho	PT		Sim
Vinicius Poit	Novo		Não
Vitor Lippi	PSDB		Não
<b>Total São Paulo : 49</b>			
<b>MATO GROSSO</b>			
Dr. Leonardo	Republican		Sim
Emanuel Pinheiro Neto	MDB		Sim
Nelson Barbudo	PL		Sim
Neri Geller	PP		Sim
Valtenir Pereira	MDB		Sim
<b>Total Mato Grosso : 5</b>			
<b>DISTRITO FEDERAL</b>			
Bia Kicis	PL		Sim
Erika Kokay	PT		Sim
Julio Cesar Ribeiro	Republican		Sim
Luis Miranda	Republican		Sim
Paula Belmonte	Cidadania		Não
<b>Total Distrito Federal : 5</b>			
<b>GOIÁS</b>			
Adriano do Baldy	PP		Sim



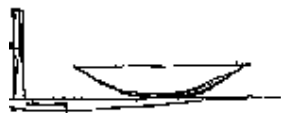


**Congresso Nacional**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Lista de Votantes por UF**  
**Câmara dos Deputados**

Data : 06/05/2022  
 Hora : 18:26  
 Número: 20

	Partido	Bloco	Voto
<b>GOIÁS</b>			
Célio Silveira	MDB		Sim
Dr. Zacharias Calil	União		Sim
Elias Vaz	PSB		Não
Francisco Jr.	PSD		Sim
Glaustin da Fokus	PSC		Sim
João Campos	Republican		Sim
Jose Mario Schreiner	MDB		Sim
José Nelto	PP		Não
Magda Mofatto	PL		Sim
Vitor Hugo	PL		Não
<b>Total Goiás : 11</b>			
<b>MATO GROSSO DO SUL</b>			
Beto Pereira	PSDB		Não
Dr. Luiz Ovando	PP		Sim
Fábio Trad	PSD		Não
Loester Trutis	PL		Sim
Rose Modesto	PSDB		Sim
Vander Loubet	PT		Sim
<b>Total Mato Grosso do Sul : 6</b>			
<b>PARANÁ</b>			
Aliel Machado	PV		Não
Christiane de Souza Yared	PP		Sim
Enio Verri	PT		Sim
Felipe Francischini	União		Sim
Filipe Barros	PL		Sim
Giacobo	PL		Sim
Gleisi Hoffmann	PT		Sim
Gustavo Fruet	PDT		Sim
Leandre	PSD		Sim
Luciano Ducci	PSB		Não
Luiz Nishimori	PSD		Sim
Luizão Goulart	Solidaried		Não
Ney Leprevost	União		Sim
Osmar Serraglio	PP		Sim
Rubens Bueno	Cidadania		Não
Sargento Fatur	PSD		Sim
Sergio Souza	MDB		Sim
Toninho Wandscheer	PROS		Sim
Zeca Dirceu	PT		Sim
<b>Total Paraná : 19</b>			
<b>SANTA CATARINA</b>			
Angela Amin	PP		Não





**Congresso Nacional**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Lista de Votantes por UF**  
**Câmara dos Deputados**

Data : 06/05/2022  
 Hora : 18:26  
 Número: 20

	Partido	Bloco	Voto
<b>SANTA CATARINA</b>			
Carlos Chiodini	MDB		Sim
Carmen Zanotto	Cidadania		Não
Caroline de Toni	PL		Sim
Celso Maldaner	MDB		Sim
Coronel Armando	PL		Sim
Daniel Freitas	PL		Não
Darci de Matos	PSD		Sim
Fabio Schiochet	União		Sim
Geovania de Sá	PSDB		Sim
Gilson Marques	Novo		Não
Hélio Costa	PSD		Sim
Pedro Uczai	PT		Sim
Rodrigo Coelho	Podemos		Não
Rogério Peninha Mendonça	MDB		Sim
<b>Total Santa Catarina : 15</b>			
<b>RIO GRANDE DO SUL</b>			
Afonso Hamm	PP		Sim
Afonso Motta	PDT		Sim
Alceu Moreira	MDB		Sim
Bibo Nunes	PL		Sim
Bohn Gass	PT		Sim
Carlos Gomes	Republican		Sim
Covatti Filho	PP		Sim
Daniel Trzeciak	PSDB		Não
Fernanda Melchionna	PSOL		Sim
Giovani Feltes	MDB		Sim
Heitor Schuch	PSB		Não
Jerônimo Goergen	PP		Sim
Lucas Redecker	PSDB		Não
Marcel van Hattem	Novo		Não
Marcon	PT		Sim
Maria do Rosário	PT		Sim
Maurício Dziedricki	Podemos		Sim
Osmar Terra	MDB		Sim
Paulo Pimenta	PT		Sim
Pedro Westphalen	PP		Sim
Sanderson	PL		Sim
<b>Total Rio Grande do Sul : 21</b>			





# Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2/2022



## ADENDO DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 2, DE 2022

### I – RELATÓRIO

Em complemento ao parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2022, do qual fui relator *ad hoc*, apresento a seguinte complementação de Plenário, a qual se justifica pelo que segue.

A alteração proposta no art. 29 do Substitutivo ao PLN 02/2022 atualiza dispositivo que trata do índice de correção monetária, alterado pelo art. 3º, da Emenda Constitucional nº 113, de 8 de dezembro de 2021. Convém esclarecer que o texto apresentado se alinha ao entendimento constante da Resolução nº 303 do Conselho Nacional de Justiça, também atualizada, em 25 de março de 2022, de forma a confluir para as inovações introduzidas pelas Emendas Constitucionais nº 113 e 114/2021, quanto à não incidência da mora em relação ao período de graça – período de que trata o § 5º do art. 100 da Constituição Federal.

Adicionalmente, a mudança permite alinhar o texto do presente Substitutivo para aquele também constante no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023, Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) nº 05, de 2022.

Ainda, O parágrafo 10, da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, estipula que “no ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa.”

Porém, essa proibição tem sido estendida para as doações onerosas, o que amplia o alcance da Lei eleitoral, sem que haja o competente instrumento legal necessário para modificações de dispositivos constantes de uma lei vigente. Embora não haja dúvidas que não estão vedadas as doações onerosas, a inclusão do Art. 81-A na LDO vigente tem por finalidade cessar a extensão que tem sido dada ao alcance do § 10 supracitado, permanecendo, entretanto, a vedação durante os três meses que antecedem o pleito, que é o mesmo prazo que a Lei proíbe para as transferências voluntárias entre a União, estados e municípios.

### II – VOTO

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Substitutivo ao Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) nº 02/2022, aprovado pela CMO, acrescentado da seguinte emenda:

#### **Emenda de Relator ao Substitutivo da CMO ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 02/2022**

Altere-se a redação constante do art. 29º do Substitutivo ao Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) nº 2/2022, e inclua-se o seguinte art. 81-A à Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, constante do art. 1º do Substitutivo ao Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) nº 2/2022.

*“Art. 29. Nas discussões e condenações que envolvam a Fazenda Pública federal, para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, incidirá, no exercício de 2022, uma única vez, até o efetivo pagamento, o índice da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic, acumulado mensalmente.*

*§ 1º A atualização dos precatórios não-tributários, no período a que alude o § 5º do art. 100 da Constituição, será exclusivamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - Especial - IPCA-E da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.*



SF/22465.54208-71



  
SF/22465.54208-71

*§ 2º Na atualização monetária dos precatórios tributários, no período a que alude o § 5º do art. 100 da Constituição, deverão ser observados os mesmos critérios pelos quais a fazenda pública devedora corrige os seus créditos tributários.*

*§ 3º Após o prazo a que alude o § 5º do art. 100 da Constituição, não havendo o adimplemento do requisito, a atualização dos precatórios tributários e não-tributários será pelo índice da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic, acumulado mensalmente, sendo vedada a sua aplicação sobre a parcela referente à correção realizada durante o período de que trata o § 5º do art. 100 da Constituição.*

*§ 4º O disposto nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo aplica-se, no que couber, aos precatórios parcelados nos termos do disposto no § 20 do art. 100 da Constituição e no art. 4º da Emenda Constitucional nº 114, de 2021.*

*§ 5º Os precatórios e as requisições de pequeno valor cancelados nos termos do disposto na Lei nº 13.463, de 6 de julho de 2017, que eventualmente venham a ser objeto de novo ofício requisito, inclusive os tributários, conservarão a remuneração correspondente a todo período em que estiveram depositados na instituição financeira.*

*§ 6º Os precatórios e as requisições de pequeno valor expedidos nos termos do disposto no § 5º deste artigo serão atualizados da data da transferência dos valores cancelados para a Conta Única do Tesouro Nacional até o novo depósito, índice da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic, acumulada mensalmente..”*

*“Art. 81-A. A doação de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública a entidades privadas, desde que com encargo para o donatário, anterior a três meses que antecedem o pleito eleitoral, não se configura em descumprimento do § 10, do art. 73, da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.”*

Sala das Sessões, em                      de                      de 2022

Senador CARLOS FÁVARO  
Relator





## CONGRESSO NACIONAL

### PARECER Nº 3 , DE 2022–PLEN-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, apresentando, em Plenário, a Redação Final do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2 de 2022, que “Altera a Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2022”.

*A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, apresenta, em Plenário, a Redação Final do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2 de 2022, que “Altera a Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2022.”*

Sala das Sessões, em                      de                      de 2022.



Senadora ROSE DE FREITAS  
Presidente



*Altera a Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2022.*

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

Art. 1º A Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 7º .....

.....

§ 5º Nenhuma ação conterà, simultaneamente, dotações destinadas a despesas financeiras e primárias, ressalvadas:

I - a Reserva de Contingência; e

II - a operação especial de que trata o inciso XXXII do caput do art. 12.

.....” (NR)

“Art. 12. ....

.....

XXVII - Fundo Especial de Financiamento de Campanha, financiado com recursos da reserva prevista no inciso II do § 4º do art. 13 desta Lei, até o valor correspondente a vinte e cinco por cento da soma das dotações para a Justiça Eleitoral para o exercício de 2021 e das dotações constantes do Projeto de Lei Orçamentária para 2022, acrescentado do valor previsto no inciso I do caput do art. 16-C da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;

.....

XXXII - despesa realizada com fundamento no disposto no § 11 e no § 21 do art. 100 da Constituição, por meio de programação específica no âmbito de Encargos Financeiros da União, na forma prevista no inciso XIII do caput do art. 5º.

.....” (NR)

“Art. 18. ....

.....

§1º .....

.....

IV - .....

.....

g) à construção, manutenção e conservação de estradas vicinais destinadas à integração com rodovias federais, estaduais e municipais;

.....” (NR)



“Art. 27-A. A Secretaria de Orçamento Federal da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia distribuirá, entre os órgãos centrais de planejamento e orçamento, ou equivalentes, do Poder Judiciário, do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, o limite para o pagamento de precatórios em 2022, previsto no § 1º do art. 107-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, proporcionalmente aos valores encaminhados na forma prevista no art. 27 desta Lei.

§ 1º Para fins de distribuição do limite a que se refere o caput, serão excluídos os precatórios de que trata o art. 4º da Emenda Constitucional nº 114, de 16 de dezembro de 2021, e os parcelados na forma prevista no § 20 do art. 100 da Constituição.

§ 2º Somente após o conhecimento dos respectivos limites pelos órgãos centrais de planejamento e orçamento, ou equivalentes, do Poder Judiciário, do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, a abertura dos créditos adicionais de que trata o § 2º do art. 27-C e a descentralização dos recursos correspondentes, na forma prevista no art. 30, os tribunais poderão efetuar os pagamentos dos precatórios.”

“Art. 27-B. Para o pagamento dos precatórios devidos pela Fazenda Pública federal, comporão a Lei Orçamentária de 2022, alocados em programações orçamentárias distintas, os valores destinados ao adimplemento:

I - dos precatórios, no limite previsto no § 1º do art. 107-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

II - das parcelas dos precatórios decorrentes de demandas relativas à complementação da União aos Estados e aos Municípios por conta do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef, na forma prevista no art. 4º da Emenda Constitucional nº 114, de 2021, acompanhados da atualização monetária; e

III - das parcelas ou dos acordos firmados com fundamento no disposto no § 20 do art. 100 da Constituição e dos acordos firmados na forma prevista no § 3º do art. 107-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, acompanhados da atualização monetária.

§ 1º Será constituída reserva de contingência para o cumprimento da atualização monetária dos precatórios de que trata o inciso I do caput.

§ 2º Caso o credor de precatório não incluído no limite para pagamento em 2022, de que trata o § 1º do art. 107-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, celebre acordo direto perante juízos auxiliares de conciliação de pagamento de condenações judiciais contra a Fazenda Pública federal, na forma prevista no § 3º do art. 107-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o tribunal competente, por intermédio do seu órgão setorial de orçamento, solicitará à Secretaria de Orçamento Federal da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia os recursos necessários ao seu adimplemento, com indicação do valor a ser pago, discriminado por órgão da administração pública federal direta, autarquia e fundação, e por GND, conforme detalhamento estabelecido no art. 7º e com as especificações a que se refere o art. 27, os quais serão descentralizados após a abertura do crédito adicional.”

“Art. 27-C. Observado o limite para pagamento de precatórios, estabelecido e distribuído na forma prevista no caput e no § 1º do art. 27-A, os órgãos centrais de planejamento e orçamento, ou equivalentes, do Poder Judiciário, do Conselho Nacional



de Justiça e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios indicarão a relação dos precatórios a serem pagos em 2022:

I - à Secretaria de Orçamento Federal da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia;

II - à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Economia;

III - à Advocacia-Geral da União; e

IV - aos órgãos e às entidades devedores.

§ 1º Para estabelecer os precatórios que integrarão a relação de que trata o caput, os órgãos do Poder Judiciário observarão o disposto no § 8º do art. 107-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 2º Para fins de aplicação da regra de parcelamento prevista no art. 4º da Emenda Constitucional nº 114, de 2021, os órgãos centrais de planejamento e orçamento, ou equivalentes, do Poder Judiciário, do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios informarão aos órgãos de que tratam os incisos I a III do caput a relação dos precatórios decorrentes de demandas relativas à complementação da União aos Estados e aos Municípios por conta do Fundef que integraram a relação encaminhada na forma prevista no art. 27.

§ 3º Após o recebimento da relação de que tratam o caput e o § 2º, a Secretaria de Orçamento Federal da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia ajustará, por meio da abertura de créditos adicionais, as dotações orçamentárias destinadas ao pagamento dos precatórios.”

“Art. 29. Nas discussões e condenações que envolvam a Fazenda Pública federal, para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, incidirá, no exercício de 2022, uma única vez, até o efetivo pagamento, o índice da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic, acumulado mensalmente.

§ 1º A atualização dos precatórios não-tributários, no período a que alude o § 5º do art. 100 da Constituição, será exclusivamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - Especial - IPCA-E da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§ 2º Na atualização monetária dos precatórios tributários, no período a que alude o § 5º do art. 100 da Constituição, deverão ser observados os mesmos critérios pelos quais a fazenda pública devedora corrige os seus créditos tributários.

§ 3º Após o prazo a que alude o § 5º do art. 100 da Constituição, não havendo o adimplemento do requisitório, a atualização dos precatórios tributários e não-tributários será pelo índice da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic, acumulado mensalmente, sendo vedada a sua aplicação sobre a parcela referente à correção realizada durante o período de que trata o § 5º do art. 100 da Constituição.

§ 4º O disposto nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo aplica-se, no que couber, aos precatórios parcelados nos termos do disposto no § 20 do art. 100 da Constituição e no art. 4º da Emenda Constitucional nº 114, de 2021.

§ 5º Os precatórios e as requisições de pequeno valor cancelados nos termos do disposto na Lei nº 13.463, de 6 de julho de 2017, que eventualmente venham a ser objeto de novo ofício requisitório, inclusive os tributários, conservarão a remuneração correspondente a todo período em que estiveram depositados na instituição financeira.



§ 6º Os precatórios e as requisições de pequeno valor expedidos nos termos do disposto no § 5º deste artigo serão atualizados da data da transferência dos valores cancelados para a Conta Única do Tesouro Nacional até o novo depósito, índice da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic, acumulada mensalmente.” (NR)

“Art. 30. ....” (NR)

§ 1º A descentralização de que trata o caput será feita automaticamente pelo órgão central do Siafi:

I - imediatamente após a publicação da Lei Orçamentária de 2022 e dos créditos adicionais, no que se refere às dotações destinadas ao pagamento das requisições de pequeno valor; ou

II - imediatamente após a abertura do crédito de que trata o § 3º do art. 27-C e os demais créditos adicionais, quando for o caso, quanto às dotações destinadas ao pagamento dos precatórios.

§ 2º A descentralização referente ao pagamento dos precatórios judiciais resultantes de causas processadas pela justiça comum estadual, exceto as do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, será feita em favor do Conselho Nacional de Justiça, ao qual caberá disponibilizar os recursos aos tribunais que proferirem as decisões exequendas.

§ 3º Caso o valor descentralizado seja insuficiente para o pagamento integral do débito, o tribunal competente ou o Conselho Nacional de Justiça, se for o caso, por intermédio do seu órgão setorial de orçamento, providenciará, perante a Secretaria de Orçamento Federal da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, a complementação da dotação descentralizada, da qual dará conhecimento aos órgãos ou às entidades descentralizadoras.

§ 4º Caso as dotações descentralizadas referentes aos precatórios sejam superiores ao valor necessário para o pagamento integral dos débitos relativos a essas despesas, o tribunal competente ou o Conselho Nacional de Justiça, se for o caso, por intermédio do seu órgão setorial de orçamento, providenciará a devolução imediata do saldo da dotação apurado e, se for o caso, dos recursos financeiros correspondentes, da qual dará conhecimento aos órgãos ou às entidades descentralizadoras, à Secretaria de Orçamento Federal e à Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, exceto se houver necessidade de abertura de créditos adicionais para o pagamento de precatórios ou de requisições de pequeno valor.

.....” (NR)

“Art. 31. Até sessenta dias após a descentralização de que trata o art. 30, as unidades orçamentárias do Poder Judiciário discriminarão no Siafi a relação dos precatórios relativos às dotações a elas descentralizadas, na qual especificarão a ordem cronológica dos pagamentos, os valores a serem pagos e o órgão ou a entidade em que se originou o débito.

.....” (NR)

“Art. 60. ....” (NR)

§ 1º O dever de execução de que trata o § 10 do art. 165 da Constituição não obsta a escolha das programações que serão objeto de cancelamento e de aplicação, por meio





das alterações de que trata o caput, desde que cumpridos os demais requisitos referidos nesta Lei.

§ 2º Para fins de atendimento ao disposto no inciso I do § 11 do art. 165 da Constituição, fica autorizado o Poder Executivo a realizar o bloqueio de dotações orçamentárias discricionárias constantes da Lei Orçamentária de 2022, com o identificador de resultado primário de que trata a alínea “b” do inciso II do § 4º do art. 7º desta Lei, no montante necessário ao cumprimento do limite individualizado estabelecido no art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com fundamento nas projeções constantes dos relatórios de avaliação de receitas e de despesas de que trata o art. 62 desta Lei.” (NR)

“Art. 81-A. A doação de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública a entidades privadas, desde que com encargo para o donatário, anterior a três meses que antecedem o pleito eleitoral, não se configura em descumprimento do § 10 do art. 73 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.”

“Art. 97. A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada da União não poderá superar a variação acumulada:

.....  
I-A - do Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M da Fundação Getúlio Vargas, no período compreendido entre a data de emissão dos títulos que a compõem e o final do exercício de 2019; e

II - do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do IBGE, a partir do exercício de 2020.” (NR)

“Art. 125. ....

I - .....

a) ser demonstrado pelo proponente que a redução da receita foi considerada na estimativa da Lei Orçamentária, na forma prevista no art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal;

b) estar acompanhada de medida compensatória que anule o efeito da redução da receita no resultado primário, por meio do aumento de receita corrente ou da redução de despesa; ou

.....  
§ 8º .....

I - aos impostos a que se refere o inciso I do § 3º do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal;

II - às hipóteses de transação no contencioso tributário de pequeno valor, na forma prevista na legislação, observado o disposto no inciso II do § 3º do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal;

III - à redução de tributos incidentes sobre operações que envolvam biodiesel, óleo diesel, querosene de aviação e gás liquefeito de petróleo, derivado de petróleo e de gás natural; e

IV - às proposições legislativas do Poder Executivo que reabrirem o prazo de migração para o regime de previdência complementar de que trata o § 7º do art. 3º da Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, e reduzirem receita da contribuição prevista no art. 40 da Constituição.



.....” (NR)

“Art. 127. ....

I - autorizem redução de receita, ainda que a produção de efeitos dependa de atuação administrativa posterior;

.....” (NR)

“Art. 136. ....

.....

§ 3º Ficam dispensadas do atendimento ao disposto nos incisos I, II e III do caput e no § 1º as proposições legislativas que alterem as normas de tributação de investimentos de não residentes ou de domiciliados no exterior.” (NR)

Art. 2º Ficam revogados os seguintes dispositivos da Lei nº 14.194, de 2021:

I - o § 1º do art. 29;

II - o parágrafo único do art. 60; e

III - a alínea “s” do inciso I do § 1º do art. 151.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em                      de                      de 2022.



# Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3/2022





## CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

### PARECER Nº 1, DE 2022 -PLEN/CN

Da **Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3, de 2022 (PLN 3/2022), que *“Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito especial no valor de R\$ 7.676.200.000,00, para o fim que especifica”*.

Autor: Poder Executivo

Relator(a): Deputado Claudio Cajado

#### I. RELATÓRIO

Nos termos do art. 61 e do art. 84, inc. XXIII, da Constituição Federal, o Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 179/2022, na origem, o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3, de 2022 (PLN 3/2022), que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito especial no valor de R\$ 7.676.200.000,00, proveniente de leilões vinculados à Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRÁS..

Nos termos da Exposição de Motivos (EM) n.º 00053/2022 ME, de 3 de março de 2022, que acompanhou o projeto, o crédito em pauta tem por objetivo viabilizar o cumprimento da Lei nº 13.885, de 17 de outubro de 2019, que estabelece critérios de distribuição dos valores arrecadados com os leilões dos volumes excedentes ao limite a que se refere o § 2º do art. 1º da Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010<sup>1</sup>, para Estados, Distrito Federal e Municípios. O crédito será viabilizado à conta

1 Art. 1º Fica a União autorizada a ceder onerosamente à Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, dispensada a licitação, o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o inciso I do art. 177 da Constituição Federal, em áreas não concedidas localizadas no pré-sal.

...  
§ 2º A cessão de que trata o caput deverá produzir efeitos até que a Petrobras extraia o número de barris equivalentes de petróleo definido em respectivo contrato de cessão, não podendo tal número exceder a 5.000.000.000 (cinco bilhões) de barris equivalentes de petróleo.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Claudio Cajado  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221688553200>

1 de 5





## CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

da incorporação de excesso de arrecadação referente a Recursos de Concessões e Permissões.

Com relação à obtenção da meta de resultado primário prevista na Lei n.º 14.194, de 20 de agosto de 2021 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022 – LDO 2022), a EM informa que as alterações decorrentes da abertura do crédito em análise são referentes a Transferências Obrigatórias, relativas à distribuição de valores aos Estados, Distrito Federal e Municípios, provenientes de leilões vinculados à Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRÁS, cujos recursos já se encontram arrecadados no âmbito do Tesouro Nacional.

Ainda segundo a EM, em relação à vedação constante do § 5º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, quanto à ampliação dos limites individualizados para as despesas primárias da União (Teto de Gastos), o projeto não amplia as dotações orçamentárias sujeitas aos limites, tendo em vista o disposto no § 6º, inciso I, do referido artigo, que exclui a transferência em pauta da base de cálculo e dos limites nele estabelecidos.

O quadro a seguir apresenta a aplicação e a origem dos recursos;

### Quadro 1 – Aplicação e Origem dos Recursos

Discriminação	Em R\$ 1,00	
	Aplicação	Origem dos Recursos
<b>Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios</b>	<b>7.676.200.000</b>	<b>0</b>
Recursos sob Supervisão da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	7.676.200.000	0
<b>Excesso de Arrecadação de Recursos de Concessões e Permissões</b>	<b>0</b>	<b>7.676.200.000</b>



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Claudio Cajado  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221688553200>

2 de 5



**CONGRESSO NACIONAL**

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

<b>Total</b>	<b>7.676.200.000</b>	<b>7.676.200.000</b>
--------------	----------------------	----------------------

Não foram apresentadas emendas ao projeto de lei.

É o relatório.

**II. ANÁLISE**

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo está articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, ou seja, crédito especial, haja vista pretender alocar recursos em programação não prevista na lei orçamentária vigente.

Observa-se, ainda, que a proposta está formulada em conformidade com o disposto no Plano Plurianual 2020-2023 (Lei nº 13.971, de 2019), na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022 (Lei nº 14.194, de 2021), na Lei Orçamentária Anual para 2022 (Lei nº 14.303, de 2022), na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Lei Complementar nº 101, de 2000), e na Lei nº 4.320, de 1964.

Especificamente quanto à obtenção da meta de resultado primário e à obediência ao Novo Regime Fiscal, assiste razão à EM que acompanhou o projeto, pois o projeto é neutro do ponto de vista fiscal e as transferências constantes da proposição não se incluem na base de cálculo e no limite para as despesas primárias do Poder Executivo.

O crédito em questão decorre do disposto no art. 5.º na Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010<sup>2</sup>, que determinou a partilha de Royalties sobre o produto da lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos em áreas não concedidas localizadas no pré-sal.

2 Autoriza a União a ceder onerosamente à Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o inciso I do art. 177 da Constituição Federal, e dá outras providências.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Claudio Cajado  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221688553200>

3 de 5





## CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A EM que acompanhou o projeto informa que os recursos que suportarão o crédito especial - a incorporação de excesso de arrecadação referente a Recursos de Concessões e Permissões – já se encontram arrecadados no âmbito do Tesouro Nacional.

### III. VOTO DO RELATOR

Diante do exposto e considerando a constitucionalidade, juridicidade e mérito da matéria, somos pela aprovação do PLN nº 3, de 2022, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão Mista, em                      de                      de 2022.

DEPUTADO CLAUDIO CAJADO

Relator(a)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Claudio Cajado  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221688553200>

4 de 5





Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Claudio Cajado  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221688553200>

5 de 5



\*CD221688553200\*





# Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1/2022



**CONGRESSO NACIONAL****PARECER Nº 2, DE 2022-PLEN/CN**

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, apresentando, em Plenário, a Redação Final do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1 de 2022, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 2.572.154.060,00, para reforço das dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

*A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, apresenta, em Plenário, a Redação Final do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1 de 2022, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 2.572.154.060,00, para reforço das dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.*

Sala das Sessões, em                      de                      de 2022.

Senadora ROSE DE FREITAS

Presidente



6

**CONGRESSO NACIONAL****SUBSTITUTIVO**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 2.572.154.060,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022), em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 2.572.154.060,00 (dois bilhões quinhentos e setenta e dois milhões cento e cinquenta e quatro mil e sessenta reais), para atender às programações constantes do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem da incorporação de recursos decorrentes de vetos opostos à Lei nº 14.303, de 2022, nos termos do disposto no § 8º do art. 166 da Constituição, cujas fontes constam do Anexo II.

Parágrafo único. Em observância ao disposto no parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e no art. 55 da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, ficam substituídas por superavit financeiro da fonte “00 - Recursos Primários de Livre Aplicação”, na forma prevista no § 2º do art. 42 da Lei nº 14.194, de 2021, as fontes de recursos relacionadas no Anexo III.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**BRASÍLIA,**



ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República  
UNIDADE: 20101 - Presidência da República

ANEXO I		Crédito Suplementar							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							1.941.695
		ATIVIDADES							
04 122	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							1.941.695
04 122	0032 20TP 0001	Ativos Cíveis da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	1.941.695
TOTAL - FISCAL									1.941.695
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.941.695

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República  
UNIDADE: 20118 - Agência Brasileira de Inteligência - ABIN

ANEXO I		Crédito Suplementar							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							2.962.000
		ATIVIDADES							
06 122	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							2.962.000
06 122	0032 20TP 0001	Ativos Cíveis da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	2.962.000
TOTAL - FISCAL									2.962.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.962.000



ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento									
UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta									
ANEXO I								Crédito Suplementar	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							12.578.224
ATIVIDADES									
20 122	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							12.578.224
20 122	0032 20TP 0001	Ativos Cíveis da União - Nacional							12.578.224
			F	1	1	90	0	100	12.578.224
TOTAL - FISCAL									12.578.224
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									12.578.224

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento									
UNIDADE: 22201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA									
ANEXO I								Crédito Suplementar	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							4.062.701
ATIVIDADES									
21 122	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							4.062.701
21 122	0032 20TP 0001	Ativos Cíveis da União - Nacional							4.062.701
			F	1	1	90	0	100	4.062.701
TOTAL - FISCAL									4.062.701
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.062.701



ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento									
UNIDADE: 22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							29.829.299
		ATIVIDADES							
20 122	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							29.829.299
20 122	0032 20TP 0001	Ativos Cíveis da União - Nacional							29.829.299
			F	1	1	90	0	100	29.829.299
TOTAL - FISCAL									29.829.299
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									29.829.299

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento									
UNIDADE: 22211 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							7.929.829
		ATIVIDADES							
20 122	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							7.929.829
20 122	0032 20TP 0001	Ativos Cíveis da União - Nacional							7.929.829
			F	1	1	90	0	100	7.929.829
TOTAL - FISCAL									7.929.829
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.929.829



ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações									
UNIDADE: 24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - Administração Direta									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							6.409.666
		ATIVIDADES							
19 122	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							6.409.666
19 122	0032 20TP 0001	Ativos Cíveis da União - Nacional							6.409.666
			F	1	1	90	0	100	6.409.666
TOTAL - FISCAL									6.409.666
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.409.666

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações									
UNIDADE: 24204 - Comissão Nacional de Energia Nuclear									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							3.364.877
		ATIVIDADES							
19 122	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							3.364.877
19 122	0032 20TP 0033	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio de Janeiro							3.364.877
			F	1	1	90	0	100	3.364.877
TOTAL - FISCAL									3.364.877
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.364.877



ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia									
UNIDADE: 25101 - Ministério da Economia - Administração Direta									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							18.197.053
ATIVIDADES									
04 122	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							18.197.053
04 122	0032 20TP 0001	Ativos Cíveis da União - Nacional							18.197.053
			F	1	1	90	0	100	18.197.053
TOTAL - FISCAL									18.197.053
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									18.197.053

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia									
UNIDADE: 25103 - Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							56.872.363
ATIVIDADES									
04 122	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							49.012.363
04 122	0032 20TP 0001	Ativos Cíveis da União - Nacional							49.012.363
			F	1	1	90	0	100	49.012.363
04 122	0032 21BW	Bônus de Eficiência e Produtividade de Servidores Inativos e Pensionistas da União							3.660.000
04 122	0032 21BW 0001	Bônus de Eficiência e Produtividade de Servidores Inativos e Pensionistas da União - Nacional							3.660.000
			F	1	1	90	0	100	3.660.000
04 122	0032 21BX	Bônus de Eficiência e Produtividade de Servidores Ativos da União							4.200.000
04 122	0032 21BX 0001	Bônus de Eficiência e Produtividade de Servidores Ativos da União - Nacional							4.200.000
			F	1	1	90	0	100	4.200.000
TOTAL - FISCAL									56.872.363
TOTAL - SEGURIDADE									0





TOTAL - GERAL 56.872.363

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia									
UNIDADE: 25104 - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							8.515.539
ATIVIDADES									
04 122	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							8.515.539
04 122	0032 20TP 0001	Ativos Cíveis da União - Nacional							8.515.539
			F	1	1	90	0	100	8.515.539
TOTAL - FISCAL									8.515.539
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.515.539

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia									
UNIDADE: 25203 - Comissão de Valores Mobiliários									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							1.486.544
ATIVIDADES									
04 122	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							1.486.544
04 122	0032 20TP 0001	Ativos Cíveis da União - Nacional							1.486.544
			F	1	1	90	0	100	1.486.544
TOTAL - FISCAL									1.486.544
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.486.544

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia									
UNIDADE: 25208 - Superintendência de Seguros Privados									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	



FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							1.193.868
		ATIVIDADES							
04 122	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							1.193.868
04 122	0032 20TP 0033	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio de Janeiro	F	1	1	90	0	100	1.193.868
TOTAL - FISCAL									1.193.868
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.193.868

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia  
UNIDADE: 25297 - Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI

ANEXO I									Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							1.684.616
		ATIVIDADES							
22 122	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							1.684.616
22 122	0032 20TP 0033	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio de Janeiro	F	1	1	90	0	100	1.684.616
TOTAL - FISCAL									1.684.616
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.684.616

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia  
UNIDADE: 25300 - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ANEXO I									Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							1.034.883
		ATIVIDADES							
04 122	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							1.034.883
04 122	0032 20TP 0001	Ativos Cíveis da União - Nacional							1.034.883



			F	1	1	90	0	100	1.034.883
TOTAL - FISCAL									1.034.883
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.034.883

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia  
UNIDADE: 25301 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ANEXO I									Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							7.479.042
ATIVIDADES									
04 122	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							7.479.042
04 122	0032 20TP 0001	Ativos Cíveis da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	7.479.042
TOTAL - FISCAL									7.479.042
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.479.042

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26101 - Ministério da Educação - Administração Direta

ANEXO I									Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							1.144.028
ATIVIDADES									
12 122	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							1.144.028
12 122	0032 20TP 0001	Ativos Cíveis da União - Nacional	F	1	1	90	8	100	1.144.028
TOTAL - FISCAL									1.144.028
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.144.028



ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26201 - Colégio Pedro II									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							2.874.538
ATIVIDADES									
12 368	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							2.874.538
12 368	0032 20TP 0033	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio de Janeiro	F	1	1	90	8	100	2.874.538
TOTAL - FISCAL									2.874.538
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.874.538
ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26230 - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							1.307.842
ATIVIDADES									
12 364	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							1.307.842
12 364	0032 20TP 0020	Ativos Cíveis da União - Na Região Nordeste	F	1	1	90	8	100	1.307.842
TOTAL - FISCAL									1.307.842
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.307.842



ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26231 - Universidade Federal de Alagoas									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							4.196.937
ATIVIDADES									
12 364	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							4.196.937
12 364	0032 20TP 0027	Ativos Cíveis da União - No Estado de Alagoas	F	1	1	90	8	100	4.196.937
TOTAL - FISCAL									4.196.937
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.196.937

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26232 - Universidade Federal da Bahia									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							6.878.246
ATIVIDADES									
12 364	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							6.878.246
12 364	0032 20TP 0029	Ativos Cíveis da União - No Estado da Bahia	F	1	1	90	8	100	6.878.246
TOTAL - FISCAL									6.878.246
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.878.246

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26233 - Universidade Federal do Ceará									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S	G N	R P	M O	I U	F T	VALOR



	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	F	D		D		E	6.516.665
		ATIVIDADES							
12 364	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							6.516.665
12 364	0032 20TP 0023	Ativos Cíveis da União - No Estado do Ceará	F	1	1	90	8	100	6.516.665
TOTAL - FISCAL									6.516.665
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.516.665

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26234 - Universidade Federal do Espírito Santo

ANEXO I		Crédito Suplementar							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							4.836.111
		ATIVIDADES							
12 364	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							4.836.111
12 364	0032 20TP 0032	Ativos Cíveis da União - No Estado do Espírito Santo	F	1	1	90	8	100	4.836.111
TOTAL - FISCAL									4.836.111
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.836.111

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26235 - Universidade Federal de Goiás

ANEXO I		Crédito Suplementar							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							5.263.766
		ATIVIDADES							
12 364	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							5.263.766
12 364	0032 20TP 0052	Ativos Cíveis da União - No Estado de Goiás	F	1	1	90	8	100	5.263.766
									5.263.766



TOTAL - FISCAL	5.263.766
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	5.263.766

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26236 - Universidade Federal Fluminense									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							8.932.958
		ATIVIDADES							
12 364	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							8.932.958
12 364	0032 20TP 0033	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio de Janeiro							8.932.958
			F	1	1	90	8	100	8.932.958
TOTAL - FISCAL									8.932.958
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.932.958

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26237 - Universidade Federal de Juiz de Fora									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							4.432.924
		ATIVIDADES							
12 364	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							4.432.924
12 364	0032 20TP 0031	Ativos Cíveis da União - No Estado de Minas Gerais							4.432.924
			F	1	1	90	8	100	4.432.924
TOTAL - FISCAL									4.432.924
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.432.924

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26238 - Universidade Federal de Minas Gerais									



ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
									Crédito Suplementar
									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							9.050.160
ATIVIDADES									
12 364	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							9.050.160
12 364	0032 20TP 0031	Ativos Cíveis da União - No Estado de Minas Gerais	F	1	1	90	8	100	9.050.160
TOTAL - FISCAL									9.050.160
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.050.160

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26239 - Universidade Federal do Pará

ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
									Crédito Suplementar
									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							7.081.469
ATIVIDADES									
12 364	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							7.081.469
12 364	0032 20TP 0015	Ativos Cíveis da União - No Estado do Pará	F	1	1	90	8	100	7.081.469
TOTAL - FISCAL									7.081.469
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.081.469

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26240 - Universidade Federal da Paraíba

ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
									Crédito Suplementar
									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							7.997.428
ATIVIDADES									





12 364	0032 20TP	Ativos Cíveis da União								7.997.428
12 364	0032 20TP 0025	Ativos Cíveis da União - No Estado da Paraíba								7.997.428
			F	1	1	90	8	100		7.997.428
TOTAL - FISCAL										7.997.428
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										7.997.428

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação										
UNIDADE: 26241 - Universidade Federal do Paraná										
ANEXO I										Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							6.758.213	
		ATIVIDADES								
12 364	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							6.758.213	
12 364	0032 20TP 0041	Ativos Cíveis da União - No Estado do Paraná	F	1	1	90	8	100	6.758.213	
TOTAL - FISCAL										6.758.213
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										6.758.213

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação										
UNIDADE: 26242 - Universidade Federal de Pernambuco										
ANEXO I										Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							7.788.553	
		ATIVIDADES								
12 364	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							7.788.553	
12 364	0032 20TP 0026	Ativos Cíveis da União - No Estado de Pernambuco	F	1	1	90	8	100	7.788.553	
TOTAL - FISCAL										7.788.553
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										7.788.553



ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26243 - Universidade Federal do Rio Grande do Norte									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							7.130.146
ATIVIDADES									
12 364	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							7.130.146
12 364	0032 20TP 0024	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio Grande do Norte	F	1	1	90	8	100	7.130.146
TOTAL - FISCAL									7.130.146
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.130.146

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26244 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							8.792.280
ATIVIDADES									
12 364	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							8.792.280
12 364	0032 20TP 0043	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio Grande do Sul	F	1	1	90	8	100	8.792.280
TOTAL - FISCAL									8.792.280
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.792.280

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26245 - Universidade Federal do Rio de Janeiro									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR



			S	N	P	O	U	T	
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	F	D		D		E	14.058.562
		ATIVIDADES							
12 364	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							14.058.562
12 364	0032 20TP 0033	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio de Janeiro	F	1	1	90	8	100	14.058.562
TOTAL - FISCAL									14.058.562
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									14.058.562

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26246 - Universidade Federal de Santa Catarina

ANEXO I									Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D		D		E	
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							7.202.673
		ATIVIDADES							
12 364	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							7.202.673
12 364	0032 20TP 0042	Ativos Cíveis da União - No Estado de Santa Catarina	F	1	1	90	8	100	7.202.673
TOTAL - FISCAL									7.202.673
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.202.673

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26247 - Universidade Federal de Santa Maria

ANEXO I									Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D		D		E	
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							5.932.857
		ATIVIDADES							
12 364	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							5.932.857
12 364	0032 20TP 0043	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio Grande do Sul							5.932.857



			F	1	1	90	8	100	5.932.857
TOTAL - FISCAL									5.932.857
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.932.857

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26248 - Universidade Federal Rural de Pernambuco

ANEXO I									Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							3.165.138
ATIVIDADES									
12 364	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							3.165.138
12 364	0032 20TP 0026	Ativos Cíveis da União - No Estado de Pernambuco	F	1	1	90	8	100	3.165.138
TOTAL - FISCAL									3.165.138
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.165.138

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26249 - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

ANEXO I									Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							3.616.569
ATIVIDADES									
12 364	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							3.616.569
12 364	0032 20TP 0033	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio de Janeiro	F	1	1	90	8	100	3.616.569
TOTAL - FISCAL									3.616.569
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.616.569

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação



UNIDADE: 26250 - Fundação Universidade Federal de Roraima

ANEXO I										Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								1.455.880
ATIVIDADES										
12 364	0032 20TP	Ativos Cíveis da União								1.455.880
12 364	0032 20TP 0014	Ativos Cíveis da União - No Estado de Roraima	F	1	1	90	8	100		1.455.880
TOTAL - FISCAL										1.455.880
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										1.455.880

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26251 - Fundação Universidade Federal do Tocantins

ANEXO I										Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								1.906.649
ATIVIDADES										
12 364	0032 20TP	Ativos Cíveis da União								1.906.649
12 364	0032 20TP 0017	Ativos Cíveis da União - No Estado do Tocantins	F	1	1	90	8	100		1.906.649
TOTAL - FISCAL										1.906.649
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										1.906.649

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26252 - Universidade Federal de Campina Grande

ANEXO I										Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								3.788.606



		ATIVIDADES							
12 364	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							3.788.606
12 364	0032 20TP 0025	Ativos Cíveis da União - No Estado da Paraíba							3.788.606
			F	1	1	90	8	100	3.788.606
TOTAL - FISCAL									3.788.606
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.788.606

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26253 - Universidade Federal Rural da Amazônia

									Crédito Suplementar
									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							1.439.672
		ATIVIDADES							
12 364	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							1.439.672
12 364	0032 20TP 0015	Ativos Cíveis da União - No Estado do Pará							1.439.672
			F	1	1	90	8	100	1.439.672
TOTAL - FISCAL									1.439.672
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.439.672

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26254 - Universidade Federal do Triângulo Mineiro

									Crédito Suplementar
									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							1.914.669
		ATIVIDADES							
12 364	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							1.914.669
12 364	0032 20TP 0031	Ativos Cíveis da União - No Estado de Minas Gerais							1.914.669
			F	1	1	90	8	100	1.914.669
TOTAL - FISCAL									1.914.669
TOTAL - SEGURIDADE									0



TOTAL - GERAL 1.914.669

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26255 - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							1.990.945
ATIVIDADES									
12 364	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							1.990.945
12 364	0032 20TP 0031	Ativos Cíveis da União - No Estado de Minas Gerais	F	1	1	90	8	100	1.990.945
TOTAL - FISCAL									1.990.945
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.990.945

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							2.214.744
ATIVIDADES									
12 363	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							2.214.744
12 363	0032 20TP 0033	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio de Janeiro	F	1	1	90	8	100	2.214.744
TOTAL - FISCAL									2.214.744
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.214.744

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26257 - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	



FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							2.709.433
		ATIVIDADES							
12 363	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							2.709.433
12 363	0032 20TP 0031	Ativos Cíveis da União - No Estado de Minas Gerais	F	1	1	90	8	100	2.709.433
TOTAL - FISCAL									2.709.433
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.709.433

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26258 - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

ANEXO I									Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							6.416.453
		ATIVIDADES							
12 364	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							6.416.453
12 364	0032 20TP 0041	Ativos Cíveis da União - No Estado do Paraná	F	1	1	90	8	100	6.416.453
TOTAL - FISCAL									6.416.453
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.416.453

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26260 - Universidade Federal de Alfenas

ANEXO I									Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							1.526.412
		ATIVIDADES							
12 364	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							1.526.412
12 364	0032 20TP 0031	Ativos Cíveis da União - No Estado de Minas Gerais							1.526.412





			F	1	1	90	8	100	1.526.412
TOTAL - FISCAL									1.526.412
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.526.412

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26261 - Universidade Federal de Itajubá

ANEXO I									Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							1.309.643
ATIVIDADES									
12 364	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							1.309.643
12 364	0032 20TP 0031	Ativos Cíveis da União - No Estado de Minas Gerais	F	1	1	90	8	100	1.309.643
TOTAL - FISCAL									1.309.643
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.309.643

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26262 - Universidade Federal de São Paulo

ANEXO I									Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							5.275.025
ATIVIDADES									
12 364	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							5.275.025
12 364	0032 20TP 0035	Ativos Cíveis da União - No Estado de São Paulo	F	1	1	90	8	100	5.275.025
TOTAL - FISCAL									5.275.025
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.275.025

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação



UNIDADE: 26263 - Universidade Federal de Lavras									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							2.133.554
ATIVIDADES									
12 364	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							2.133.554
12 364	0032 20TP 0031	Ativos Cíveis da União - No Estado de Minas Gerais	F	1	1	90	8	100	2.133.554
TOTAL - FISCAL									2.133.554
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.133.554

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26264 - Universidade Federal Rural do Semi-Árido									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							1.807.086
ATIVIDADES									
12 364	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							1.807.086
12 364	0032 20TP 0024	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio Grande do Norte	F	1	1	90	8	100	1.807.086
TOTAL - FISCAL									1.807.086
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.807.086

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26266 - Fundação Universidade Federal do Pampa									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							2.423.179



		ATIVIDADES							
12 364	0032 20TP	Ativos Cívis da União							2.423.179
12 364	0032 20TP 0043	Ativos Cívis da União - No Estado do Rio Grande do Sul							2.423.179
			F	1	1	90	8	100	2.423.179
TOTAL - FISCAL									2.423.179
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.423.179

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26267 - Universidade Federal da Integração Latino-Americana

ANEXO I		Crédito Suplementar							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							1.137.116
		ATIVIDADES							
12 364	0032 20TP	Ativos Cívis da União							1.137.116
12 364	0032 20TP 0041	Ativos Cívis da União - No Estado do Paraná							1.137.116
			F	1	1	90	8	100	1.137.116
TOTAL - FISCAL									1.137.116
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.137.116

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26268 - Fundação Universidade Federal de Rondônia

ANEXO I		Crédito Suplementar							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							1.782.990
		ATIVIDADES							
12 364	0032 20TP	Ativos Cívis da União							1.782.990
12 364	0032 20TP 0011	Ativos Cívis da União - No Estado de Rondônia							1.782.990
			F	1	1	90	8	100	1.782.990
TOTAL - FISCAL									1.782.990
TOTAL - SEGURIDADE									0



TOTAL - GERAL 1.782.990

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26269 - Fundação Universidade do Rio de Janeiro									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							2.263.345
ATIVIDADES									
12 364	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							2.263.345
12 364	0032 20TP 0033	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio de Janeiro							2.263.345
			F	1	1	90	8	100	2.263.345
TOTAL - FISCAL									2.263.345
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.263.345

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26270 - Fundação Universidade do Amazonas									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							3.871.687
ATIVIDADES									
12 364	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							3.871.687
12 364	0032 20TP 0013	Ativos Cíveis da União - No Estado do Amazonas							3.871.687
			F	1	1	90	8	100	3.871.687
TOTAL - FISCAL									3.871.687
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.871.687

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26271 - Fundação Universidade de Brasília									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	



FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							9.320.759
		ATIVIDADES							
12 364	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							9.320.759
12 364	0032 20TP 0053	Ativos Cíveis da União - No Distrito Federal	F	1	1	90	8	100	9.320.759
TOTAL - FISCAL									9.320.759
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.320.759

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26272 - Fundação Universidade Federal do Maranhão

ANEXO I									Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							4.147.460
		ATIVIDADES							
12 364	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							4.147.460
12 364	0032 20TP 0021	Ativos Cíveis da União - No Estado do Maranhão	F	1	1	90	8	100	4.147.460
TOTAL - FISCAL									4.147.460
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.147.460

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26273 - Fundação Universidade Federal do Rio Grande

ANEXO I									Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							2.502.714
		ATIVIDADES							
12 364	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							2.502.714
12 364	0032 20TP 0043	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio Grande do Sul							2.502.714



			F	1	1	90	8	100	2.502.714
TOTAL - FISCAL									2.502.714
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.502.714

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26274 - Universidade Federal de Uberlândia

ANEXO I									Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							5.554.573
ATIVIDADES									
12 364	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							5.554.573
12 364	0032 20TP 0031	Ativos Cíveis da União - No Estado de Minas Gerais	F	1	1	90	8	100	5.554.573
TOTAL - FISCAL									5.554.573
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.554.573

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26275 - Fundação Universidade Federal do Acre

ANEXO I									Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							1.911.996
ATIVIDADES									
12 364	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							1.911.996
12 364	0032 20TP 0012	Ativos Cíveis da União - No Estado do Acre	F	1	1	90	8	100	1.911.996
TOTAL - FISCAL									1.911.996
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.911.996

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação



UNIDADE: 26276 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso

ANEXO I										Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								4.022.171
ATIVIDADES										
12 364	0032 20TP	Ativos Cíveis da União								4.022.171
12 364	0032 20TP 0051	Ativos Cíveis da União - No Estado de Mato Grosso	F	1	1	90	8	100		4.022.171
TOTAL - FISCAL										4.022.171
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										4.022.171

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26277 - Fundação Universidade Federal de Ouro Preto

ANEXO I										Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								2.471.207
ATIVIDADES										
12 364	0032 20TP	Ativos Cíveis da União								2.471.207
12 364	0032 20TP 0031	Ativos Cíveis da União - No Estado de Minas Gerais	F	1	1	90	8	100		2.471.207
TOTAL - FISCAL										2.471.207
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										2.471.207

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26278 - Fundação Universidade Federal de Pelotas

ANEXO I										Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								3.865.307



		ATIVIDADES							
12 364	0032 20TP	Ativos Cívis da União							3.865.307
12 364	0032 20TP 0043	Ativos Cívis da União - No Estado do Rio Grande do Sul							3.865.307
			F	1	1	90	8	100	3.865.307
TOTAL - FISCAL									3.865.307
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.865.307

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí

ANEXO I		Crédito Suplementar							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							3.902.568
		ATIVIDADES							
12 364	0032 20TP	Ativos Cívis da União							3.902.568
12 364	0032 20TP 0022	Ativos Cívis da União - No Estado do Piauí							3.902.568
			F	1	1	90	8	100	3.902.568
TOTAL - FISCAL									3.902.568
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.902.568

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26280 - Fundação Universidade Federal de São Carlos

ANEXO I		Crédito Suplementar							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							3.740.190
		ATIVIDADES							
12 364	0032 20TP	Ativos Cívis da União							3.740.190
12 364	0032 20TP 0035	Ativos Cívis da União - No Estado de São Paulo							3.740.190
			F	1	1	90	8	100	3.740.190
TOTAL - FISCAL									3.740.190
TOTAL - SEGURIDADE									0





TOTAL - GERAL 3.740.190

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26281 - Fundação Universidade Federal de Sergipe									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							4.061.147
ATIVIDADES									
12 364	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							4.061.147
12 364	0032 20TP 0028	Ativos Cíveis da União - No Estado de Sergipe	F	1	1	90	8	100	4.061.147
TOTAL - FISCAL									4.061.147
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.061.147

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26282 - Fundação Universidade Federal de Viçosa									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							4.266.689
ATIVIDADES									
12 364	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							4.266.689
12 364	0032 20TP 0031	Ativos Cíveis da União - No Estado de Minas Gerais	F	1	1	90	8	100	4.266.689
TOTAL - FISCAL									4.266.689
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.266.689

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26283 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	



FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							4.623.622
		ATIVIDADES							
12 364	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							4.623.622
12 364	0032 20TP 0054	Ativos Cíveis da União - No Estado de Mato Grosso do Sul	F	1	1	90	8	100	4.623.622
TOTAL - FISCAL									4.623.622
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.623.622

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26285 - Fundação Universidade Federal de São João del-Rei

ANEXO I									Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							2.089.827
		ATIVIDADES							
12 364	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							2.089.827
12 364	0032 20TP 0031	Ativos Cíveis da União - No Estado de Minas Gerais	F	1	1	90	8	100	2.089.827
TOTAL - FISCAL									2.089.827
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.089.827

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26286 - Fundação Universidade Federal do Amapá

ANEXO I									Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							1.360.721
		ATIVIDADES							
12 364	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							1.360.721
12 364	0032 20TP 0016	Ativos Cíveis da União - No Estado do Amapá							1.360.721



			F	1	1	90	8	100	1.360.721
TOTAL - FISCAL									1.360.721
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.360.721

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26350 - Fundação Universidade Federal da Grande Dourados

ANEXO I									Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							1.627.302
ATIVIDADES									
12 364	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							1.627.302
12 364	0032 20TP 0054	Ativos Cíveis da União - No Estado de Mato Grosso do Sul	F	1	1	90	8	100	1.627.302
TOTAL - FISCAL									1.627.302
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.627.302

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26351 - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

ANEXO I									Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							2.158.227
ATIVIDADES									
12 364	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							2.158.227
12 364	0032 20TP 0029	Ativos Cíveis da União - No Estado da Bahia	F	1	1	90	8	100	2.158.227
TOTAL - FISCAL									2.158.227
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.158.227

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação



UNIDADE: 26352 - Fundação Universidade Federal do ABC

ANEXO I										Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								2.198.201
ATIVIDADES										
12 364	0032 20TP	Ativos Cíveis da União								2.198.201
12 364	0032 20TP 0035	Ativos Cíveis da União - No Estado de São Paulo	F	1	1	90	8	100		2.198.201
TOTAL - FISCAL										2.198.201
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										2.198.201

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26402 - Instituto Federal de Alagoas

ANEXO I										Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								2.687.355
ATIVIDADES										
12 363	0032 20TP	Ativos Cíveis da União								2.687.355
12 363	0032 20TP 0027	Ativos Cíveis da União - No Estado de Alagoas	F	1	1	90	8	100		2.687.355
TOTAL - FISCAL										2.687.355
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										2.687.355

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26403 - Instituto Federal do Amazonas

ANEXO I										Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								2.286.545



		ATIVIDADES							
12 363	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							2.286.545
12 363	0032 20TP 0013	Ativos Cíveis da União - No Estado do Amazonas	F	1	1	90	8	100	2.286.545
TOTAL - FISCAL									2.286.545
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.286.545

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26404 - Instituto Federal Baiano

ANEXO I		Crédito Suplementar							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							2.301.518
		ATIVIDADES							
12 363	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							2.301.518
12 363	0032 20TP 0029	Ativos Cíveis da União - No Estado da Bahia	F	1	1	90	8	100	2.301.518
TOTAL - FISCAL									2.301.518
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.301.518

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26405 - Instituto Federal do Ceará

ANEXO I		Crédito Suplementar							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							5.036.430
		ATIVIDADES							
12 363	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							5.036.430
12 363	0032 20TP 0023	Ativos Cíveis da União - No Estado do Ceará	F	1	1	90	8	100	5.036.430
TOTAL - FISCAL									5.036.430
TOTAL - SEGURIDADE									0



TOTAL - GERAL 5.036.430

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26406 - Instituto Federal do Espírito Santo									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							4.329.079
ATIVIDADES									
12 363	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							4.329.079
12 363	0032 20TP 0032	Ativos Cíveis da União - No Estado do Espírito Santo	F	1	1	90	8	100	4.329.079
TOTAL - FISCAL									4.329.079
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.329.079

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26407 - Instituto Federal Goiano									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							2.101.681
ATIVIDADES									
12 363	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							2.101.681
12 363	0032 20TP 0052	Ativos Cíveis da União - No Estado de Goiás	F	1	1	90	8	100	2.101.681
TOTAL - FISCAL									2.101.681
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.101.681

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26408 - Instituto Federal do Maranhão									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	



FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							4.153.915
		ATIVIDADES							
12 363	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							4.153.915
12 363	0032 20TP 0021	Ativos Cíveis da União - No Estado do Maranhão	F	1	1	90	8	100	4.153.915
TOTAL - FISCAL									4.153.915
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.153.915

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26409 - Instituto Federal de Minas Gerais

ANEXO I									Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							2.801.841
		ATIVIDADES							
12 363	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							2.801.841
12 363	0032 20TP 0031	Ativos Cíveis da União - No Estado de Minas Gerais	F	1	1	90	8	100	2.801.841
TOTAL - FISCAL									2.801.841
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.801.841

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26410 - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais

ANEXO I									Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							1.863.218
		ATIVIDADES							
12 363	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							1.863.218
12 363	0032 20TP 0031	Ativos Cíveis da União - No Estado de Minas Gerais							1.863.218



			F	1	1	90	8	100	1.863.218
TOTAL - FISCAL									1.863.218
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.863.218

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26411 - Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

ANEXO I									Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							1.910.193
ATIVIDADES									
12 363	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							1.910.193
12 363	0032 20TP 0031	Ativos Cíveis da União - No Estado de Minas Gerais	F	1	1	90	8	100	1.910.193
TOTAL - FISCAL									1.910.193
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.910.193

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26412 - Instituto Federal do Sul de Minas Gerais

ANEXO I									Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							1.722.214
ATIVIDADES									
12 363	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							1.722.214
12 363	0032 20TP 0031	Ativos Cíveis da União - No Estado de Minas Gerais	F	1	1	90	8	100	1.722.214
TOTAL - FISCAL									1.722.214
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.722.214

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação





UNIDADE: 26413 - Instituto Federal do Triângulo Mineiro

ANEXO I										Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								1.596.356
ATIVIDADES										
12 363	0032 20TP	Ativos Cíveis da União								1.596.356
12 363	0032 20TP 0031	Ativos Cíveis da União - No Estado de Minas Gerais	F	1	1	90	8	100		1.596.356
TOTAL - FISCAL										1.596.356
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										1.596.356

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26414 - Instituto Federal de Mato Grosso

ANEXO I										Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								2.871.305
ATIVIDADES										
12 363	0032 20TP	Ativos Cíveis da União								2.871.305
12 363	0032 20TP 0051	Ativos Cíveis da União - No Estado de Mato Grosso	F	1	1	90	8	100		2.871.305
TOTAL - FISCAL										2.871.305
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										2.871.305

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26415 - Instituto Federal de Mato Grosso do Sul

ANEXO I										Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								1.536.079



		ATIVIDADES							
12 363	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							1.536.079
12 363	0032 20TP 0054	Ativos Cíveis da União - No Estado de Mato Grosso do Sul							1.536.079
			F	1	1	90	8	100	1.536.079
TOTAL - FISCAL									1.536.079
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.536.079

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26416 - Instituto Federal do Pará

									Crédito Suplementar
									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							3.059.818
		ATIVIDADES							
12 363	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							3.059.818
12 363	0032 20TP 0015	Ativos Cíveis da União - No Estado do Pará							3.059.818
			F	1	1	90	8	100	3.059.818
TOTAL - FISCAL									3.059.818
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.059.818

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26417 - Instituto Federal da Paraíba

									Crédito Suplementar
									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							3.588.905
		ATIVIDADES							
12 363	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							3.588.905
12 363	0032 20TP 0025	Ativos Cíveis da União - No Estado da Paraíba							3.588.905
			F	1	1	90	8	100	3.588.905
TOTAL - FISCAL									3.588.905
TOTAL - SEGURIDADE									0



TOTAL - GERAL 3.588.905

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26418 - Instituto Federal de Pernambuco									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							3.334.315
ATIVIDADES									
12 363	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							3.334.315
12 363	0032 20TP 0026	Ativos Cíveis da União - No Estado de Pernambuco	F	1	1	90	8	100	3.334.315
TOTAL - FISCAL									3.334.315
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.334.315

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26419 - Instituto Federal do Rio Grande do Sul									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							3.282.920
ATIVIDADES									
12 363	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							3.282.920
12 363	0032 20TP 0043	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio Grande do Sul	F	1	1	90	8	100	3.282.920
TOTAL - FISCAL									3.282.920
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.282.920

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26420 - Instituto Federal Farroupilha									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	



FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							2.142.497
		ATIVIDADES							
12 363	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							2.142.497
12 363	0032 20TP 0043	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio Grande do Sul	F	1	1	90	8	100	2.142.497
TOTAL - FISCAL									2.142.497
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.142.497

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26421 - Instituto Federal de Rondônia

ANEXO I										Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								1.543.330
		ATIVIDADES								
12 363	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							1.543.330	
12 363	0032 20TP 0011	Ativos Cíveis da União - No Estado de Rondônia							1.543.330	
			F	1	1	90	8	100	1.543.330	
TOTAL - FISCAL									1.543.330	
TOTAL - SEGURIDADE									0	
TOTAL - GERAL									1.543.330	

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26422 - Instituto Federal Catarinense

ANEXO I										Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							2.614.720	
		ATIVIDADES								
12 363	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							2.614.720	
12 363	0032 20TP 0042	Ativos Cíveis da União - No Estado de Santa Catarina							2.614.720	



			F	1	1	90	8	100	2.614.720
TOTAL - FISCAL									2.614.720
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.614.720

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26423 - Instituto Federal de Sergipe

ANEXO I									Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							1.650.698
ATIVIDADES									
12 363	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							1.650.698
12 363	0032 20TP 0028	Ativos Cíveis da União - No Estado de Sergipe	F	1	1	90	8	100	1.650.698
TOTAL - FISCAL									1.650.698
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.650.698

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26424 - Instituto Federal do Tocantins

ANEXO I									Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							1.724.400
ATIVIDADES									
12 363	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							1.724.400
12 363	0032 20TP 0017	Ativos Cíveis da União - No Estado do Tocantins	F	1	1	90	8	100	1.724.400
TOTAL - FISCAL									1.724.400
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.724.400

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação



UNIDADE: 26427 - Instituto Federal da Bahia

ANEXO I										Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								3.804.478
ATIVIDADES										
12 363	0032 20TP	Ativos Cíveis da União								3.804.478
12 363	0032 20TP 0029	Ativos Cíveis da União - No Estado da Bahia	F	1	1	90	8	100		3.804.478
TOTAL - FISCAL										3.804.478
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										3.804.478

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26428 - Instituto Federal de Brasília

ANEXO I										Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								1.799.240
ATIVIDADES										
12 363	0032 20TP	Ativos Cíveis da União								1.799.240
12 363	0032 20TP 0053	Ativos Cíveis da União - No Distrito Federal	F	1	1	90	8	100		1.799.240
TOTAL - FISCAL										1.799.240
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										1.799.240

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26429 - Instituto Federal de Goiás

ANEXO I										Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								3.130.405



		ATIVIDADES							
12 363	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							3.130.405
12 363	0032 20TP 0052	Ativos Cíveis da União - No Estado de Goiás							3.130.405
			F	1	1	90	8	100	3.130.405
TOTAL - FISCAL									3.130.405
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.130.405

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26430 - Instituto Federal do Sertão Pernambucano

									Crédito Suplementar
									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							1.310.109
		ATIVIDADES							
12 363	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							1.310.109
12 363	0032 20TP 0026	Ativos Cíveis da União - No Estado de Pernambuco							1.310.109
			F	1	1	90	8	100	1.310.109
TOTAL - FISCAL									1.310.109
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.310.109

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26431 - Instituto Federal do Piauí

									Crédito Suplementar
									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							3.084.839
		ATIVIDADES							
12 363	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							3.084.839
12 363	0032 20TP 0022	Ativos Cíveis da União - No Estado do Piauí							3.084.839
			F	1	1	90	8	100	3.084.839
TOTAL - FISCAL									3.084.839
TOTAL - SEGURIDADE									0



TOTAL - GERAL 3.084.839

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26432 - Instituto Federal do Paraná									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							3.226.995
ATIVIDADES									
12 363	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							3.226.995
12 363	0032 20TP 0041	Ativos Cíveis da União - No Estado do Paraná	F	1	1	90	8	100	3.226.995
TOTAL - FISCAL									3.226.995
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.226.995

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26433 - Instituto Federal do Rio de Janeiro									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							2.849.866
ATIVIDADES									
12 363	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							2.849.866
12 363	0032 20TP 0033	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio de Janeiro	F	1	1	90	8	100	2.849.866
TOTAL - FISCAL									2.849.866
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.849.866

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26434 - Instituto Federal Fluminense									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	





FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							2.449.471
		ATIVIDADES							
12 363	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							2.449.471
12 363	0032 20TP 0033	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio de Janeiro							2.449.471
			F	1	1	90	8	100	2.449.471
TOTAL - FISCAL									2.449.471
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.449.471

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26435 - Instituto Federal do Rio Grande do Norte

ANEXO I									Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							4.067.561
		ATIVIDADES							
12 363	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							4.067.561
12 363	0032 20TP 0024	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio Grande do Norte							4.067.561
			F	1	1	90	8	100	4.067.561
TOTAL - FISCAL									4.067.561
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.067.561

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26436 - Instituto Federal Sul-rio-grandense

ANEXO I									Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							2.772.528
		ATIVIDADES							
12 363	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							2.772.528
12 363	0032 20TP 0043	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio Grande do Sul							2.772.528



			F	1	1	90	8	100	2.772.528
TOTAL - FISCAL									2.772.528
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.772.528

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26438 - Instituto Federal de Santa Catarina

ANEXO I									Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							4.034.675
ATIVIDADES									
12 363	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							4.034.675
12 363	0032 20TP 0042	Ativos Cíveis da União - No Estado de Santa Catarina	F	1	1	90	8	100	4.034.675
TOTAL - FISCAL									4.034.675
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.034.675

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26439 - Instituto Federal de São Paulo

ANEXO I									Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							6.690.051
ATIVIDADES									
12 363	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							6.690.051
12 363	0032 20TP 0035	Ativos Cíveis da União - No Estado de São Paulo	F	1	1	90	8	100	6.690.051
TOTAL - FISCAL									6.690.051
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.690.051

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação



UNIDADE: 26440 - Universidade Federal da Fronteira Sul

ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
Crédito Suplementar									
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							1.865.520
ATIVIDADES									
12 364	0032 20TP	Ativos Cívís da União							1.865.520
12 364	0032 20TP 0040	Ativos Cívís da União - Na Região Sul	F	1	1	90	8	100	1.865.520
TOTAL - FISCAL									1.865.520
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.865.520

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação  
UNIDADE: 26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará

ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
Crédito Suplementar									
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							1.311.130
ATIVIDADES									
12 364	0032 20TP	Ativos Cívís da União							1.311.130
12 364	0032 20TP 0015	Ativos Cívís da União - No Estado do Pará	F	1	1	90	8	100	1.311.130
TOTAL - FISCAL									1.311.130
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.311.130

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública  
UNIDADE: 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta

ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
Crédito Suplementar									
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							2.976.821



		ATIVIDADES								
06 122	0032 20TP	Ativos Cíveis da União								2.976.821
06 122	0032 20TP 0001	Ativos Cíveis da União - Nacional								2.976.821
			F	1	1	90	0	100		2.976.821
TOTAL - FISCAL										2.976.821
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										2.976.821

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública  
UNIDADE: 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal

										Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								21.034.311
		ATIVIDADES								
06 122	0032 20TP	Ativos Cíveis da União								21.034.311
06 122	0032 20TP 0001	Ativos Cíveis da União - Nacional								21.034.311
			F	1	1	90	0	100		21.034.311
TOTAL - FISCAL										21.034.311
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										21.034.311

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública  
UNIDADE: 30108 - Departamento de Polícia Federal

										Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								33.311.332
		ATIVIDADES								
06 122	0032 20TP	Ativos Cíveis da União								33.311.332
06 122	0032 20TP 0001	Ativos Cíveis da União - Nacional								33.311.332
			F	1	1	90	0	100		33.311.332
TOTAL - FISCAL										33.311.332
TOTAL - SEGURIDADE										0



TOTAL - GERAL 33.311.332

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública									
UNIDADE: 30202 - Fundação Nacional do Índio - FUNAI									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							1.782.040
ATIVIDADES									
14 122	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							1.782.040
14 122	0032 20TP 0001	Ativos Cíveis da União - Nacional							1.782.040
			F	1	1	90	0	100	1.782.040
TOTAL - FISCAL									1.782.040
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.782.040

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia									
UNIDADE: 32202 - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							3.436.635
ATIVIDADES									
22 122	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							3.436.635
22 122	0032 20TP 0001	Ativos Cíveis da União - Nacional							3.436.635
			F	1	1	90	0	100	3.436.635
TOTAL - FISCAL									3.436.635
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.436.635

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia									
UNIDADE: 32265 - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	



FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							1.456.064
		ATIVIDADES							
25 122	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							1.456.064
25 122	0032 20TP 0001	Ativos Cíveis da União - Nacional							1.456.064
			F	1	1	90	0	100	1.456.064
TOTAL - FISCAL									1.456.064
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.456.064

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia  
UNIDADE: 32266 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

ANEXO I									Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							1.197.469
		ATIVIDADES							
25 122	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							1.197.469
25 122	0032 20TP 0053	Ativos Cíveis da União - No Distrito Federal							1.197.469
			F	1	1	90	0	100	1.197.469
TOTAL - FISCAL									1.197.469
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.197.469

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia  
UNIDADE: 32396 - Agência Nacional de Mineração - ANM

ANEXO I									Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							1.447.188
		ATIVIDADES							
22 122	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							1.447.188
22 122	0032 20TP 0053	Ativos Cíveis da União - No Distrito Federal							1.447.188



			F	1	1	90	0	100	1.447.188
TOTAL - FISCAL									1.447.188
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.447.188

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia  
UNIDADE: 32397 - Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB

ANEXO I									Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							1.827.968
ATIVIDADES									
19 122	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							1.827.968
19 122	0032 20TP 0001	Ativos Cíveis da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	1.827.968
TOTAL - FISCAL									1.827.968
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.827.968

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia  
UNIDADE: 32398 - Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP

ANEXO I									Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							2.094.339
ATIVIDADES									
19 122	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							2.094.339
19 122	0032 20TP 0033	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio de Janeiro	F	1	1	90	0	100	2.094.339
TOTAL - FISCAL									2.094.339
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.094.339

ÓRGÃO: 35000 - Ministério das Relações Exteriores



UNIDADE: 35101 - Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta

ANEXO I										Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								12.013.295
ATIVIDADES										
07 122	0032 20TP	Ativos Cíveis da União								12.013.295
07 122	0032 20TP 0001	Ativos Cíveis da União - Nacional	F	1	1	90	0	100		12.013.295
TOTAL - FISCAL										12.013.295
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										12.013.295

ÓRGÃO: 37000 - Controladoria-Geral da União  
UNIDADE: 37101 - Controladoria-Geral da União - Administração Direta

ANEXO I										Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								6.561.835
ATIVIDADES										
04 122	0032 20TP	Ativos Cíveis da União								6.561.835
04 122	0032 20TP 0001	Ativos Cíveis da União - Nacional	F	1	1	90	0	100		6.561.835
TOTAL - FISCAL										6.561.835
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										6.561.835

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura  
UNIDADE: 39101 - Ministério da Infraestrutura - Administração Direta

ANEXO I										Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								1.623.538





		ATIVIDADES								
26 122	0032 20TP	Ativos Cíveis da União								1.623.538
26 122	0032 20TP 0053	Ativos Cíveis da União - No Distrito Federal	F	1	1	90	0	100		1.623.538
										1.623.538
TOTAL - FISCAL										1.623.538
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										1.623.538

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura  
UNIDADE: 39207 - VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

ANEXO I										Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								1.095.301
ATIVIDADES										
26 122	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							1.095.301	
26 122	0032 20TP 0001	Ativos Cíveis da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	1.095.301	
										1.095.301
TOTAL - FISCAL										1.095.301
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										1.095.301

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura  
UNIDADE: 39250 - Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT

ANEXO I										Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								1.334.227
ATIVIDADES										
26 122	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							1.334.227	
26 122	0032 20TP 0001	Ativos Cíveis da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	1.334.227	
										1.334.227
TOTAL - FISCAL										1.334.227
TOTAL - SEGURIDADE										0



TOTAL - GERAL 1.334.227

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura									
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							4.354.443
		ATIVIDADES							
26 122	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							4.354.443
26 122	0032 20TP 0001	Ativos Cíveis da União - Nacional							4.354.443
			F	1	1	90	0	100	4.354.443
TOTAL - FISCAL									4.354.443
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.354.443

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura									
UNIDADE: 39254 - Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							2.954.115
		ATIVIDADES							
26 122	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							2.954.115
26 122	0032 20TP 0001	Ativos Cíveis da União - Nacional							2.954.115
			F	1	1	90	0	100	2.954.115
TOTAL - FISCAL									2.954.115
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.954.115

ÓRGÃO: 40000 - Ministério do Trabalho e Previdência									
UNIDADE: 40101 - Ministério do Trabalho e Previdência - Administração Direta									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	



FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							19.775.729
		ATIVIDADES							
11 122	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							19.775.729
11 122	0032 20TP 0001	Ativos Cíveis da União - Nacional							19.775.729
			F	1	1	90	0	100	19.775.729
TOTAL - FISCAL									19.775.729
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									19.775.729

ÓRGÃO: 41000 - Ministério das Comunicações  
UNIDADE: 41231 - Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL

ANEXO I									Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							3.126.124
		ATIVIDADES							
24 122	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							3.126.124
24 122	0032 20TP 0001	Ativos Cíveis da União - Nacional							3.126.124
			F	1	1	90	0	100	3.126.124
TOTAL - FISCAL									3.126.124
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.126.124

ÓRGÃO: 41000 - Ministério das Comunicações  
UNIDADE: 41261 - Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC

ANEXO I									Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							2.796.410
		ATIVIDADES							
24 122	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							2.796.410
24 122	0032 20TP 0001	Ativos Cíveis da União - Nacional							2.796.410



			F	1	1	90	0	100	2.796.410
TOTAL - FISCAL									2.796.410
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.796.410

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente  
UNIDADE: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

ANEXO I									Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							3.992.716
ATIVIDADES									
18 122	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							3.992.716
18 122	0032 20TP 0001	Ativos Cíveis da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	3.992.716
TOTAL - FISCAL									3.992.716
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.992.716

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente  
UNIDADE: 44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ANEXO I									Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							2.428.401
ATIVIDADES									
18 122	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							2.428.401
18 122	0032 20TP 0001	Ativos Cíveis da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	2.428.401
TOTAL - FISCAL									2.428.401
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.428.401

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa



UNIDADE: 52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta

ANEXO I										Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								1.486.873
ATIVIDADES										
05 122	0032 20TP	Ativos Cíveis da União								1.486.873
05 122	0032 20TP 0053	Ativos Cíveis da União - No Distrito Federal	F	1	1	90	0	100		1.486.873
TOTAL - FISCAL										1.486.873
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										1.486.873

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa  
UNIDADE: 52111 - Comando da Aeronáutica

ANEXO I										Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								469.104.579
ATIVIDADES										
05 122	0032 20TP	Ativos Cíveis da União								4.880.086
05 122	0032 20TP 0001	Ativos Cíveis da União - Nacional								4.880.086
			F	1	1	90	0	100		4.880.086
05 122	0032 214H	Inativos Militares das Forças Armadas								73.931.039
05 122	0032 214H 0001	Inativos Militares das Forças Armadas - Nacional								73.931.039
			F	1	1	90	0	100		73.931.039
05 122	0032 2867	Ativos Militares das Forças Armadas								390.293.454
05 122	0032 2867 0001	Ativos Militares das Forças Armadas - Nacional								390.293.454
			F	1	1	90	0	100		114.987.142
			F	1	1	90	0	188		275.306.312
TOTAL - FISCAL										469.104.579
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										469.104.579



ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa									
UNIDADE: 52121 - Comando do Exército									
ANEXO I								Crédito Suplementar	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							246.267.689
ATIVIDADES									
05 122	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							4.568.330
05 122	0032 20TP 0001	Ativos Cíveis da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	4.568.330
05 122	0032 214H	Inativos Militares das Forças Armadas							138.307.221
05 122	0032 214H 0001	Inativos Militares das Forças Armadas - Nacional	F	1	1	90	0	100	138.307.221
05 122	0032 2867	Ativos Militares das Forças Armadas							103.392.138
05 122	0032 2867 0001	Ativos Militares das Forças Armadas - Nacional	F	1	1	90	0	100	103.392.138
TOTAL - FISCAL									246.267.689
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									246.267.689

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa									
UNIDADE: 52131 - Comando da Marinha									
ANEXO I								Crédito Suplementar	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							266.598.713
ATIVIDADES									
05 122	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							4.158.018
05 122	0032 20TP 0001	Ativos Cíveis da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	4.158.018
05 122	0032 214H	Inativos Militares das Forças Armadas							83.746.309
05 122	0032 214H 0001	Inativos Militares das Forças Armadas - Nacional							83.746.309



05 122	0032 2867	Ativos Militares das Forças Armadas	F	1	1	90	0	100	83.746.309
05 122	0032 2867 0001	Ativos Militares das Forças Armadas - Nacional							178.694.386
			F	1	1	90	0	100	178.694.386
TOTAL - FISCAL									266.598.713
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									266.598.713

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa  
UNIDADE: 52233 - Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL

ANEXO I									Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							2.822.696
		ATIVIDADES							
05 122	0032 20TP	Ativos Cívis da União							2.822.696
05 122	0032 20TP 0035	Ativos Cívis da União - No Estado de São Paulo							2.822.696
			F	1	1	90	0	100	2.822.696
TOTAL - FISCAL									2.822.696
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.822.696

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional  
UNIDADE: 53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF

ANEXO I									Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							4.767.263
		ATIVIDADES							
04 122	0032 20TP	Ativos Cívis da União							4.767.263
04 122	0032 20TP 0001	Ativos Cívis da União - Nacional							4.767.263
			F	1	1	90	0	100	4.767.263
TOTAL - FISCAL									4.767.263
TOTAL - SEGURIDADE									0



TOTAL - GERAL 4.767.263

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional									
UNIDADE: 53209 - Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							5.407.508
		ATIVIDADES							
15 122	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							5.407.508
15 122	0032 20TP 0001	Ativos Cíveis da União - Nacional							5.407.508
			F	1	1	90	0	100	5.407.508
TOTAL - FISCAL									5.407.508
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.407.508

ÓRGÃO: 55000 - Ministério da Cidadania									
UNIDADE: 55101 - Ministério da Cidadania - Administração Direta									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							1.259.440
		ATIVIDADES							
04 122	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							1.259.440
04 122	0032 20TP 0001	Ativos Cíveis da União - Nacional							1.259.440
			F	1	1	90	0	100	1.259.440
TOTAL - FISCAL									1.259.440
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.259.440

ÓRGÃO: 63000 - Advocacia-Geral da União									
UNIDADE: 63101 - Advocacia-Geral da União									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	





FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							22.786.320
		ATIVIDADES							
04 122	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							22.786.320
04 122	0032 20TP 0001	Ativos Cíveis da União - Nacional							22.786.320
			F	1	1	90	0	100	22.786.320
TOTAL - FISCAL									22.786.320
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									22.786.320

ÓRGÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios  
UNIDADE: 73101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia

ANEXO I									Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							23.831.578
		ATIVIDADES							
04 122	0032 218I	Ativos Cíveis dos Ex-Territórios e do Antigo Estado da Guanabara							13.300.309
04 122	0032 218I 0001	Ativos Cíveis dos Ex-Territórios e do Antigo Estado da Guanabara - Nacional							13.300.309
			F	1	1	90	0	100	13.300.309
04 122	0032 218J	Ativos Militares dos Ex-Territórios e do Antigo Estado da Guanabara							1.036.115
04 122	0032 218J 0001	Ativos Militares dos Ex-Territórios e do Antigo Estado da Guanabara - Nacional							1.036.115
			F	1	1	90	0	100	1.036.115
04 122	0032 218K	Inativos Militares dos Ex-Territórios e do Antigo Estado da Guanabara							9.495.154
04 122	0032 218K 0001	Inativos Militares dos Ex-Territórios e do Antigo Estado da Guanabara - Nacional							9.495.154
			F	1	1	90	0	100	9.495.154
TOTAL - FISCAL									23.831.578
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									23.831.578

ÓRGÃO: 74000 - Operações Oficiais de Crédito  
UNIDADE: 74101 - Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Economia

ANEXO I	Crédito Suplementar
---------	---------------------



PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1031		Agropecuária Sustentável							868.491.103
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
20 608	1031 0281	Subvenção Econômica em Operações no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992)							199.518.754
20 608	1031 0281 0001	Subvenção Econômica em Operações no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional							199.518.754
			F	3	1	90	0	100	14.782.302
			F	3	1	90	0	300	184.736.452
20 605	1031 0294	Subvenção Econômica nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427, de 1992)							380.638.155
20 605	1031 0294 0001	Subvenção Econômica nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional							380.638.155
			F	3	1	90	0	300	380.638.155
20 605	1031 0298	Subvenção Econômica em Operações de Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992)							6.380.642
20 605	1031 0298 0001	Subvenção Econômica em Operações de Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional							6.380.642
			F	3	1	90	0	300	6.380.642
20 605	1031 0301	Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992)							281.953.552
20 605	1031 0301 0001	Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional							281.953.552
			F	3	1	90	0	300	281.953.552
TOTAL - FISCAL									868.491.103
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									868.491.103

ÓRGÃO: 83000 - Banco Central do Brasil  
UNIDADE: 83201 - Banco Central do Brasil - BACEN

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							12.481.766
		ATIVIDADES							
04 122	0032 20TP	Ativos Cíveis da União							12.481.766



04 122	0032 20TP 0001	Ativos Cíveis da União - Nacional										12.481.766
			F	1	1	90	0	100				12.481.766
TOTAL - FISCAL												12.481.766
TOTAL - SEGURIDADE												0
TOTAL - GERAL												12.481.766



ANEXO II

FONTES DE RECURSOS OBJETO DE VETOS OPOSTOS À LEI Nº 14.303, DE 21 DE JANEIRO DE 2022

		R\$ 1,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
00	Recursos Primários de Livre Aplicação	1.443.138.947
11	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis	3.095.654
13	Contribuição do Salário-Educação	172.251.942
18	Receitas de Concursos de Prognósticos	6.733.468
51	Recursos Livres da Seguridade Social	14.313.730
53	Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social	559.473.501
86	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	97.840.506
88	Recursos Financeiros de Livre Aplicação	275.306.312
	TOTAL	2.572.154.060



ANEXO III

FONTES DE RECURSOS SUBSTITUÍDAS POR **SUPERAVIT** FINANCEIRO DA FONTE "00 - RECURSOS PRIMÁRIOS DE LIVRE APLICAÇÃO"

		R\$ 1,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
11	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis	3.095.654
13	Contribuição do Salário-Educação	172.251.942
18	Receitas de Concursos de Prognósticos	6.733.468
51	Recursos Livres da Seguridade Social	14.313.730
53	Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social	559.473.501
86	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	97.840.506
	TOTAL	853.708.801



# MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

## EXPEDIENTE

## Comunicação





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
LIDERANÇA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO - PSD



Of. n. 46/2022/PSD

Brasília, 25 de abril de 2022.

Ao Excelentíssimo Senhor  
Senador **Rodrigo Pacheco**  
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

**Assunto: Indicação de parlamentar do PSD para compor comissão mista.**

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, indico o Deputado **Renato Queiroz (PSD-RR)** para compor a Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados, na condição de Suplente.

Nesse sentido, solicito que sejam tomadas as providências cabíveis para que a referida indicação produza os devidos efeitos legais e regimentais.

Atenciosamente,

Deputado **ANTONIO BRITO**  
Líder do PSD



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Antonio Brito  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225279775900>



CD/22527.97759-00



\* C D 2 2 5 2 7 9 7 7 5 9 0 0 \*



# Emendas







## CONGRESSO NACIONAL

### EMENDAS

Apresentadas perante a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 1114, de 2022**, que *"Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, a Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021, a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, que dispõem sobre o Fundo Garantidor de Habitação Popular, a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas, e o Programa Emergencial de Acesso a Crédito."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Deputado Federal Filipe Barros (PL/)	001; 006; 007; 008
Deputada Federal Rejane Dias (PT/)	002
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/)	003; 004
Senador Marcos do Val (PODEMOS/)	005
Senador Paulo Rocha (PT/)	009; 010; 011; 012
Senador Jean Paul Prates (PT/)	013; 014; 015; 016
Senador Esperidião Amin (PP/)	017; 018; 021
Deputado Federal Geninho Zuliani (UNIÃO/)	019
Deputado Federal Bosco Costa (PL/)	020
Deputado Federal Marcelo Calero (PSD/)	022
Deputado Federal Reginaldo Lopes (PT/)	023; 024; 025; 026

**TOTAL DE EMENDAS: 26**



[Página da matéria](#)





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Gabinete do Deputado **Filipe Barros** - PSL/PR

**MPV 1114**  
**00001**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.114, DE 2022**

Acrescenta dispositivos a  
Medida Provisória 1.114, de 20 de  
abril de 2022.

Inclua-se, onde couber, na Medida Provisória nº 1.114, de 20 de abril de 2022, o seguinte dispositivo:

Art. XX A taxa dos juros moratórios dos contratos de aluguel de imóveis urbanos, comerciais ou residenciais observará o limite máximo de doze por cento ao ano.

**Justificativa**

O Contrato de locação de imóvel urbano é um acordo de vontades, na conformidade da ordem jurídica, destinado a estabelecer uma regulamentação de interesse entre as partes, de modo que o proprietário locador cede o uso de imóvel urbano para que o locatário nele resida. As respectivas cláusulas têm, para as partes, força obrigatória. Portanto, o pacto figura lei entre as partes. Assim, a força obrigatória dos contratos locações de bens imóveis urbanos impõe a observância de todas as obrigações pactuadas pelas partes contratantes, sob pena de a parte inadimplente responder pelo prejuízo que causou.

O inadimplemento ou o retardamento no cumprimento das obrigações pelo locatário faz surgir os juros moratórios que podem ser pactuados ou não. Neste último caso, os juros moratórios são denominados de legais.

Ressalte-se que se não houver convenção sobre a taxa de juros moratórios em um contrato de locação, aplicar-se-á, em caso de não cumprimento das obrigações, os juros moratórios legais, conforme dispõe a regra do artigo 406 do Código Civil:



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Filipe Barros  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220618469300>





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Filipe Barros - PSL/PR**

Art. 406. Quando os juros moratórios não forem convencionados, ou o forem sem taxa estipulada, ou quando provierem de determinação da lei, serão fixados segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.

Note-se, pois, que a lei não faz nenhuma ressalva quanto ao limite da taxa de juros moratórios pactuados. Não há parâmetros que norteiem o estabelecimento de juros moratórios convencionados pelas partes. Daí surgem situações teratológicas e muitas vezes a taxa de juros moratórios pactuada é abusiva, podendo chegar a valores próximos ao da própria prestação.

Essa ausência de regras específicas para o estabelecimento de juros moratórios além de prejudicar demasiadamente o devedor, revela um incentivo à judicialização dos contratos de locações de imóveis urbanos.

Assim, é de bom alvitre que a lei do inquilinato contenha dispositivo estabelecendo que a taxa de juros moratórios observe o limite máximo de doze por cento ao ano. Essa nova regra impedirá que juros abusivos sejam cobrados dos inquilinos, por conseguinte evitará que as partes busquem a tutela jurisdicional para resolver essa questão.

Diante do exposto, peço o apoio dos nobres pares para a aprovação desta emenda.

Sala de sessões, em 25 de abril de 2022.

**Deputado Filipe Barros**

**Paraná**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Filipe Barros  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220618469300>



**MPV 1114**  
**00002**

## **COMISSÃO ESPECIAL QUE ANALISA A MEDIDA PROVISÓRIA**

### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.114, DE 2022**

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019, para dispor sobre o fluxo de análise de benefícios previdenciários e assistenciais sob avaliação do Instituto Nacional do Seguro Social, da Perícia Médica Federal e do Conselho de Recursos da Previdência Social..

### **EMENDA Nº**

Acrescente-se os seguintes incisos IV e V ao art. 20, dada pelo art. 1º, a Medida Provisória em referência com a seguinte redação:

“Art. 1º A Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 20.....

IV – garantia total da quitação do saldo devedor do financiamento habitacional, no caso de morte, cujo herdeiro seja criança ou adolescente até 24 (vinte e quatro) anos de idade, ou pessoa com deficiência grave, mental ou intelectual, cujo detentor da guarda falecer em virtude da covid -19;

V – garantia total da quitação do saldo devedor do financiamento habitacional no caso de morte comprovada por feminicídio, nos termos da Lei nº 13.104 de 2015, cujo herdeiro seja criança ou adolescente até 24 (vinte e quatro) anos de idade, ou pessoa com deficiência grave, mental ou intelectual.” (NR).



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rejane Dias e outros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD228648782400>



## JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 11.977 de 7 de julho de 2009, dispõe sobre o programa minha casa minha vida e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.

O falecimento de um parente é um momento muito difícil para toda a família, especialmente durante a pandemia do covid-19 e o feminicídio. Geralmente esses financiamentos duram anos, como a pessoa responsável financeiramente pelo imóvel faleceu muitos se perguntam é agora?

Nem sempre há um seguro, ou seja, uma cláusula conhecida como “seguro prestamista” o financiamento é quitado pela seguradora com o falecimento. Isso ocorre porque os seguros já são embutidos nas mensalidades pagas pelo contratante em todos os financiamento realizados através do sistema financeiros de habitação.

No entanto, quando não há seguro, o valor restante do financiamento será debitado do espólio, isto é o conjunto de bens deixados pelo falecido, cabendo aos herdeiros do contratante arcarem com o que eventualmente restar.

O próprio art. 28 da Lei 11.977 diz que os financiamentos imobiliários garantidos pelo FGHab, na forma do inciso II do caput do art. 20, *serão dispensados da contratação de seguro com cobertura de Morte, Invalidez Permanente - MIP e Danos Físicos ao Imóvel - DFI.*

A emenda apresentada visa garantir a quitação total do financiamento habitacional, no caso de morte, se houver criança ou adolescente como herdeiros surgindo o direito à quitação do financiamento liberando totalmente o mutuário do pagamento do restante do contrato, desde que o detentor da guarda vier a falecer em casos de covid-19 ou feminicídio;



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rejane Dias e outros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD228648782400>



3

Diante o exposto contamos com o apoio dos nobres Pares na aprovação da presente emenda.

Sala da Comissão, em        de        de 2022.

**Deputada REJANE DIAS**

**DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rejane Dias e outros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD228648782400>





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Infoleg - Autenticador**

## **Emenda à Medida Provisória (CN)** **(Da Sra. Rejane Dias)**

Emenda a MPV 114 DE 2022  
QUE Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho  
de 1991, e a Lei nº 13.846, de 18 de junho  
de 2019, para dispor sobre o fluxo de  
análise de benefícios previdenciários e  
assistenciais sob avaliação do Instituto  
Nacional do Seguro Social, da Perícia  
Médica Federal e do Conselho de  
Recursos da Previdência Social..

Assinaram eletronicamente o documento CD228648782400, nesta ordem:

- 1 Dep. Rejane Dias (PT/PI)
- 2 Dep. Maria do Rosário (PT/RS)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rejane Dias e outros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD228648782400>



**MPV 1114  
00003****SENADO FEDERAL**  
**Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS****EMENDA Nº , DE 2022.****( MP nº 1.114, de 2022)**

O art. 20 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, constante do art. 1º da Medida Provisória nº 1.114, de 2022 passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 20 .....

‘I- garantir o pagamento aos agentes financeiros de prestação mensal de financiamento habitacional, no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, devida por mutuário final, em caso de desemprego e redução temporária da capacidade de pagamento, para famílias com renda mensal de até R\$ 6.060,00 (seis mil e sessenta reais);

II - assumir o saldo devedor do financiamento imobiliário, em caso de morte ou invalidez permanente, e as despesas de recuperação relativas a danos físicos ao imóvel para mutuários com renda familiar mensal de até R\$ 6.060,00 (seis mil e sessenta reais);  
e

.....

.....(NR)”

### **JUSTIFICATIVA**

Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Ruy Carneiro – Gabinete 02







SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

A MP em destaque visa ampliar a cobertura do Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab) para os financiamentos habitacionais. Ainda, permite que parte do risco dos financiamentos habitacionais contratados por famílias de baixa renda seja garantido pelo FGHab.

A presente emenda tem por finalidade aumentar o escopo social da MP de maneira que o de Fundo Garantidor da Habitação Popular – FGHab tenha por finalidade garantir o pagamento aos agentes financeiros de prestação mensal de financiamento habitacional, no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, devida por mutuário final, em caso de desemprego e redução temporária da capacidade de pagamento, para famílias com renda mensal de até R\$ 6.060,00 (seis mil e sessenta reais). A MP alcança famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil seiscentos e cinquenta reais).

Ato contínuo, a emenda almeja que o de Fundo Garantidor da Habitação Popular – FGHab tenha por finalidade assumir o saldo devedor do financiamento imobiliário, em caso de morte ou invalidez permanente, e as despesas de recuperação relativas a danos físicos ao imóvel para mutuários com renda familiar mensal de até R\$ 6.060,00 (seis mil e sessenta reais), com o mesmo aumento da renda mensal supramencionado.

Ante o exposto, considerando a relevância da temática proposta, esperamos contar com o apoio de nossos Pares a sua aprovação.

Sala das Sessões,        de abril de 2022.





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

---

Senador MECIAS DE JESUS

---

Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Ruy Carneiro – Gabinete 02



**MPV 1114  
00004****SENADO FEDERAL**  
**Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS****EMENDA Nº                   , DE 2022.****( MP nº 1.114, de 2022)**

O art. 20 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, constante do art. 1º da Medida Provisória nº 1.114, de 2022 passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 20 .....

.....

‘IV- garantir, direta ou indiretamente, parte do risco em operações de financiamento habitacional, nos termos do regulamento, definindo diretrizes específicas, no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, para famílias com moradia em municípios que possuam sistemas isolados não interligados ao Sistema Interligado Nacional (SIN)’.

.....(NR)”

### **JUSTIFICATIVA**

A MP em destaque visa ampliar a cobertura do Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab) para os financiamentos habitacionais. Ainda, permite que parte do risco dos financiamentos habitacionais contratados por famílias de baixa renda seja garantido pelo FGHab.





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

Ressaltamos, que nas localidades que possuem sistemas isolados não interligados ao Sistema Interligado Nacional a pobreza atinge milhares de famílias brasileiras, com altas tarifas de energia e inúmeros problemas sociais, deixando milhares de famílias em situação de extrema necessidade, em especial no meio rural.

A aprovação de leis sem menção às particularidades regionais em geral tem conduzido à ineficácia destas legislações e completa dificuldade social para alguns estados brasileiros.

Assim, a presente emenda visa que a participação da União em Fundo Garantidor da Habitação Popular – FGHab, possa garantir direta ou indiretamente, parte do risco em operações de financiamento habitacional para famílias com moradia em municípios que possuam sistemas isolados não interligados ao Sistema Interligado Nacional (SIN)

Ante o exposto, considerando a relevância da temática proposta, esperamos contar com o apoio de nossos Pares a sua aprovação.

Sala das Sessões,        de abril de 2022.

---

Senador MECIAS DE JESUS



**MPV 1114  
00005**

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL****EMENDA Nº - PLEN**  
(à MPV nº 1114, de 2022)

Dê-se ao inciso I do art. 30 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, nos termos do art. 1º da Medida Provisória nº 1.114, de 20 de abril de 2022, a seguinte redação:

**“Art. 30.....**

I – produção ou aquisição de imóveis em áreas urbanas;

.....” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A oferta de habitação de interesse social em áreas já urbanizadas, em vez da construção de unidades novas em regiões distantes e carentes de infraestrutura, é uma boa diretriz que tem sido adotada em muitos municípios.

O aproveitamento de imóveis já existentes nos centros urbanos busca evitar o espraiamento urbano, que aumenta os custos de urbanização, compromete a qualidade de vida dos moradores e degrada o meio ambiente.

Originalmente, o Programa Minha Casa Minha Vida financiava apenas a produção de imóveis novos, o que naturalmente excluía as edificações existentes. Em 2010, a Lei nº 12.249 corrigiu parcialmente essa falha ao incluir a hipótese de “requalificação de imóveis já existentes em áreas consolidadas”.

Permaneceram não contempladas, no entanto, as edificações que não demandem requalificação, por se encontrarem em adequado estado de conservação, que poderiam, portanto, ser adquiridas e imediatamente disponibilizadas para programas de habitação popular.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

É o que propomos nesta emenda, pela supressão da palavra “novos” do dispositivo alterado. Com isso, poderão ser adquiridos tanto imóveis novos quanto já existentes livres da necessidade de requalificação, eliminando-se, assim, o frequentemente desnecessário e mesmo prejudicial viés de expansão urbana existente.

Sala das Sessões,

Senador **MARCOS DO VAL**





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Gabinete do Deputado **Filipe Barros** - PSL/PR

**MPV 1114**  
**00006**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.114, DE 2022**

Acrescenta dispositivo a  
Medida Provisória 1.114, de 20 de  
abril de 2022.

Inclua-se, onde couber, na Medida Provisória nº 1.114, de 20 de abril de 2022, o seguinte dispositivo:

Art. XX É permitido o saque do FGTS para atender necessidade pessoal, cuja urgência e gravidade decorra de desastre natural ou tecnológico, nos termos do regulamento, observadas as seguintes condições.

**Justificativa**

Nos últimos anos o Brasil presenciou grandes desastres naturais que assolaram municípios inteiros gerando enormes prejuízos. É sabido que o Poder Público sempre foi tardio em atender as necessidades das vítimas dessas tragédias.

Por conta disso, o saque do FGTS surge como uma solução mais rápida e eficaz para o imediato atendimento as necessidades decorrentes das tragédias naturais. Nesse sentido, solicito o apoio dos pares para a aprovação da presente emenda.

Sala de sessões, em 26 de abril de 2022.

**Deputado Filipe Barros**

**Paraná**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Filipe Barros  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD221332000300>





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Gabinete do Deputado **Filipe Barros** - PSL/PR

**MPV 1114**  
**00007**

## MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.114, DE 2022

Acrescenta dispositivo a  
Medida Provisória 1.114, de 20  
de abril de 2022.

Inclua-se, onde couber, na Medida Provisória nº 1.114, de 20 de abril de 2022, o seguinte dispositivo:

Art. XX É permitido o saque do FGTS para custear o pagamento de exames e procedimentos de acompanhamento de pré-natal e parto pela gestante ou por seu cônjuge, nos termos do regulamento.

### Justificativa

Um dos momentos mais nobres de todo o ser humano é o momento da gestação e da concepção. Como diz o salmista em Salmos 127: “Os filhos são herança do Senhor, uma recompensa que ele dá”.

Contudo, nem todos os genitores tem condições financeiras de fazer um acompanhamento pré-natal de qualidade, o que evita complicações na hora do parto e no desenvolvimento da criança nos primeiros anos de vida.

Com vistas a minimizar essa problemática, fiz a presente emenda permitindo que as gestantes e seus cônjuges possam realizar o saque do



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Filipe Barros  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220501500700>







**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Filipe Barros - PSL/PR**

FGTS para custear os exames e procedimentos que antecedem o nascimento.

Nesse sentido, solicito o apoio dos pares para a aprovação da presente emenda.

Sala de sessões, em 26 de abril de 2022.

**Deputado Filipe Barros**

**Paraná**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Filipe Barros  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220501500700>





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Gabinete do Deputado **Filipe Barros** - PSL/PR

**MPV 1114**  
**00008**

## MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.114, DE 2022

Acrescenta dispositivo a  
Medida Provisória 1.114, de 20  
de abril de 2022.

Inclua-se, onde couber, na Medida Provisória nº 1.114, de 20 de abril de 2022, o seguinte dispositivo:

Art. XX É permitido o saque do FGTS para custear tratamento de trabalhador ou dependente que seja diagnosticado com autismo e outras doenças caracterizadas pelo déficit na comunicação social.

### Justificativa

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) foi instituído pela Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966 e atualmente é regulamentado pela Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990. A ideia do fundo é garantir ao trabalhador uma reserva de dinheiro para necessidades.

Dentre as inúmeras hipóteses de saque do FGTS, estão a demissão sem justa causa, diagnóstico de doenças em estágio terminal e compra de imóveis. Contudo, tem-se noticiado que pais de filhos autistas encontram problemas para fazer o saque com o intuito de custear o tratamento de seus dependentes<sup>1</sup>. Nesse sentido, decisão judicial do TRF-3 autorizou determinado pai a realizar o saque do FGTS com este intuito. Mesmo assim, recomendou-se a mudança na legislação.

1 <https://www.folhadelondrina.com.br/economia/justica-autoriza-saque-do-fgts-a-familias-de-criancas-autistas-3194420e.html>



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Filipe Barros  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD226592208800>





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Gabinete do Deputado **Filipe Barros** - PSL/PR

Diante do exposto, peço o apoio dos nobres pares para a aprovação desta emenda.

Sala de sessões, em 26 de abril de 2022.

**Deputado Filipe Barros**

**Paraná**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Filipe Barros  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD226592208800>



**MPV 1114  
00009**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.114, DE 2022**

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, a Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021, a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, que dispõem sobre o Fundo Garantidor de Habitação Popular, a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas, e o Programa Emergencial de Acesso a Crédito.

**EMENDA Nº –  
(à MP 1.114/2022)**

Dê-se nova redação aos incisos I e II do § 2º do art. 3º da Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, alterado pelo art. 4º da Medida Provisória nº 1.114:

“Art. 3º .....

.....

§ 2º .....

I - prazo de carência de, no mínimo, 8 (oito) meses e, no máximo, 18 (dezoito) meses;

II – prazo total da operação de, no mínimo, 12 (meses) e, no máximo, 72 (setenta e dois) meses;

.....” (NR)

**JUSTIFICATIVA**



A ampliação do crédito é fundamental para os microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno e médio porte, sobretudo no contexto de estagnação da economia brasileira.

A reativação do Peac-FGI é relevante, mas é necessário que o Programa tenha condições mais adequadas à capacidade financeira dos beneficiários. Neste sentido, sugere-se que a carência passe a ser de, no mínimo, oito meses (e não mais seis meses) e, no máximo, dezoito meses (e não mais doze meses) e o prazo máximo da operação, de setenta e dois meses (e não mais sessenta meses).

Pede-se apoio aos pares para a aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões,

**Senador PAULO ROCHA**

**PT/PA**



**MPV 1114  
00010**

## **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.114, DE 2022**

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, a Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021, a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, que dispõem sobre o Fundo Garantidor de Habitação Popular, a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas, e o Programa Emergencial de Acesso a Crédito.

### **EMENDA Nº – (à MP 1.114/2022)**

Inclua-se o seguinte § 6º ao art. 3º da Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, alterado pelo art. 4º da Medida Provisória nº 1.114:

“Art. 3º .....

.....

§ 6º O regulamento do Peac-FGI disporá sobre percentual mínimo de atendimento a microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte.”

### **JUSTIFICATIVA**

A ampliação do crédito é fundamental para os microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte. Pequenos empreendimentos são os responsáveis pela maior parte dos empregos gerados no Brasil e dispõem de menores condições financeiras, especialmente no contexto atual, em que a economia brasileira deve ficar praticamente estagnada em 2022.

Neste sentido, a emenda prevê que o regulamento do Peac-FGI disporá sobre percentual mínimo de atendimento a esse público, de modo que o Programa seja focado nos que mais necessitam do acesso à linha de crédito.



Pede-se apoio aos pares para a aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões,

**Senador PAULO ROCHA**

**PT/PA**



**MPV 1114  
00011**

## **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.114, DE 2022**

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, a Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021, a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, que dispõem sobre o Fundo Garantidor de Habitação Popular, a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas, e o Programa Emergencial de Acesso a Crédito.

### **EMENDA Nº – (à MP 1.114/2022)**

Inclua-se o seguinte § 6º ao art. 3º da Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, alterado pelo art. 4º da Medida Provisória nº 1.114:

“Art. 3º .....

.....

§ 6º As empresas de médio porte que contratarem linhas de crédito no âmbito do Peac-FGI assumirão contratualmente a obrigação de fornecer informações verídicas e de preservar o quantitativo de empregados em número igual ou superior ao verificado no último dia do ano anterior ao da contratação da linha de crédito, no período compreendido entre a data da contratação e o nonagésimo dia após o recebimento da última parcela da linha de crédito.”

### **JUSTIFICATIVA**

A ampliação do crédito é fundamental para os microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno e médio porte. Contudo, a utilização de recursos públicos para fomentar o acesso ao crédito também deve visar à preservação de empregos, num momento em que o país tem doze milhões de desempregados.





Neste sentido, a presente emenda prevê que as empresas de médio porte que contratarem linhas de crédito no âmbito do Peac-FGI assumirão contratualmente a obrigação de fornecer informações verídicas e de preservar o quantitativo de empregados em número igual ou superior ao verificado no último dia do ano anterior ao da contratação da linha de crédito, no período compreendido entre a data da contratação e o nonagésimo dia após o recebimento da última parcela da linha de crédito.

Pede-se apoio aos pares para a aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões,

**Senador PAULO ROCHA**

**PT/PA**



**MPV 1114  
00012**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.114, DE 2022**

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, a Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021, a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, que dispõem sobre o Fundo Garantidor de Habitação Popular, a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas, e o Programa Emergencial de Acesso a Crédito.

**EMENDA Nº –  
(à MP 1.114/2022)**

Dê-se a seguinte redação aos art. 3º e 5º da Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, alterados pelo art. 4º da Medida Provisória nº 1.114:

“Art. 3º .....  
.....

§ 2º Somente serão elegíveis à garantia do Peac-FGI as operações de crédito contratadas até 31 de dezembro de 2024 que observarem as seguintes condições:

.....” (NR)

“Art. 5º .....  
.....

§ 4º A partir de 1º de janeiro de 2025, os valores não comprometidos com garantias concedidas serão devolvidos anualmente à União por meio de resgate de cotas, até o sexagésimo dia seguinte à data de emissão do parecer da auditoria independente do FGI referente ao exercício anterior, na forma estabelecida no estatuto do Fundo.



.....” (NR)

### **JUSTIFICATIVA**

A ampliação do crédito é fundamental para os microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno e médio porte, sobretudo no contexto de estagnação da economia brasileira.

Neste sentido, a presente emenda prevê que a contratação de operações no âmbito do Peac-FGI se estenda até 31 de dezembro de 2024, com devolução dos valores não comprometidos para o Tesouro a partir de janeiro de 2025.

Pede-se apoio aos pares para a aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões,

**Senador PAULO ROCHA**

**PT/PA**



**MPV 1114  
00013**



SENADO FEDERAL

Liderança da Minoria

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.114, DE 2022**

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, a Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021, a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, que dispõem sobre o Fundo Garantidor de Habitação Popular, a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas, e o Programa Emergencial de Acesso a Crédito.

**EMENDA Nº –  
(à MP 1.114/2022)**

Dê-se nova redação aos incisos I e II do § 2º do art. 3º da Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, alterado pelo art. 4º da Medida Provisória nº 1.114:

“Art. 3º .....

.....

§ 2º .....

I - prazo de carência de, no mínimo, 8 (oito) meses e, no máximo, 18 (dezoito) meses;



II – prazo total da operação de, no mínimo, 12 (meses) e, no máximo, 72 (setenta e dois) meses;

.....” (NR)

### JUSTIFICATIVA

A ampliação do crédito é fundamental para os microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno e médio porte, sobretudo no contexto de estagnação da economia brasileira.

A reativação do Peac-FGI é relevante, mas é necessário que o Programa tenha condições mais adequadas à capacidade financeira dos beneficiários. Neste sentido, sugere-se que a carência passe a ser de, no mínimo, oito meses (e não mais seis meses) e, no máximo, dezoito meses (e não mais doze meses) e o prazo máximo da operação, de setenta e dois meses (e não mais sessenta meses).

Pede-se apoio aos pares para a aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões, 27 de abril de 2022.

**Senador Jean Paul Prates**

**(PT – RN)**

**Líder da Minoria**



**MPV 1114  
00014**



SENADO FEDERAL

Liderança da Minoria

## **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.114, DE 2022**

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, a Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021, a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, que dispõem sobre o Fundo Garantidor de Habitação Popular, a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas, e o Programa Emergencial de Acesso a Crédito.

### **EMENDA Nº – (à MP 1.114/2022)**

Inclua-se o seguinte § 6º ao art. 3º da Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, alterado pelo art. 4º da Medida Provisória nº 1.114:

“Art. 3º .....

.....

§ 6º As empresas de médio porte que contratarem linhas de crédito no âmbito do Peac-FGI assumirão contratualmente a obrigação de fornecer informações verídicas e de preservar o quantitativo de empregados em número igual ou superior ao verificado no último dia do ano anterior ao da contratação da linha de crédito, no período compreendido entre a data da contratação e o nonagésimo dia após o recebimento da última parcela da linha de crédito.”



### JUSTIFICATIVA

A ampliação do crédito é fundamental para os microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno e médio porte. Contudo, a utilização de recursos públicos para fomentar o acesso ao crédito também deve visar à preservação de empregos, num momento em que o país tem doze milhões de desempregados.

Neste sentido, a presente emenda prevê que as empresas de médio porte que contratarem linhas de crédito no âmbito do Peac-FGI assumirão contratualmente a obrigação de fornecer informações verídicas e de preservar o quantitativo de empregados em número igual ou superior ao verificado no último dia do ano anterior ao da contratação da linha de crédito, no período compreendido entre a data da contratação e o nonagésimo dia após o recebimento da última parcela da linha de crédito.

Pede-se apoio aos pares para a aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões, 27 de abril de 2022.

**Senador Jean Paul Prates**

**(PT – RN)**

**Líder da Minoria**



**MPV 1114  
00015**



SENADO FEDERAL

Liderança da Minoria

## MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.114, DE 2022

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, a Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021, a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, que dispõem sobre o Fundo Garantidor de Habitação Popular, a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas, e o Programa Emergencial de Acesso a Crédito.

### **EMENDA Nº – (à MP 1.114/2022)**

Dê-se a seguinte redação aos art. 3º e 5º da Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, alterados pelo art. 4º da Medida Provisória nº 1.114:

“Art. 3º .....

.....

§ 2º Somente serão elegíveis à garantia do Peac-FGI as operações de crédito contratadas até 31 de dezembro de 2024 que observarem as seguintes condições:

.....” (NR)

“Art. 5º .....





.....

§ 4º A partir de 1º de janeiro de 2025, os valores não comprometidos com garantias concedidas serão devolvidos anualmente à União por meio de resgate de cotas, até o sexagésimo dia seguinte à data de emissão do parecer da auditoria independente do FGI referente ao exercício anterior, na forma estabelecida no estatuto do Fundo.

.....” (NR)

#### JUSTIFICATIVA

A ampliação do crédito é fundamental para os microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno e médio porte, sobretudo no contexto de estagnação da economia brasileira.

Neste sentido, a presente emenda prevê que a contratação de operações no âmbito do Peac-FGI se estenda até 31 de dezembro de 2024, com devolução dos valores não comprometidos para o Tesouro a partir de janeiro de 2025.

Pede-se apoio aos pares para a aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões, 27 de abril de 2022.

**Senador Jean Paul Prates**

**(PT – RN)**

**Líder da Minoria**



**MPV 1114  
00016**



SENADO FEDERAL

Liderança da Minoria

## **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.114, DE 2022**

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, a Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021, a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, que dispõem sobre o Fundo Garantidor de Habitação Popular, a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas, e o Programa Emergencial de Acesso a Crédito.

### **EMENDA Nº – (à MP 1.114/2022)**

Inclua-se o seguinte § 6º ao art. 3º da Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, alterado pelo art. 4º da Medida Provisória nº 1.114:

“Art. 3º .....

.....

§ 6º O regulamento do Peac-FGI disporá sobre percentual mínimo de atendimento a microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte.”

### **JUSTIFICATIVA**

A ampliação do crédito é fundamental para os microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte. Pequenos



empreendimentos são os responsáveis pela maior parte dos empregos gerados no Brasil e dispõem de menores condições financeiras, especialmente no contexto atual, em que a economia brasileira deve ficar praticamente estagnada em 2022.

Neste sentido, a emenda prevê que o regulamento do Peac-FGI disporá sobre percentual mínimo de atendimento a esse público, de modo que o Programa seja focado nos que mais necessitam do acesso à linha de crédito.

Pede-se apoio aos pares para a aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões, 27 de abril de 2022.

**Senador Jean Paul Prates**

**(PT – RN)**

**Líder da Minoria**





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

**MPV 1114  
00017**

**EMENDA Nº - PLEN**  
(à MPV nº 1.114, de 2022)

Inclua-se onde couber o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1.114, de 25 de abril de 2022:

**“Art. X.** Os fundos de que trata a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, podem firmar convênios para alocar recursos nos fundos de risco das Sociedades de Garantia Solidária (SGS) a fim de aumentar a capilaridade da garantia nos riscos assumidos nas operações de crédito às pequenas e microempresas e microempreendedores individuais.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A falta de crédito para as pequenas e microempresas, bem como microempreendedores individuais é um fator que impede o desenvolvimento do país. As micro e pequenas empresas são responsáveis por mais de 50% dos empregos formais do país, mas possuem dificuldades em conseguir crédito devido à dificuldade em obter garantias.

As Sociedades de Garantia Solidária (SGS) tem como objeto avaliar empréstimos a micro e pequenos empreendedores – de modo a facilitar o acesso a financiamentos do mercado. A Resolução no 4.822, de 2022, do Banco Central do Brasil, já disciplinou a constituição, organização e funcionamento das SGS.

É essencial estimular o desenvolvimento de convênios entre as SGS e os fundos garantidores, de modo a prover mais recursos, estimulando ainda mais as micro e pequenas empresas.

Sala das Sessões,

Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

**Brasília:**

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2  
70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: (61)3303-6446

**Florianópolis:**

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Centro  
88010-040 – Florianópolis – SC  
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: [sen.esperidioamin@senado.leg.br](mailto:sen.esperidioamin@senado.leg.br)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

**MPV 1114  
00018**

**EMENDA Nº - PLEN**  
(à MPV nº 1.114, de 2022)

Dê-se aos arts. 3º e 4º da Medida Provisória nº 1.114, de 25 de abril de 2022, a seguinte redação:

“**Art. 3º** A Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 7º**.....

§ 7º.....

I - que a garantia pessoal do titular ou a assunção por ele da obrigação de pagar constitui garantia mínima para fins das operações de crédito firmadas com empresários individuais ou microempreendedores individuais;

II - a possibilidade de garantir o risco assumido por sistemas cooperativos de crédito, direta ou indiretamente, consideradas as suas diversas entidades de forma individualizada ou como apenas um concedente de crédito, e por entidades operadoras de microcrédito e microfinanças (organizações da sociedade civil de interesse público de microcrédito) autorizadas a operar no programa de microcrédito orientado (PNMPO), desde que os créditos sejam direcionados às entidades na forma prevista no inciso I do *caput*; e

III - que a pactuação de obrigação solidária de sócio constitui garantia mínima para fins das operações de crédito às quais darão cobertura.’ (NR)

.....”

“**Art. 4º** A Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 3º** O Programa Emergencial de Acesso a Crédito na modalidade de garantia - Peac-FGI é destinado a microempreendedores individuais, microempresas, empresas

**Brasília:**

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2  
70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: (61)3303-6446

**Florianópolis:**

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Centro  
88010-040 – Florianópolis – SC  
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: [sen.esperidioamin@senado.leg.br](mailto:sen.esperidioamin@senado.leg.br)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

de pequeno e médio porte, associações, fundações de direito privado, sociedades cooperativas, excetuadas as sociedades de crédito, que tenham sede ou estabelecimento no País e que tenham auferido no ano-calendário imediatamente anterior ao da contratação da operação receita bruta inferior ou igual a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

.....  
§ 6º As entidades operadoras de microcrédito e microfinanças (organizações da sociedade civil de interesse público de microcrédito) autorizadas a operar no programa de microcrédito orientado (PNMPO) se enquadram como agente financeiro e poderão receber as garantias dispostas no caput deste artigo. '(NR) ”

## JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.114, de 24 de abril de 2022, alterou a lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, possibilitando a garantia de risco assumido por cooperativas de crédito, desde que os créditos sejam direcionados aos empresários individuais e microempreendedores individuais.

Elaboramos esta emenda de modo a estender essa possibilidade de garantia às entidades operadoras de microcrédito e microfinanças, denominadas de organizações sociais de interesse público (OSCIPS) de microcrédito. Também propomos modificação destinada a permitir que as OSCIPS de microcrédito, autorizadas a operar no programa de microcrédito orientado (PNMPO), contem com as garantias do PEAC-FGI.

A falta de crédito para os pequenos empresários e microempreendedores é notória no país. A pandemia deixou ainda mais evidente a necessidade de se estimular o microcrédito no país. A falta de garantias é um dos fatores impeditivos para que esse tipo de crédito se expanda e é essencial que se possa estender o sistema de garantias de modo a incluir as operadoras de microcrédito e microfinanças (as OSCIPS de microcrédito), que possuem expertise na concessão de crédito aos pequenos negócios.

Sala das Sessões,

Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

---

**Brasília:**

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2  
70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: (61)3303-6446

**Florianópolis:**

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Centro  
88010-040 – Florianópolis – SC  
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: [sen.esperidioamin@senado.leg.br](mailto:sen.esperidioamin@senado.leg.br)





**MPV 1114  
00019**

## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.114, DE 2022.**

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, a Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021, a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, que dispõem sobre o Fundo Garantidor de Habitação Popular, a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas, e o Programa Emergencial de Acesso a Crédito.

### **EMENDA Nº \_\_\_\_\_**

Art. 1º - Inclua-se, onde couber, na Medida Provisória nº 1.114/2022 os seguintes dispositivos.

“Seção xx

Da renegociação especial extrajudicial

Art. xx As microempresas e empresas de pequeno porte definidas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devedoras e seus credores poderão negociar livremente plano de renegociação especial extrajudicial.

§ 1º Os atos de renegociação especial extrajudicial previstos nesta Lei, estão sujeitos a registro, de competência:

I – do Registro Público de Empresas da sede do devedor, no caso dos empresários e das sociedades empresárias;

II – do Registro Civil de Pessoas Jurídicas da sede do devedor, no caso das pessoas jurídicas, quando de sua competência; e

1



Assinado digitalmente por Geninho Zulliani, Presidente da Câmara dos Deputados.  
Para verificar a assinatura, acesse: <http://www.camara.br/legis/verificacao> ou envie e-mail para: [legis@camara.br](mailto:legis@camara.br)

Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 860, Cep: 70.160-900  
Brasília/DF E-mail: [dep.geninhozulliani@camara.leg.br](mailto:dep.geninhozulliani@camara.leg.br)



\* C D 2 2 2 3 7 2 6 6 2 6 0 0 \*





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

III – do Registro de Títulos e Documentos do domicílio do devedor, para as demais pessoas de direito privado.

§ 2º Para registrar plano de renegociação especial extrajudicial, o devedor deverá atender aos seguintes requisitos:

I – exercer regularmente suas atividades há mais de 12 (doze) meses;

II – não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial, de recuperação judicial com base no plano especial de que trata a Seção V do Capítulo III da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, de renegociação especial judicial ou de renegociação especial extrajudicial;

III – não ter auferido durante sua existência ou nos últimos 5 (cinco) exercícios sociais, o que for menor, receita bruta acima do limite máximo previsto no art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

IV – não ser falido ou, se o foi, que estejam extintas as responsabilidades daí decorrentes.

§ 3º A renegociação especial extrajudicial do devedor também poderá ser realizada pelo cônjuge ou companheiro sobrevivente, pelos herdeiros, pelo inventariante ou pelo sócio remanescente.

Art. xx. O plano de renegociação especial extrajudicial obriga todos os credores das classes relacionadas no art. 83 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, com exceção dos créditos fiscais, bem como obrigam os credores titulares dos créditos previstos nos §§ 3º e 4º do art. 49 e no inciso II do art. 86 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que a eles expressamente aderirem, devendo:

I – indicar os meios de recuperação do devedor, nos termos do art. 50 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, podendo, inclusive, prever a alienação de ativos;

II – demonstrar, de maneira fundamentada, a projeção dos recursos a serem utilizados no pagamento de todos os créditos existentes até a data de instauração do respectivo procedimento, ainda que não vencidos, incluindo aqueles não sujeitos à renegociação, como os previstos nos §§ 3º e 4º do art. 49 e no inciso II do art. 86 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, e os créditos fiscais decorrentes de parcelamento ou de transação, e no pagamento dos tributos incidentes durante o período de vigência do plano;

2



Assinado digitalmente por Geninho Zulliani  
Para verificar a assinatura, acesse <http://www.camara.gov.br/legis/verificacao> ou [dep.geninhozulliani@camara.leg.br](mailto:dep.geninhozulliani@camara.leg.br)







## CÂMARA DOS DEPUTADOS

III – relacionar em classes, conforme o art. 83 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, os credores e seus respectivos créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos;

IV – estabelecer as condições de pagamento de todos os credores, excetuados os créditos fiscais e os previstos nos §§ 3º e 4º do art. 49 e no inciso II do art. 86 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, respeitando a paridade de tratamento dos créditos de uma mesma classe;

V – estabelecer as condições de pagamento dos credores titulares de créditos previstos nos §§ 3º e 4º do art. 49 e no inciso II do art. 86 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que expressamente aderirem ao plano;

VI – prever prazo não superior a 3 (três) anos para pagamento de credores titulares dos créditos previstos no inciso I do art. 83 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, vencidos até a data de instauração do respectivo procedimento, desde que os demais credores menos privilegiados somente sejam satisfeitos após o pagamento desses créditos; e

VII – incluir quadro-resumo que explique sucinta, completa e inequivocamente as condições para pagamento das obrigações por ele abrangidas.

§ 1º Na hipótese de o plano prever, de acordo com o inciso I do caput deste artigo, a alienação de ativos como meio de recuperação do devedor, o objeto da alienação estará livre de qualquer ônus e não haverá sucessão do arrematante nas obrigações do devedor, do avalista, do fiador ou do coobrigado, conforme o caso, incluídas, mas não exclusivamente, as de natureza tributária, ambiental, regulatória e administrativa, as derivadas da legislação do trabalho e as decorrentes de acidente de trabalho.

§ 2º Será admitida a venda integral dos ativos do devedor, desde que garantidas, aos credores não submetidos ou não aderentes, condições, no mínimo, equivalentes àquelas que teriam na falência.

§ 3º Nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, o devedor deverá registrar a prestação das contas, até o último exercício encerrado, sobre o cumprimento do plano de renegociação especial extrajudicial previsto neste artigo.

§ 4º O plano de renegociação extrajudicial, não poderá abranger:

I – os créditos contra o profissional liberal que não se relacionarem diretamente com a profissão exercida;

3



Assinado digitalmente por Geninho Zulliani  
Para verificar a autenticidade do documento, consulte o site: <http://www.camara.gov.br/legis/verificacao>

Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 860, Cep: 70.160-900

Brasília/DF E-mail: [dep.geninhozulliani@camara.leg.br](mailto:dep.geninhozulliani@camara.leg.br)



\* C D 2 2 2 3 7 2 6 6 2 6 0 0 \*





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

II – os créditos contra as cooperativas, referentes aos contratos e obrigações decorrentes dos atos cooperativos praticados pelas cooperativas com seus cooperados;

Art. xx. A renegociação extrajudicial suspende, na forma deste artigo, as obrigações do devedor, exceto as fiscais e os direitos e ações dos credores relacionados no § 3º do art. 49 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, desde que não recaiam sobre bens de capital essenciais à atividade empresarial.

§ 1º As suspensões previstas neste artigo deverão vigorar a partir do protocolo dos documentos do plano de renegociação especial extrajudicial até o arquivamento da prestação de contas do devedor.

§ 2º Durante as suspensões previstas neste artigo, as garantias dadas pelo devedor continuarão preservadas, vedada a prática de novos atos de constrição, inclusive nas execuções fiscais.

Art. xx. Na renegociação especial extrajudicial as obrigações dos avalistas, fiadores, coobrigados e demais garantidores do devedor, desde que não haja a expressa oposição do credor titular da respectiva garantia, poderão ser novadas nos mesmos termos e nas mesmas condições da obrigação principal, conforme previsto no plano de renegociação especial extrajudicial, após seu arquivamento.

Art. xx. Na renegociação especial extrajudicial os órgãos de registro público regulamentarão, sempre que possível e resguardadas a segurança jurídica e as prerrogativas previstas em lei:

I – o uso dos meios de manifestação de vontade e comunicação extrajudicial mais eficientes, incluindo a realização de intimações por comunicação eletrônica, inclusive por correio eletrônico, e por notificação direta a dispositivos móveis previamente cadastrados e autorizados pelo interessado;

II – a substituição das publicações em jornal de grande circulação ou em diário oficial previstas em lei pela publicação em sítio eletrônico do devedor, do administrador judicial ou do liquidante, conforme o caso; e

III – a dispensa da apresentação de documentação que se prove demasiadamente onerosa para o devedor e que não seja essencial para os procedimentos fixados nesta Lei, exceto com relação à certidão de regularidade fiscal, quando o procedimento exigir.

4



Assinado digitalmente por Geninho Zulliani  
Para verificar a autenticidade da assinatura, clique em: [www.camara.gov.br/legis/verificacao](http://www.camara.gov.br/legis/verificacao)

Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 860, Cep: 70.160-900

Brasília/DF E-mail: [dep.geninhozulliani@camara.leg.br](mailto:dep.geninhozulliani@camara.leg.br)



\* C D 2 2 2 3 7 2 6 6 2 6 0 0 \*





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Art. xx. Na ausência de lei específica, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão celebrar transação, para os fins de renegociação especial extrajudicial, observada a legislação federal aplicável.

Art. xx. Para que se produzam os efeitos previstos nesta Lei, caberá ao devedor registrar os seguintes documentos:

I – comprovante do enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte;

II – laudo de apuração de débitos e ativos, elaborado por contabilista, com o objetivo de atestar a existência e a apuração dos débitos e ativos do devedor e possibilitar a verificação do quórum de adesão de credores, do qual conste:

a) a relação de todas as dívidas do devedor, contabilizadas ou não, contendo o nome do titular do crédito, a importância devida, a existência de garantias com a correspondente descrição, inclusive a existência de avalistas, fiadores e coobrigados, e a classificação de cada crédito na forma do art. 83 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, bem como informando os créditos ilíquidos, tais como aqueles cuja valoração depende de apreciação judicial ou arbitral; e

b) a relação de todos os ativos do devedor, contabilizados ou não, contendo a sua descrição, o seu valor contábil e o local em que se encontram;

III – plano de renegociação especial extrajudicial elaborado na forma desta lei, contendo a adesão de credores de acordo com os seguintes quóruns:

a) mais da metade dos credores da classe prevista no art. 83, inciso I, da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, independentemente do valor de seu crédito; e

b) mais da metade do valor total dos créditos de cada uma das classes de credores previstas no art. 83, exceto a classe prevista no inciso III, da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005;

IV – certidões de regularidade fiscal, nos termos dos arts. 205 e 206 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional);

V – parecer de advogado contendo opinião sobre a legalidade do plano de renegociação especial extrajudicial, especificando o atendimento das exigências previstas nesta Lei.

§ 1º Não compete ao órgão de registro público realizar a análise da legalidade do plano nem a verificação dos créditos.

5



Assinado digitalmente por Geninho Zulliani  
Para verificar a assinatura, acesse: <http://www.camara.br/legis/verificacao-de-assinatura>  
Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 860, Cep: 70.160-900  
Brasília/DF E-mail: [dep.geninhozulliani@camara.leg.br](mailto:dep.geninhozulliani@camara.leg.br)





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

§ 2º A falta do cumprimento de requisitos para o registro do plano ou a divergência em relação aos créditos ensejará ação anulatória e a ineficácia do plano em relação à Fazenda Pública.

§ 3º A pretensão a que se refere o § 2º deste artigo prescreverá no prazo de 2 (dois) anos, a contar do arquivamento do plano de renegociação especial extrajudicial.

§ 4º A certidão de regularidade fiscal poderá ser obtida por meio de adesão a parcelamento ou de acordo de transação tributária, nos termos previstos em lei.

§ 5º O advogado subscritor do parecer de que trata o inciso V do caput deste artigo responderá, em caso de dolo ou erro grosseiro, pelas perdas e danos decorrentes da irregularidade da renegociação especial extrajudicial.

Art.xx. O credor prejudicado, independentemente da natureza de seu crédito, poderá requerer em procedimento próprio contra aqueles que praticarem ato ilícito na renegociação especial extrajudicial:

I – a anulação dos atos praticados na renegociação especial extrajudicial;

II – a reparação de dano sofrido, na forma do art. 927 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

IV – ineficácia dos atos em relação à Fazenda Pública e possibilidade de responsabilização do devedor, sócios gestores e administrador, em âmbito administrativo e judicial.

§ 1º Fica assegurado ao credor de que trata o caput, pela via judicial ou, no caso de Fazenda Pública titular de crédito tributário inscrito em dívida ativa, por requisição administrativa ao órgão responsável, o pleno acesso às informações comerciais, bancárias e fiscais do devedor, dos sócios e do administrador.

§ 2º Para fins do caput, consideram-se ilícitos, sem prejuízo de outras formas, os atos praticados com fraude ou dolo na prestação de informações, na elaboração ou na aprovação dos documentos apresentados nos procedimentos referidos no caput, incluindo omissão ou sonegação de bens, direitos ou rendimentos de qualquer espécie, pagamentos preferenciais, liquidação precipitada ou abuso de direito na renegociação especial extrajudicial.

§3º As ações previstas neste artigo competem exclusivamente ao Juízo Cível Estadual do local do principal estabelecimento do devedor.

6



Assinado digitalmente por Geninho Zulliani  
Para verificar a assinatura, acesse: <http://www.camara.gov.br/verificar-assinatura>

Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 860, Cep: 70.160-900

Brasília/DF E-mail: [dep.geninhozulliani@camara.leg.br](mailto:dep.geninhozulliani@camara.leg.br)



\* C D 2 2 2 3 7 2 6 6 2 6 0 0 \*





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Art. xx. A pretensão a que se referem o artigo anterior prescreverá no prazo de 2 (dois) anos, a contar do arquivamento do plano de renegociação especial extrajudicial.

Art. xx. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão ser estimuladas a utilizar os institutos da conciliação prévia, da mediação e da arbitragem para solução dos seus conflitos, inclusive para a celebração de plano de renegociação especial extrajudicial.

§ 1º Serão reconhecidos de pleno direito os acordos celebrados no âmbito das comissões de conciliação prévia e das entidades de representação da atividade empresarial.

§ 2º As entidades de representação da atividade empresarial poderão prestar assessoria e auxiliar na negociação, na mediação e na conciliação do devedor e dos seus credores para a celebração de plano de renegociação especial extrajudicial.

## JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda estabelece procedimentos para recuperação extrajudicial de micro e pequenas empresas, contribuindo para a manutenção da atividade empresarial e possibilitando a obtenção de novos financiamentos por meio da garantia de recebimento do credor.

Tão importante quanto garantir a concessão, ampliação e fomento do crédito para micro e pequenas empresas é garantir uma rápida possibilidade de solução para micro e pequenas empresas em dificuldade, visando o pagamento integral das obrigações contratadas e garantindo a manutenção da atividade empresarial. Para isso é fundamental a aprovação da renegociação especial extrajudicial de dívidas.

7



Assinado digitalmente por Geninho Zulliani, Presidente da Câmara dos Deputados.  
Para verificar a assinatura, acesse: <http://www.camara.br/legis/verificacao-de-assinatura> ou [dep.geninhozulliani@camara.leg.br](mailto:dep.geninhozulliani@camara.leg.br)





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

É de suma importância para os bancos, instituições financeiras e para as próprias micros e pequenas empresas, um mecanismo ágil e desburocratizado de renegociação extrajudicial de dívidas. Trata-se de formalizar e ampliar o modelo já muito bem-sucedido das semanas de conciliação realizadas pelos tribunais de justiça brasileiros, amplamente estimulados pelo Conselho Nacional de Justiça.

Negociar livremente é mais barato, garante que o micro e pequeno empresário tenha condições adequadas de pagamento, aderentes ao fluxo de caixa da empresa em situação de dificuldade. Do outro lado garante ao credor certeza de recebimento e possibilidade de ampliação inclusive de novas formas de financiamento.

O texto apresentado é parte central do texto do PLP 33/2020, de autoria do Senador Ângelo Coronel e de relatoria do Senador Jorginho Melo, já aprovado no Senado Federal e que aguarda votação na Câmara dos Deputados. Aproveitar o caminho da presente medida provisória é acelerar a oferta de soluções às micro e pequenas empresas e às instituições financeiras provedoras do crédito.

Ante o exposto, rogamos aos nobres pares apoio para a aprovação desta importante emenda.

Sala das Comissões, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

8



Assinado digitalmente por Jorginho Melo  
Para verificar a assinatura, acesse: <http://www.camara.gov.br/legis/assinaturas> ou escaneie o código QR

Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 860, Cep: 70.160-900

Brasília/DF E-mail: [dep.jorginhozuliani@camara.leg.br](mailto:dep.jorginhozuliani@camara.leg.br)



\* C D 2 2 2 3 7 2 6 6 2 6 0 0 \*



**CÂMARA DOS DEPUTADOS****GENINHO ZULIANI****DEPUTADO FEDERAL – UNIÃO/SP**

9



Assinado digitalmente por Geninho Zuliani  
Para verificar a assinatura, acesse <http://www.camara.gov.br/legis/verificacao>  
Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 860, Cep: 70.160-900  
Brasília/DF E-mail: [dep.geninhozuliani@camara.leg.br](mailto:dep.geninhozuliani@camara.leg.br)



\* C D 2 2 2 3 7 2 6 6 2 6 0 0 \*

**MPV 1114  
00020**

## **COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.114, DE 2022**

### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.114, DE 2022**

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, a Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021, a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, que dispõem sobre o Fundo Garantidor de Habitação Popular, a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas, e o Programa Emergencial de Acesso a Crédito.

### **EMENDA Nº**

Dê-se ao art. 1º da Medida Provisória nº 1.114, de 2022 a seguinte redação:]

“Art. 1º A Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 20.....  
.....

III - garantir, direta ou indiretamente, parte do risco em operações de financiamento habitacional, no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, contratados a partir de 1º de junho de 2022, para famílias com a renda mensal de que trata o inciso III do § 6º do art. 3º, no âmbito dos programas habitacionais dos governos federal, estadual e municipal estabelecidos em lei.

### **JUSTIFICAÇÃO**

O objetivo da presente Emenda é ampliar o escopo de utilização do Fundo Garantidor da Habitação Popular – FGHab.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Bosco Costa  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229264086100>





2

Atualmente, a cobertura do referido fundo alcança apenas os programas habitacionais do governo federal. Entendemos que, se o objetivo da Medida Provisória é de fato “permitir que o Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab) possa garantir novos financiamentos imobiliários, para as famílias de baixa renda”, tal como consta da Exposição de Motivos apresentada pelo Poder Executivo, então é de grande importância que sejam alcançados com a cobertura do referido fundo também os programas de habitação dos governos estaduais e municipais.

Cumpramos esclarecer que a presente Emenda em nada repercute sobre a despesa pública, visto que a inovação ora pretendida não exigirá aporte adicional por parte da União. Trata-se, portanto, de mera ampliação de cobertura dentro do aporte já autorizado legalmente à União.

Em face da relevância da matéria, contamos com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação da presente Emenda.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2022.

Deputado BOSCO COSTA



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Bosco Costa  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229264086100>





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

**MPV 1114  
00021**

**EMENDA Nº - PLEN**  
(à MPV nº 1.114, de 2022)

Inclua-se onde couber o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1.114, de 25 de abril de 2022:

“**Art. X.** Os fundos de que tratam as Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, podem firmar convênios para alocar recursos nos fundos de risco das Sociedades de Garantia de Crédito (SGC) a fim de aumentar a capilaridade da garantia nos riscos assumidos nas operações de crédito às pequenas e microempresas e microempreendedores individuais.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A falta de crédito para as pequenas e microempresas, bem como microempreendedores individuais é um fator que impede o desenvolvimento do país. As micro e pequenas empresas são responsáveis por mais de 50% dos empregos formais do país, mas possuem dificuldades em conseguir crédito devido à dificuldade em obter garantias.

A Medida Provisória nº 975, de 2020, que instituiu o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac), convertida na Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, alterou a Lei 12.087, de 11 de novembro de 2009, possibilitando a garantia pelos fundos garantidores com participação da União nas operações cobertas por fundos ou sociedades de garantia de crédito.

A emenda proposta pretende deixar claro a possibilidade que esses fundos garantidores, inclusive o Peac-FGI, possam firmar convênio

**Brasília:**

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2  
70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: (61)3303-6446

**Florianópolis:**

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Centro  
88010-040 – Florianópolis – SC  
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: [sen.esperidioamin@senado.leg.br](mailto:sen.esperidioamin@senado.leg.br)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

com Sociedades de Garantia de Crédito, para aportes de recursos previstos pela MP nº 1.114, de 2021.

As SGC são sociedades de caráter associativo sem fins lucrativos, cujo objetivo é complementar as garantias exigidas aos seus associados nas operações de crédito junto ao sistema financeiro, elas são formadas essencialmente por micros e pequenas empresas e microempreendedores, mas podem ter a participação de entidades públicas e outros apoiadores.

Seu objetivo principal é a promoção da competitividade e desenvolvimento.

Na prática, uma SGC ajuda a viabilizar o crédito tão importante para os pequenos empreendimentos. Em diversos países, um dos principais instrumentos que o poder público utiliza para apoiar financeiramente os pequenos negócios são os sistemas de garantia (fundo de aval, sociedades garantidoras, cooperativas de garantias etc.).

É essencial estimular o desenvolvimento de convênios entre as SGC e os fundos garantidores, de modo a prover mais recursos, estimulando ainda mais as micro e pequenas empresas.

Sala das Sessões,

Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

**Brasília:**

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2  
70165-900 – Brasília – DF  
Telefone: (61)3303-6446

E-mail: [sen.esperidioamin@senado.leg.br](mailto:sen.esperidioamin@senado.leg.br)

**Florianópolis:**

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Centro  
88010-040 – Florianópolis – SC  
Telefone: (48)3222-4100



**MPV 1114  
00022****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1114, DE 2022****COMISSÃO MISTA DESTINADA A EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA  
PROVISÓRIA Nº 1114, DE 2022.**

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, a Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021, a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, que dispõem sobre o Fundo Garantidor de Habitação Popular, a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas, e o Programa Emergencial de Acesso a Crédito.

**EMENDA Nº**

O § 12. do art. 9º da Lei nº 12.087/2009, modificado pela Medida Provisória nº 1114/2022 passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 12. Será concedido tratamento especial aos microempreendedores individuais, micro e pequenas empresas na cobrança da comissão pecuniária de que trata o § 3º, na forma estabelecida em seus estatutos.”

.....

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda procura garantir que o tratamento especial aos microempreendedores individuais na cobrança da comissão pecuniária tratada no § 3º seja ampliado às micro e pequenas empresas.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2022.

Deputado **MARCELO CALERO**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcelo Calero  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD228758527100>



\* CD 228758527100 \*



**MPV 1114  
00023****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.114, DE 2022**

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, a Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021, a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, que dispõem sobre o Fundo Garantidor de Habitação Popular, a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas, e o Programa Emergencial de Acesso a Crédito.

**EMENDA Nº \_\_\_\_**

Dê-se nova redação aos incisos I e II do § 2º do art. 3º da Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, alterado pelo art. 4º da Medida Provisória nº 1.114:

“Art. 3º .....

.....

§ 2º .....

I - prazo de carência de, no mínimo, 8 (oito) meses e, no máximo, 18 (dezoito) meses;

II – prazo total da operação de, no mínimo, 12 (meses) e, no máximo, 72 (setenta e dois) meses;

.....” (NR)

**JUSTIFICATIVA**

A ampliação do crédito é fundamental para os microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno e médio porte, sobretudo no contexto de estagnação da economia brasileira.

A reativação do Peac-FGI é relevante, mas é necessário que o Programa tenha condições mais adequadas à capacidade financeira dos beneficiários. Neste sentido, sugere-se que a carência passe a ser de, no mínimo, oito meses (e não mais seis meses) e, no máximo, dezoito meses (e não mais doze meses) e o prazo máximo da operação, de setenta e dois meses (e não mais sessenta meses).

Pede-se apoio aos pares para a aprovação da presente emenda.

Sala da comissão, 27 de abril de 2022.

Deputado **REGINALDO LOPES**  
**PT/MG**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222619165900>



**MPV 1114  
00024****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.114, DE 2022**

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, a Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021, a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, que dispõem sobre o Fundo Garantidor de Habitação Popular, a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas, e o Programa Emergencial de Acesso a Crédito.

**EMENDA Nº \_\_\_\_\_**

Inclua-se o seguinte § 6º ao art. 3º da Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, alterado pelo art. 4º da Medida Provisória nº 1.114:

“Art. 3º .....  
.....

§ 6º As empresas de médio porte que contratarem linhas de crédito no âmbito do Peac-FGI assumirão contratualmente a obrigação de fornecer informações verídicas e de preservar o quantitativo de empregados em número igual ou superior ao verificado no último dia do ano anterior ao da contratação da linha de crédito, no período compreendido entre a data da contratação e o nonagésimo dia após o recebimento da última parcela da linha de crédito.”

**JUSTIFICATIVA**

A ampliação do crédito é fundamental para os microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno e médio porte. Contudo, a utilização de recursos públicos para fomentar o acesso ao crédito também deve visar à preservação de empregos, num momento em que o país tem doze milhões de desempregados.

Neste sentido, a presente emenda prevê que as empresas de médio porte que contratarem linhas de crédito no âmbito do Peac-FGI assumirão contratualmente a obrigação de fornecer informações verídicas e de preservar o quantitativo de empregados em número igual ou superior ao verificado no último dia do ano anterior ao da contratação da linha de crédito, no período compreendido entre a data da contratação e o nonagésimo dia após o recebimento da última parcela da linha de crédito.

Pede-se apoio aos pares para a aprovação da presente emenda.

Sala da comissão, 27 de abril de 2022.

Deputado **REGINALDO LOPES**  
**PT/MG**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222211777200>



\*CD222211777200\*



**MPV 1114  
00025****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.114, DE 2022**

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, a Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021, a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, que dispõem sobre o Fundo Garantidor de Habitação Popular, a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas, e o Programa Emergencial de Acesso a Crédito.

**EMENDA Nº \_\_\_\_\_**

Inclua-se o seguinte § 6º ao art. 3º da Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, alterado pelo art. 4º da Medida Provisória nº 1.114:

“Art. 3º .....  
.....

§ 6º O regulamento do Peac-FGI disporá sobre percentual mínimo de atendimento a microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte.”

**JUSTIFICATIVA**

A ampliação do crédito é fundamental para os microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte. Pequenos empreendimentos são os responsáveis pela maior parte dos empregos gerados no Brasil e dispõem de menores condições financeiras, especialmente no contexto atual, em que a economia brasileira deve ficar praticamente estagnada em 2022.

Neste sentido, a emenda prevê que o regulamento do Peac-FGI disporá sobre percentual mínimo de atendimento a esse público, de modo que o Programa seja focado nos que mais necessitam do acesso à linha de crédito.

Pede-se apoio aos pares para a aprovação da presente emenda.

Sala da comissão, 27 de abril de 2022.

Deputado **REGINALDO LOPES**  
**PT/MG**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD226570759000>



**MPV 1114  
00026****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.114, DE 2022**

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, a Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021, a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, e a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, que dispõem sobre o Fundo Garantidor de Habitação Popular, a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas, e o Programa Emergencial de Acesso a Crédito.

**EMENDA Nº \_\_\_\_\_**

Dê-se a seguinte redação aos art. 3º e 5º da Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, alterados pelo art. 4º da Medida Provisória nº 1.114:

“Art. 3º .....  
.....

§ 2º Somente serão elegíveis à garantia do Peac-FGI as operações de crédito contratadas até 31 de dezembro de 2024 que observarem as seguintes condições:

.....” (NR)

“Art. 5º .....  
.....

§ 4º A partir de 1º de janeiro de 2025, os valores não comprometidos com garantias concedidas serão devolvidos anualmente à União por meio de resgate de cotas, até o sexagésimo dia seguinte à data de emissão do parecer da auditoria independente do FGI referente ao exercício anterior, na forma estabelecida no estatuto do Fundo.

.....” (NR)

**JUSTIFICATIVA**

A ampliação do crédito é fundamental para os microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno e médio porte, sobretudo no contexto de estagnação da economia brasileira.

Neste sentido, a presente emenda prevê que a contratação de operações no âmbito do Peac-FGI se estenda até 31 de dezembro de 2024, com devolução dos valores não comprometidos para o Tesouro a partir de janeiro de 2025.

Pede-se apoio aos pares para a aprovação da presente emenda.

Sala da comissão, 27 de abril de 2022.

Deputado **REGINALDO LOPES**  
**PT/MG**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229612713000>







## CONGRESSO NACIONAL

### EMENDAS

Apresentadas perante a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 1115, de 2022**, que *"Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, que institui a contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Deputado Federal Jerônimo Goergen (PP/RS)	001
Senadora Kátia Abreu (PP/TO)	002
Senador Alexandre Silveira (PSD/MG)	003
Deputado Federal Fausto Pinato (PP/SP)	004
Deputado Federal André Figueiredo (PDT/CE)	005
Deputado Federal Nilto Tatto (PT/SP)	006
Deputado Federal Reginaldo Lopes (PT/MG)	007
Deputada Federal Luisa Canziani (PSD/PR)	008

**TOTAL DE EMENDAS: 8**



[Página da matéria](#)



**MPV 1115**  
**00001**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.115, DE 2022**

Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, que institui a contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas.

**EMENDA ADITIVA**

Acrescente-se à Medida Provisória nº 1115, de 2022, onde couber, as seguintes alterações as Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, e Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011:

**“Art....O art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:**

*“Art. 1º.....*

*.....*

*XLIII – rações balanceadas, concentrados e suplementos minerais classificados no Capítulo 23, exceto as posições 23.09.10.10 e 23.09.90.30, ácido fosfórico feedgrade, classificado no código 2809.20.19, fosfato dicálcico, classificado no código 2835.25.00, e uréia pecuária, classificada no código 3102.10.90, destinados à alimentação dos animais classificados na posição 01.02, todos da Tipi.*

*.....*

*§8º A redução a zero das alíquotas da contribuição para o Pis/Pasep e da Cofins de que trata o inciso XLIII deste artigo poderá ser aplicada a importações e à receita bruta de produtos comercializados no mercado interno no prazo de até cinco anos*



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225230127600>



*contados a partir da data de início de vigência do referido benefício.”*  
(NR)

**Art....A** Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

*“Art. 7º-A. A alíquota da contribuição sobre a receita bruta prevista no art. 7º será de 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento).”*

*“Art. 8º-A. A alíquota da contribuição sobre a receita bruta prevista no art. 8º será de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento).”*

### JUSTIFICATIVA

A Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, com suas posteriores alterações, reduz a zero a alíquota da contribuição para o Pis/Pasep e da Cofins de diversas mercadorias. Entre os itens contemplados estão os produtos de consumo que compõem a denominada cesta básica do brasileiro. Trata-se de importante medida para tornar mais acessíveis à população de baixa renda os produtos de primeira necessidade do cidadão, sobretudo os alimentícios.

Ocorre, entretanto, que essa desoneração, apesar de extremamente meritória, possui lacunas. Algumas mercadorias essenciais continuam sofrendo tributação dessas contribuições em sua cadeia produtiva, encarecendo desnecessariamente o produto final. Esse fato vai de encontro aos objetivos pretendidos pela Norma.

Entre as mercadorias que possuem matérias primas oneradas estão o leite e a carne bovina. Atualmente, as rações utilizadas na alimentação de bois e vacas sofre incidência da contribuição ao Pis/Pasep e da Cofins que pode elevar o preço final do produto em mais de 9%. Se a intenção é tornar esses alimentos mais baratos, não há sentido em manter essa taxa.

Essa contradição se torna ainda mais evidente se observarmos que a legislação em vigor já concede o benefício da suspensão de incidência das contribuições supracitadas às rações destinadas à alimentação de porcos e aves. Nada mais justo, portanto, na aplicação de **tratamento semelhante aos suplementos utilizados na criação de bovinos.**



Assinatura de: **Deputado Federal - Paulo Sérgio de Oliveira**  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225230127600>



De outro lado, visando cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, informamos que, conforme a Nota CETAD/COEST nº 106, de 08 de julho de 2016, encaminhada em resposta ao Ofício Pres. nº 26/2016, da Comissão de Finanças e Tributação, a Secretaria da Receita Federal do Brasil estimou a renúncia fiscal do benefício em R\$ 82,77 milhões mensais para o ano de 2016, e em R\$ 1.018,18 milhões e R\$ 1.034,04 milhões para os anos de 2017 e 2018, respectivamente. Visando compensar esses valores, propomos unificar as alíquotas da contribuição sobre a receita bruta em substituição à contribuição previdenciária patronal instituídas pelos arts. 7º-A e 8º-A da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011. De fato, essa alteração, além de compensar as renúncias listadas, trará maior isonomia no tratamento tributário dos setores econômicos envolvidos. Adicionalmente, estabelecemos o limite de validade de cinco anos para o benefício, com o intuito de respeitar o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO.

Sala das Comissões, de de 2022.



**Deputado JERÔNIMO GOERGEN**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jerônimo Goergen  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225230127600>





SENADO FEDERAL  
Gabinete da Senadora Kátia Abreu

MPV 1115  
00002

## MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.115, DE 2022

Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, que institui a contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas.

### EMENDA Nº

Inclua-se, onde couber, na Medida Provisória nº 1.115/2022, o seguinte dispositivo:

*“Art. \_\_ Dê-se a seguinte redação ao art. 78 e ao §10º do artigo 87 ambos da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014:*

*Art. 78. Até o ano-calendário de 2027, as parcelas de que trata o art. 77 poderão ser consideradas de forma consolidada na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL da controladora no Brasil, excepcionadas as parcelas referentes às pessoas jurídicas investidas que se encontrem em pelo menos uma das seguintes situações.’*

*‘Art. 87.....*

*§ 10. Até o ano-calendário de 2027, a controladora no Brasil poderá deduzir até 9% (nove por cento), a título de crédito presumido sobre a renda incidente sobre a parcela positiva computada no lucro real, observados o disposto no § 2º deste*





**SENADO FEDERAL**  
**Gabinete da Senadora Kátia Abreu**

*artigo e as condições previstas nos incisos I e IV do art. 91 desta Lei, relativo a investimento em pessoas jurídicas no exterior que realizem as atividades de fabricação de bebidas, de fabricação de produtos alimentícios e de construção de edifícios e de obras de infraestrutura, demais indústrias em geral.*

*.....” (NR)*

**JUSTIFICAÇÃO**

A legislação brasileira, atualmente, tem como premissa de universalidade da tributação, o que viabiliza a tributação da renda obtida inclusive além dos limites territoriais, independentemente de onde eles foram gerados, ainda que tenham sido reinvestidos no exterior. Tal premissa tem como consequência direta a dupla tributação.

A Lei 12.973/2014, visando mitigar a repercussão de tal premissa do sistema tributário nacional, possibilitou a dedução, até o ano-calendário de 2022, do IRPJ e da CSLL incidentes sobre a parcela positiva computada no lucro real relativo aos lucros das investidas no exterior, de crédito presumido de até 9% para as empresas que desenvolvem atividades de fabricação de bebidas e produtos alimentícios, de construção de edifícios e de obras de infraestrutura e as demais indústrias em geral.

Além disso, o art. 78 da Lei nº 12.973/2014, permitiu a apuração consolidada dos resultados das controladas estrangeiras, até o ano-





**SENADO FEDERAL**  
**Gabinete da Senadora Kátia Abreu**

calendário de 2022, em que há a possibilidade de compensação de prejuízos fiscais entre elas. Essa consolidação resulta na tributação do efetivo lucro da investidora brasileira nas operações internacionais. Ou seja, caso uma controlada apresente lucro e outra prejuízo, o somatório positivo desses valores que será efetivamente tributado.

Diante disso, a presente emenda prorroga, até 2027, a possibilidade de utilização de crédito presumido de 9% e de consolidação dos resultados de controladas no exterior.

Sala das Sessões, de de 2022

**Senadora Kátia Abreu**





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ALEXANDRE SILVEIRA

**MPV 1115**  
**00003**

**EMENDA Nº**  
(à MPV 1.115, de 2022)

Inclua-se, onde couber, na Medida Provisória nº 1.115, de 2022, dispositivo com a seguinte redação:

“**Art. .** A Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, passa a vigorar as seguintes alterações:

‘Art. 78. Até o ano-calendário de 2027, as parcelas de que trata o art. 77 poderão ser consideradas de forma consolidada na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL da controladora no Brasil, excepcionadas as parcelas referentes às pessoas jurídicas investidas que se encontrem em pelo menos uma das seguintes situações:

.....’ (NR)

‘Art. 87.....

.....

§ 10. Até o ano-calendário de 2027, a controladora no Brasil poderá deduzir até 9% (nove por cento), a título de crédito presumido sobre a renda incidente sobre a parcela positiva computada no lucro real, observados o disposto no § 2º deste artigo e as condições previstas nos incisos I e IV do art. 91 desta Lei, relativo a investimento em pessoas jurídicas no exterior que realizem as atividades de fabricação de bebidas, de fabricação de produtos alimentícios e de construção de edifícios e de obras de infraestrutura, demais indústrias em geral.

.....’ (NR)”

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda prorroga, até 2027, a possibilidade de utilização de crédito presumido de 9% e de consolidação dos resultados de controladas no exterior.







SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ALEXANDRE SILVEIRA

É uma medida singela que visa corrigir uma distorção no atual sistema de tributação que reduz a competitividade dos investimentos das empresas brasileiras internacionalizadas que auferem lucros no exterior e já tem previsão legal.

A legislação brasileira utiliza a premissa de universalidade da tributação, onde o Estado tributa a renda de seus contribuintes, auferida, também, além dos limites de seu território, ainda que tenham sido reinvestidos no exterior e que não haja qualquer distribuição aos acionistas. A consequência natural é a dupla tributação internacional.

Visando minorar esses efeitos negativos, a lei já possibilita a dedução do IRPJ e da CSLL incidentes sobre a parcela positiva computada no lucro real relativo aos lucros das investidas no exterior, de crédito presumido de até 9% para as empresas que desenvolvem atividades de fabricação de bebidas e produtos alimentícios, de construção de edifícios e de obras de infraestrutura e as demais indústrias em geral e permite a apuração consolidada dos resultados das controladas estrangeiras em que há a possibilidade de compensação de prejuízos fiscais entre elas. Essa consolidação resulta na tributação do efetivo lucro da investidora brasileira nas operações internacionais.

A presente emenda precisa ser aprovada apenas para prorrogar essas medidas tão essenciais de proteção às empresas brasileiras.

Sala da Sessão,

Senador ALEXANDRE SILVEIRA



**MPV 1115**  
**00004**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.115, DE 2022**

Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, que institui a contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas.

**EMENDA ADITIVA Nº \_\_\_\_\_**

Acrescente-se à Medida Provisória nº 1.115, de 28 de abril de 2022, onde couber, as seguintes alterações à Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991:

“Art. XX. O art. 22A. da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22ª .....

§ 8º. *A agroindústria poderá optar por contribuir na forma prevista deste artigo ou na forma dos incisos I e II do caput do art. 22 desta Lei e do inciso I do art. 3º da Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991, manifestando sua opção mediante o pagamento da contribuição incidente sobre a folha de salários relativa a janeiro de cada ano, ou à primeira competência subsequente ao início da sua atividade, e será irretratável para todo o ano-calendário.*

§ 9º. *No prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir do início de vigência do regime optativo de financiamento da seguridade social, referido no § 8º., art. 22-A, desta Lei, a agroindústria poderá modificar o seu regime do ano-calendário de 2022 para contribuir na forma dos incisos I e II do caput do art. 22 desta Lei e do inciso I do art. 3º da Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991, manifestando essa sua mudança de regime mediante o pagamento da contribuição incidente sobre a folha de salários, sendo a opção irretratável para o restante do ano-calendário.”*



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fausto Pinato  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222979918900>



## JUSTIFICAÇÃO

Após o advento da Lei nº 13.606/2018, o produtor rural e o agroindustrial passaram a ter tratamento díspar na legislação, uma vez que o setor agroindustrial não foi contemplado na alteração legal que possibilita a opção pelo modelo de tributação sobre a folha de salário ou sobre a receita bruta, permanecendo este último obrigatoriamente sujeito à contribuição sobre a receita bruta na forma do art. 22-A da Lei nº 8.212/91.

O tratamento diferenciando entre os atores do agronegócio não se justifica do ponto de vista normativo (isonomia). Ao revés, considerando que o setor agroindustrial industrializa a sua produção e a de terceiros, é responsável por boa parte da mão de obra contratada na etapa de produção rural, sendo legítimo que faça parte do regime optativo como forma de adaptar o impacto da contribuição previdenciária na sua atividade, especialmente, aquelas agroindústrias que são verticalizadas e dispõem também de produção própria dos seus insumos, ou seja, são também produtores rurais.

Na própria exposição de motivos do PL 9206/2017, que deu origem a Lei nº 13.606/2018, é destacado o papel e importância do setor, com a manutenção da arrecadação em valores suficientes para cobrir as despesas com a previdência rural, além de uma taxa de crescimento de benefícios previdenciário bastante inferior ao que é constatado para os trabalhadores urbanos, cf. dados dos Anuários Estatísticos da Previdência Social.

As justificativas apresentadas no mencionado PL contemplam todos os atores do agronegócio, mas a alteração legal não foi implementada para os agroindustriais, sem que se demonstrasse qualquer fundamento que legitime o tratamento diferenciando em relação ao produtor rural pessoa jurídica, que passou a ter direito de optar pelo regime.

Mais recentemente, através do Plano Brasil Maior, o Governo Federal instituiu a política pública de desoneração da folha de salários (Lei 12.546/2011) para outros setores da economia e após breve período de vigência com o regime substitutivo de forma obrigatória, verificou-se que a impositividade sobre a receita bruta traz mais externalidades negativas do que positivas, tendo sido revista a política com a instituição do regime facultativo entre folha e receita bruta com o advento da Lei 13.161/2015.

Diante de todo o exposto e do relevante papel do setor agroindustrial no PIB e na arrecadação do país, é impositivo que seja fixada a possibilidade de opção do regime como forma de manter o setor aquecido e em constante crescimento, possibilitando que cada empresa opte pelo regime de financiamento da seguridade social que seja mais aderente às suas peculiaridades do seu respectivo negócio.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fausto Pinato  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222979918900>



A manutenção da tributação apenas sobre a receita bruta para o setor que abastece o mercado nacional sufoca a produção rural e industrial, pois desprestigia os investimentos em modernização e aumento de produtividade para abastecimento ao mercado nacional e incentiva apenas os investimentos voltados para o mercado externo e que estão sujeitos a imunidade do Funrural, o que redundará na perda de competitividade da agroindústria que abastece o mercado interno desincentivando o crescimento desse segmento importantíssimo para a segurança alimentar do Brasil.

Por fim, eventual introdução do regime substitutivo da agroindústria deverá ser considerada como uma medida neutra fiscalmente no orçamento do Tesouro Nacional, visto que a introdução de regimes alternativos não vem sendo tratada pela Receita Federal como um gasto tributário, conforme as últimas versões dos relatórios de gastos tributários divulgados pelo referido órgão<sup>1</sup>.

Portanto, visando cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, não haveria necessidade de medidas compensatórias ou criação de nova fonte de receita tributária, tendo em vista que os regimes facultativos não são tratados como renúncias tributárias pelo Orçamento da União.

Diante do exposto, solicitamos aos nobres pares apoio para aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2022.

Deputado FAUSTO PINATO  
PP/SP

1 <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/receitadata/renuncia-fiscal/previsoes-ploa/arquivos-ploa/ploa-2022/dgt-ploa-2022-base-conceitual-versao-1-0.pdf>



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fausto Pinato  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222979918900>



**MPV 1115**  
**00005**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.115, DE 2022**

Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, que institui a contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas.

**EMENDA ADITIVA**

O art. 3º da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, alterado pelo Art. 1º da Medida Provisória nº 1115, de 2022, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso II-B:

“Art. 3º .....

.....

II-B – 25% (vinte e cinco por cento) até o dia 31 de dezembro de 2022 e 20% (vinte por cento) a partir de 1º de janeiro de 2023, em relação às pessoas jurídicas que realizem as atividades de exploração, desenvolvimento e de produção de jazidas de petróleo e de gás natural, definidas no art. 6º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997;

.....

.....

**JUSTIFICATIVA**

No último dia 10 de março, a Petrobras anunciou novos reajustes dos combustíveis, elevando o preço médio de venda da gasolina para as distribuidoras de R\$ 3,25 para R\$ 3,86 por litro, um aumento de 18,8%. Para o diesel, o preço médio passou de R\$ 3,61 para R\$ 4,51 por litro, uma alta de 24,9%.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229271667500>



Após o reajuste, o preço médio da gasolina chegou a obscenos R\$ 7,47, segundo levantamento da Folha de São Paulo em conjunto com a ValeCard, não sendo incomum que os consumidores encontrem preços ainda mais elevados em suas cidades.

A razão para esses constantes aumentos, que estão tornando insustentável a vida de milhões de brasileiros, é a equivocada política de preços dos combustíveis adotada pela Petrobras desde 2016, no governo do ex-Presidente Michel Temer, cuja composição tem como base dois fatores: i) a paridade com o mercado internacional - também conhecido como Preço de Paridade Internacional (PPI) e que inclui custos como frete de navios, custos internos de transporte e taxas portuárias – ii) mais uma margem que será praticada para remunerar riscos inerentes à operação, como, por exemplo, volatilidade da taxa de câmbio e dos preços sobre estadias em portos e lucro, além de tributos.

Por isso, sempre que há desvalorização do real ou aumento do preço internacional do petróleo bruto, há um consequente aumento do preço dos combustíveis no país. Enquanto isso, apenas em 2021 a Petrobras lucrou R\$ 107,26 bilhões.

Para termos uma ideia do montante desse lucro, se somarmos os lucros dos cinco maiores bancos brasileiros em 2021, Itaú, Bradesco, Banco do Brasil, Santander e Caixa Econômica Federal, o valor total é R\$ 107,75 bilhões, praticamente o mesmo valor do lucro anual da Petrobrás.

A quem interessa isso? Certamente não é ao trabalhador brasileiro, que precisa pagar caro para se locomover todos os dias.

Por isso, se o atual governo não aceita alterar a política de preços da Petrobrás, uma solução para mitigar essa injustiça com nós brasileiros é majorar a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das pessoas jurídicas que realizem as atividades de exploração, desenvolvimento e de produção de jazidas de petróleo e de gás natural, incluída a Petrobrás.

Vale lembrar que os bancos, em função da sua alta lucratividade, já possuem alíquotas da CSLL elevadas, atualmente fixadas em 20%, e ora



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229271667500>



alterada pela MPV 1115, de 2022, para 21%, até 31 de dezembro de 2022. Nessa esteira, estamos propondo uma elevação da CSLL das pessoas jurídicas que realizem as atividades de exploração, desenvolvimento e de produção de jazidas de petróleo e de gás natural dos **atuais 9% (nove por cento) para 25% (vinte e cinco por cento) até o dia 31 de dezembro de 2022 e 20% (vinte por cento) a partir de 1º de janeiro de 2023.**

Se isso não resolve o preço dos combustíveis, ao menos permite que uma parte dos lucros da Petrobrás e das demais petrolíferas que atuam no território brasileiro retorne para o brasileiro em programas vinculados à seguridade social, destino das receitas da CSLL.

Estamos certos da importância e da urgência dessa proposta, motivo pelo qual pedimos o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente emenda.

Sala das Comissões Mistas, 02 de abril de 2022

ANDRÉ FIGUEIREDO

Deputado Federal – PDT/CE



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. André Figueiredo  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229271667500>



**MPV 1115  
00006****CÂMARA DOS DEPUTADOS****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.115, DE 1º DE MARÇO DE 2022**

Altera a [Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988](#), que institui a contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas.

**EMENDA SUBSTITUTIVA Nº \_\_\_\_\_**

Renumere-se o parágrafo único do art. 3º da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, do art. 1º da Medida Provisória nº 1.034, de 2021, para §1º:

**§1º. As alíquotas da contribuição de que tratam os incisos I e II-A do caput serão de 16% (dezesesseis por cento) e de 21% (vinte e um por cento), respectivamente, até 31 de dezembro de 2022.**

Acrescente-se os §2º ao art. 3º da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, alterado pelo art. 1º da Medida Provisória nº 1.034, de 2021:

**§2º. Às agências de fomento e aos bancos de desenvolvimento controlados por estados da federação não se aplica a majoração de alíquota, a que se refere o §1º, mantendo-se a alíquota de vinte por cento para estas instituições.**

**Justificativa**

Os incisos I e II-A do art. 3º da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, alterados pelo art. 1º da Medida Provisória nº 1.115, de 28 de abril de 2022, majoram as alíquotas da CSLL, de 15% para 16% para no caso das pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos [incisos II, III, IV, V, VI, VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001](#); e de 20% para 21% para bancos de qualquer espécie.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Nilto Tatto  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220882491400>





O inciso [IX do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001](#), trata das cooperativas de crédito.

Entre os bancos de qualquer espécie (inciso I do § 1º do art. 1º da LC nº 105/2001) estão os bancos de desenvolvimento e as agências de fomento controlados por estados da federação, que, por força do artigo 70 da Lei nº 12.715/2012, são equiparadas, para fins tributários, aos bancos de desenvolvimento.

Assim, a Medida Provisória confere aos bancos de desenvolvimento e às agências de fomento controlados por estados da federação o mesmo tratamento tributário dispensado aos grandes bancos comerciais. Porém, diferentemente dessas instituições, os bancos de desenvolvimento e as agências de fomento controlados por estados da federação possuem como função social a execução de políticas públicas voltados para o fortalecimento dos empreendimentos locais, fortalecendo o desenvolvimento sustentável de seus territórios.

Conforme destacado pelo Banco Central, uma agência de fomento é uma instituição financeira não bancária “com o objetivo principal de financiar capital fixo e de giro para empreendimentos previstos em programas de desenvolvimento, na unidade da Federação onde estiver sediada”. O Banco Central também destaca que os principais beneficiários das operações realizadas pelas agências de fomento são “projetos de infraestrutura, profissionais liberais e micro e pequenas empresas”, setores extremamente afetados pela crise econômica gerada pela pandemia. As agências de fomento possuem inclusive linhas de crédito específicas para os municípios de seu estado, voltadas para projetos de interesse da população<sup>[1]</sup>.

Já os bancos de desenvolvimento são regulados pela Resolução CMN nº 394/1976, que os define como: “instituições financeiras públicas não federais, constituídas sob a forma de sociedade anônima, com sede na Capital do Estado da Federação que detiver seu controle acionário”. Estas instituições possuem como objetivo “proporcionar o suprimento oportuno e adequado dos recursos necessários ao financiamento, a médio e longo prazos, de programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social dos respectivos Estados da Federação onde tenham sede, cabendo-lhes apoiar prioritariamente o setor privado”.

Nas últimas décadas, além de enfrentar os desafios de modernização da estrutura produtiva brasileira e do poder público nacional e subnacional, essas instituições foram chamadas, em diversas ocasiões, a colaborar no esforço de contenção de crises econômicas e sociais da maior gravidade.

A presença dessas instituições subnacionais no mercado de crédito reduz lacunas de financiamento para setores e modalidades que possuem externalidades positivas para o desenvolvimento sustentável, seja no âmbito econômico, social e ambiental. Uma lista não exaustiva de exemplos incluiria o financiamento a micro e pequena empresa, ao setor público, o setor rural e agropecuário, inovação e infraestrutura social e urbana. Essas instituições



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Nilto Tatto  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220882491400>



subnacionais são importantes instrumentos de política anticíclica, contribuindo para o crédito total da economia e para desempoiçar recursos em momentos de reversão do estado de confiança, sendo fundamental para a resiliência e recuperação dos setores produtivo e financeiro. Isso ficou claro, por exemplo, durante a pandemia onde mais de 371 bilhões foram disponibilizados para ajudar esse momento difícil. Logo, nos primeiros momentos da crise do COVID-19, essas instituições, com a sua expertise no desenvolvimento local e regional, foi parceiro na execução dos programas nacionais emergenciais, como o Pronampe, Peac-FGI e Fungetur, e em outras tantas iniciativas desenvolvidas no âmbito estadual.

A existência dessa rede de instituições de financiamento estruturada e experiente, capaz de coordenar iniciativas com rapidez, tem sido instrumental para responder aos efeitos imediatos da crise, e será ainda mais relevante para acelerar a recuperação da economia brasileira.

Contudo, as empresas, em especial as micro e pequenas empresas, continuam a enfrentar dificuldades para retomar plenamente suas atividades e a demanda por crédito continua crescente junto a essas instituições subnacionais, em especial por operações de capital de giro para manter as atividades e os postos de trabalho, bem como por projetos de investimentos, que começam aparecer com esse movimento de retomada. Neste momento, algumas empresas do setor começam a traçar suas ações estratégicas e retomar seu planejamento de investimentos.

Neste contexto de retomada e dando continuidade ao esforço empreendido nos dois últimos anos, as Agências de Fomento e os Bancos de Desenvolvimento continuam direcionados para dar alívio financeiro para manter as empresas e os empregos do setor produtivo, oferecendo recursos adicionais para manter o negócio e os postos de trabalho. Neste sentido, a majoração da alíquota de CSLL limitará os recursos dos bancos de desenvolvimento e das agências de fomento disponíveis para operações de financiamento para os setores mais atingidos, incluindo as micro e pequenas empresas. A medida gera um impacto em torno de R\$ 8 milhões de imposto adicional a ser pago por essas instituições, retirando esses recursos da disponibilidade para oferta ao crédito. Para a arrecadação, esse valor é insignificante, mas para as instituições gera um impacto, pois poderiam estar emprestando para ajudar na retomada da economia.

Reitera-se, então, a necessidade de apresentação urgente de emenda à Medida Provisória nº 1.115/2022 para a manutenção da atual alíquota da CSLL para os bancos de desenvolvimento e as agências de fomento controladas pelos estados da federação, que é de 20%.

Sala das comissões em maio de 2022

Deputado Federal Nilto Tatto PT-SP



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Nilto Tatto  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220882491400>



[1] <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/agenciafomento>



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Nilto Tatto  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220882491400>



**MPV 1115**  
**00007**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.115, de 28 de abril de 2022**

Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, que institui a contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas.

**EMENDA Nº \_\_\_\_\_**

**Art.1º.** Suprima-se o parágrafo único do art.3º da lei nº 7.689, de 1988, introduzido pelo art.1º da MP nº 1.115, de 2022.

**Art.2º.** Dê-se aos incisos I e II-A do caput do art.3º da lei nº 7.689, de 1988, alterada pelo art.1º da MP nº 1.115, de 2022, a seguinte redação:

Art.1º. ....

.

“Art.3º .....

I - 20% (vinte por cento), no caso das pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001;

II-A - 25% (vinte e cinco por cento), no caso das pessoas jurídicas referidas no inciso I do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001; e

.....”

**JUSTIFICAÇÃO**

Busca-se com esta emenda aumentar de um para cinco pontos percentuais a elevação da CSLL de bancos e outras instituições financeiras proposta pela MP, bem como tornar essa elevação permanente. Considerando que os lucros dessas instituições vêm subindo de forma contínua há anos, o aumento da tributação sobre a renda aqui proposto não afetará a saúde de suas operações, mas fornecerá recursos adicionais tão necessários para custear a Seguridade Social. Por essa razão, pedimos o apoio dos nobres pares para a aprovação da emenda.

Sala da Comissão, 02 de maio de 2022

Deputado **REGINALDO LOPES**  
**PT/MG**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reginaldo Lopes  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD222017175800>



**CÂMARA DOS DEPUTADOS****MPV 1115  
00008****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.115, DE 1º DE MARÇO DE 2022****(Da Sra. Luísa Canziani)**

Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, que institui a contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas.

**EMENDA SUBSTITUTIVA Nº \_\_\_\_\_**

Renumere-se o parágrafo único do art. 3º da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, do art. 1º da Medida Provisória nº 1.034, de 2021, para §1º:

**§1º. As alíquotas da contribuição de que tratam os incisos I e II-A do caput serão de 16% (dezesseis por cento) e de 21% (vinte e um por cento), respectivamente, até 31 de dezembro de 2022.**

Acrescente-se os §2º ao art. 3º da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, alterado pelo art. 1º da Medida Provisória nº 1.034, de 2021:

**§2º. Às agências de fomento e aos bancos de desenvolvimento controlados por estados da federação não se aplica a majoração de alíquota, a que se refere o §1º, mantendo-se a alíquota de vinte por cento para estas instituições.**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luisa Canziani  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227611566000>



**CÂMARA DOS DEPUTADOS****Justificativa**

Os incisos I e II-A do art. 3º da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, alterados pelo art. 1º da Medida Provisória nº 1.115, de 28 de abril de 2022, majoram as alíquotas da CSLL, de 15% para 16% para no caso das pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001; e de 20% para 21% para bancos de qualquer espécie.

O inciso IX do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, trata das cooperativas de crédito.

Entre os bancos de qualquer espécie (inciso I do § 1º do art. 1º da LC nº 105/2001) estão os bancos de desenvolvimento e as agências de fomento controlados por estados da federação, que, por força do artigo 70 da Lei nº 12.715/2012, são equiparadas, para fins tributários, aos bancos de desenvolvimento.

Assim, a Medida Provisória confere aos bancos de desenvolvimento e às agências de fomento controlados por estados da federação o mesmo tratamento tributário dispensado aos grandes bancos comerciais. Porém, diferentemente dessas instituições, os bancos de desenvolvimento e as agências de fomento controlados por estados da federação possuem como função social a execução de políticas públicas voltados para o fortalecimento dos empreendimentos locais, fortalecendo o desenvolvimento sustentável de seus territórios.

Conforme destacado pelo Banco Central, uma agência de fomento é uma instituição financeira não bancária “com o objetivo principal de financiar capital fixo e de giro para empreendimentos previstos em programas de desenvolvimento, na unidade da Federação onde estiver sediada”. O Banco Central também destaca que os principais beneficiários das operações realizadas pelas agências de fomento são “projetos de infraestrutura, profissionais liberais e micro e pequenas empresas”, setores extremamente afetados pela crise econômica gerada pela pandemia. As agências de fomento possuem



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luisa Canziani  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227611566000>



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

inclusive linhas de crédito específicas para os municípios de seu estado, voltadas para projetos de interesse da população<sup>[1]</sup>.

Já os bancos de desenvolvimento são regulados pela Resolução CMN nº 394/1976, que os define como: “instituições financeiras públicas não federais, constituídas sob a forma de sociedade anônima, com sede na Capital do Estado da Federação que detiver seu controle acionário”. Estas instituições possuem como objetivo “proporcionar o suprimento oportuno e adequado dos recursos necessários ao financiamento, a médio e longo prazos, de programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social dos respectivos Estados da Federação onde tenham sede, cabendo-lhes apoiar prioritariamente o setor privado”.

Nas últimas décadas, além de enfrentar os desafios de modernização da estrutura produtiva brasileira e do poder público nacional e subnacional, essas instituições foram chamadas, em diversas ocasiões, a colaborar no esforço de contenção de crises econômicas e sociais da maior gravidade.

A presença dessas instituições subnacionais no mercado de crédito reduz lacunas de financiamento para setores e modalidades que possuem externalidades positivas para o desenvolvimento sustentável, seja no âmbito econômico, social e ambiental. Uma lista não exaustiva de exemplos incluiria o financiamento a micro e pequena empresa, ao setor público, o setor rural e agropecuário, inovação e infraestrutura social e urbana. Essas instituições subnacionais são importantes instrumentos de política anticíclica, contribuindo para o crédito total da economia e para desempocar recursos em momentos de reversão do estado de confiança, sendo fundamental para a resiliência e recuperação dos setores produtivo e financeiro. Isso ficou claro, por exemplo, durante a pandemia onde mais de 371 bilhões foram disponibilizados para ajudar esse momento difícil. Logo, nos primeiros momentos da crise do COVID-19, essas instituições, com a sua expertise no desenvolvimento local e regional, foi parceiro na execução dos programas nacionais emergenciais, como o Pronampe, Peac-FGI e Fungetur, e em outras tantas iniciativas desenvolvidas no âmbito estadual.

A existência dessa rede de instituições de financiamento estruturada e experiente, capaz de coordenar iniciativas com rapidez, tem sido instrumental para responder



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luisa Canziani  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227611566000>



\*CD227611566000\*  
ExEdit



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

aos efeitos imediatos da crise, e será ainda mais relevante para acelerar a recuperação da economia brasileira.

Contudo, as empresas, em especial as micro e pequenas empresas, continuam a enfrentar dificuldades para retomar plenamente suas atividades e a demanda por crédito continua crescente junto a essas instituições subnacionais, em especial por operações de capital de giro para manter as atividades e os postos de trabalho, bem como por projetos de investimentos, que começam aparecer com esse movimento de retomada. Neste momento, algumas empresas do setor começam a traçar suas ações estratégicas e retomar seu planejamento de investimentos.

Neste contexto de retomada e dando continuidade ao esforço empreendido nos dois últimos anos, as Agências de Fomento e os Bancos de Desenvolvimento continuam direcionados para dar alívio financeiro para manter as empresas e os empregos do setor produtivo, oferecendo recursos adicionais para manter o negócio e os postos de trabalho. Neste sentido, a majoração da alíquota de CSLL limitará os recursos dos bancos de desenvolvimento e das agências de fomento disponíveis para operações de financiamento para os setores mais atingidos, incluindo as micro e pequenas empresas. A medida gera um impacto em torno de R\$ 8 milhões de imposto adicional a ser pago por essas instituições, retirando esses recursos da disponibilidade para oferta ao crédito. Para a arrecadação, esse valor é insignificativo, mas para as instituições gera um impacto, pois poderiam estar emprestando para ajudar na retomada da economia.

Reitera-se, então, a necessidade de apresentação urgente de emenda à Medida Provisória nº 1.115/2022 para a manutenção da atual alíquota da CSLL para os bancos de desenvolvimento e as agências de fomento controladas pelos estados da federação, que é de 20%.

Sala das Sessões, 02 de maio de 2022.

Deputada Luísa Canziani  
(PSD/PR)

<sup>[1]</sup> <https://www.bcb.gov.br/estabilidade/financeira/agenciafomento>



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luísa Canziani  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227611566000>





# Término de Prazos



Em **02-05-2022** esgotou-se o prazo previsto no § 11 do art. 62 da Constituição Federal sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da **Medida Provisória nº 1067, de 2021**, cuja vigência encerrou-se em **03-03-2022**, com a sanção da **Lei nº 14.307, de 2022**, publicada em **04-03-2022** (§ 12 do art. 62 da Constituição Federal).

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

Ao Arquivo.



Em **01-05-2022** esgotou-se o prazo previsto no § 11 do art. 62 da Constituição Federal, e no § 2<sup>a</sup> do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da **Medida Provisória nº 1071, de 2021**, cuja vigência encerrou-se em **02-03-2022**, por perda de eficácia sem apreciação pelas Casas do Congresso Nacional (§§ 7º e 11 do art. 62 da Constituição Federal).

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

Ao Arquivo.



# DECRETOS LEGISLATIVOS



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
**Nº 17, DE 2022**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultura e Lazer do Bairro Asteca para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

**O Congresso Nacional** decreta:

**Art. 1º** Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 4.283, de 18 de setembro de 2015, do Ministério das Comunicações, que outorga autorização à Associação Comunitária Cultura e Lazer do Bairro Asteca, para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de abril de 2022.

Senador Rodrigo Pacheco  
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
**Nº 18, DE 2022**

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universidade Federal de Sergipe para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Estância, Estado de Sergipe.

**O Congresso Nacional** decreta:

**Art. 1º** Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 119, de 21 de fevereiro de 2014, do Ministério das Comunicações, que outorga permissão à Fundação Universidade Federal de Sergipe para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Estância, Estado de Sergipe.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de abril de 2022.

Senador Rodrigo Pacheco  
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 19, DE 2022**

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária para o Desenvolvimento da Educação, Cultura e Desporto de Pereiro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pereiro, Estado do Ceará.

**O Congresso Nacional** decreta:

**Art. 1º** Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 1.489, de 10 de maio de 2016, do Ministério das Comunicações, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 9 de outubro de 2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária para o Desenvolvimento da Educação, Cultura e Desporto de Pereiro para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pereiro, Estado do Ceará.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de abril de 2022.

Senador Rodrigo Pacheco  
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
**Nº 20, DE 2022**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária do P Sul (Adicops) para executar serviço de radiodifusão comunitária na região administrativa de Ceilândia, Distrito Federal.

**O Congresso Nacional** decreta:

**Art. 1º** Fica aprovado o ato previsto na Portaria nº 5.865, de 20 de dezembro de 2017, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária do P Sul (Adicops) para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na região administrativa de Ceilândia, Distrito Federal.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de abril de 2022.

Senador Rodrigo Pacheco  
Presidente do Senado Federal





## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES MISTAS

#### Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

**Finalidade:** Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

**Número de membros:** 12 Senadores e 12 Deputados

#### Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

#### Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

**Secretário:** Paula de Araújo Pinto Teixeira

**E-mail:** cocm@senado.leg.br



## Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

**Finalidade:** A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

**Número de membros:** 6 Senadores e 6 Deputados

**PRESIDENTE:** Senadora Kátia Abreu (PP-TO)

**VICE-PRESIDENTE:** Deputado Pedro Vilela (PSDB-AL)

**Instalação:** 29/06/2021

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<b>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional</b> Deputado Pedro Vilela (PSDB/AL)	<b>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional</b> Senadora Kátia Abreu (PP/TO)
<b>Líder do Bloco Parlamentar da Maioria</b> Deputado Diego Andrade (PSD/MG)	<b>Líder da Maioria</b> Senador Renan Calheiros (MDB/AL)
<b>Líder do Bloco Parlamentar Minoria</b> Deputado Alencar Santana (PT/SP)	<b>Líder da Minoria</b> Senador Jean Paul Prates (PT/RN)
<b>Deputado indicado pela Liderança da Maioria</b> Deputado Claudio Cajado (PP/BA) <sup>(6,9)</sup>	<b>Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria</b> Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB) <sup>(1)</sup>
<b>Deputado indicado pela Liderança da Minoria</b> Deputado Orlando Silva (PCdoB/SP) <sup>(4,8)</sup>	<b>Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria</b> Senador Jaques Wagner (PT/BA) <sup>(5)</sup>
<b>Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional</b> Deputado Augusto Coutinho (SOLIDARIEDADE/PE) <sup>(2,7)</sup>	<b>Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional</b> Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES) <sup>(3)</sup>

### Notas:

- Designada a Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB) para a vaga destinada ao Bloco Parlamentar da Maioria do Senado Federal, em 3.4.2019, conforme Ofício nº 141/2019 da Liderança da Maioria do Senado Federal. ([DCN de 04/04/2019, p. 276](#))
- Deputado Edio Lopes (PP) é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em 16.4.2019, conforme Ofício nº 6/2019 da CREDN-CD. ([DCN de 18/04/2019, p. 117](#))
- Senador Marcos do Val (Cidadania) é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, em 22.4.2019, conforme Ofício nº 18/2019 da CRE-SF. ([DCN de 25/04/2019, p. 117](#))
- Designado o Deputado Carlos Zarattini (PT) para a vaga destinada à Minoria da Câmara dos Deputados, em 9.5.2019, conforme Ofício nº 20/2019 da Liderança da Minoria da Câmara dos Deputados. ([DCN de 16/05/2019, p. 8](#))
- Designado o Senador Jaques Wagner (PT) para a vaga destinada à Minoria do Senado Federal, em 11.6.2019, conforme Memorando nº 14/2019 da Liderança da Minoria do Senado Federal. ([DCN de 13/06/2019, p. 234](#))
- Designado o Deputado Cláudio Cajado (PP) para a vaga destinada à Maioria da Câmara dos Deputados, em 13.8.2019, conforme Ofício nº 5/2019 da Liderança da Maioria da Câmara dos Deputados. ([DCN de 15/08/2019, p. 153](#))
- Designado o Deputado Augusto Coutinho (Solidariedade/PE) para a vaga destinada à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em 30.4.2021, conforme Ofício nº 22/2021 da CRREDN-CD. ([DCN de 06/05/2021, p. 41](#))
- Designado o Deputado Orlando Silva (PCdoB) para a vaga destinada à Minoria da Câmara dos Deputados, em 9.5.2021, conforme Ofício nº 29/2021 da Liderança da Minoria da Câmara dos Deputados. ([DCN de 12/08/2021, p. 428](#))
- Designado o Deputado Cláudio Cajado (PP) para a vaga destinada à Maioria da Câmara dos Deputados, em 17.8.2021, conforme Ofício nº 11/2021 da Liderança da Maioria da Câmara dos Deputados. ([DCN de 19/08/2021, p. 9](#))

**Secretário:** Rodrigo Ribeiro Bedritichuk

**Telefone(s):** 3303-4256

**E-mail:** cocom@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)  
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



**Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos  
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

**Finalidade:** A Comissão Mista é órgão de ligação entre o Congresso Nacional e a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)

**Número de membros:** 3 Senadores e 5 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

**Designação:** 05/06/2019

**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP )</b>	
Dário Berger - PSB/SC <sup>(5)</sup>	1. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil ( PODEMOS, PSDB )</b>	
Izalci Lucas - PSDB/DF <sup>(4)</sup>	1. VAGO
<b>PDT/CIDADANIA/REDE <sup>(1)</sup> ( REDE, PDT, CIDADANIA )</b>	
Flávio Arns - PODEMOS/PR <sup>(6)</sup>	1. VAGO

**Câmara dos Deputados**

TITULARES	SUPLENTE
<b>DEM, MDB, PMN, PP, PSC, PSD, PSDB, PSL, PTB, REPUBLICANOS, PL</b>	
Delegado Waldir - UNIÃO/GO <sup>(3)</sup>	1. Delegado Marcelo Freitas - UNIÃO/MG <sup>(3)</sup>
Rosângela Gomes - REPUBLICANOS/RJ <sup>(3)</sup>	2. Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. - PP/RJ <sup>(3)</sup>
<b>AVANTE, DC, PCdoB, PDT, PODEMOS, PV, SOLIDARIEDADE, PROS</b>	
Márcio Marinho - REPUBLICANOS/BA <sup>(3)</sup>	1. Damião Feliciano - UNIÃO/PB <sup>(3)</sup>
<b>PT</b>	
Reginaldo Lopes - MG <sup>(3,9,12,13)</sup>	1. Benedita da Silva - RJ <sup>(3,11,12)</sup>
<b>PSB <sup>(2)</sup></b>	
Liziane Bayer - REPUBLICANOS/RS <sup>(3,8,10)</sup>	1. Pastor Eurico - PL/PE <sup>(3,7)</sup>

**Notas:**

\*. PRESIDÊNCIA DO PARLAMENTO (para efeito de participação brasileira na AP-CPLP, de acordo com o parágrafo único do art. 5º da Resolução nº 2/2014-CN): Presidente: Senador Davi Alcolumbre (Presidente da Mesa do Congresso Nacional); Vice-Presidente: Deputado Marcos Pereira (Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional).

\*\*. Composição da Câmara dos Deputados informada pelo Ofício nº 405/2019/SGM/P. Observações: 1) Deputada Rosângela Gomes (PRB) indicada para vaga de titular, cedida pelo PP; 2) Deputado Márcio Marinho (PRB) indicado para vaga de titular, cedida pelo PDT.

1. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum (Bloco Senado Independente-SF).

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)  
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



2. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum (PSB-CD).
3. Designados, por meio do Ofício nº 405/2019/SGM/P, os seguintes Deputados: 1. Bloco PSL,PP,PR,PSD,MDB,PRB,PSDB,DEM,PTB,PSD,PMN: Titulares: Delegado Waldir (PSL) e Rosângela Gomes (PRB); Suplentes: Delegado Marcelo Freitas (PSL) e Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. (PP); 2. Bloco PDT,SD,PODE,PROS,PCdoB,AVANTE,PV,DC: Titular: Deputado Márcio Marinho (PRB); Suplente: Deputado Damião Feliciano (PDT); 3. PT: Titular: (vago); Suplente: (vago); 4. PSB: Titular: Deputado Rodrigo Coelho (PSB); Suplente: (vago). ([DCN de 06/06/2019, p. 206](#))
4. Designado, como titular, o Senador Izalci Lucas (PSDB), conforme Ofício nº 77/2019, da Liderança do PSDB. ([DCN de 06/06/2019, p. 204](#))
5. Designado, como titular, o Senador Dário Berger (MDB), conforme Ofício nº 160/2019 da Liderança do MDB. ([DCN de 06/06/2019, p. 203](#))
6. Designado, como membro titular, o Senador Flávio Arns (REDE), conforme Memorando nº 91/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 06/06/2019, p. 205](#))
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Pastor Eurico (Patriota), em vaga cedida, em 8.8.2019, conforme Ofício nº 201/2019 da Liderança do PSB ([DCN de 15/08/2019, p. 152](#))
8. Dispensada a participação do Deputado Rodrigo Coelho (PSB), em 23.9.2019 conforme Ofício nº 268/2019 da liderança do PSB (decisão do diretório Nacional do PSB de 30.08.19). ([DCN de 26/09/2019, p. 358](#))
9. Designado, como titular, o Deputado Reginaldo Lopes (PT), conforme Ofício nº 84/2020 da Liderança do PT. ([DCN de 19/03/2020, p. 18](#))
10. Designada, como titular, a Deputada Liziane Bayer(PSB), conforme Ofício nº 8/2021 da Liderança do PSB. ([DCN de 19/08/2021, p. 6](#))
11. Designada, como suplente, a Deputada Benedita da Silva (PT), conforme Ofício nº SN/2021 da Liderança do PT. ([DCN de 09/09/2021, p. 6](#))
12. Designada como titular a Deputada Benedita da Silva, em substituição ao Deputado Reginaldo Lopes, que passa à condição de suplente. (Of. SN/2021 da Liderança do PT) ([DCN de 16/09/2021, p. 8](#))
13. Designado, como titular, o Deputado Reginaldo Lopes e, como suplente, a Deputada Benedita da Silva, conforme Ofício S/N-GAB da Liderança do PT na Câmara dos Deputados. ([DCN de 09/12/2021, p. 7](#))

**Secretário:** Rodrigo Ribeiro Bedritchuk

**Telefone(s):** 3303-4256

**E-mail:** cocom@senado.leg.br



**Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher**

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

**Finalidade:** Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

**Número de membros:** 12 Senadores e 12 Deputados

**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

**Câmara dos Deputados**

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

**Secretário:** Gigliola Ansiliero

**Telefone(s):** 61 3303-3504

**E-mail:** cocom@senado.leg.br



### Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

**Finalidade:** A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul tem por finalidade ser o órgão de ligação entre o Congresso Nacional e o Parlamento do Mercosul.

**Número de membros:** 10 Senadores e 27 Deputados

**PRESIDENTE:** Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)

**1º VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)

**2º VICE-PRESIDENTE:** Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)

**VICE-PRESIDENTE PELO BRASIL NO PARLASUL:** Deputado Celso Russomanno (REPUBLICANOS-SP)

### Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP )</b>	
Marcelo Castro - MDB/PI <sup>(1)</sup>	1. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR <sup>(1)</sup>
Marcio Bittar - UNIÃO/AC <sup>(1)</sup>	2. VAGO
Humberto Costa - PT/PE <sup>(2)</sup>	3. Luis Carlos Heinze - PP/RS <sup>(13)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil ( PODEMOS, PSDB )</b>	
Rodrigo Cunha - UNIÃO/AL <sup>(3)</sup>	1. Marcos do Val - PODEMOS/ES <sup>(39)</sup>
Soraya Thronicke - UNIÃO/MS <sup>(4)</sup>	2. VAGO
<b>PDT/CIDADANIA/REDE ( REDE, PDT, CIDADANIA )</b>	
Eliziane Gama - CIDADANIA/MA <sup>(5,38)</sup>	1. Weverton - PDT/MA <sup>(6,38)</sup>
Fabiano Contarato - PT/ES <sup>(5,38)</sup>	2. Leila Barros - PDT/DF <sup>(14)</sup>
<b>PSD</b>	
Nelsinho Trad - MS <sup>(7,27)</sup>	1. Angelo Coronel - BA <sup>(7,27)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Telmário Mota - PROS/RR <sup>(8)</sup>	1. Jaques Wagner - PT/BA <sup>(8)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL )</b>	
Marcos Rogério - PL/RO <sup>(9,42)</sup>	1. Jayme Campos - PL/SC <sup>(9)</sup>

### Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
<b>DEM, MDB, PL, PMN, PP, PSC, PSD, PSDB, PSL, PTB, REPUBLICANOS <sup>(10)</sup></b>	
Coronel Armando - PL/SC <sup>(17,30,34)</sup>	1. Heitor Freire - UNIÃO/CE <sup>(16,22,24,34)</sup>
Bibo Nunes - PL/RS <sup>(16,21,34)</sup>	2. Marcos Pereira - REPUBLICANOS/SP <sup>(15,43)</sup>



TITULARES	SUPLENTE
Afonso Hamm - PP/RS	3. Fausto Pinato - PP/SP
Átila Lira - PP/PI (25,31)	4. Ricardo Barros - PP/PR
Dr. Jaziel - PL/CE	5. José Rocha - UNIÃO/BA (11)
Edio Lopes - PL/RR (11)	6. Giovani Cherini - PL/RS
Paulo Vicente Caleffi (40)	7. Cezinha de Madureira - PSD/SP
Vermelho - PL/PR	8. Hugo Leal - PSD/RJ
Moses Rodrigues - UNIÃO/CE	9. Celso Maldaner - MDB/SC
Hercílio Coelho Diniz - MDB/MG (41)	10. Rogério Peninha Mendonça - MDB/SC
Celso Russomanno - REPUBLICANOS/SP	11. Carlos Gomes - REPUBLICANOS/RS
Rodrigo de Castro - UNIÃO/MG (44)	12. Beto Pereira - PSDB/MS
Alexandre Leite - UNIÃO/SP	13. Pedro Lupion - PP/PR
Wilson Santiago - REPUBLICANOS/PB (29,33)	14. Maurício Dziedricki - PODEMOS/RS (35)
VAGO (19,28)	15. Bruna Furlan - PDT/RJ
<b>AVANTE, CIDADANIA, DC, PATRIOTA, PCdoB, PDT, PODEMOS, PROS, PV, SOLIDARIEDADE (10)</b>	
Paulo Ramos - PDT/RJ	1. Afonso Motta - PDT/RS
Lucas Vergílio - SOLIDARIEDADE/GO (36)	2. Aureo Ribeiro - SOLIDARIEDADE/RJ (36)
Bacelar - PV/BA	3. Roberto de Lucena - REPUBLICANOS/SP
Perpétua Almeida - PCdoB/AC	4. Jandira Feghali - PCdoB/RJ
Pastor Eurico - PL/PE	5. Marreca Filho - PATRIOTA/MA
<b>PSB, PSOL, PT, REDE (10)</b>	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Maria do Rosário - PT/RS
Odair Cunha - PT/MG	2. Paulão - PT/AL
Heitor Schuch - PSB/RS (18)	3. VAGO (18)
Fernanda Melchionna - PSOL/RS (32,37)	4. Glauber Braga - PSOL/RJ
Zeca Dirceu - PT/PR	5. VAGO
<b>NOVO (10)</b>	
Marcel Van Hattem - RS	1. Gilson Marques - SC (12,20,26)
<b>PTC (10)</b>	
Rosângela Gomes - REPUBLICANOS/RJ	1. Eros Biondini - PL/MG (23)

**Notas:**

\*. Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 30 de 2019 (art. 6º da Resolução nº 1 de 2011-CN). Publicação no DOU de 22.5.2019 e no DCN de 23.5.2019.

\*\* A indicação dos Deputados foi encaminhada por meio do Ofício nº 382/2019/SGM/P (DCN de 23.5.2019). Observações: 1) Deputado Eros Biondini (PROS) e Deputada Bruna Furlan (PSDB) são indicados para vagas cedidas pelo PSC; 2) Deputado Zeca Dirceu (PT) é indicado para vaga de titular cedida pelo Partido REDE; 3) Deputada Rosângela Gomes (PRB) é indicada para vaga de titular cedida pelo PTC.

1. Designados, como titulares, os Senadores Marcelo Castro (MDB) e Márcio Bittar (MDB); e, como suplente, o Senador Mecias de Jesus (PRB), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 38/2019 da Liderança do MDB. (DCN de 11/04/2019, p. 50; DCN de 23/05/2019, p. 101)

2. Designado, como titular, o Senador Humberto Costa (PT), em vaga cedida, em 10.4.2019, conforme Ofício nº 9/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, com anuência da Liderança do PP. (DCN de 11/04/2019, p. 51; DCN de 23/05/2019, p. 102)

3. Designado, como titular, o Senador Rodrigo Cunha (PSDB), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 61/2019 da Liderança do PSDB. (DCN de 11/04/2019, p. 52; DCN de 23/05/2019, p. 103)

4. Designada, como titular, a Senadora Soraya Thronicke (PSL), em vaga cedida, em 10.4.2019, conforme Ofício nº 15/2019 da Liderança do PSL. (DCN de 11/04/2019, p. 53; DCN de 23/05/2019, p. 104)

5. Designados, como titulares, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo (PSB) e Marcos do Val (CIDADANIA), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 56/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente. (DCN de 11/04/2019, p. 54; DCN de 23/05/2019, p. 105)

6. Designado, como suplente, o Senador Flávio Arns (REDE), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 71/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente. (DCN de 11/04/2019, p. 55; DCN de 23/05/2019, p. 106)

7. Designados, como titular, o Senador Angelo Coronel (PSD); e, como suplente, o Senador Nelsinho Trad (PSD), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 22/2019 da Liderança do PSD. (DCN de 11/04/2019, p. 56; DCN de 23/05/2019, p. 107)

8. Designados, como titular, o Senador Telmário Mota (PROS); e, como suplente, o Senador Jaques Wagner (PT), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 21/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. (DCN de 11/04/2019, p. 57; DCN de 23/05/2019, p. 108)

9. Designados, como titular, o Senador Rodrigo Pacheco (DEM); e, como suplente, o Senador Jayme Campos (DEM), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 24/2019 da Liderança do Bloco Vanguarda. (DCN de 11/04/2019, p. 58; DCN de 23/05/2019, p. 109)

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)  
http://www.senado.leg.br/ordiacn



10. Indicação dos Deputados encaminhada à Mesa do Congresso Nacional por meio do Ofício nº 382/2019/SGM/P. ([DCN de 23/05/2019, p. 1303](#))
11. Designado, como membro titular, o Deputado Édio Lopes (PR), em substituição ao Deputado José Rocha (PR), que passa à condição de suplente, em 16.5.2019, conforme Ofício nº 179/2019 da Liderança do PR. ([DCN de 23/05/2019, p. 99](#))
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Gilson Marques (NOVO/SC), em 22/05/2019, conforme Ofício nº 70/2019 da Liderança do NOVO. ([DCN de 23/05/2019, p. 100](#))
13. Designado, como membro titular, o Senador Luis Carlos Heinze (PP), em 4.6.2019, conforme Ofício nº 50/2019, da Liderança do PP. ([DCN de 06/06/2019, p. 208](#))
14. Designada, como membro suplente, a Senadora Leila Barros (PSB), em 12.6.2019, conforme Memorando nº 96/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente. ([DCN de 13/06/2019, p. 238](#))
15. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Freire (PSL), em 13.6.2019, conforme Ofício nº 217/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 12/08/2021, p. 422](#))
16. Designado, como membro titular, o Deputado Sanderson (PSL), em substituição ao Deputado Filipe Barros (PSL), que deixa de compor a Representação. ([DCN de 15/08/2019, p. 155](#))
17. Designado, como membro titular, o Deputado Coronel Armando (PSL), em substituição ao Deputado Delegado Waldir (PSL), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 329/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 12/09/2019, p. 226](#))
18. Designado, como titular, o Deputado Heitor Schuch (PSB/RS), em substituição ao Deputado Átila Lira (PSB/PI), conforme Ofício nº 240/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 26/09/2019, p. 395](#))
19. Designado, como membro titular, o Deputado Paulo Eduardo Martins (PSC), em substituição ao Deputado Eros Biondini (PROS), em 26.9.2019, conforme Ofício nº 101/2019 da Liderança do PSC. ([DCN de 26/09/2019, p. 394](#))
20. Designado, como membro suplente, o Deputado Tiago Mitraud (NOVO), em substituição ao Deputado Gilson Marques (NOVO), em 01.10.2019, conforme Ofício nº 105/2019 da Liderança do NOVO. ([DCN de 03/10/2019, p. 232](#))
21. Designado como titular o Deputado Delegado Waldir (PSL/GO), em substituição ao Deputado Sanderson (PSL/RS), em 7/10/2019, conforme Ofício nº 376/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 10/10/2019, p. 845](#))
22. Designado como suplente o Deputado Sanderson (PSL/RS), em 7/10/2019, conforme Ofício nº 377/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 10/10/2019, p. 846](#))
23. 10/10/2019: Designado como suplente o Deputado Eros Biondini (PROS/MG), conforme Ato do Presidente da Câmara dos Deputados de 10 de outubro de 2019. ([DCN de 17/10/2019, p. 14](#))
24. Designado, como membro suplente, o Deputado Carlos Jordy (PSL), em substituição ao Deputado Sanderson (PSL), em 31.10.2019, conforme Ofício nº 459/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 07/11/2019, p. 67](#))
25. Solicitado o desligamento da Deputada Jaqueline Cassol (PP) da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em 20.11.2019, conforme Ofício nº 394/2019 da Liderança do Bloco PP MDB PP. ([DCN de 21/11/2019, p. 206](#))
26. Designado, como membro suplente, o deputado Gilson Marques (NOVO), em substituição ao Deputado Tiago Mitraud (NOVO), em 21.11.2019, conforme Ofício nº 129/2019 da Liderança do Novo. ([DCN de 28/11/2019, p. 353](#))
27. Designado, como membro titular, o Senador Nelsinho Trad (PSD), em substituição ao Senador Angelo Coronel (PSD), que passa à condição de suplente, em 10.12.2019, conforme Ofício nº 171/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 12/12/2019, p. 563](#))
28. Solicitado o desligamento do Deputado Paulo Eduardo Martins (PSC) da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em 18.12.2019, conforme Ofício nº 137/2019 da Liderança do PSC. ([DCN de 19/12/2019, p. 262](#))
29. Designado, como membro titular, o Deputado Paes Landim (PTB), em substituição ao Deputado Maurício Dziedricki (PTB), em 10.03.2020, conforme Ofício nº 20/2020 da Liderança do PTB. ([DCN de 12/03/2020, p. 327](#))
30. Designado, como membro titular, o Deputado Heitor Freire (PSL), em substituição ao Deputado Coronel Armando (PSL), em 12.03.2020, conforme Ofício nº 55/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 19/03/2020, p. 17](#))
31. Designado, como membro titular, o Deputado Atila Lira (PP), em 03.04.2020, conforme Ofício nº 60/2020 da Liderança do PP. ([DCN de 09/04/2020, p. 229](#))
32. 10/09/2020: Designada a Deputada Sâmia Bomfim como titular, em substituição à Deputada Fernanda Melchionna. ([DSF de 17/09/2020, p. 6](#))
33. 18/03/2021: Designado, como membro titular, o Deputado Wilson Santiago (PTB), em substituição ao Deputado Paes Landim (PTB), em 18.03.2021, conforme Ofício nº 26/2021 da Liderança do PTB. ([DCN de 25/03/2021, p. 6](#))
34. 19/03/2021: Designados, como membros titulares, os Deputados Coronel Armando (PSL) e Bibo Nunes (PSL), em substituição aos Deputados Delegado Waldir (PSL) e Heitor Freire (PSL); e como membro suplente, o Deputado Heitor Freire (PSL) em substituição ao Deputado Carlos Jordy (PSL), em 19.03.2021, conforme Ofício nº 51/2021 da Liderança do PSL. ([DCN de 25/03/2021, p. 8](#))
35. 31/03/2021: Designado, como suplente, o Deputado Maurício Dziedricki (PTB), em substituição ao Deputado Santini (PTB), conforme Ofício nº 32/2021 da Liderança do PTB. ([DCN de 01/04/2021, p. 189](#))
36. 14/04/2021: Designado, como titular, o Deputado Lucas Vergílio (Solidariedade), em substituição ao Deputado Aureo Ribeiro (Solidariedade), e, como suplente, o Deputado Aureo Ribeiro (Solidariedade) em substituição ao Deputado Tiago Dimas (Solidariedade), conforme Ofício nº 20/2021 da Liderança do Solidariedade. ([DCN de 15/04/2021, p. 6](#))
37. 14/04/2021: Designada a Deputada Fernanda Melchionna como titular, em substituição à Deputada Sâmia Bomfim. Ofício nº 34/2021 da Liderança do PSOL. ([DCN de 15/04/2021, p. 7](#))
38. 15/04/2021: Designados, como membros titulares, os Senadores Eliziane Gama e Fabiano Contarato, em substituição aos Senadores Veneziano Vital do Rêgo e Marcos do Val, e, como suplente, o Senador Weverton, em substituição ao Senador Flávio Arns, conforme ofício nº 019/2021/GSEGAMA. ([DCN de 22/04/2021, p. 207](#))
39. 04/05/2021: Designado, como membros suplente, o Senador Marcos do Val, conforme ofício nº 041/2021/GLPODEMOS. ([DCN de 06/05/2021, p. 42](#))
40. 05/05/2021: Designado o Deputado Paulo Vicente Caleffi (PSD-RS), como titular, em substituição ao Deputado Danrlei de Deus Hinterholz (PSD-RS). Ofício nº 54/2021 da Liderança do PSD. ([DCN de 06/05/2021, p. 43](#))
41. 08/07/2021: Designado o Hercílio Coelho Diniz (MDB-MG), como titular, em substituição ao Deputado Vinicius Farah (MDB-RJ). Ofício nº 232/2021 da Liderança do MDB. ([DCN de 15/07/2021, p. 112](#))
42. 20/10/2021: Designado como titular o Senador Marcos Rogério, em substituição ao Senador Rodrigo Pacheco. (Of. 28/2021 da Liderança do DEM) ([DCN de 21/10/2021, p. 28](#))
43. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS/SP), em 18.11.2021, conforme Ofício nº 213/21-LID PSL. ([DCN de 18/11/2021, p. 74](#))
44. 27/01/2022: Designado como titular o Deputado Rodrigo de Castro, em substituição ao Deputado Lucas Redecker. (Of. 1/2022 da Liderança do PSDB-CD).





**Secretário:** Antônio Ferreira Costa Filho  
**Telefone(s):** 3216-6871  
**E-mail:** [cpcms.decom@camara.leg.br](mailto:cpcms.decom@camara.leg.br)

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)  
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



### Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal

**Finalidade:** Destinada a apresentar projetos de lei visando à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, bem como à modernização e ao fortalecimento econômico e social do País.

**Número de membros:** 12 Senadores e 12 Deputados

#### Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

#### Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

**Notas:**

\*. A composição da Comissão designada em 7/3/2017 foi encerrada em virtude do final da legislatura.

**Secretário:** Tiago Torres de Lima Brum



## Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados

(criada pelo Ato Conjunto do Presidente do Senado Federal  
e do Presidente da Câmara dos Deputados nº 1, de 2019)

**Finalidade:** Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as questões afetas aos movimentos migratórios nas fronteiras do Brasil e aos direitos dos refugiados.

**Número de membros:** 12 Senadores e 12 Deputados

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

**VICE-PRESIDENTE:** Bruna Furlan (-)

**RELATOR:** Deputado Túlio Gadêlha (REDE-PE)

**Designação:** 27/11/2019

**Instalação:** 14/09/2021

### Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP )</b>	
VAGO <sup>(17,18)</sup>	1. Jarbas Vasconcelos - MDB/PE <sup>(17)</sup>
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR <sup>(17)</sup>	2. Jader Barbalho - MDB/PA <sup>(17)</sup>
VAGO <sup>(2,24,28)</sup>	3. VAGO
<b>PDT/CIDADANIA/REDE ( REDE, PDT, CIDADANIA )</b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1. VAGO
Eliziane Gama - CIDADANIA/MA <sup>(3)</sup>	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil ( PODEMOS, PSDB )</b>	
Mara Gabrilli - PSDB/SP <sup>(4)</sup>	1. Izalci Lucas - PSDB/DF <sup>(4)</sup>
VAGO <sup>(5,21)</sup>	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
Paulo Paim - PT/RS <sup>(13)</sup>	1. Paulo Rocha - PT/PA <sup>(13)</sup>
Telmário Mota - PROS/RR <sup>(13)</sup>	2. Zenaide Maia - PROS/RN <sup>(13)</sup>
<b>PSD</b>	
Nelsinho Trad - MS <sup>(6)</sup>	1. Lucas Barreto - AP <sup>(6,20,23)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL )</b>	
Chico Rodrigues - UNIÃO/RR <sup>(25)</sup>	1. VAGO
<b>PODEMOS</b>	
Flávio Arns - PR <sup>(26)</sup>	1. VAGO



**Câmara dos Deputados**

TITULARES	SUPLENTE
<b>MDB, PP, PTB</b>	
VAGO	1. VAGO
Baleia Rossi - MDB/SP <sup>(7)</sup>	2. Gutemberg Reis - MDB/RJ <sup>(16)</sup>
<b>PT</b>	
Carlos Zarattini - SP <sup>(8)</sup>	1. Maria do Rosário - RS <sup>(8)</sup>
<b>PSL</b>	
Luiz Philippe de Orleans e Bragança - PL/SP <sup>(19)</sup>	1. VAGO
<b>PSD</b>	
Stefano Aguiar - MG <sup>(9)</sup>	1. Rrenato Queiroz - RR <sup>(29)</sup>
<b>PL</b>	
VAGO <sup>(10,27)</sup>	1. VAGO
<b>PSB</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>REPUBLICANOS</b>	
Jhonatan de Jesus - RR <sup>(22)</sup>	1. VAGO
<b>PSDB</b>	
Bruna Furlan <sup>(11)</sup>	1. Eduardo Barbosa - MG <sup>(11)</sup>
<b>DEM</b>	
Luis Miranda - REPUBLICANOS/DF <sup>(14)</sup>	1. VAGO
<b>PDT</b>	
Túlio Gadêlha - REDE/PE <sup>(12)</sup>	1. Silvia Cristina - PL/RO <sup>(12)</sup>
<b>PODEMOS <sup>(1)</sup></b>	
Orlando Silva - PCdoB/SP <sup>(15)</sup>	1. VAGO

**Notas:**

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional (PODEMOS-CD).
2. Designada, como membro titular, a Senadora Daniella Ribeiro (PP), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 75/2019 da Liderança do PP. ([DCN de 28/11/2019, p. 151](#))
3. Designados, como membros titulares, o Senador Flávio Arns (Rede) e a Senadora Eliziane Gama (Cidadania), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 134/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar do Bloco Senado Independente. ([DCN de 28/11/2019, p. 152](#))
4. Designada, como membro titular, a Senadora Mara Gabrilli (PSDB); e, como suplente, o Senador Izalci Lucas (PSDB), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 115/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 28/11/2019, p. 153](#))
5. Designado, como membro titular, o Senador Antonio Anastasia (PSDB), em vaga cedida pelo PSL ao PSDB, em 27.11.2019, conforme Ofício nº 116/2019 da Liderança do PSDB (com anuência do PSL). ([DCN de 28/11/2019, p. 154](#))
6. Designados, como membro titular, o Senador Nelsinho Trad (PSD); e, como suplente, o Senador Lucas Barreto (PSD), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 156/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 28/11/2019, p. 156](#))
7. Designado, como membro titular, o Deputado Baleia Rossi (MDB), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 356/2019 da Liderança do Bloco PP MDB PTB. ([DCN de 28/11/2019, p. 157](#))
8. Designados, como membro titular, o Deputado Carlos Zarattini (PT); e, como suplente, a Deputada Maria do Rosário (PT), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 596/2019 da Liderança do PT. ([DCN de 28/11/2019, p. 158](#))
9. Designado, como membro titular, o Deputado Stefano Aguiar (PSD), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 473/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 28/11/2019, p. 159](#))
10. Designado, como membro titular, o Deputado Marcio Alvino (PL), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 367/2019 da Liderança do PL. ([DCN de 28/11/2019, p. 160](#))
11. Designada, como membro titular, a Deputada Bruna Furlan (PSDB); e, como suplente, é designado o Deputado Eduardo Barbosa (PSDB), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 582/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 28/11/2019, p. 161](#))



12. Designado, como membro titular, o Deputado Túlio Gadelha (PDT); e, como suplente, é designada a Deputada Sílvia Cristina (PDT), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 346/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 28/11/2019, p. 163](#))
13. Designados, como membros titulares, os Senadores Paulo Paim (PT) e Telmário Mota (PROS); e, como suplentes, os Senadores Paulo Rocha (PT) e Zenaide Maia (PROS), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 111/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. ([DCN de 28/11/2019, p. 155](#))
14. Designado, como membro titular, o Deputado Luís Miranda (DEM), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 822/2019 da Liderança do Democratas. ([DCN de 28/11/2019, p. 162](#))
15. Designado, como membro titular, o Deputado Orlando Silva (PCdoB), em vaga cedida ao PCdoB, em 28.11.2019, conforme Ofício nº 279/2019 da Liderança do Podemos ([DCN de 05/12/2019, p. 155](#))
16. Designado como suplente o Deputado Gutemberg Reis, em 28.11.2019, conforme Ofício nº 226/2019 da Liderança do PP. ([DCN de 05/12/2019, p. 153](#))
17. Designados, como membros titulares, os Senadores Luiz Pastore (MDB) e Mecias de Jesus (Republicanos); e, como suplente, os Senadores Jarbas Vasconcelos (MDB) e Jader Barbalho (MDB), em 3.12.2019, conforme Ofício nº 246/2019 da Liderança do MDB. ([DCN de 05/12/2019, p. 154](#))
18. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
19. Designado, como membro titular, o Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL), em 11.12.2019, conforme Ofício nº 499/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 12/12/2019, p. 562](#))
20. Designado, como membro suplente, o Senador Paulo Albuquerque (PSD), em substituição ao Senador Lucas Barreto (PSD), em 05.02.2020, conforme Ofício nº 15/2020 da Liderança do PSD. ([DCN de 06/02/2020, p. 38](#))
21. 03/03/2020: Desligado da titularidade o Senador Antonio Anastasia. (Of. 24/2020 da Liderança do PSDB) ([DCN de 05/03/2020, p. 444](#))
22. Designado, como membro titular, o Deputado Jhonatan de Jesus (REPUBLICANOS), em 11.03.2020, conforme Ofício nº 33/2020 da Liderança do REPUBLICANOS. ([DCN de 12/03/2020, p. 323](#))
23. Designado, como membro suplente, o Senador Lucas Barreto (PSD), em substituição ao Senador Paulo Albuquerque (PSD), em 20.04.2019, conforme Ofício nº 45/2020 da Liderança do PSD. ([DCN de 23/04/2020, p. 6](#))
24. 28/09/2020: Designado como titular o Senador Diego Tavares, em substituição à Senadora Daniella Ribeiro. (Of. 42/2020 da Liderança do PP) ([DCN de 01/10/2020, p. 13](#))
25. 31/08/2021: Designado como titular o Senador Chico Rodrigues. (Of. 21/2021 da Liderança do DEM) ([DCN de 02/09/2021, p. 6](#))
26. 31/08/2021: Designado como titular o Senador Flávio Arns, se retirando da vaga do Bloco PDT/CIDADANIA/REDE. (Of. 52/2021 da Liderança do PODEMOS) ([DCN de 02/09/2021, p. 7](#))
27. 14/09/2021: Desligado como titular o Deputado Marcio Alvino. (Of. 116/2021 da Liderança do PL) ([DCN de 16/09/2021, p. 7](#))
28. Vago em virtude do retorno do titular.
29. 25-04-2022: Designado o Deputado Rrenato Queiroz (PSD RR), como suplente, conforme Ofício 46 de 2022.

**Secretário:** Ricardo Moreira Maia

**Telefone(s):** 3303-4256

**E-mail:** cocm@senado.leg.br



COMISSÕES MISTAS DE MEDIDAS PROVISÓRIAS
---



**COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS**

## COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

### Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News

**Finalidade:** Investigar, no prazo de 180 dias, os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público; a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições 2018; a prática de cyberbullying sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos; e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.

**Número de membros:** 16 Senadores e 16 Deputados

**PRESIDENTE:** Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

**VICE-PRESIDENTE:** Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

**RELATOR:** Deputada Lídice da Mata (PSB-BA)

**Designação:** 21/08/2019

**Início da suspensão de prazo:** 20/03/2020

**Instalação:** 04/09/2019

### Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil ( MDB, PP )</b>	
Eduardo Braga - MDB/AM (2,20,78)	1. VAGO (2,20)
Eduardo Gomes - PL/TO (2)	2. Luiz Carlos do Carmo - PSC/GO (2)
VAGO (2,78)	3. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (2)
Esperidião Amin - PP/SC (35,75)	4. Eliane Nogueira - PP/PI (36,75,77)
<b>PDT/CIDADANIA/REDE ( REDE, PDT, CIDADANIA )</b>	
Alessandro Vieira - PSDB/SE (3,76)	1. Fabiano Contarato - PT/ES (4)
VAGO (3,19)	2. VAGO (4)
Eliziane Gama - CIDADANIA/MA (3,28,47,76)	3. VAGO (4,28,38)
<b>Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil ( PODEMOS, PSDB )</b>	
Roberto Rocha - PTB/MA (25)	1. Flávio Bolsonaro - PL/RJ (37)
Soraya Thronicke - UNIÃO/MS (30,48)	2. VAGO (30)
<b>PSD</b>	
Angelo Coronel - BA (5)	1. Otto Alencar - BA (5)
Nelsinho Trad - MS (5)	2. Irajá - TO (5)
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PROS )</b>	
VAGO (6,22)	1. VAGO (6,22,72)
Jean Paul Prates - PT/RN (6,72)	2. Telmário Mota - PROS/RR (6,31)
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL )</b>	

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)  
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>





TITULARES	SUPLENTE
Chico Rodrigues - UNIÃO/RR <sup>(7)</sup>	1. Jorginho Mello - PL/SC <sup>(8,39,52)</sup>
Wellington Fagundes - PL/MT <sup>(52)</sup>	2. Zequinha Marinho - PL/PA <sup>(52)</sup>
<b>PODEMOS</b>	
VAGO <sup>(21)</sup>	1. Styvenson Valentim - RN

### Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
<b>PSL, PP, PSD, MDB, PR, PRB, DEM, PSDB, PTB, PSC, PMN</b>	
Hiran Gonçalves - PP/RR <sup>(9)</sup>	1. Márcio Jerry - PCdoB/MA <sup>(49,63)</sup>
Ricardo Barros - PP/PR <sup>(9)</sup>	2. David Miranda - PDT/RJ <sup>(54)</sup>
Walter Alves - MDB/RN <sup>(41)</sup>	3. Juarez Costa - MDB/MT <sup>(41)</sup>
<b>PT</b>	
Luizianne Lins - CE <sup>(10,29)</sup>	1. Natália Bonavides - RN <sup>(10)</sup>
Rui Falcão - SP <sup>(10)</sup>	2. Carlos Zarattini - SP <sup>(10,29)</sup>
<b>PSL</b>	
Caroline de Toni - PL/SC <sup>(11,50,56,66,67,69,70,71,73,74)</sup>	1. Carlos Jordy - PL/RJ <sup>(11,40,64,66,67,71,73,74)</sup>
Filipe Barros - PL/PR <sup>(11,53,56,66,67,71,74)</sup>	2. VAGO <sup>(11,55,56,62,66,67,71,74)</sup>
<b>PSD</b>	
Delegado Éder Mauro - PL/PA <sup>(12)</sup>	1. Márcio Labre - PL/RJ <sup>(42,60)</sup>
<b>PL</b>	
Marcelo Ramos - PSD/AM <sup>(45)</sup>	1. Wellington Roberto - PB <sup>(13,45)</sup>
<b>PSB</b>	
Lídice da Mata - BA <sup>(14,32)</sup>	1. Alessandro Molon - RJ <sup>(14,27,32)</sup>
<b>REPUBLICANOS</b>	
Celso Russomanno - SP <sup>(15)</sup>	1. Silvio Costa Filho - PE <sup>(34)</sup>
<b>PSDB</b>	
Alexandre Frota - SP <sup>(16,46,61)</sup>	1. Shéridan - RR <sup>(58,61)</sup>
<b>DEM</b>	
Arthur Oliveira Maia - UNIÃO/BA <sup>(17,33)</sup>	1. Elmar Nascimento - UNIÃO/BA <sup>(17,57,65)</sup>
<b>PDT</b>	
Túlio Gadêlha - REDE/PE <sup>(23)</sup>	1. Paulo Ramos - RJ <sup>(26,59)</sup>
<b>PODEMOS</b>	
José Nelto - PP/GO <sup>(24,51,68)</sup>	1. José Medeiros - PL/MT <sup>(43,51)</sup>
<b>SOLIDARIEDADE <sup>(1)</sup></b>	
Dr. Leonardo - MT <sup>(18)</sup>	1. Aureo Ribeiro - RJ <sup>(18,44)</sup>

#### Notas:

1. Rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional (Solidariedade-CD).

2. Designados, como titulares, os Senadores Eduardo Braga (MDB), Eduardo Gomes (MDB) e Márcio Bitar (MDB); e, como suplentes, os Senadores Renan Calheiros (MDB), Luiz do Carmo (MDB) e Mecias de Jesus (Republicanos), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 195/2019 da Liderança do MDB. ([DCN de 22/08/2019, p. 91](#))



3. Designados, como titulares, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo (PSB), Randolfe Rodrigues (Rede) e Marcos do Val (Podemos), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 102/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. Obs.: No período de indicações das lideranças, o Senador Marcos do Val estava filiado ao Cidadania. ([DCN de 22/08/2019, p. 92](#))
4. Designados, como suplentes, os Senadores Fabiano Contarato (Rede), Alessandro Vieira (Cidadania) e Weverton (PDT), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 103/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 22/08/2019, p. 93](#))
5. Designados, como titulares, os Senadores Angelo Coronel (PSD) e Nelsinho Trad (PSD); e, como suplentes, Otto Alencar (PSD) e Irajá (PSD), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 119/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 22/08/2019, p. 94](#))
6. Designados, como titulares, os Senadores Humberto Costa (PT) e Rogério Carvalho (PT); e, como suplentes, os Senadores Jean Paul Prates (PT) e Zenaide Maia (PROS), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 65/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. ([DCN de 22/08/2019, p. 95](#))
7. Designado, como membro titular, o Senador Chico Rodrigues (DEM), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 51/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda. ([DCN de 22/08/2019, p. 96](#))
8. Designado, como membro suplente, o Senador Zequinha Marinho (PSC), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 50/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda. ([DCN de 22/08/2019, p. 97](#))
9. Designados, como membros titulares, os Deputados Hiran Gonçalves (PP) e Ricardo Barros (PP), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 142/2019 da Liderança do Bloco PP MDB PTB.
10. Designados, como membros titulares, os Deputados Carlos Zarattini (PT) e Rui Falcão (PT); e, como suplentes, os Deputados Nathália Bonavides (PT) e Luizianne Lins (PT), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 421/2019 da Liderança do PT. ([DCN de 22/08/2019, p. 100](#))
11. Designados, como membros titulares, os Deputados Filipe Barros (PSL) e Caroline de Toni (PSL); e, como suplentes, os Deputados Coronel Tadeu (PSL) e Carla Zambelli (PSL), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 271/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 22/08/2019, p. 101](#))
12. Designado, como membro titular, o Deputado Delegado Eder Mauro (PSD), em 21.8.2019, conforme Ofício 318/2019 da Liderança do PSD. ([DSF de 22/08/2019, p. 102](#))
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Capitão Augusto (PL), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 271/2019 da Liderança do PL. ([DCN de 22/08/2019, p. 103](#))
14. Designados, como membro titular, o Deputado Alessandro Molon (PSB); e, como suplente, a Deputada Rosana Valle (PSB), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 194/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 22/08/2019, p. 104](#))
15. Designado, como membro titular, o Deputado Celso Russomanno (Republicanos), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 157/2019 da Liderança do Republicanos. ([DCN de 22/08/2019, p. 105](#))
16. Designada, como membro titular, a Deputada Bruna Furlan (PSDB), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 363/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 22/08/2019, p. 106](#))
17. Designado, como membro titular, o Deputado Alexandre Leite (DEM); e, como suplente, o Deputado Elmar Nascimento (DEM), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 601/2019 da Liderança do Democratas. ([DCN de 22/08/2019, p. 107](#))
18. Designado, como membro titular, o Deputado Dr. Leonardo (Solidariedade); e, como suplente, o Deputado Zé Silva (Solidariedade), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 165/2019 da Liderança do Solidariedade. ([DCN de 22/08/2019, p. 108](#))
19. Desligado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues(REDE), em virtude de renúncia, conforme Ofício nº 191/2021 do Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues(GSRROD). ([DCN de 22/04/2021, p. 209](#))
20. Desligados os Senadores Eduardo Braga (MDB/AM) e Renan Calheiros (MDB/AL), conforme Ofício nº 56/2021 da Liderança do MDB. ([DCN de 29/04/2021, p. 8](#))
21. Desligado, como membro titular, o Senador Eduardo Girão(PODEMOS), conforme Ofício nº 38/2021 da Liderança do PODEMOS. ([DCN de 29/04/2021, p. 7](#))
22. Desligados os Senadores Humberto Costa (PT/PE) e Rogério Carvalho (PT/SE), conforme Ofício nº 22/2021 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. ([DCN de 29/04/2021, p. 6](#))
23. Designado, como membro titular, o Deputado Túlio Gadelha (PDT), em 27.8.2019, conforme Ofício nº 310/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 29/08/2019, p. 323](#))
24. Designado, como membro titular, o Deputado Bacelar (PODE), em vaga existente, em 29.8.2019, conforme Ofício nº 196/2019 da Liderança do Podemos. ([DCN de 05/09/2019, p. 106](#))
25. Designado, como membro titular, o Senador Roberto Rocha (PSDB), em vaga existente, em 29.8.2019, conforme Ofício nº 100/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 05/09/2019, p. 104](#))
26. Designado, como membro suplente, o Deputado Afonso Motta (PDT), em vaga existente, em 29.8.2019, conforme Ofício nº 311/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 05/09/2019, p. 108](#))
27. Designada, como membro suplente, a Deputada Lídice da Mata(PSB/BA), em substituição à Deputada Rosana Valle (PSB/SP), em 29/08/2019, conforme Ofício nº 230/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 05/09/2019, p. 107](#))
28. Designado, como membro titular, o Senador Weverton (PDT), em substituição ao Senador Marcos do Val (PODE), em 3.9.2019, conforme Memorando nº 119/2019 do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 05/09/2019, p. 105](#))
29. Designada, como membro titular, a Deputada Luizianne Lins (PT), em substituição ao Deputado Carlos Zarattini (PT), que passa à condição de suplente, em 3.9.2019, conforme Ofício nº 503/2019 da Liderança do PT. ([DCN de 05/09/2019, p. 109](#))
30. Designada, como membro titular, a Senadora Juíza Selma (PSL); e, como suplente, é designado o Senador Major Olímpio(PSL), em vagas existentes, em 4.9.2019, conforme Ofício nº 78/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 05/09/2019, p. 100](#))
31. Designado, como membro suplente, o Senador Telmário Mota (PROS), em substituição à Senadora Zenaide Maia (PROS), em 4.9.2019, conforme Ofício nº 86/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. ([DCN de 05/09/2019, p. 101](#))
32. Designada, como membro titular, a Deputada Lídice da Mata (PSB), em substituição ao Deputado Alessandro Molon (PSB), que passa à condição de suplente, em 4.9.2019, conforme Ofício nº 235/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 05/09/2019, p. 102](#))
33. Designado, como membro titular, o Deputado Arthur Oliveira Maia (DEM), em substituição ao Deputado Alexandre Leite (DEM), em 4.9.2019, conforme Ofício nº 765 da Liderança do DEM. ([DCN de 05/09/2019, p. 130](#))
34. Designado, como membro suplente, o Deputado Silvio Costa Filho (Republicanos), em vaga existente, em 5.9.2019, conforme Ofício nº 172/2019 da Liderança do Republicanos. ([DCN de 12/09/2019, p. 223](#))
35. Designado, como membro titular, o Senador Ciro Nogueira (PP), em vaga existente, em 10.9.2019, conforme Ofício nº 65/2019 da Liderança do PP. ([DCN de 12/09/2019, p. 221](#))
36. Designado, como membro suplente, o Senador Esperidião Amin (PP), em vaga existente, em 10.9.2019, conforme Ofício nº 64/2019 da Liderança do PP. ([DCN de 12/09/2019, p. 220](#))
37. Designado, como membro suplente, o Senador Flávio Bolsonaro (PSL), em vaga cedida pelo PSDB, em 10.9.2019, conforme Ofício nº 104/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 12/09/2019, p. 222](#))



38. Designada, como membro suplente, a Senadora Eliziane Gama (Cidadania), em vaga existente, em 10.9.2019, conforme Memorando nº 123/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 12/09/2019, p. 219](#))
39. Senador Zequinha Marinho (PSC) deixa de compor a Comissão, em 11.9.2019, conforme Ofício nº 64/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda. ([DCN de 12/08/2021, p. 425](#))
40. Designado, como membro suplente, o Deputado Eduardo Bolsonaro (PSL), em substituição ao Deputado Coronel Tadeu (PSL), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 310/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 19/09/2019, p. 26](#))
41. Designado, como membro titular, o Deputado Walter Alves (MDB); e, como suplente, o Deputado Juarez Costa (MDB), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 317/2019 da Liderança do Bloco MDB PP PTB. ([DCN de 19/09/2019, p. 27](#))
42. Designado, como membro suplente, o Deputado Coronel Tadeu (PSL), em vaga cedida pelo PSD, em 12.9.2019, conforme Ofício nº 406/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 19/09/2019, p. 29](#))
43. Designado, como membro suplente, o Deputado Pr. Marco Feliciano (PODE), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 207/2019 da Liderança do Podemos. ([DCN de 19/09/2019, p. 25](#))
44. Designado, como membro suplente, o Deputado Aureo Ribeiro (SD), em substituição ao Deputado Zé Silva (SD), em 16.9.2019, conforme Ofício nº 193/2019 do Solidariedade. ([DCN de 19/09/2019, p. 24](#))
45. Designado, como membro titular, o Deputado Marcelo Ramos (PL/AM); e, como suplente, o Deputado Wellington Roberto (PL/PB), em substituição ao Deputado Capitão Augusto (PL/SP), em 18.9.2019, conforme Ofício nº 336/2019 da Liderança do Partido Liberal. ([DCN de 19/09/2019, p. 28](#))
46. 19/09/2019: Designada como titular a Deputada Shéridan (PSDB/RR), em substituição à Deputada Bruna Furlan (PSDB/SP). (Of. 513/2019 - Liderança do PSDB) ([DCN de 26/09/2019, p. 393](#))
47. Designada, como membro titular, a Senadora Kátia Abreu (PDT), em substituição ao Senador Weverton (PDT), em 25.9.2019, conforme Memorando nº 126/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 26/09/2019, p. 391](#))
48. Designada, como membro titular, a Senadora Soraya Thronicke (PSL), em substituição à Senadora Juíza Selma (PODE), em 01.10.2019, conforme Ofício nº 92/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 03/10/2019, p. 231](#))
49. Designada, como membro suplente, a Deputada Jandira Feghali (PCdoB), em vaga cedida pelo Bloco MDB PP PTB (PP), em 02.10.2019, conforme Ofício nº 180/2019 da Liderança do Bloco MDB PP PTB. ([DCN de 03/10/2019, p. 230](#))
50. 10/10/2019: Designado como titular o Deputado Julian Lemos (PSL/PB), em substituição ao Deputado Filipe Barros (PSL/PR). (Of. 395/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 17/10/2019, p. 12](#))
51. 10/10/2019: Designado como titular o Deputado Pr. Marco Feliciano (PODEMOS/SP), em substituição ao Deputado Bacelar (PODEMOS/BA); designado como suplente o Deputado José Medeiros (PODEMOS/MT), em substituição ao Deputado Pr. Marco Feliciano (PODEMOS/SP). (Of. 244/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 17/11/2019, p. 11](#))
52. 15/10/2019: Designados os Senadores Wellington Fagundes, Jorginho Mello e Zequinha Marinho como titular, 1º suplente e 2º suplente respectivamente. (Of. 071/2019, Liderança Bloco Vanguarda. ([DCN de 17/10/2019, p. 10](#))
53. Designado, como membro titular, o Deputado Nereu Crispim (PSL), em substituição à Deputada Caroline de Toni (PSL), em 16.10.2019, conforme Ofício nº 417/2019 da Liderança do PSL.
54. Designado, como membro suplente, o Deputado David Miranda (PSOL), em vaga cedida pelo Bloco MDB PP PTB, em 17.10.2019, conforme Ofício nº 181/2019 da Liderança do Bloco. ([DCN de 24/10/2019, p. 194](#))
55. Solicitado o desligamento da Deputada Carla Zambelli (PSL), em 18.10.2019, conforme Ofício nº 426/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 24/10/2019, p. 192](#))
56. Designados, como membros titulares, os Deputados Filipe Barros (PSL) e Caroline de Toni (PSL), em substituição aos Deputados Julian Lemos (PSL) e Nereu Crispim (PSL); e, como suplente, a Deputada Carla Zambelli (PSL), em vaga existente, em 22.10.2019, conforme Ofício nº 429/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 24/10/2019, p. 193](#))
57. Designado, como membro suplente, o Deputado Pedro Lupion (DEM), em substituição ao Deputado Elmar Nascimento (DEM), em 24.10.2019, conforme Ofício nº 810/2019 da Liderança do Democratas. ([DCN de 24/10/2019, p. 191](#))
58. Designado, como membro suplente, o Deputado Alexandre Frota (PSDB), em substituição ao Deputado Luiz Carlos (PSDB), em 30/10/2019, conforme Ofício nº 591/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 31/10/2019, p. 215](#))
59. Designado, como membro suplente, o Deputado Paulo Ramos (PDT), em substituição ao Deputado Afonso Motta (PDT), em 30/10/2019, conforme Ofício nº 358/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 31/10/2019, p. 214](#))
60. Designado, como membro suplente, o Deputado Márcio Labre (PSL), em substituição ao Deputado Coronel Tadeu (PSL), em vaga cedida, em 06.11.2019, conforme Ofício nº 483/2019 da Liderança do PSD (com anuência da Liderança do PSL). ([DCN de 07/11/2019, p. 69](#))
61. Designado, como membro titular, o Deputado Alexandre Frota (PSDB), em substituição à Deputada Sheridan (PSDB), que passa à condição de suplente, em 06.11.2019, conforme Ofícios nºs 593 e 594/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 07/11/2019, p. 71](#); [DCN de 07/11/2019, p. 70](#))
62. Designado, como membro suplente, o Deputado Carlos Jordy (PSL), em substituição à Deputada Carla Zambelli (PSL), em 06.11.2019, conforme Ofício nº 468/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 07/11/2019, p. 68](#))
63. Designado, como membro suplente, o Deputado Márcio Jerry (PCdoB), em 28.11.2019, conforme Ofício nº 225/2019 da Liderança do Bloco PP/MDB/PTB. ([DCN de 05/12/2019, p. 157](#))
64. Designada, como membro suplente, a Deputada Carla Zambelli (PSL), em substituição ao Deputado Eduardo Bolsonaro (PSL), em 4.12.2019, conforme Ofício nº 497/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 05/12/2019, p. 156](#))
65. Designado, como membro suplente, o Deputado Elmar Nascimento (DEM), em substituição ao Deputado Pedro Lupion (DEM), em 10.12.2019, conforme Ofício nº 866/2019 da Liderança do Democratas. ([DCN de 12/12/2019, p. 565](#))
66. Designados, como membros titulares, os Deputados Delegado Waldir (PSL) e Nereu Crispim (PSL), em substituição aos Deputados Filipe Barros (PSL) e Caroline de Toni (PSL); e, como suplentes, são designados a Deputada Professora Dayane Pimentel (PSL) e o Deputado Julian Lemos (PSL), em substituição à Deputada Carla Zambelli (PSL) e ao Deputado Carlos Jordy (PSL), em 11.12.2019, conforme Ofício nº 510/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 12/12/2019, p. 564](#))
67. Designados, como membros titulares, os Deputados Filipe Barros (PSL) e Caroline de Toni (PSL), em substituição aos Deputados Delegado Waldir (PSL) e Nereu Crispim (PSL); e, como suplente, são designados a Deputada Carla Zambelli (PSL) e o Deputado Carlos Jordy (PSL), em 17.12.2019, conforme Ofício nº 528/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 19/12/2019, p. 261](#))
68. Designado, como membro titular, o Deputado José Nelto (Podemos), em substituição ao Deputado Pr Marco Feliciano (Podemos), em 5.2.2020, conforme Ofício nº 15/2020 da Liderança do Podemos. ([DCN de 06/02/2020, p. 37](#))
69. 19/02/2020: Designado como titular o Deputado Otoni de Paula, em substituição ao Deputado Filipe Barros. (Of. 31/2020 da Liderança do PSL). ([DCN de 20/02/2020, p. 30](#))
70. 03/03/2020: Designado como titular o Deputado Filipe Barros, em substituição ao Deputado Otoni de Paula. (Of. 39/2020 da Liderança do PSL) ([DCN de 05/03/2020, p. 443](#))



71. 10/03/2020: Designados como titulares os Deputados Júnior Bozzella e Nereu Crispim, em substituição aos Deputados Filipe Barros e Caroline de Toni. Designados como suplentes os Deputados Delegado Waldir e Heitor Freire, em substituição aos Deputados Carla Zambelli e Carlos Jordy. (Of. 47/2020 da Liderança do PSL) ([DCN de 12/03/2020, p. 326](#))

72. Designado, como membro titular, o Senador Jean Paul Prates (PT), em substituição ao Senador Rogério Carvalho (PT), que passa a compor a Comissão como suplente, em 22.4.2020, conforme Ofício nº 16/2020 da Liderança do Bloco da Resistência Democrática. ([DCN de 23/04/2020, p. 7](#))

73. Designada, como membro titular, a Deputada Joice Hasselmann (PSL), em substituição ao Deputado Júnior Bozzella (PSL), que passa à condição de suplente, em substituição ao Deputado Delegado Waldir (PSL), em 04.06.2020, conforme Ofício nº 68/2020 da Liderança do PSL. ([DCN de 11/06/2020, p. 83](#))

74. Designados, como membros titulares, os Deputados Caroline de Toni e Filipe Barros, em substituição aos Deputados Joice Hasselmann e Nereu Crispim; designado, como suplente, os Deputados Carlos Jordy, em substituição aos Deputados Bozzella; e o Deputado Heitor Freire deixa de compor a comissão como suplente, em 25.03.2021, conforme Ofício nº 63/2021 da Liderança do PSL. ([DCN de 01/04/2021, p. 187](#))

75. Designado, como membro titular, o Senador Esperidião Amin (Progressistas), em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Progressistas), que passa à condição de suplente, em 29.4.2021, conforme Ofício nº 21/2021 da Liderança do Progressistas. ([DCN de 06/05/2021, p. 40](#))

76. Designados, como membros titulares, os Senadores Alessandro Vieira e Eliziane Gama, em substituição aos Senadores Katia Abreu e Veneziano Vital do Rêgo, em 23.6.2021, conforme Memorando nº 30/2021 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 24/06/2021, p. 7](#))

77. Designada, como membro suplente, a Senadora Eliane Nogueira (PP), em substituição ao Senador Ciro Nogueira (PP), em 09.08.2021, conforme Ofício nº 36/2021 da Liderança do PP. ([DCN de 12/08/2021, p. 8](#))

78. Designado, como titular, o Senador Eduardo Braga, em cargo vago, e desligado, o Senador do Luiz do Carmo, conforme Ofício nº 11/2022, da Liderança do MDB.

**Secretário:** Marcelo Assaife \ Lenita Cunha

**Telefone(s):** 3303-3514

**E-mail:** coceti@senado.leg.br



## COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

**Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)**

PRESIDENTE

**Deputado Marcelo Ramos (PSD-AM)**

1º VICE-PRESIDENTE

**Senador Romário (PL-RJ)**

2º VICE-PRESIDENTE

**Deputado Luciano Bivar (UNIÃO-PE)**

1º SECRETÁRIO

**Senador Elmano Férrer (PP-PI)**

2º SECRETÁRIO

**Deputada Rose Modesto (PSDB-MS)**

3ª SECRETÁRIA

**Senador Weverton (PDT-MA)**

4º SECRETÁRIO

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
<p style="text-align: center;"><b>Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)</b> PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;"><b>Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)</b> 1º VICE-PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;"><b>Senador Romário (PL-RJ)</b> 2º VICE-PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;"><b>Senador Irajá (PSD-TO)</b> 1º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;"><b>Senador Elmano Férrer (PP-PI)</b> 2º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;"><b>Senador Rogério Carvalho (PT-SE)</b> 3º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;"><b>Senador Weverton (PDT-MA)</b> 4º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;"><b>SUPLENTES DE SECRETÁRIO</b></p> <p>1º - Senador Jorginho Mello (PL-SC)</p> <p>2º - Senador Luiz Carlos do Carmo (PSC-GO)</p> <p>3º - Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)</p> <p>4º - Senador Zequinha Marinho (PL-PA)</p>	<p style="text-align: center;"><b>Deputado(a) Arthur Lira (PP -AL)</b> PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;"><b>Deputado(a) Marcelo Ramos (PSD -AM)</b> 1º VICE-PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;"><b>Deputado(a) André de Paula (PSD -PE)</b> 2º VICE-PRESIDENTE</p> <p style="text-align: center;"><b>Deputado(a) Luciano Bivar (UNIÃO -PE)</b> 1º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;"><b>Deputado(a) Marília Arraes (PT -PE)</b> 2º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;"><b>Deputado(a) Rose Modesto (PSDB -MS)</b> 3º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;"><b>Deputado(a) Rosângela Gomes (REPUBLIC -RJ)</b> 4º SECRETÁRIO</p> <p style="text-align: center;"><b>SUPLENTES DE SECRETÁRIO</b></p> <p>1º - Deputado(a) Eduardo Bismarck (PDT -CE)</p> <p>2º - Deputado(a) Gilberto Nascimento (PSC -SP)</p> <p>3º - Deputado(a) Alexandre Leite (UNIÃO -SP)</p> <p>4º - Deputado(a) Cássio Andrade (PSB -PA)</p>



**CONSELHOS e ÓRGÃOS**

Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro

**Resolução do Senado Federal nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001**

**COMPOSIÇÃO**

**Número de membros:** titulares

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>
<b>MDB</b> VAGO
<b>PSDB</b> VAGO
<b>PT</b> VAGO

<b>SENADO FEDERAL</b>
<b>MDB</b> VAGO
<b>PDT</b> VAGO
<b>PTB</b> VAGO
<b>Presidente do Congresso Nacional</b> VAGO

**Atualização:** 31/01/2015

**Notas:**

\*. Vago (Art. 3º da Res. 02/1999-CN).

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

scop@senado.leg.br



## Conselho da Ordem do Congresso Nacional

Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN

## COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
- Deputado Arthur Lira (PP/AL)	- Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG)
<b>1º Vice-Presidente</b> Deputado Marcelo Ramos (PSD/AM)	<b>1º Vice-Presidente</b> Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)
<b>2º Vice-Presidente</b> Deputado André de Paula (PSD/PE)	<b>2º Vice-Presidente</b> Senador Romário (PL/RJ)
<b>1ª Secretária</b> Deputado Luciano Bivar (UNIÃO/PE)	<b>1º Secretário</b> Senador Irajá (PSD/TO)
<b>2º Secretário</b> Deputada Marília Arraes (PT/PE)	<b>2º Secretário</b> Senador Elmano Férrer (PP/PI)
<b>3º Secretário</b> Deputada Rose Modesto (PSDB/MS)	<b>3º Secretário</b> Senador Rogério Carvalho (PT/SE)
<b>4º Secretário</b> Deputada Rosângela Gomes (REPUBLICANOS/RJ)	<b>4º Secretário</b> Senador Weverton (PDT/MA)
<b>Líder da Maioria</b> Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB)	<b>Líder da Maioria</b> Senador Renan Calheiros (MDB/AL)
<b>Líder da Minoria</b> Deputado José Guimarães (PT/CE)	<b>Líder da Minoria</b> Senador Jean Paul Prates (PT/RN)
<b>Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania</b> Deputada Bia Kicis (PL/DF)	<b>Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania</b> Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP)
<b>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional</b> Deputado Aécio Neves (PSDB/MG)	<b>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional</b> Senadora Kátia Abreu (PP/TO)

Atualização: 19/02/2019

## Notas:

\*. A composição da Comissão com Eleição Geral em 7/2/2017 foi encerrada em virtude do final da legislatura.

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)  
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256  
Fax: 3303-5260  
saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)  
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



**Conselho de Comunicação Social****Lei nº 8.389, de 1991,****Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013****COMPOSIÇÃO****Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.****Eleição Geral: 05/06/2002****Eleição Geral: 22/12/2004****Eleição Geral: 17/07/2012****Eleição Geral: 08/07/2015****Eleição Geral: 03/03/2020**

<b>LEI Nº 8.389/91, ART. 4º</b>	<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Representante das empresas de rádio (inciso I)</b>	VAGO	VAGO
<b>Representante das empresas de televisão (inciso II)</b>	VAGO	VAGO
<b>Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)</b>	VAGO	VAGO
<b>Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)</b>	VAGO	VAGO
<b>Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)</b>	VAGO	VAGO
<b>Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)</b>	VAGO	VAGO
<b>Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)</b>	VAGO	VAGO
<b>Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)</b>	VAGO	VAGO
<b>Representante da sociedade civil (inciso IX)</b>	VAGO	VAGO
<b>Representante da sociedade civil (inciso IX)</b>	VAGO	VAGO
<b>Representante da sociedade civil (inciso IX)</b>	VAGO	VAGO
<b>Representante da sociedade civil (inciso IX)</b>	VAGO	VAGO
<b>Representante da sociedade civil (inciso IX)</b>	VAGO	VAGO

**Atualização: 09/03/2020**



SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)  
Telefone(s): 3303-5258  
Fax: 3303-5260  
CCSCN@senado.leg.br



## LIDERANÇAS E VICE-LIDERANÇAS NO CONGRESSO NACIONAL

<p style="text-align: center;"><b>Líder do Governo</b></p> <p>Senador Eduardo Gomes - PL / TO</p> <p style="text-align: center;"><b>Vice-Líderes</b></p> <p>Senador Flávio Bolsonaro - PL / RJ</p> <p>Senador Marcio Bittar - UNIÃO / AC</p> <p>Senador Sérgio Petecão - PSD / AC</p> <p>Deputado Celso Russomanno - REPUBLICANOS / SP</p> <p>Deputado Claudio Cajado - PP / BA</p> <p>Deputado Pedro Lupion - PP / PR</p> <p>Deputado Pr. Marco Feliciano - REPUBLICANOS / SP</p> <p>Deputado Eros Biondini - PL / MG</p> <p>Deputada Aline Sleutjes - PROS / PR</p> <p>Deputado Rogério Peninha Mendonça - MDB / SC</p> <p>Deputado Cezinha de Madureira - PSD / SP</p> <p>Deputado Hiran Gonçalves - PP / RR</p> <p>Senadora Soraya Thronicke - UNIÃO / MS</p> <p>Deputado Aluisio Mendes - PSC / MA</p> <p>Deputado João Carlos Bacelar - PL / BA</p> <p>Senador Jorginho Mello - PL / SC</p>	<p style="text-align: center;"><b>Líder da Maioria</b></p> <p>Deputado Aguinaldo Ribeiro - PP / PB</p> <p style="text-align: center;"><b>Vice-Líderes</b></p> <p>Deputado Carlos Henrique Gaguim - REPUBLICANOS / TO</p> <p>Senadora Daniella Ribeiro - PSD / PB</p> <p>Deputado Delegado Pablo - UNIÃO / AM</p>	<p style="text-align: center;"><b>Líder da Minoria</b></p> <p>Deputado Afonso Florence - PT / BA</p> <p style="text-align: center;"><b>Vice-Líderes</b></p> <p>Senador Jean Paul Prates - PT / RN</p> <p>Deputada Professora Rosa Neide - PT / MT</p> <p>Deputado Odair Cunha - PT / MG</p>
---	--	---



Fale com o Senado  
**0800 61 2211**

 /senadofederal  
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO  
FEDERAL**

